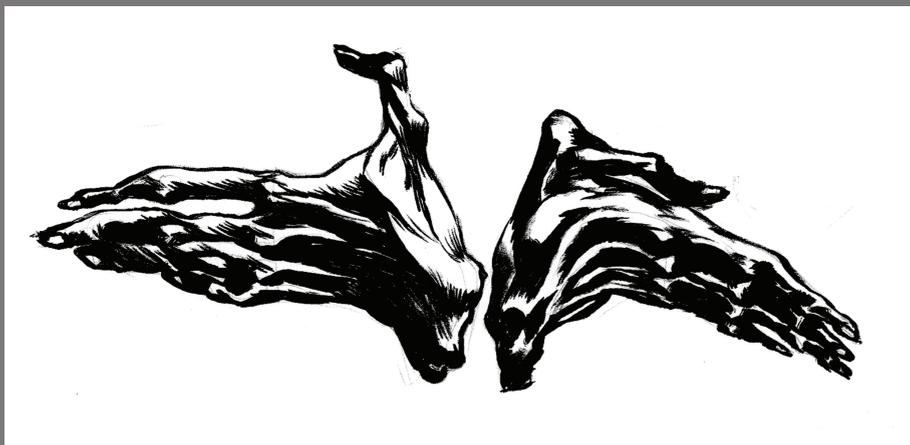


26

Compassos Letrados:
Artífices negros entre instrução
e ofício no Recife (1840 - 1860)

Itacir Marques da Luz



UFPE | PROEXT

Publicação Étnico Racial
Série comemorativa
de 10 anos da lei 10.639

Compassos Letrados:

Artífices negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)

Editora
Universitária  UFPE

Recife, 2013

PROEXT | UFPE

Publicação Étnico Racial

Série comemorativa de 10 anos da Lei 10.639

Compassos Letrados:

**Artífices negros entre instrução e ofício no
Recife (1840-1860)**

Itacir Marques da Luz



PROEXT
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Reitor: Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero de Barros Marques

Pró-Reitor de Extensão: Prof. Edilson Fernandes de Souza

Diretora de Extensão Acadêmica: Maria Christina de Medeiros Nunes

Diretor de Extensão Cultural: Prof. Marcos Galindo

Coordenador de Gestão da Extensão: Demócrito José Rodrigues da Silva

Coordenadora de Gestão da Produção Multimídia e Audiovisual: Jowania Rosas de Melo

Coordenador de Gestão da Informação: Prof. Wellington Pinheiro dos Santos

Coordenadora de Gestão Organizacional: Eliane Aguiar

Coordenação Geral:

Prof. Edilson Fernandes de Souza e Maria Christina de Medeiros Nunes

Comissão Organizadora:

Prof. Edilson Fernandes de Souza, Maria Christina de Medeiros Nunes, Djanyse Barros de Arruda Mendonça, Professor Wellington Pinheiro dos Santos

Revisão:

Os textos são de responsabilidade dos autores.

Projeto Gráfico:

Margarida Correia Lima

Diagramação:

Isabela Freire e Filipe Neri

Ilustrações da Capa:

Ayodê França

Impresso nas oficinas gráficas da Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco Av. Acadêmico Hélio Ramos, 20, Cidade Universitária, em outubro de 2012.

Diretora da Editora: Profa. Maria José de Matos Luna

Catálogo na fonte: Bibliotecária Liliane Campos Gonzaga de Noronha, CRB4-1702

L979c Luz, Itacir Marques da.

Compassos Letrados : artefices negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860) / Itacir Marques da Luz. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013.
242 p. : il. – (Coleção Étnico-racial).

Originalmente apresentada como dissertação do autor. (Mestrado – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008.

Inclui bibliografia e anexos.
ISBN 978-85-415-0380-8 (broch.)

11. História da Educação – Século XIX. 2. Negros – Educação. 3. Leitura – Escrita – História. 4. Educação popular – Brasil. I. Título.

370.9

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2013-222)

Apresentação da Coleção

A caminho da África!

Até o fechamento desta coleção, somos a única Universidade brasileira que concentra o maior número de títulos publicados, em um só tempo, num só lugar, sobre as relações étnico-raciais e grupos sub-representados. Assim, consolidamos uma discussão pautada por ocasião dos dez anos da Lei 10.639/2003 e inovamos com a abertura para pesquisadores de todo o País, para que pudessem publicar seus escritos, dissertações e teses, na nossa Editora Universitária, com o investimento da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco.

Apoiar publicações acerca dos saberes étnico-raciais – seja no campo da cultura, história, religião ou da dinâmica organizativa dos segmentos que apostam na versão afro, indígena, migrantes e imigrantes do desenvolvimento brasileiro – é um desafio acadêmico, mas, sobretudo, um desafio político e administrativo que transpõe a burocracia, que muitas vezes tem impedido o avanço e a elevação institucional aos patamares dignos de um patrimônio público, para fazer valer os direitos de todos ao conhecimento, como um princípio fundamental da alteridade.

A Coleção Étnico-racial, seja na versão das comunidades indígenas ou afro, na perspectiva dos migrantes ou imigrantes, penetra fundo suas raízes na exposição das subjetividades humanas e recoloca uma instituição como a UFPE num patamar bastante elevado do conhecimento científico e de outros saberes, feitos e refeitos por homens e mulheres que conhecem bem as causas inevitáveis das barreiras sociais e o preconceito

institucional; ao tempo em que as estruturas governamentais esquecem ou não querem de fato financiar as obras incontestas que falam de maneira afirmativa ou denunciante, que afetam os segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira.

Já imaginava a importância de termos um edital com esse escopo para abarcarmos escritos densos e tão comprometidos com uma causa histórica e sociológica, mas não imaginava a dimensão pan-africana de mostrar ao mundo o que nós somos capazes de realizar quando tratamos dos nossos princípios identitários afro, indígenas, japonesas, regionais e outras subjetividades. Do mesmo modo, a importância do reposicionamento de uma produção do conhecimento a partir da história e da cultura, para atendermos a uma legislação federal no alargamento da formação de muitos professores do ensino básico e também superior.

A ideia da coleção veio de um “relance” ao abrirmos uma das sessões do Cineab, promovidas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, e, prontamente, no mesmo dia, foi formatada por um edital público de alcance nacional. O resultado desta série, agradecemos a todos que compõem o corpo técnico da Pró-reitoria de Extensão, especialmente a diretora de Extensão Acadêmica, Maria Christina de Medeiros Nunes e ao coordenador Demócrito José Rodrigues da Silva, que rapidamente compreenderam a dimensão inovadora das publicações, compraram a ideia política e traduziram institucionalmente no mesmo momento.

Invenções à parte, agora mais do que nunca, a UFPE entra para o rol das instituições que não têm preconceitos na produção e circulação de ideias étnico-raciais, que demarcam outros paradigmas mais enraizados com a formação social brasileira, seja no desenho teórico-metodológico, seja no conteúdo produzido por pesquisadores e militantes dos movimentos sociais.

Guiné-Bissau, setembro de 2013.

Edilson Fernandes de Souza

Pró-reitor de Extensão da UFPE

Agradecimentos

Enfim, mais um passo dado. A sensação do dever cumprido é inegável. Mas, essa caminhada não foi feita sozinho, porque sozinho não conseguiria. Diversas forças, divinas e humanas, colaboraram para que eu chegasse até aqui com algo a dizer. E é a todas essas forças que me dirijo agora em agradecimento.

Obrigado à força suprema que está em todas as coisas e da qual todas as coisas surgem. Aquilo que é. Deus que me protege e me dá régua e compasso para que eu possa seguir traçando meu caminho nesse mundo...fazendo minha própria história.

Ao meu povo, desde os ancestrais e tudo o que nos deixaram como legado, até os que hoje teimam em sobreviver e, com muita sabedoria, muita alegria, muita luta e algumas lágrimas, dão seu tom e constróem um mundo possível.

Àquela que me deu a luz e que nunca deixou se apagar graças ao seu carinho, cuidado, e muito amor. Me contando histórias e sendo meu grande exemplo, ela forjou meu espírito e meu caráter para essa jornada que é a vida. Obrigado, pela honra de ser seu filho Maria José Marques. Juntos sempre.

Com muita saudade, a Antenor Joaquim da Luz (in memoriam), que nos momentos que pudemos passar juntos, me transmitiu ensinamentos e muito afeto. Onde quer que estejas, meu pai, sempre serás lembrado só de olharem pra mim.

Às minhas irmãs e irmãos: Inagé, Itajair, Iaponam, Jatiaci, Itamagé, Itamogi, Itapuam e Inajá, que também ajudaram

a cuidar desse menino. De fato, somos uma tribo. Aos sobrinhos e sobrinhas: Gleice, Paulo, Saulo, Léo, Taís, André, Mateus, Mariana, Tuane, Éric, Diana, Natalie, que me deram o prazer de sentir de perto esse milagre da vida, ao vê-los nascer e crescer. Aos meus avós maternos e paternos: Manoel Clementino Marques e Maria Francisca Marques (in memoriam), e Manoel Joaquim da Luz e Maria Izabel do Nascimento (in memoriam), pela riqueza que me conferiram com a diversidade de suas origens.

Outras pessoas também foram fundamentais nessa travessia, colaborando para que ela fosse concluída. Algumas participaram mais de perto de cada etapa desse processo, outras estiveram presentes e incentivaram, quando tudo não passava de um sonho. Me deram a mão e caminharam comigo. Por isso, a família é grande.

À Maria Leticia, pelo incentivo, carinho, respeito, admiração e, principalmente, pelo apoio nos momentos que me vi só e triste. Obrigado por acreditar nas minhas utopias, minha amiga. E por me fazer não desacreditar nelas. À Marília Benício, pessoa adorável, sensível, inteligente e batalhadora que cruzou meu caminho e que também sempre me incentivou a ir em frente; e à Marília Mendes, mais que amiga, minha irmã. O que seria desse mestrado sem você? Certamente não seria, pois sequer nele estaria. Obrigado por tudo, minha irmãzinha. Também à Viviane Souza, paraibana que me deu toda força em minha empreitada na sua terra.

À Fátima Solange, que com seu jeito carinhoso e fraterno me deu aconchego, e com sua história, sua luta e seu legado, me deu muita inspiração. Às minhas amigas Ana Lúcia e Auxiliadora, lições de delicadeza e sapiência, e cujo respeito, a admiração e o carinho a mim dedicados nunca me deixam esquecer que tenho amigos de verdade; à companheira Luciana, jovem guerreira que irradia o mundo acadêmico com seu brilhantismo e a vida com sua doçura; e a minha querida amiga Andréia Agnes, que com seu jeito afetuoso, me fez acreditar ainda mais no poder da empatia e da sensibilidade.

Ao casal Dayse e Euclides. Ela, por ter sido acolhedora quando

em um momento achei ter perdido a batalha, e uma das principais incentivadoras pra que eu encarasse essa seleção de mestrado. Ele, também pelo espírito acolhedor e guerreiro que me inspira e me faz ter ainda mais certeza daquilo que faço.

À Emília Lins, cuja alegria e apoio em momentos cruciais, me encheram de coragem para encarar esse desafio; Eliete Santiago, pelos ensinamentos, provocações, reconhecimentos e incentivos; e Geraldo Barroso Filho, mais que um grande mestre, um companheiro de conversas, cafezinho, sofrimentos e alegrias nessa coisa inexplicável que é ser torcedor do Santa Cruz. Saudações tricolores, meu amigo.

Não poderia deixar de agradecer aos companheiros que têm me acompanhado desde longa data nessa caminhada: Romo, que leu meus escritos com um olhar todo especial do artista que é, e a compreensão do amigo que nunca deixou de ser; Lao, mano de sorrisos e reflexões e desafios, além do jeito todo peculiar de ser sensível à vida e às questões humanas que sempre me trouxe grandes aprendizados; Jailson, a quem devo muito pela confiança, pelo respeito, pelo apoio e pelo incentivo, tendo se tornado para mim uma referência de determinação e humildade; Edvaldo, esse autodidata cuja solidariedade para comigo foi sempre regada de muito ensinamento; e Remi, pelo companheirismo durante o tempo em que esteve por essas terras e pelo apoio mesmo do outro lado do oceano.

Não poderia deixar de reconhecer e agradecer a colaboração de algumas instituições e pessoas, sem as quais esse trabalho não teria sido realizado. A começar pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, pela bolsa que ajudou a custear a produção deste trabalho; aos funcionários do Arquivo Público Estadual Jordão Hemeréciano - APEGE, pela colaboração e pela paciência que tiveram comigo; aos funcionários do setor de microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, por me disponibilizarem diariamente os jornais que utilizei, mas também pela camaradagem que me dedicaram nesse tempo;

ao IAHGP, principalmente na pessoa de Tácito Galvão, que me recebeu com muita gentileza e me ajudou na localização fontes importantes a essa pesquisa.

Ao Prof^o José Ernani, do Departamento de História da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, responsável por um significativo levantamento documental sobre a história do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, uma parte dos quais me possibilitou consultar para esse trabalho; e a todos os funcionários do setor de Processos Técnicos da Biblioteca Central dessa mesma universidade, na pessoa de Jáise da Costa Leão, que permitiu meu acesso ao acervo de obras raras e, em especial, à Poliana, uma das funcionárias desse setor que pacientemente acompanhava meu levantamento de fontes.

Claro, não poderia deixar de registrar a importância das amigas e amigos do IV Concurso Negro e Educação: Claudilene, Kassandra, Flávia, Larissa, Isabelle, Ione, Claudia, Elane, Assunção, Ednalva, Eugênia, Márcia, Marcilene, Anderson, Alexsandro, além de Analu e Suelaine, pessoas especiais que cruzaram meu caminho no momento exato, me mostrando que resistimos e avançamos, sem perder a ternura e a alegria de viver. Também a todos os professores da comissão, por terem sido sensíveis à importância e às potencialidades dos nossos trabalhos.

À toda turma 26 da qual fiz parte nesse mestrado, em especial àquelas pessoas com quem pude ter um convívio mais próximo: Francymara, Tatiana, Cristiane, Conceição, Helen, Quézia, Nena, Vânia, Andréia, Havelange. Minha gratidão também aos professores que nos acompanharam durante as disciplinas cursadas: Iraquitan Caminha, Charlinton Machado, Orlandil Moreira, Severino Bezerra, Wilson Aragão, Roberto Jarry Richardison. Com todo o carinho, aos funcionários que fazem o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, na pessoa de Rosilene Mariano de Faria. A todos muito obrigado pelas alegrias e pelo aprendizado que me proporcionaram.

Entre essas pessoas que passaram de colegas de mestrado

a amigos, uma se tornou irmão: Valmir Bodô. Com sua espontaneidade e alegria quase indefiníveis, ele me mostrou que eu não estava só. Ao longo desse tempo, não só me acolheu como companheiro de moradia, mas, fundamentalmente, me ajudou a encarar o desafio de estar em um novo lugar, com novas pessoas, sob novas expectativas. Mais que isso, meu amigo me ouviu sempre que precisei ser ouvido e me entendeu quando poucos foram capazes ou quiseram fazer isso. Obrigado irmão. Pena você não ser pernambucano, mas enfim... não é culpa sua.

Dizer que essa criatura que um dia me apareceu de esmaltes reluzentes e muita euforia, me ajudou a chegar até aqui é pouco. É pouco porque Rouzi é importante não simplesmente por toda ajuda que me tem prestado, mas pelo cuidado que tem tido comigo, pela pessoa que é: minha amiga, minha confidente, minha assistente... minha irmã. Entre nós, amarrastes um dos teus laços de fitas rosas e delicadas, que nunca se romperá.

Agradeço ao professor Edílson Fernandes de Souza e às professoras Rosângela Tenório Carvalho e Alice Happ Bottler, do Centro de Educação da UFPE, pelo incentivo e pelas contribuições que também deram a essa discussão quando ainda no seu início.

Às professoras Cláudia Egler Cury e Mauricéia Ananias, pela sensibilidade diante dos meus escritos, captando neles não só o que parecia ser uma boa retórica, mas o quanto de mim estava neles e o quanto eles dizem de todos nós.

Ao Prof^o. Dr^o. Marcus J. M. de Carvalho pela leitura cuidadosa e ricas contribuições na qualificação desse trabalho, me ajudando a enxergar suas lacunas e potencialidades, e à Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Godoy da Silveira, que com seu olhar minucioso, cobriu esse trabalho de cuidado, na mais generosa e verdadeira aceção do termo.

Por fim, meus profundos agradecimentos àquelas e àqueles que foram os grandes parceiros dessa jornada, me dando os instrumentos necessários para mergulhar nessa tarefa

de fazer pesquisa, nesse exercício de escrever, nessa arte de contar história.

Prof.º Dr.º Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, meu orientador, pela receptividade que apresentou a essa discussão, pela confiança em mim e credibilidade nos meus escritos.

Prof.ª Dr.ª Ana Maria de Oliveira Galvão, a quem devo meus primeiros passos como pesquisador da História da Educação Brasileira e que os vem acompanhando até hoje.

Prof.º Dr.º Henrique Cunha Júnior, história viva da luta do povo negro no Brasil, grande mestre a quem devo a honra de ter sido “adotado” como aprendiz.

Prof.º Dr.º Alexandre Simão de Freitas, amigo que me ensinou essa arte de ser educador, esse ofício de ser professor... que me ajudou a encontrar meu caminho.

Introdução

Abrindo o compasso

O desenho da questão educacional no Brasil chama atenção certamente não por seu traço regular. A pouca ou nenhuma instrução da maioria da população contrasta com o alto nível de escolarização de um grupo de abastados, caracterizando assim um quadro de contrastes que foi se instalando ao longo da história desse país como algo natural, como se não houvesse nenhum entrave à evolução individual senão aquele que a capacidade de cada um exprimisse, uma vez que “havendo” direitos e deveres idênticos, as oportunidades deverão ser também, idênticas. Como tal não acontece, a culpa pelo atraso social desses grupos é atribuída a eles próprios.

No entanto, como chama atenção Roger Chartier, as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza, pois segundo este autor:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1988, p.17).

Por isso a dimensão étnico-racial já não pode mais ser negada como um dos principais fatores de distinção e exclusão que marcam o sistema educacional brasileiro, na medida em que esta população de formação étnica diversa foi ordenada socialmente de modo desigual, considerando como os obstáculos contra a mobilidade social foram criados por uma estrutura rigidamente hierarquizada que funciona de acordo com um sistema de valores discriminatório, através de mecanismos controladores, historicamente montados para conservar o sistema, cujo objetivo é manter tais segmentos e grupos nas últimas escalas da estrutura, confundindo-se assim o plano miscigenatório, biológico, portanto com o social e econômico.

Tal realidade estrutural, porém, não conseguiu anulá-los da condição de sujeito histórico e de agente transformador do seu contexto social. Deste modo, nos propusemos a investigar a educação dos negros brasileiros numa perspectiva histórico-cultural, a partir do tipo de participação destes na consolidação da cultura escrita no Brasil, para além dos espaços escolares formais ou institucionalizados. Com isso, esperamos trazer novos elementos para a compreensão desse quadro educacional no qual se insere a população negra no nosso país, diferente da visão tradicionalmente difundida de uma suposta acomodação ou incapacidade dos próprios negros em relação à instrução.

Como fio condutor de nossa reflexão, tomamos aqui a *Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco*, uma associação que promoveu um trabalho de profissionalização e instrução para operários jovens e adultos no Recife ainda na primeira metade do século XIX, o que acabou culminando na instalação do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, no final desse mesmo século. A ideia é discutir essa entidade como fenômeno educacional, destacando principalmente sua importância enquanto instância de apropriação da leitura e da escrita para os negros que atuavam em ofícios específicos nesta cidade.

O surgimento desta entidade e o que teria contribuído

para tal iniciativa; em que níveis se estabeleciam a relação dos trabalhadores negros com a leitura e a escrita nessa época; por que a opção desta associação em instruir além de profissionalizar; como se deu o processo de difusão e consolidação de suas aulas; que benefícios a apropriação das letras poderia trazer às “pessoas de cor”¹ no contexto da sociedade escravista em que estavam inseridas, são algumas das questões que nos colocamos no sentido de tentar entender não apenas o caso em questão, mas também a dinâmica em torno da qual ele se produz.

Além disso, as respostas a estas e outras indagações também nos ajudariam a lançar outros olhares sobre a história da educação dos negros na capital pernambucana dentro do panorama mais geral do Brasil oitocentista, provocando novas reflexões sobre a trajetória deste grupo social e sobre o que isto pode representar na leitura e nas proposições sobre sua situação atual. Esse tipo de exercício talvez nos ajude a ir, como chama atenção Peter MacLaren (2000), para além da política da diversidade e seu discurso muitas vezes predicado com afirmações dissimuladas de assimilações e consenso, para que possamos ter uma educação realmente multicultural.

O interesse por tal temática surgiu da nossa participação como Bolsista de Iniciação Científica em uma pesquisa de caráter mais amplo que se propôs, por meio de diferentes estudos de caso, reunir elementos para a construção de uma história da cultura escrita no Brasil, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, tomando como base para este trabalho, a ausência dos principais fatores que alicerçaram a construção da história da cultura da escrita em parte significativa dos países do hemisfério norte, ou seja, a alfabetização, a escola e a imprensa.² Tal investigação nos despertou para uma maior reflexão sobre o tipo de participação dos negros nas práticas de leitura e escrita no contexto escravista do início do século XIX, para além do distanciamento das letras e do fechamento na oralidade a que supostamente o mundo do trabalho e as outras determinações sociais pudessem remetê-los.

Essa perspectiva sobre a escrita transcende a consideração de

1 O termo “pessoas de cor” aparece propositadamente ao longo do texto como uma alternativa também adotada para se referir à população negra em geral da época.

2 Esta pesquisa se denominava “*Entrando na cultura escrita: percursos individuais, familiares e sociais nos séculos XIX e XX*”, num projeto conjunto entre a UFMG, a UFPE e a EHESS - Paris, no período de março de 2003 a fevereiro de 2005. Ver: Batista et al, 2002.

um mero sistema gráfico, para interrogar-se, principalmente, com relação as suas distintas funções e práticas materiais, sempre em referência às respectivas sociedades históricas e tendo em conta que, em cada momento, a sociedade tem sido formada por alfabetizados e analfabetos. Por essa razão, como ressalta Gómez (2003, p. 96):

“La cultura escrita en cuanto práctica social nos sumerge en una aventura tan apasionante como la de reconstruir, a partir de los propios testimonios escritos y sin obviar su análisis formal, el significado y el uso que le han dado las respectivas sociedades a lo largo del tiempo”.

No campo da produção teórica que discute a relação entre educação e sociedade, consideramos que se trata de mais uma oportunidade de refletirmos sobre as várias dimensões do campo educativo, algo que vem se configurando a partir da ação e do interesse de pesquisadores, profissionais da educação e integrantes dos movimentos sociais. Significa que, no dizer de Gomes (1996, p.85):

Um novo olhar vem sendo lançado sobre as questões que se referem aos processos culturais como a construção de referências de identidades, o peso das vivências culturais, os diferentes modos de ser e agir que os diversos grupos sociais constroem no interior das classes, as múltiplas relações e ressignificações que os sujeitos estabelecem no seu contato com o mundo do trabalho.

Dentre os desafios dessa perspectiva educacional que está sendo proposta, importa mostrar para os demais interessados que o povo negro, assim como outros povos, construiu ao longo da sua trajetória, uma identidade étnica, ou seja, um modo de ser e ver o mundo, a partir de um referencial histórico e cultural, que o distingue das outras etnias. Esse desafio não pode ignorar que o processo de construção da identidade étnica sofre a violência racista exercida pela nossa sociedade e, é nesse sentido, que a inclusão das demandas dos grupos sociais, em particular dos negros, do estudo sobre a sua produção simbólica e material, torna-se imprescindível para aqueles que desejam refletir de maneira séria e cuidadosa sobre a realidade educacional. Essa reflexão deverá estar

articulada com a discussão sobre a cultura de uma forma mais geral e com a análise sobre as relações estabelecidas pelos sujeitos sócio-culturais na escola e na sua vivência no mundo do trabalho. Isto porque

...não se pode desconsiderar que a questão racial assume um lugar de destaque na formação da nossa sociedade, uma vez que esta teve suas bases econômicas, sociais, e culturais constituídas sobre o trabalho escravo, e a negação da cultura negra foi um dos principais enfoques no processo de construção da tão propalada identidade nacional (GOMES, 1996, pp.88-89).

Tal percepção sobre a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos indivíduos para explicar o mundo ³, também representa para a história da educação uma abertura para novas abordagens sobre temas aparentemente esgotados, que passaram a revelar outros aspectos sobre o fenômeno educativo, da mesma forma que a apreciação de temas até então não considerados pertinentes a esta área do conhecimento e que agora passaram a ser instrumentos fundamentais para compreender o progressivo processo de institucionalização da escola no Brasil e também a perceber dentro do universo educacional como um todo, a importância de personagens e espaços fora do âmbito escolar formal ou oficial (LOPES e GALVÃO, 2001).

Traçados e contornos

A identificação dos fatores que contribuíram para o surgimento da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, como já enunciado, é aqui também acompanhada da tentativa de compreender sua forma de organização e de atuação educacional junto à população local, analisando nesse conjunto, o perfil dos seus fundadores e integrantes, assim como seus níveis de apropriação da leitura e da escrita.

Para isso, nos baseamos em pressupostos como o da Nova História Cultural, perspectiva que surge a partir da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, lançada por Lucien

³ Sobre esse conceito de cultura como o próprio cerne da História Cultural, ver Pesavento (2003).

Febvre e Marc Bloch em 1929. Segundo Le Goff (1988), suas motivações eram de várias ordens, mas antes de tudo, de tirar a história do marasmo da rotina: em primeiro lugar, de seu confinamento em barreiras estritamente disciplinares e depois, o desejo de afirmar direções inovadoras.

Na sua posição, os *Annales* recusam a história superficial e simplista que se detém na superfície dos acontecimentos e investe tudo num fator. É o momento em que fazem a crítica implacável da noção de fato histórico. Assim, não há uma realidade histórica acabada, que se entregaria por si própria ao historiador. Como homem de ciência, este deve, diante da imensa e confusa realidade, fazer a sua opção, o que, evidentemente, não significa nem arbitrariedade, nem simples coleta, mas sim construção científica do documento cuja análise deve possibilitar a reconstrução ou a explicação do passado. Nesse sentido:

Os Annales querem fazer entender. Colocar os problemas da história: proporcionar uma história não automática, mas problemática. E, mais do que nunca, os problemas de uma história para o tempo presente, para nos permitir viver e compreender *num mundo em estado de instabilidade definitiva* (LE GOFF, 1988, pp.31-32. grifo do autor).

Como bem lembra Peter Burke (2006), a história cultural não tem essência. Só pode ser definida em termos de nossa própria história. Por isso, se quisermos evitar a contribuição anacrônica de nossas intenções, interesses e valores aos mortos, não podemos escrever a história contínua de nada. Nesse sentido, o autor sugere que talvez haja um meio-termo, uma abordagem do passado que faça perguntas motivadas pelo presente, mas que se recuse a dar respostas motivadas pelo presente; que se relacione ao presente, mas permita sua contínua reinterpretção. Tradução cultural da linguagem do passado para o presente, dos conceitos da época estudada para os de historiadores e seus leitores, o objetivo da história cultural é tornar a “alteridade” do passado ao mesmo tempo visível e inteligível, o que não significa tratar o passado como completamente estranhos.

O problema essencial para os historiadores culturais hoje, ainda segundo Burke, é de que modo resistir à fragmentação sem retornar à suposição enganadora da homogeneidade de determinada sociedade ou período. Em outras palavras, revelar uma unidade subjacente (ou pelo menos ligações subjacentes) sem negar a diversidade do passado.

Por isso, é necessário evitar duas supersimplificações opostas: a visão de cultura homogênea, cega às diferenças e conflitos, e a visão de cultura essencialmente fragmentada, o que deixa de levar em conta os meios pelos quais todos criamos nossas misturas, sincretismos e sínteses individuais ou de grupo (BURKE, 2006, p. 267).

Tal entrelaçamento entre o social e o histórico possibilita uma discussão epistemológica rica e complexa para a pesquisa histórica contemporânea, principalmente quando o historiador escolhe objetivos de investigação no campo sociopolítico-cultural. Nesse sentido, as práticas culturais assumem um papel de destaque nas análises históricas e passam a ser vistas não como mera decorrência da vida econômica. Nessa busca em direção a uma história que explicita as vinculações básicas entre diferentes aspectos de uma realidade sociocultural, parte-se do pressuposto que

...a educação é uma prática social e histórica que produz representações ideológicas, imagens e valores os quais precisam ser investigados; por isso precisamos explicitar caminhos epistemológicos que dêem conta do estudo dessas categorias no sentido de compreender mais profundamente as práticas e os processos educacionais (MARTINS, 2006, pp. 110-111).

No caso do estudo que ora apresentamos, o desafio foi justamente fazer com que tal problematização revelasse um outro modo de entender a participação dos negros na história das práticas de leitura e escrita no Brasil, mesmo considerando os ditames do sistema escravista do qual faziam parte. Para isso, eles precisavam ser tomados como sujeitos do processo, ou seja, mais do que reduzi-los a simples personagens de uma época que viviam submetidos ao modo de viver e fazer dos seus “dominadores”, esses indivíduos são entendidos e projetados

na sua capacidade criativa de jogar com os mecanismos da disciplina, reconstruindo assim, o seu cotidiano.⁴

Essa “história vista de baixo”⁵, representa uma outra forma de entender e anunciar os processos humanos ao longo dos tempos, invertendo as posições estabelecidas e legitimadas nos discursos proferidos pelos detentores do poder. Em suma, proporciona um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história, uma vez que

Os propósitos da história são variados, mas um deles é prover aqueles que a escrevem ou a lêem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem. Em um nível mais amplo, este pode tomar a forma do papel da história, embora fazendo parte da cultura nacional, na formação de uma identidade nacional (SHARPE,1992, pp.61-62).

No entanto, “reescrever” essa história a partir da perspectiva de tais sujeitos, implica em ir em busca das fontes e ver o que elas têm a dizer. Mas aqui, como chama atenção Jean-Claude Schmitt, coloca-se o problema dos documentos utilizáveis ou privilegiados cada vez que a história se orienta para novos territórios.

Como ouvir a voz dos marginais do passado, quando, por definição, ela foi sistematicamente abafada pelos detentores do poder, que falavam dos marginais, mas não os deixavam falar? Chegar diretamente ao que os marginais diziam, sem passar de uma maneira ou de outra pela mediação de um discurso oficial ou erudito, é uma empresa quase desesperada (SCHMITT, 1988, p.284).

Particularmente no que se refere ao período escravista, Maria Cristina Cortez Wissenbach (2001) chama atenção para as dificuldades que os pesquisadores tiveram que lidar, em decorrência não só da escassez de documentos sobre o tema da vida escrava, mas também, principalmente, daquelas causadas por uma incompatibilidade intrínseca entre as fontes oficiais e a história dos despossuídos ou dos

4 Nos remetemos aqui a ao que Michel De Certeau (1994) definiu como “tática” e sobre seu potencial criativo conforme as diferentes circunstâncias.

5 Segundo Peter Burke (1992), este termo entrou na linguagem comum dos historiadores após a publicação, em 1966, de um artigo por Edward P. Thompson, intitulado “The History from Below”, se opondo à concepção tradicional da história que prioriza os feitos dos grandes homens, dos grandes fatos históricos.

dominados que se procurava resgatar. Em linhas gerais, foi preciso reconstruir a vida social e cultural das populações de africanos e afro-descendentes a partir da leitura de documentos comprometidos com a visão de mundo das classes dominantes; lançar mão de testemunhos que foram produzidos no esteio do controle social, da disciplina e da repressão montadas contra setores sociais vistos como perigosos, indisciplinados e marginais.

Isso só é possível porque, nas palavras de Michel De Certeau (2002), em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho, pois, segundo o autor:

Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em ‘isolar’ um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto a priori – ele forma a coleção. (...) longe de aceitar os ‘dados, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente. E o vestígio dos fatos que modificam uma ordem recebida e uma visão social instauradora de signos, expostos a tratamentos específicos, esta ruptura não é, pois, nem apenas nem primordialmente, o efeito de um “olhar”. É necessário aí uma operação técnica (CERTEAU, 2002, p.81)

Nesse sentido, a Nova História trouxe consigo uma ampliação do campo do documento histórico, e como afirma Jacques Le Goff (1988), ela substituiu a história fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Dessa forma, a história vive hoje uma “revolução documental” que mantém com a Nova História relações ambíguas. Mas essa concepção de documento com base na História Nova deve ser acompanhada

de muita criticidade, uma vez que

O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer “a verdade” (LE GOFF, 1988, p.54).

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desuse o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que seja – como monumento.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento como monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p.545).

Essa postura crítica não poderia deixar de estar presente no trato da documentação produzida pela própria Sociedade dos Artistas, uma vez que sua existência nos abria possibilidade de acessar “mais de perto” algumas características desta entidade e também alguns aspectos da vida daqueles que a compunham, na busca de detalhes que aos olhos da dita história oficial pouco acabam importando. Esses documentos foram pesquisados junto a Universidade Católica de Pernambuco, atual mantenedora do Liceu de Artes e Ofícios. Dentre o acervo sobre a associação que se estende desde o século XIX ao início do século XX, privilegiamos as fontes que compreendiam o período delimitado nesta pesquisa, ou seja, entre os anos de 1840 a 1860, porém, sem procurar desconsiderar outras fontes de períodos anteriores e posteriores que eventualmente pudessem nos trazer dados pertinentes a nossa investigação.

Porém, apenas essa documentação não seria suficiente para compreendermos o que era esse Recife oitocentista no qual

o fenômeno por nós apontado se processou. Havia toda uma dinâmica ao seu redor na qual estava articulado, influenciando e sendo influenciado, e que também solicitava nossa atenção. Dessa forma, fomos em busca dos relatórios da Diretoria de Obras Públicas, constante no acervo do Arquivo Público Estadual e da Assembléia Legislativa de Pernambuco, no sentido de recolher dados sobre as atividades cotidianas e os processos de formação dos profissionais de ofícios específicos atuantes na cidade do Recife, mas também por ser mais um meio de encontramos vestígios da entidade investigada.

Também no Arquivo Público, recorremos à consulta dos relatórios da Presidência da Província e da Diretoria de Instrução Pública nos ajudaram a conhecer alguns aspectos da instrução na província de Pernambuco, tais como: a matrícula nas aulas públicas de primeiras letras, o número de escolas, a discussão sobre métodos de ensino, o papel dos alunos e profissionalização do professor.

Paralelamente, a consulta à legislação educacional da época nos possibilitou identificar elementos para inferir relações de semelhanças e diferenças entre a educação pensada para negros e para brancos no período imperial em Pernambuco, uma vez que esta nos permite, conforme discute Faria Filho (1998), inter-relacionar no campo educativo, várias dimensões do fazer pedagógico.

Dada a possibilidade de trazerem informações direta ou indiretamente referentes ao nosso objeto de investigação, também foram consultados os jornais que circulavam na cidade do Recife na primeira metade do século XIX. Afinal, como diz Febvre (*apud*. LE GOFF, 1996), a história se faz “... com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”.

O cruzamento e a identificação dos pontos de convergência e divergência entre esses documentos, nos possibilitaram uma melhor compreensão do universo político, social e cultural de onde partia a perspectiva educacional dirigida às “pessoas de cor” no Recife oitocentista, assim como as práticas e

iniciativas nesse sentido por parte dos trabalhadores livres e escravos que nesta cidade existiram.

Organizamos então, a dissertação em quatro capítulos, cada um com subdivisões. No primeiro, introduzimos a discussão problematizando a realidade educacional brasileira, principalmente para a população negra, destacando as representações históricas que reforçaram e foram reforçadas por essa realidade, no que tange ao domínio e usos da leitura e da escrita por esse grupo social. A partir disso, apresentamos o fenômeno por nós investigado dentro de determinado espaço temporal, definindo os objetivos da pesquisa e salientando sua importância para o campo da História da Educação. Na seqüência, também apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos que foram considerados, assim como o *corpus* documental do qual nos valemos para a realização da investigação.

No segundo, tratamos inicialmente de como se estabelecia a ordem social no Brasil Imperial tendo como seu principal determinante o sistema escravista e seus desdobramentos nas diferentes instâncias e estatutos sociais que se imprimia entre a população como um todo a partir dos valores senhoriais da época. Num segundo momento, passamos a discutir o funcionamento dessa sociedade escravista considerando, de um lado, os agentes de controle sobre o povo e do outro, a subversão deste “povo”, constituído basicamente por pessoas livres pobres e escravos, principalmente no caso destes últimos, através da busca por alternativas de exercício da autonomia apesar das determinações do sistema.

Ainda nesse capítulo, discutimos essa ordem escravista da perspectiva de uma das suas complexas dimensões, o mundo do trabalho, destacando-o como um espaço de tensão onde outras noções de liberdade eram materializadas pelos negros nas suas diferentes situações cotidianas, tendo aqui a cidade do Recife oitocentista como ilustração. Por fim, destacamos o universo dos ofícios mecânicos e sua ocupação por negros livres e/ou escravos do meio urbano, dada às possibilidades de contato que oferecia ao acesso de

certos conhecimentos, entre eles, a leitura e a escrita, aos que nessa atividade atuassem.

Já no terceiro capítulo, enfocamos a questão educacional através da difusão da instrução propriamente dita, discutindo seu percurso dentro do modelo escravista. Para tanto, inicialmente problematizamos o processo de expansão do ensino oficial através das aulas de primeiras letras, refletindo sobre o modo desigual como atingia a população e reforçando a perspectiva que as elites e o Estado articulado a esta já impunham no plano social mais amplo. Logo em seguida, passamos a analisar a relação entre essa escola instituída pelo Estado Imperial e o povo ao qual ela se propunha a atender, considerando as diferentes maneiras pelas quais essa população passou a vivenciar a cultura escolar e com ela mais sistematicamente a própria cultura da escrita através do processo de alfabetização. Por fim, fechamos o capítulo discutindo a problemática da formação profissional dentro do sistema escravista institucionalizado, considerando as iniciativas ou propostas por parte do Estado para sua expansão e o surgimento de novos espaços para esse tipo de ensino.

No quarto e último capítulo, começamos discutindo a importância das organizações sociais criadas e conduzidas por negros nesse período e que serviam como espaços onde a ajuda mútua entre seus membros se misturava com a afirmação e preservação de certas atividades profissionais, práticas culturais ou crenças religiosas. Em particular, destacamos o papel das associações, fazendo uma análise sobre aquela que tomamos como objeto de investigação, identificando seus pressupostos e objetivos, além de suas conexões com outras entidades de modo a melhor compreender alguns significados presentes em sua forma de atuar. Por isso, complementamos a análise abordando um pouco do universo das irmandades negras, com destaque àquela que representou um importante reduto dos profissionais das artes mecânicas no Recife e da qual faziam parte alguns dos nossos sujeitos pesquisados: a Irmandade de São José do Ribamar.

Resgatado o significado dessas confrarias, nos voltamos para o momento inicial de formação da Associação dos Artistas, procurando entender esse processo a partir da perspectiva dos seus fundadores. Para isso, levantamos seus perfis, sublinhando as semelhanças e diferenças que os caracterizavam entre si, mas que ao mesmo tempo os constituíam enquanto grupo, sempre articulando tudo isso com cenário e a conjuntura da época, com base em alguns dados estatísticos trazidos em determinados momentos da discussão. O capítulo é concluído com análise do processo de consolidação dessa iniciativa educacional, procurando entender as estratégias de negociação e ação utilizadas para viabilizar oferecidas ao público local, assim como o próprio caráter subjacente a elas, culminado na proposição desse fenômeno como uma expressão do conflito material e simbólico existente entre esse grupo social e a ordem vigente, no qual a apropriação das letras ocupava lugar fundamental.

Em anexo, colocamos aquilo que consideramos três dos principais documentos do conjunto de fontes utilizadas nessa pesquisa. Primeiro, o compromisso da Irmandade de São José do Ribamar, instituído em 1838 e que, tendo sido dado como perdido ainda no século XIX, representa um importante registro não apenas sobre essa confraria religiosa, mas sobre a dinâmica e os princípios que, ao menos em parte, permeavam o cotidiano dos artistas mecânicos do Recife como um todo. Em seguida, trazemos o livro de matrículas dos sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, aberto em 1841 quando da instalação oficial dessa associação e no qual constam os dados gerais de todos os seus componentes na época, inclusive dos fundadores. Completando, também foi anexado o livro de matrículas nas aulas primeiras letras, datado de 1858, que demarca oficialmente o início da oferta dessas aulas à população pela SAMLPE.⁶

Mais do que tentar “ilustrar”, através das fontes, determinados aspectos do que aqui foi discutido ou, simplesmente, procurar fazer volume no conjunto da dissertação, estes documentos

⁶ Adiantamos que, eventualmente ao longo deste trabalho, também nos referiremos à Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco por suas iniciais.

Introdução

foram anexados no sentido de oferecer ao leitor uma maior possibilidade de observação e interpretação, levando, quem sabe, a novas explorações desse intrigante universo dos artistas do compasso.

Os cidadãos e os “estranhos”

No Brasil do começo do século XIX, os atributos de liberdade e propriedade existentes funcionavam de modo articulado, havendo uma espécie de associação íntima entre Império e Escravidão que se desdobrava em políticas específicas e profundamente articuladas. No decorrer do processo de organização política e jurídica nacional, a vida privada escravista desdobra-se numa *ordem privada* cheia de contradições com a ordem pública, manifestando-se, assim, a dualidade que atravessa todo o Império: o escravo é um tipo de propriedade particular cuja posse e gestão demandam, reiteradamente, o aval da autoridade pública.

Ou seja, o escravo precisava ser captado pela malha jurídica do Império e por esse motivo, o Direito assume um caráter quase constitutivo do escravismo, o que faz com que o enquadramento legal ganhe uma importância decisiva na continuidade do sistema. Havia, portanto, uma ordem privada específica, escravista, que devia ser endossada nas diferentes etapas de institucionalização do Império. Os condicionantes históricos desse processo configuraram duradouramente o cotidiano, a sociabilidade, a vida familiar e a vida pública brasileira.

Nesse sentido, o escravismo não se apresenta como uma herança colonial, como um vínculo com o passado que o presente otocentista se encarrega de dissolver. Apresenta-se, isto sim,

como um compromisso para o futuro: o Império retoma e reconstrói a escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a sobre a contemporaneidade (ALENCASTRO, 1997, p.17).

Assim, a existência de três mundos (do governo, do trabalho e da desordem) era, em primeiro lugar, a existência da distinção entre coisa e pessoa. Segundo Mattos (1994), um dos reflexos disso era o próprio texto constitucional de 1824. Nele, se estabelecia a distinção entre cidadãos e não-cidadãos, pois a sociedade civil não poderia existir sem qualificar/fixar previamente os caracteres segundo os quais pudesse reconhecer os membros de que se compõe e os que lhe são estranhos.

Estranhos não eram apenas nem principalmente os nascidos em outros estados nacionais, segundo seu título 2º, mas sim, implicitamente os escravos, já que estes não eram considerados *peçoas*, tendo reconhecida sua capacidade de praticar atos de vontade, eram sim entendidos como *coisas* (MATTOS, 1994, p.217 – grifos do autor).

À marca que distinguia os livres dos escravos acrescentavam-se outras que cumpriam o papel de reafirmar as diferenças na sociedade imperial, como o atributo social, o grau de instrução, a propriedade de escravos e, sobretudo os vínculos pessoais que cada qual conseguia estabelecer. Dessa forma, a sociedade imprimia-se nos indivíduos que a compunham, distinguindo, hierarquizando e forçando-os a manter vínculos pessoais. A própria posse de escravos, devido ao elevado valor unitário do cativo, sempre relegou a um conjunto restrito de indivíduos as condições materiais para realizá-la, levando com isto, principalmente no meio urbano, a uma difusão da escravidão de pequeno porte.

A própria noção de povo no Brasil tinha um caráter ainda menos abrangente do que em países rigidamente hierarquizados, mas sem escravidão. De acordo com Carvalho (2003), na concepção dos liberais moderados de Pernambuco, por exemplo, o *povo* incluía apenas os livres em condições acima da simples subsistência que poderiam atuar politicamente como guardas

nacionais ou como votantes. No seu topo ficavam os pequenos negociantes do Recife e do interior, além dos trabalhadores especializados, semi-especializados e funcionários do aparato burocrático, militares e padres que juntos, formavam o substrato das camadas médias baixas ainda em ebulição.

Esse sistema que entranhava no âmago da vida privada, também carregava consigo uma instabilidade que precisava ser estritamente controlada. Em conseqüência, o poder, a segurança pública, devia tirar seu fundamento da esfera pública de dominação mais compacta, mais imediata, mais próxima: a municipalidade. Por isso, segundo Alencastro (1997), desde 1828, o Primeiro Reinado começa a restringir a competência das câmaras municipais às matérias econômicas locais, proibindo que os vereadores deliberassem sobre temas políticos provinciais ou gerais. A regionalização instaurada pelo Ato Adicional de 1834 cria as assembléias provinciais, mas a tendência antimunicipalista do governo central prossegue, sobretudo, com a subtração da competência jurídica e policial dos juizes de paz eleitos em cada cidade e dos juizes municipais indicados pelas câmaras.

Ora, o exercício do poder público por autoridades designadas pelos presidentes de províncias, ou seja, pelo governo central – em detrimento das autoridades locais escolhidas pelos proprietários, eleitores qualificados da região –, afigurou-se como uma ameaça à ordem privada, isto é, à ordem em geral.

Mas não era só isso. Em conexão com o escravismo desenvolvia-se o paternalismo, o patriarcalismo rural e urbano. E também nesse domínio, nas relações entre fazendeiros e homens livres, ocorriam choques entre o público e o privado. Tudo isso começava na principal diferença legal entre um homem livre e um forro, ou seja, o voto. Após a Independência, um homem livre tinha direitos eleitorais, ao passo que o liberto não podia ocupar cargos políticos ou ser eleitor. Porém, se maior de 25 anos, podia ser um eleitor de segundo grau, ou “votante”, isto é, votar numa eleição para selecionar eleitores, embora para isso tivesse de cumprir a exigência de um mínimo de propriedade e ter certas patentes ou ordens militares.

Em geral, trinta votantes escolhiam um eleitor de primeiro grau, o qual, dispondo do dobro da renda anual dos votantes, podia eleger e ser eleito vereador, deputado ou senador. Dada a exiguidade da população adulta, livre e masculina nas zonas rurais, os critérios para qualificação dos votantes tinham de ser moderados. Se dispusessem da renda mínima exigida, os analfabetos e os ex-escravos (ao contrário do que definia a legislação dos estados sulistas norte-americanos) também estavam aptos a eleger-se para o posto de vereador e habilitar-se como eleitores de segundo grau. Além disso, fraudes permitiam que indivíduos mais modestos fossem reconhecidos como votantes a fim de eleger os proprietários de suas terras no escrutínio de primeiro grau.

Desse modo, era interessante para os senhores de engenho e os fazendeiros manterem um contingente mais ou menos constante de agregados – seu curral eleitoral particular – em suas propriedades, mesmo nos lugares onde existia uma oferta regular de escravos ou um mercado de trabalhadores livres. Noutras circunstâncias, como bem observa Alencastro (1997), esses mesmos proprietários certamente retomariam as terras cultivadas pelos agregados para explorá-las com sua mão-de-obra assalariada ou cativa. Mas, a realidade era bem diferente e os interesses em jogo é que definiam o funcionamento das coisas, seu andamento e seus resultados.

Deveres e direitos dos senhores e de seus dependentes encontravam, dessa forma, um prolongamento institucional no sistema partidário e eleitoral. Assimilado ao comportamento político do país, tal fenômeno constitui um importante fator de estruturação das relações entre os proprietários rurais e seus dependentes, dando lugar, mais tarde, ao tripelo “coronelismo, enxada e voto” (ALENCASTRO, 1997, p.22).

Em Pernambuco, essa situação chegou ao extremo quando uma ala radical e urbana do partido liberal – o partido praieiro – colidiu com o setor mais tradicional dos senhores de engenho, incorporado ao partido conservador, e em 1848, se sucedeu o maior levante político do período imperial: a Revolução Praieira. Mas, apesar de sua importância em muitos

aspectos, o que retomaremos mais à frente neste trabalho, a radicalização através de conflitos como esse e outros que ocorreram pelo Brasil afora nesse período, trazia na sua base o interesse político e econômico como grande motivação dos grupos em disputa, não significando exatamente que tinham interesse na desarticulação do sistema escravista em vigência. Em suma, “durante as revoluções do Império, podia-se abrir fogo contra as tropas legais, sublevar os cidadãos, desencadear a guerra civil. Desde que um e outro campo guardassem ‘as mesmas convicções’ básicas do consenso imperial: o respeito à ordem privada escravista” (ALENCASTRO, 1997, p.20).

Entranhado no Estado centralizado, difundido em todo o território, na corte e nas províncias mais prósperas como nas mais remotas, o escravismo brasileiro ameaçava a estabilidade da monarquia, deixando o país à perigo, como bem sabia a elite Imperial. Isso porque, desde 1807, o parlamento inglês havia declarado ilegal aos súditos britânicos o comércio de escravos e, através de uma série de tratados comerciais e a atuação de um forte corpo diplomático, passou a pressionar outras nações escravistas a extinguirem o tráfico em seus territórios.

Em vista disso, o senado brasileiro acabou aprovando em 1831, uma lei condenando o tráfico transatlântico de escravos. Como essa lei acabou ficando só no papel, a chamada “lei para inglês ver”, em 1845, o Bill Aberdeen, através das canhoneiras da marinha de guerra britânica, a Royal Navy, ampliou sua ação repressiva contra os negreiros brasileiros. Mesmo assim, até 1850, quando a lei antitráfico fechava o cerco contra esse tipo de comércio, o Brasil continuaria sendo o único país independente a praticar o tráfico negreiro, assimilado à pirataria e proibido pelos tratados internacionais e pelas próprias leis nacionais.

Após 1850, com a intensificação do tráfico inter-regional de escravos, que foi o recurso utilizado para compensar a proibição do tráfico transatlântico, podia-se até encontrar cativos brancos ou praticamente brancos nas grandes cidades, entre outros motivos porque o direito imperial

brasileiro prescrevia que o estatuto do filho seguia o estatuto da mãe: o filho da escrava nascia escravo. Como naquelas alturas, alguns escravos brancos – filhos, netos e bisnetos de escravas mulatas e de brancos até então isolados em fazendas sertanejas, começaram a ser vendidos para as capitais, entre elas, a própria Corte.

Apesar da ocorrência e da importância desses casos para termos a compreensão de como era complexo esse mundo pautado no cativeiro humano, uma coisa era certa, o escravismo moderno praticado no Brasil Imperial, à diferença da escravidão na Grécia e na Roma antiga, acabava reforçando mesmo o estatuto legal do cativeiro com a discriminação racial: o escravo só podia ser preto ou mulato, nunca branco. Contudo, se o Povo e a Plebe eram pessoas, distinguindo-se dos escravos por serem livres, eles, no entanto, também não eram iguais entre si nem no interior de cada um dos seus mundos. A diferença no tratamento de cada segmento da população podia ser vista nos diferentes espaços sociais, entre os quais, tribunais e prisões, onde escravos, livres e libertos, assim como os homens ricos, apareciam em proporções muito diferentes em relação a esses outros.

Nessa ordem, os homens livres eram qualificados diferentemente, constituindo uma elite de “homens bons” e, posteriormente à emancipação política, de “cidadãos ativos”. O recurso à mobilidade espacial era comum a “ricos” e “pobres”, mesmo considerando-se as expressivas diferenças que a posse de alguns escravos ou outros bens móveis podia representar nas oportunidades abertas de reinserção social. Mas, esse processo era bem mais complexo do que parece, uma vez que, segundo Castro (1995, pp. 28-29): “os processos de empobrecimento e a obtenção de alforrias geravam continuamente novos livres à procura de laços, e a inserção social destas pessoas se fez, entretanto, profundamente marcada por uma hierarquização racial, que separava, até mesmo na prática religiosa, pretos, brancos e pardos.”⁷

Portanto, não se tratava de uma sociedade onde o reconhecimento dos indivíduos se dava simplesmente por uma

7 Como no caso das irmandades leigas, as quais abordaremos mais adiante neste trabalho.

distinção binária entre brancos livres e negros escravos, mas sim por um conjunto de representações e de papéis dos diversos tipos sociais que aqui existiam. Nesse jogo de representações, o signo da “cor” aparecia como um qualificativo determinante de maior ou menor mobilidade nos diferentes espaços. Mas afinal, o que designava cada qualificativo especificamente, e em que medida isso influenciava na trajetória e nas vivências da população negra, fosse ela livre ou escrava?

Segundo o estudo feito pela mesma Castro (1995) sobre negros libertos e sua luta por reinserção social no sudeste brasileiro, na segunda metade do século XIX, o termo “pardo” não era utilizado generalizadamente apenas como referência à cor da pele mais clara do mestiço, para a qual se usava preferencialmente o significante mulato. A designação de pardo era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não.

A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por aqueles que ficavam conhecendo. A reação do observador podia ser também influenciada pela aparente riqueza ou provável *status* social da pessoa julgada, então, pelas suas roupas e pelos seus amigos. As origens podiam ainda ser tidas por relevantes, uma vez que os mestiços em ascensão social davam-se ao grande trabalho para esconder os seus antecedentes fenotípicos. Para Skidmore (1989, p.56) tal comportamento sugere que um mulato, a quem os traços fenotípicos tinham permitido o desejo de ascensão social, podia sentir-se ainda suficientemente inseguro para temer que a sua vivência na sociedade pudesse ficar ameaçada por uma redefinição de status com base nas raízes familiares.

Por outro lado, os significantes “crioulo” e “preto”, mostravam-se claramente reservados aos escravos e aos forros recentes. A designação “crioulo” era exclusiva de escravos e forros

nascidos no Brasil e o significante preto, até a primeira metade do século XVIII, era referido preferencialmente aos africanos. A designação de “negro” era mais rara e, sem dúvida, guardava um componente racial quando aparecia qualificando a população livre, o que servia para reforçar a liberdade como um atributo específico dos “brancos” e a escravidão, dos “negros”. Nesta forma de enunciação, os “pardos”, fossem negros ou mestiços, tornavam-se necessariamente exceções controladas. Dessa forma

a representação social que separava homens bons e escravos dos “outros”, tendia, assim, a se superpor, pelo menos em termos ideais, a uma hierarquia racial que reservava aos pardos livres, fossem ou não efetivamente mestiços, esta inserção intermediária. Desta forma, o qualificativo “pardo” sintetizava, como nenhum outro, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista. Para tornarem-se simplesmente “pardos”, os homens livres descendentes de africanos dependiam de um reconhecimento social de sua condição de livres, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam. (CASTRO, 1995, p.30 – grifo da autora)

Embora saibamos que a definição do estatuto social dos negros a partir dessas cores específicas não possa servir como regra para as diferentes realidades regionais do Brasil escravista do século XIX e, particularmente, para o caso do Recife, não deixa de ser interessante atentarmos para tal classificação, uma vez que ela confirma, em certa medida, a amplitude dos modos de relação mesmo entre o conjunto da população negra. Mesmo que a prática, por diversas vezes, não correspondesse à representação, a cor da pele tendia a ser, por si só, um primeiro signo de *status* e condição social para qualquer forasteiro. Limitavam-se, assim, não só as possibilidades de mobilidade social, mas também de mobilidade espacial dos forros e de seus descendentes, que permaneciam ameaçados pela possibilidade de reescravidão. Podemos dizer, portanto, que pelo menos até certa parte do período escravista, a mais elementar decorrência da liberdade, ou seja, a capacidade de mover-se esteve violentamente restringida também para grande parte dos libertos e de seus descendentes.

Do controle ao conflito

Como vimos, mais do que simplesmente uma base de sustentação econômica para a sociedade brasileira do século XIX, o sistema escravista representava o grande parâmetro para a organização social da época, definindo posições e estabelecendo condutas a partir dos valores senhoriais. Mas, para que essa instituição pudesse se manter econômica, social e culturalmente, era preciso que houvesse um controle político sobre o povo, esse entendido basicamente como o conjunto das pessoas livres pobres e dos escravos, de modo que não ameaçasse a suposta estabilidade da estrutura. Tal controle era dividido entre o Estado e os particulares (proprietários de escravos de grande e pequeno porte), duas forças que coexistiam sem embaraços porque, sendo aliados, recortavam para si campos de aplicação basicamente distintos, mas de interesse comum.

A não ser em casos de insurreição e, eventualmente, de assassinatos, o controle dos escravos ficava ao total encargo dos senhores, e aqueles que não tinham poder de coação suficiente sobre seus cativos, acabavam vendendo os insubmissos a quem o tivesse, ou trocando por outro cativo que fosse aparentemente mais obediente ou mais útil, como aconteceu com certa preta da Costa colocada à venda em março de 1831 no Recife. Segundo o anúncio, era sadia e vitoriosa, além de fazer seu tráfico e pagar jornal fielmente, mas apesar disso, seu dono queria vendê-la ou trocá-la por um moleque ou moleca, porque ela não queria acompanhá-lo para o sertão (DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 11 mar. 1831).

Da mesma forma, seria com o mulato de 25 anos que, de acordo com o anunciante, era de bonita figura, sem vícios e com algum conhecimento do ofício de pedreiro, mas que estava à venda por não querer mais servir ao seu senhor. 8

Essa presença “teimosa” dos negros no cotidiano do espaço urbano também chamou atenção de Chalhoub (1990), ao estudar os últimos anos da escravidão na Corte. Segundo este autor, muitos escravos provenientes de outras províncias

conseguiam permanecer na cidade e impedir ou inverter parte do percurso que os colocaria sob o domínio dos feitores das fazendas de café do interior.

Para ele, porém, não é fácil perceber como estes escravos pensavam sua situação e tomavam a deliberação de agir no sentido de tentar impedir sua ida para as fazendas de café, ou de garantir a permanência na cidade. Não significa imaginar que eles fugiam para a cidade necessariamente “em busca do mercado de trabalho livre”, ou que queriam “procurar por um emprego” que lhes desse a “possibilidade de vender seu trabalho”. Bem mais do que simplesmente tomarem o espaço urbano como o lugar mais interessante para se viverem como cativos, essas atitudes sugeriam, uma percepção por parte dos negros sobre sua importância nos negócios da escravidão, e como tal, expressavam que eles

pensavam e agiam segundo premissas próprias, elaboradas na experiência de muitos anos de cativo, nos embates e negociações cotidianas com os senhores e seus agentes. Eles aprenderam a fazer valer certos direitos que, mesmo compreendidos de maneira flexível, eram conquistas suas que precisavam ser respeitadas para que seu cativo tivesse continuidade: suas relações afetivas tinham que ser consideradas de alguma forma; os castigos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; haviam formas mais ou menos estabelecidas de os negros manifestarem suas preferências no momento decisivo da venda (CHALHOUB, 1990, p. 59).

Se a ocorrência de casos como este servia, à primeira vista, para atestar o poder do senhor sobre seu cativo insubordinado através da sua venda ou troca, para esses escravos isto podia significar uma alternativa de exercer autonomia e capacidade de escolha sobre todos os aspectos da sua vida a qual pareciam não ter nenhum poder de decisão por ser posse de outrem. Uma rebeldia que perturbava a paz de espírito e ameaçava a prosperidade material de seus senhores (AZEVEDO, 1987).

De fato o negro rebelava-se contra a escravidão, contra a sua miséria, na maioria das vezes com atitudes individuais. Agredia os agentes causadores de sua situação. Agredia

seus senhores fisicamente ou através de feitiçarias. Além dessas feitiçarias, eram comuns na cidade os ferimentos e até as mortes praticadas pelos negros escravos ou não. Estes recorriam à capoeira, à navalha, à faca como armas de defesa contra a polícia, de vingança contra brancos intolerantes e até mesmo contra outros negros. Como bem ressalta Silva (1988, p.80):

Não podemos descartar que os escravos renegaram o sistema e durante quase dois séculos e meio lutaram sozinhos. A partir da Independência sua luta foi secundada pelos ingleses na perseguição ao tráfico. Colocaram-se contra o sistema de todas as formas possíveis (fugas, suicídios, roubos, assassinatos), aproveitaram-se de todas as brechas.

No Recife, segundo Carvalho (2001), alguns escravos aproveitavam-se dos cortes que o rio Capibaribe fazia entre os bairros para se evadirem dentro da própria cidade em busca de dias melhores, como também poderiam procurar outros rumos, seguindo para o interior ou para fora da província, para se manterem distantes dos senhores ou para ficarem mais próximos de seus parentes e amigos, ou mais amplamente aos grupos que estavam ligados por laços de etnia e nação.

Já no Rio, como relata Karasch (2000), os escravos que queriam fugir totalmente do Brasil tentavam até velejar para a África ou cometiam suicídio, acreditando que pela morte retornariam à terra natal. Mas, quaisquer que fossem os motivos da fuga, depois de realizada, os escravos defrontavam-se com o problema de evitar a recaptura. Ainda de acordo com a autora, eles tinham alternativas se não quisessem viver na miséria, pois patrões precisando desesperadamente de trabalhadores e dispostos a arriscar a prisão concordavam em escondê-los entre seus próprios escravos, havendo também a possibilidade desses fugitivos serem salvos das patrulhas por outros protetores, como amigos e parentes.

Tendo a seu favor a mobilidade inerente às tarefas urbanas e a própria densidade populacional negra na cidade, o escravo poderia tentar viver como se fosse livre, protegido pelo anonimato das ruas. Seja para dar pequenas escapadelas

visando ganhos específicos, as *petit marronage*, como chamavam os franceses, ou para livrar-se de vez do jugo do seu senhor, ele se utilizava de muita astúcia, muita criatividade. Mudava de nome, dizia que era forro e quanto mais a pele fosse clara e maiores as habilidades profissionais, também maiores seriam as chances de sucesso na empreitada, podendo a volta ao cativeiro demorar ou nunca mais acontecer. Em suma, essa construção da liberdade demandava muita sorte, e principalmente destreza, pois havia olhos por todos os lados na cidade.

Havia também a alternativa de fugir para os quilombos ou partirem para a resistência direta e violenta através das rebeliões ou atos coletivos de agressão armada. Como exemplo do primeiro caso, destacamos o quilombo do Catucá, distribuído entre as matas nas proximidades do Recife, e que extinguido em 1835. Sua importância como espaço insurrecional mais importante da província de Pernambuco nesse período foi tanta, que não só Malunguinho, nome atribuído ao seu líder, se tornou sinônimo de escravo rebelde, como o próprio termo Catucá passou a ser usado para se referir a qualquer bando de negros ou desclassificados em geral⁹, como mostra esse texto publicado num jornal local:

A prevaricação dos escravos nesta cidade, é um mal tão grande, que não houvera proprietário que não sinta: compra-se um negro novo, e enquanto se elle conservar bruto é tolerável, mas apenas vai adquirindo alguma civilização, em vez de se tornar mais sutil, elle se constitue um composto de todos os vicios. E qual será a origem deste mal? São os taberneiros pela maior parte: sim, Sr. Editor; cada taberna nesta cidade é um quilombo de negros, e cada taberneiro (com poucas excepções) um malunguinho, que com elles socia, já franqueando-lhes fiadas todas, quantas bebidas querem, já consentindo jogos no interior das mesmas tabernas, e já finalmente guardando, e occultando os furtos, que fazem. E não haverá a quem recorramos, afim de se remediar tão grande mal? Estas necessárias providencias achar-se-ão comprehendidas no circulo das atribuições dos juizes de paz? Terão elles cuidado de as dar? (DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 04 mar. 1831).

⁹ Mais sobre o quilombo do Catucá e seu líder Malunguinho, em Carvalho (1996).

Para além desses tipos de reações mais extremas, havia todo um conjunto de dispositivos ou de estratégias que podiam ser utilizadas pelos escravos nesse jogo de tensão com os seus senhores. Ações muitas vezes aparentemente banais, mas que representavam alternativas significativas para melhor enfrentarem a realidade que lhes era imposta. Trata-se do heroísmo prosaico de cada dia, como bem definiram Reis e Silva (1989).

Esse jeito sutil de resistir e sobreviver dos negros, também foi ressaltado por Carvalho (2001), ao descrever o cotidiano do escravismo no Recife da primeira metade do século XIX. Tendo constatado essas muitas e diferentes estratégias utilizadas pelos cativos na capital pernambucana, a exemplo de outras cidades onde esse sistema se instalou, o autor nos lembra que

a grande maioria dos escravos não virou quilombola, nem suicida, caso contrário, a instituição não teria durado tanto. Por essa razão, deve-se estudar as estratégias de resistência e sobrevivência que não implicavam numa fuga para o mato, nem deixar necessariamente a cidade. Fingir de forro pelas ruas, mudar de dono quando achesse conveniente, arrumar alguém que lhe escondesse por algum tempo, são algumas dessas alternativas visando contornar, e não confrontar, as imensas restrições impostas pelo regime escravista (CARVALHO, 2001, pp.14 -15).¹⁰

Sendo assim, a opção pela não radicalização não se tratava de acomodação à situação que estava posta, mas sim de utilizar criativamente as contradições, ou as brechas do sistema e a conjuntura do momento com atos de rebeldia limitada e calculada, abrindo novas frestas na cadeia da escravidão, a partir de uma perspectiva contínua de liberdade onde o processo de conquistas que podia ser gradual ou brusco. Isso porque o cativo não era apenas mão-de-obra, mas um elemento integrante e ativo desta sociedade de senhores, libertos, escravos, brancos pobres que no seu dia-a-dia criaram, ajustaram e reconheceram seus papéis sociais. Como já destaca Silva (1988, p.112), na cidade, muito mais do que no campo, houve uma adaptação da escravidão ao novo

10 Sobre essas estratégias de resistência utilizadas pelos escravos em Pernambuco do século XIX, conferir também Silva (1996), Fonseca (2000) e Costa (2007).

ambiente. Nesse sentido, não podemos pensar na escravidão como um modelo fechado, pois ele não é uma abstração, mas uma realidade histórica rica e contraditória, como, aliás, o são todas as realidades.

Acima de formalidades legais como as procurações e as escrituras, os negócios de compra e venda de escravos ocorriam num universo de possibilidades e de práticas sociais que havia instituído um espaço de participação ou de opinião do cativo em tais transações. Essa participação dos escravos, mesmo que incerta e delimitada pelas relações de classe numa sociedade profundamente desigual, tinha regras e lógicas consagradas pelo costume, de que forma essas ações dos negros influenciavam os rumos que tomavam as transações entre os senhores. Apesar de tudo o que os afastava e opunha, ainda de acordo com a citada autora, senhores e escravos tiveram que encontrar um acordo sistêmico. E quando desprezamos este aspecto da realidade, acabamos por perder alguns nexos importantes para a compreensão dessa mesma realidade.

Ainda sobre a existência desses acordos, Reis e Silva (1989) salienta que, o simples exame da participação dos cativos na população total do país, nos permite duvidar que uma sociedade com tal desproporção entre homens livres e escravos pudesse gozar de alguma estabilidade sem que, ao lado da violência, ou melhor, do “temor da violência”, não passassem poderosas correntes de negociação e sabedoria política. Padrões de relacionamento que aparecem desde os primeiros tempos do escravismo no Brasil e que não podem ser explicados pela simples via do paternalismo, pois, em grande medida, eram forçados pelos próprios escravos.

A questão é que vigorou por muito tempo uma ficção essencial nesses documentos, que representava os cativos como coisas, simples mercadorias a serem negociadas. Segundo Chalhoub (1990), essa ficção permite pelo menos a organização formal dos atos dos senhores: procurações, escrituras, inventários e ações cíveis diversas se tecem a partir da noção de que a propriedade em escravos está totalmente circunscrita no

pacto social fundamental dos cidadãos-proprietários dessa sociedade – isto é, a defesa da propriedade privada -, pacto esse expressamente firmado no artigo 179 da Constituição do Império. É óbvio, portanto, que

uma leitura que se limite à transparência das fontes concluirá que atos de compra e venda de escravos são ações meramente corriqueiras e anedóticas, rigorosamente previstas no ordenamento jurídico e no imaginário social inventados pelas elites proprietárias e governamentais dos “Brasis” no século XIX (CHALHOUB, 1990, p. 75).

Um outro pilar da política de controle social era a prerrogativa exclusiva atribuída aos senhores de conceder ou negar alforria a seus escravos. Cada cativo sabia perfeitamente que, excluídas as fugas e outras formas radicais de resistência, sua esperança de liberdade estava contida no relacionamento que mantivesse com seu senhor particular. “Prova” da liberdade de um escravo, a carta de alforria o introduzia na vida precária de uma pessoa liberta numa sociedade escravista.

Trabalhando pelas ruas, docas e lojas mantinham-se informados dos acontecimentos e às vezes conheciam alguns dos seus poucos “direitos”, como, por exemplo, o das alforrias em que a Lei Rio Branco concedia o direito do cativo de formar um pecúlio com o que lhe proviesse de doações, legados e heranças, e, com o consentimento do senhor, tudo o que obtivesse do seu trabalho e de suas economias. Com este pecúlio, segundo Silva (1988), o escravo poderia comprar sua liberdade, independentemente da vontade do senhor, desde que tivesse a quantia correspondente ao seu valor. Este pecúlio poderia ficar nas mãos do senhor ou, com prévia autorização do juiz de Órfãos, ser recolhido às estações fiscais, na Caixa Econômica, ou banco de depósitos. Assim, após 1871, os escravos podiam requerer, amigavelmente ou através da autoridade, a sua emancipação.

Estas informações eram obtidas através de contatos com os diferentes grupos da sociedade, nas irmandades de negros, nas corporações de ofício, enfim, nas ruas da própria cidade.

Os escravos procuravam valer-se dessas informações para conseguir de alguma maneira sua liberdade, quer de forma legal, quer de forma ilegal.

Pela forma legal tentavam conseguir, através dos processos de manumissões, sua alforria. Na cidade contavam para alcançar a libertação com fatores tradicionais, como a chamada benevolência dos senhores, como resultado de bom comportamento; além de outros, como a capacidade de trabalho, a habilidade em furto, o auxílio das irmandades de negros – mas principalmente a esperteza em tirar proveito de todas essas condições em momentos favoráveis (SILVA, 1988, p.81).

No século XIX, de novo segundo Karasch (2000), a carta transferia o título de propriedade (o cativo) de senhor para o escravo. Em certo sentido, os escravos literalmente compravam-se ou eram doados para si mesmos. Uma vez que havia uma transferência de propriedade, o ato tinha de ser documentado publicamente por um tabelião em um cartório, que registrava o título e emitia a carta de alforria, geralmente em presença do escravo, de seu dono (ou donos) ou do testamenteiro e de testemunhas. Posteriormente, o escravo recebia uma cópia exata da carta preservada no livro de notas do tabelião. Em alguns casos, ou grande parte deles, as cartas de alforria demonstravam como a manumissão podia servir aos interesses dos senhores e ser um instrumento de exploração daqueles que tinham de pagar pela liberdade, bem como obrigar a anos de serviço, funcionando assim como mais uma forma poderosa de controle dos escravos. Os donos prometiam liberdade para os obedientes e negavam-na aos rebeldes.

Enquanto o tráfico continuou, a mesma autora afirma que - ao menos no Rio de Janeiro - os senhores estavam dispostos a aceitar a compensação de seus servos “obedientes”, alguns dos quais em idade avançada, especialmente mulheres, pois assim evitavam as despesas de cuidar deles na velhice, além de poderem comprar os mais novos, os meninos. Com os substitutos sendo abundantes, não tinham de preocupar-

se com a perda da mão-de-obra dos libertos e seus filhos. A alforria de mulheres, em especial das de mais de trinta anos, e de crianças não era uma ameaça para eles.

De acordo com Chalhoub (1990), a idéia era convencer os escravos de que o caminho para a alforria passava necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos senhores. Mais ainda, a concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores, fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação de escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários.

Relativamente comum era que os senhores determinassem que um ou mais de seus escravos ficassem livres quando do seu falecimento. Porém, mais do que um momento de esperança, o falecimento do senhor era para os escravos o início de um período de incerteza, talvez semelhante em alguns aspectos à experiência de ser comprado ou vendido. Eles percebiam a ameaça de serem separados de familiares e de companheiros de cativeiro, havendo ainda a ansiedade da adaptação ao jugo de um novo senhor, com todo um cortejo desconhecido de caprichos e vontades. Era problemático também fazer valer os direitos conquistados junto ao antigo senhor – o que na cidade podia incluir certa autonomia no trabalho, liberdade de movimento e até licença para dormir fora de casa.

Isso se deve ao fato de que, mesmo na cidade, a manumissão do escravo continuava sendo assunto essencialmente privado, que fazia parte dos direitos de propriedade, zelosamente guardados, direito que manteve-se até praticamente o fim da escravidão. O Estado, como garantidor da propriedade, procurava interferir o menos possível, somente nas ocasiões excepcionais, entendidas como razões imperiosas, mas, de qualquer forma, indenizavam-se os senhores. Ao longo da primeira metade do século XIX, segundo Cunha (1986), quase todos os projetos antiescravistas incluem, na legislação que propõem, o resgate compulsório do escravo que apresentasse o seu valor. No campo jurídico, o argumento que se opunha a estas propostas era o direito de propriedade, garantido em

toda a sua plenitude pela Constituição de 1824, no seu artigo 179, parágrafo 22. Uma plenitude que supunha o direito exclusivo de o senhor alforriar ou não seu escravo, segundo sua “exclusiva vontade”. Por isso

Da perspectiva dos escravos, na medida em que podemos defini-la, a alforria era raramente um presente, nem era “facilmente” ganha. Era claramente comprada. A longa batalha para conquistar a alforria, apesar do baixo status social das pessoas libertas, sugere muito sobre as condições terríveis da escravidão. Muitos ex-escravos não escolhiam ficar sob controle de senhores “benevolentes”, preferiam a vida difícil e precária de um liberto numa sociedade escravista (KARASCH, 2000, pp. 469-470).

Essa vida difícil principalmente para os que, por um motivo ou outro se viam sozinhos, significava, entre outras coisas, defrontavam-se com o problema básico de pagar por moradia, alimentação e roupas, cuidar de si mesmo na doença e na velhice e tomar providências para seus enterros, embora houvesse na cidade a Santa Casa de Misericórdia que, por pressão ao Estado da sociedade amedrontada com “essa gente” pelas ruas, prestava serviços médicos aos escravos e à população pobre de modo geral, através da arrecadação da receita de prédios de sua propriedade, de forros, de contribuições, de loterias, de legados, de atas da renda pública, de taxas de doentes abastados e do serviço funerário.

A própria alforria que libertava o escravo, segundo Silva (1988), não garantia ao negro, inserção no mundo dos brancos. O liberto continuaria incorrendo em restrições legais, além de raciais, como a necessidade de fiador, alguém que respondesse por ele, para que continuasse exercendo suas atividades. Como alternativa para satisfazer essas necessidades, formavam e entravam para irmandades religiosas e outras associações, pois sem o apoio social de outros escravos e libertos, tinham pouca segurança fora da casa de seus senhores.

Como um liberto também tinha o direito de casar-se e constituir família sem medo de ser separado, depois da alforria, o próximo passo para alguns deles era a ratificação de uma união consensual com um casamento religioso,

de preferência na Igreja Católica, pois assim obteriam respeitabilidade, e quem sabe até integração na sociedade, distinguindo seu status social especial diferente dos escravos, levando com isso seus filhos a escaparem do estigma da ilegitimidade.

Mas isso não garantia a tranqüilidade, pois havia outras restrições à mobilidade dos libertos que ilustram que eles não eram inteiramente livres, já que sofriam muitos dos mesmos riscos e dificuldades dos pobres de qualquer cor ou origem nacional, junto com a constante ameaça de retorno ao cativeiro. Diante desse risco, era preciso cuidar, defender o tempo todo, sua liberdade de todas as maneiras possíveis. Era comum na época, os forros utilizarem, por exemplo, os jornais para afirmarem junto ao grande público sua condição de livres, principalmente quando eram anunciados nestes mesmos jornais como escravos fugidos:

A preta Roza Maria, faz sciente ao respeitável publico que ella esta forra por seu legitimo Sr., e que nada tem com Noberto Alves Cavalcante, e que nem esta occulta, nem fugida, como alguêm tem propalado, pois tranzita por esta cidade publicamente sem receio de cousa alguma a vista do título que, garante sua liberdade (DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 01 jul. 1843. nº 139, p. 4).

Nos centros urbanos, por exemplo, onde proliferavam escravos de ganho e senhores de poucos escravos, sem feitores e aparelhos privados de coação, era o Estado, a quem, teoricamente, competia o controle dos libertos e dos livres, que havia se posto a serviço da justiça particular dos senhores, instituindo o calabouço, cuja função principal era recolher e administrar os castigos que os senhores determinassem para seus escravos. Dessa forma, afirma Castro (1995) que, ao registrar-se com precisão a cor, toda vez que se interrogava um negro ou um pardo, tornava-se necessário especificar sua condição de livre ou liberto, como a se explicar a exceção.

Para manter a ordem, esse Estado-feitor, como assinalou Algranti (1988), procurava disciplinar a circulação e punir aos infratores das várias posturas que se multiplicavam na relação direta do crescimento da cidade e do aumento da

população escrava. As punições garantiam, além de uma arrecadação devida às multas, a possibilidade de utilização dos escravos a serviço do governo.

Segundo informações contidas no estudo de Souza (2002) sobre as Posturas Municipais do Recife nessa época, o controle ia desde a proibição da circulação de pretos com cargas pelas calçadas da cidade, até a repressão do que fosse considerada desordem feita por escravos, com punição de 100 açoites e entrega do cativo ao seu senhor num prazo de 24 horas. Caso fossem pegos andando armados, seja explicitamente ou modo oculto, a punição seria encarceramento na prisão e castigo que poderia variar de 50 a 150 açoites. Além disso, passou-se a exigir a identificação dos escravos de ganho por meio de chapas metálicas que deveriam trazer penduradas ao pescoço, contendo principalmente o nome dos seus senhores. O controle passou a ser tão grande que chegou até na fiscalização das ferramentas que certos trabalhadores (cuteleiros, açougueiros e até alguns artesãos) usavam no exercício do seu ofício.

Em Pernambuco, de acordo com Maia (1995), essas leis municipais identificavam progressivamente tanto a categoria dos homens livres de cor, que ao final do século XIX já constituía a maioria da população da Província, quanto a dos escravos, considerando que esse dispositivo legal fazia parte das formas de controle que as autoridades tiveram que adotar de modo que abrangessem as duas categorias, uma vez que, como primeira viviam em condições não muito superiores a segunda, sua proximidade passou a existir até nas horas de lazer.

A partir da leitura feita sobre as posturas da segunda metade do século, a autora afirma que destaca que havia duas formas diferentes de ajuntamentos de escravos que eram reprimidos. Uma dessas formas ocorria nas tavernas, com o pretexto dos escravos irem fazer compras a mando do senhor, o que poderia levar mais tempo do que o necessário, aproveitando o escravo para beber, prostrar-se com seus irmãos de cativeiro ou com livres pobres, e tratar de fazer seus negócios com eles

e com os comerciantes, através de produtos de furtos, jogos ou mesmo economias próprias.¹¹Tais aspectos expressos nas posturas mostram a maior dificuldade que as autoridades enfrentavam no controle dos cativos:

transformar o homem livre no principal agente desse controle. Era uma situação ambígua muito reveladora, o fato de que para vigiar o escravo era necessário vigiar o homem livre. Era proibido a um homem livre – ao comerciante em especial -, essas ações conjuntas com ele. De fato, era sobre o comerciante que recaíam as penalidades sobre as infrações, uma vez que as relações comerciais favoreciam a inserção do cativo na sociedade livre, e por isso era importante que elas fossem restringidas ao máximo possível. O conceito que havia sobre o escravo era o de um produtor direto sem autonomia, caso ele se tornasse assíduo comprador-vendedor por conta própria, esse conceito mudaria e com ele viriam efeitos negativos sobre o controle dos escravos (MAIA, 1995, p. 99).

Também no Rio de Janeiro, segundo Silva (1988), a população enquadrada nessas posturas era constituída por negros e mulatos libertos, escravos ao ganho, escravos de aluguel, escravos domésticos encarregados de pequenos serviços para seus senhores, negro fujão que na cidade via a possibilidade de burlar a fiscalização. Enfim, todo negro era suspeito. Quando as leis de toque de recolher foram aprovadas, libertos e escravos estavam igualmente sujeitos à detenção pela polícia e ao encarceramento.¹² Na prisão, segundo salienta Karasch (2000), os libertos não podiam contar com um dono para obter sua liberação. Sem fundos, amigos ou influência, às vezes morriam na prisão por falta de comida e roupas. Além disso, não tinham nem mesmo o direito de portar armas para se defender e muitos eram encarcerados por usar golpes de capoeira, ou armas de fogo e facas.

Mas, a categoria, entre todas, considerada perigosa nesse início do século XIX, era sem dúvida a da gente de cor que não era escrava. Acha-se, inclusive, que haveria mais livres do que escravos no país como um todo, mas o que era certo é que havia muito menos brancos. De acordo com Degler (1976),

11 Como já sugeria-se no Diário de Pernambuco de 04 março 1831 citado linhas acima.

12 Em estudo que abrange desde o final do século XIX até inícios do século XX, Maia (2001) discute esse papel do aparelho policial sobre essa classe popular, da qual ex-escravos e negros nascidos livres passavam a fazer parte.

durante o período colonial, tanto quanto se pode avaliar, a maior parte dessa população brasileira era ao mesmo tempo de cor e escrava e já no século XIX, os visitantes que por aqui chegavam, imediatamente tomavam conhecimento da preponderância dos pretos. O próprio viajante inglês Henry Koster quando chegou ao Recife no começo do século XIX, por exemplo, não deixou de notar que a população consistia principalmente em indivíduos de cor mais acentuada (KOSTER, 1978).

Por isso, as condições de controlar efetivamente essa população eram improváveis, o que fazia com que se concentrassem aparentemente nos livres de cor, as ações judiciais e as prisões, além do alistamento militar forçado. Como observa Cunha (1986, p.139):

As deserções, o banditismo e as queixas generalizadas contra a vagabundagem dos livres de cor atestam que o controle estava longe de ser total. Deste modo, ser negro e, sobretudo um africano de sotaque e traços reconhecíveis, significava ter de provar que não era escravo para ser tido como livre: por medo de serem reescravizados, muitos libertos negros ou fixavam residência nas imediações das fazendas onde haviam sido escravos e onde, pelo menos, sua condição de forros era conhecida, ou iam se estabelecer junto aos escravos fugidos, nos quilombos. Ao contrário, os mulatos libertos preferiam muitas vezes tentar se fazerem de “ingênuos”, isto é, nascidos em liberdade, em outras paragens.

Um outro aspecto a ser considerado é que a potência da propriedade escrava tendia a se sobrepor, em termos de representação da liberdade, às diferenças econômicas e também sociais entre os homens livres que, recorrentemente, buscavam tornar-se senhores de escravos. Esta representação da liberdade, enquanto perdurou o tráfico africano, tendeu não apenas a legitimar a propriedade escrava, até mesmo para muitos forros, como também a priorizar, nas representações sobre a liberdade, o ideal de não-trabalho. Dessa forma,

o homem seria livre enquanto proprietário de escravos ou rentista em potencial, mesmo que apenas uma minoria efetivamente o conseguisse. Isto significava, numa ordem escravista, basicamente

“não trabalhar” ou mais especificamente, viver de rendas. Um ideal de liberdade que perpassava a qualificação dos homens livres e era pensado, pelo menos até a primeira metade do século XIX, como um atributo do homem branco (CASTRO 1995, p.33).

Mas havia outros aspectos em relação a essa ordem que iam além do fator socioeconômico. Um deles era a contínua produção de homens livres despossuídos que, bem mais que problemas relativos à sua possível funcionalidade, colocavam fundamentalmente questões culturais quanto aos significados da liberdade, pois uma sociedade construída sobre a escravidão necessariamente conferia significados específicos à noção de liberdade que orientava as ações daqueles indivíduos desenraizados e despossuídos, constantemente produzidos, inclusive por concessão ou compra de alforria. Também é preciso lembrar que o acesso ao escravo já não se fazia com a mesma facilidade após a extinção do tráfico atlântico, o que ajuda a redefinir os significados emprestados à liberdade, mas que continuavam, entretanto, a se construir em oposição à escravidão e referenciados estruturalmente ao padrão cultural anterior.

No caminho do trabalho

A explícita preponderância de negros entre a população brasileira no século XIX, ou até mesmo antes dessa época, era explícita, e sabemos que esse contingente de “pessoas de cor” era realimentado, principalmente, pelo maciço e contínuo comércio de gente que se fazia da África ao Brasil para utilização como mão-de-obra escrava nas diferentes atividades produtivas que iam surgindo no país¹³, a exemplo da indústria açucareira no Nordeste, da mineração e do cultivo do café no Sudeste do Brasil. No entanto, essa força de trabalho também foi amplamente utilizada em atividades exercidas fora do meio rural, como decorrência do fluxo migratório interno e do próprio processo de urbanização.

Em termos culturais, a posse de escravos representava um desejo de toda população, não sendo apenas coisa de gente

¹³ Com relação à questão do crescimento natural dos escravos, Silva (1988) aponta que esta pouco se desenvolveu no Brasil, diante das circunstâncias geradas pelo desinteresse de investimentos na denominada “indústria de reprodução” e a facilidade de se adquirir africanos não compensava os gastos e riscos da criação e manutenção de crianças cativas. Além disso, a desproporção entre homens e mulheres era muito grande, sendo eles, mais numerosos mesmo na cidade onde a variedade de opções facilitaria o emprego doméstico, o que definia as preferências dos comerciantes.

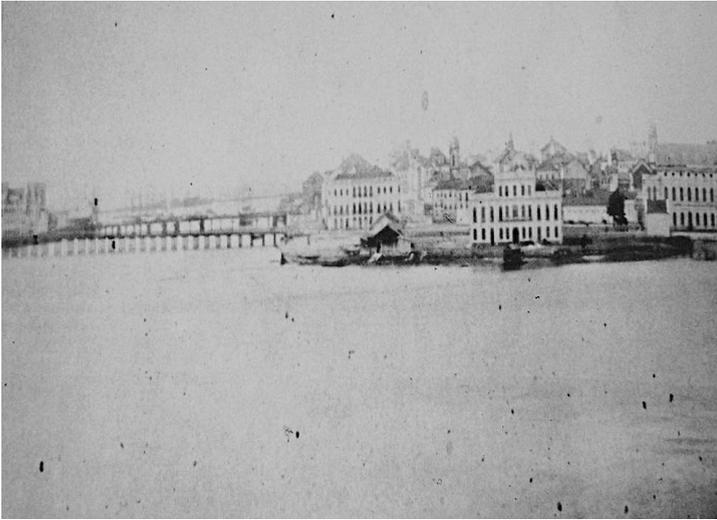
rica. Segundo Silva (1988), todos os artesãos, sem exceção tinham pelo menos um escravo. Padres, militares, taverneiros, funcionários, pequenos, médios e grandes negociantes e alugadores de escravos, todos investiam no escravismo. E nessa ideologia reinante, não ter pelo menos um escravo era prova de extrema mendicidade. Até ex-escravos e mesmo escravos tornavam-se vítimas e autores do sistema – na contradição extrema de escravo-senhor.

Críticas freqüentes e ferrenhas a essa dependência generalizada da mão-de-obra escrava e a desvalorização do trabalho manual na sociedade brasileira de um modo geral e particularmente recifense, chegaram a ser feitas por Lopes Gama, o “Padre Carapuceiro”. Dentre as muitas provocações que fazia cotidianamente através dos artigos que publicava no seu jornal, ele era contundente em dizer:

Aqui, finalmente, uma não pequena parte da gente livre e da liberta entende que o trabalho só é próprio do escravo, e em conseqüência despreza tudo quanto é serviço corporal. Diz-se geralmente que temos muita falta de população. É uma verdade em respeito à extensão do nosso território, mas não é este o nosso maior mal, porém sim o viver na ociosidade uma acrescida porção dessa mesma gente que temos (GAMA, 1996, p.199).

Na capital pernambucana, assim como na maioria das cidades brasileiras dessa época, podia-se encontrar negros realizando os mais diversos tipos de trabalho. Em destaque, estavam os típicos canoieiros, fundamentais numa cidade recortada por rios e que por isso, devia ser uma profissão procurada por muitos libertos, negros e pardos livres, principalmente quando era possível ter uma canoa própria, pois era um negócio que poderia combinar com a pesca e a pega de caranguejo. E não havia como ser diferente, pois, principalmente na época pré-industrial, os rios do Recife eram as estradas por onde tudo e todos circulavam, o que marcava fortemente a personalidade da cidade. Segundo Carvalho (1997), por essas estradas d’água vinha o açúcar produzido na várzea do rio Capibaribe e, à medida que o tempo passou, a cidade foi crescendo seguindo as margens desse rio, sendo ocupadas por moradias de todos

os tamanhos, intensificando-se o tráfego fluvial de pessoas, mercadorias e animais domésticos.



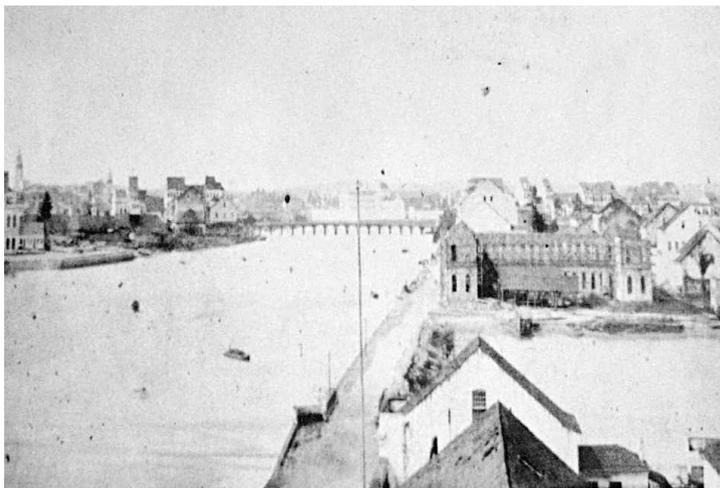
Panorama do Recife, 1855 – Foto: I. Augusto Stahl.

Nas canoas se transportavam até a água que se bebia, pois não havia fontes naturais com água boa nos poços que eram cavados nos bairros centrais da cidade, principalmente no bairro do Recife, que era uma faixa de terra espremida entre o mar e o ponto de encontro entre o Capibaribe e o Beberibe que seguiam juntos para desaguar no oceano. Foi justamente essa falta d’água no bairro do Recife, onde ficava o porto, um dos principais motivos que teriam feito os holandeses preferirem se instalar na ilha de Santo Antônio, estabelecendo ali a Mauritzstaadt, apesar de a água que encontraram já não ser mais tão boa quanto era no início do período colonial (CARVALHO, 1997).

Navegável por duas léguas a partir da sua foz, o Capibaribe por muito tempo continuaria sendo uma via de acesso privilegiada para os bairros mais distantes. Entre o final do século dezoito e início do dezenove, se realizavam nos bairros que circundavam o centro da cidade festas populares em pleno verão que atraíam muitas pessoas rio acima ao encontro dos fandangos, congos, bumbas-meu-boi, sambas presépios e até recitais de poesia. Tudo principalmente através

das canoas. A demanda por essa atividade era tanta que ela chegou até a ser reconhecida pela justiça local e, de acordo com Cabral de Mello (*apud*. CARVALHO, 1997), os canoeiros do Recife chegaram, inclusive, a ter uma capela própria, onde celebravam a festa de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira da cidade, enquanto os de Olinda comemoravam o dia de Nossa Senhora do Rosário, a protetora dos negros.

Panorama do Recife, 1855 – Foto: 2. Augusto Stahl.



Claro que a profissão podia estar ligada a outras atividades, principalmente, no que se refere aos cativos, quando seus senhores tinham o interesse – e como veremos mais adiante, muitos tinham mesmo – de treinar seus escravos em mais de um ofício para obter maior rentabilidade. No entanto, ser canoeiro não era algo que se aprendia do dia para noite, sendo preciso muito treino e especialização.

O rio não era uma estrada reta. Ele também tinha seus caminhos que, em alguns locais, afinavam-se em trilhas às vezes incontornáveis. Quando a água subia, em algumas curvas mais profundas formava redemoinhos que dificultava a movimentação da canoa. Cabia ao canoeiro escolher o lado certo para não ter problemas. Fora isso, havia muito manguezal nas margens, e as plantas se largavam no rio a dentro. Rios cheios de vida vegetal (CARVALHO, 1997, p.89).

Pode-se dizer então que os canoeiros do Recife constituíam-se numa categoria à parte, dada à necessidade de especialização que exigia. E quanto mais longa a experiência, mais valorizados eram os escravos desse tipo de atividade. Como conseqüência da falta d’água na cidade, eles passaram cada vez mais a fazerem a serem adquiridos pelas famílias mais abastadas, sendo encarregados de abastecerem essas casas de água potável pois, assim, elas não dependiam das canoas sujas que eram contratadas para prestar esse serviço, e nem da especulação dos aguadeiros que controlavam esse fornecimento através do controle das fontes e da posse desses escravos e das próprias canoas.

Mas, além destes, a escravidão suntuária como regra das casas ricas, demandava a presença de cozinheiras, mucamas e amas de leite, cocheiros, caseiros e, algumas vezes, até guarda-costas. Também havia negros e negras realizando serviços em lojas, oficinas ou nas ruas, como as vendedoras de laranja, banana, doces e outras mercadorias.¹⁴ Outra figura comum desse cenário eram os “cirurgiões negros”, curandeiros que podiam ser encontrados em todos os bairros, utilizando ervas, benzedeiras, talismãs, aplicações de ventosas nos seus tratamentos, rivalizando com a medicina importada da Europa e gozando de grande prestígio entre negros, escravos ou não, e a até mesmo entre a população branca pobre.

Alastrada do campo às cidades, a escravidão sofreu transformações em alguns dos seus aspectos tradicionais para se adaptar às condições impostas pela vida urbana. Transformações que, apesar de abrirem margem para novas rupturas do próprio sistema, o levaram contraditoriamente a se consolidar dentro desse contexto. Como afirma Silva (1988, p.33), “é incontestável que a escravidão se adaptou às condições urbanas. Algumas modificações ocorrem no sistema, como a questão do ganho, a flexibilidade de circulação e dos contatos com grupos diferenciados. Entretanto, esses fatores não desarticularam o sistema, pelo contrário, foram incorporados por ele”.

Mão-de-obra essencial na cidade que cresce, o trabalho

14 Alguns deles chegaram a deixar o viajante inglês Henry Koster muito incomodado com gritos que, segundo ele, eram “em todos os tons de que a voz humana é capaz...” (KOSTER, 1978, p.29).

escravo não se limitou, no entanto, ao desempenho de tarefas consideradas elementares e desqualificadas, como fomos ensinados a pensar, através dos discursos que tinham a intenção de rotular esses indivíduos de irresponsáveis, boçais e incapazes de executar atividades mais complexas. Na verdade, seu emprego em tarefas para as quais se exigia certa especialização – como no caso dos canoieiros do Recife - não só era usual, como tomou maior proporção no século XIX.

No período colonial, de acordo com o relato de Menezes (2005), eram os oficiais livres que vinham do Reino, que atuavam na indústria do engenho, como conseqüência do tipo especial de mecânica nesse processo de fabricação. Posteriormente, a maior demanda das construções e o serviço de manutenção, onde participavam como auxiliares os homens de cor, levaram a habilitar os escravos mais hábeis, mais ladinos. Assim, a mão-de-obra negra e mulata se introduz além daquele campo a ela inicialmente destinado no engenho, qual seja o da lavoura, da obtenção do mel, do cozimento, se estendendo aos ofícios que estavam a serviço do grande empreendimento do açúcar.

Como podemos ver, os negros não eram somente os trabalhadores do eito, que se prestavam apenas para as atividades agrícolas duras e nas quais o simples trabalho braçal primário era necessário. Na diversificação da divisão do trabalho eles entravam nas mais diversas atividades, especialmente no setor artesanal. Em alguns ramos eram mesmo os mais capazes como, por exemplo, na metalurgia cujas técnicas trazidas da África foram aqui aplicadas e desenvolvidas e, segundo Moura (1988), na região mineira, por exemplo, eles foram os únicos que aplicaram e desenvolveram essa arte.

Tanto na época colonial como na última fase da escravidão, o escravo negro se articulava em diversos níveis da estrutura ocupacional, desempenhando satisfatoriamente os mais diferenciados misteres. Durante todo o tempo em que o escravismo existiu o escravo negro foi aquele trabalhador que estava presente em todos os ofícios por mais diversificados que eles fossem. Sua

força de trabalho era distribuída em todos os setores de atividades (MOURA, 1988, p. 68).

Tiveram também a habilidade de aprender com grande facilidade os ofícios que aqueles primeiros portugueses que aqui aportaram trouxeram da Metrópole. Estes tinham mesmo interesse de ensiná-los aos escravos a fim de se livrarem de um tipo de trabalho não-condizente com a sua condição de brancos, deixando ao negro as atividades artesanais. Vivendo numa estrutura escravista, o trabalho manual se configura como sinônimo de escravidão, num processo de desvalorização que aumentava na proporção direta dos estabelecimentos comerciais e manufaturados, a importância da figura do negro de ganho.

Mas é preciso não esquecer que o trabalho desses escravos, executados para os seus donos, ou quando alugados para terceiros, proporcionavam um lucro certo e fácil para o senhor, o que reforçava ou alimentava a existência dessa mentalidade tão criticada pelo Padre Carapuzeiro ao analisar o cotidiano recifense. Por isso, ensinavam-lhes um ou mais ofícios e os exploravam o quanto podiam, vivendo à custa de seu trabalho. Dessa maneira, o preço do escravo na cidade variava de acordo com a sua especialização. Assim, tornava-se uma atividade lucrativa comprar escravos boçais para instruí-los em alguma arte ou ofício e depois vendê-los ou alugá-los. Observando esse mesmo cenário pernambucano, o viajante Koster confirma tal especulação em torno da mão-de-obra escrava, o que o levou a comentar:

e conseguindo alguns avantajados recursos, compravam escravos aos quais ensinavam os seus ofícios, assim como a outros, tirando daí grande proveito; e trabalhando os escravos para seus senhores, proporcionando-lhes assim grandes rendimentos, porque a mão-de-obra era geralmente cara e aqueles que exigem certa perfeição são melhormente recompensados (KOSTER, 1978, p. 486).

O caminho legal para o ganho era conseguido através de um pedido por escrito à Câmara Municipal, no qual o proprietário ou seu procurador legal se identificava, dizia seu

endereço e o número de escravos que gostaria de colocar ao ganho, assim como o nome, origem e profissão dos escravos interessados.

Essencial também para determinar o número de ocupações de um escravo eram a riqueza e a posição social do dono. Quem tinha dono abastado, beneficiava-se com a especialização e com o papel de símbolo de riqueza. Segundo Karasch (2000), os escravos de uma família rica eram numerosos e compartilhavam a responsabilidade de dar apoio aos seus donos em estilo e conforto. Cada um tinha suas tarefas a desempenhar e não precisava trabalhar tão duro quanto os escravos de famílias menos abastadas. O escravo que tinha o fardo mais pesado da cidade, por sua vez, era aquele único de família pobre, ou um, dois ou três de uma família grande. Em ambos os casos, tinha de realizar todo o trabalho doméstico e, se o dono não tivesse ocupação ou renda, tinha de sustentar a família. Além disso, muitos escravos tinham de obter dinheiro para o próprio sustento, o que significava trabalho adicional.

A maioria desses cativos labutavam em ruas, fábricas, oficinas e lojas imundas e residências apinhadas, diante de condições específicas de trabalho que influenciavam também na saúde. Mas onde quer que trabalhassem, seu horário era longo, pois o dia típico para muitos escravos começava bem antes do amanhecer.

Nos jornais da época, quase sempre se podia encontrar anúncios disponibilizando escravos para aprender todo tipo de ofício. No Recife, em 1843, um pardo de 16 anos era oferecido para ser ajudante de qualquer mestre alfaiate, desde que lhe fornecessem o sustento e acabassem de ensiná-lo, pois, segundo seu proprietário, já tinha algum conhecimento do ofício (DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 31 out. 1843). Da mesma forma, um anúncio também do mesmo ano procurava meninos que quisessem aprender o ofício de sapateiro, não importando se fossem livres ou cativos.¹⁵ Como normalmente o contato com essas profissões ocorria bem cedo, ao chegarem à idade adulta, os negros já tinham se tornado exímios no seu

15 Idem, 26 jan. 1843.

ofício, como o preto anunciado para aluguel como padeiro, e que dizia-se ter muita prática.¹⁶

O contato com as diversas profissões e as múltiplas aprendizagens que daí decorriam para o atendimento das demandas que iam surgindo na época, principalmente do meio urbano, acabava fazendo com que alguns negros fossem se tornando exímios “improvisadores de ofícios”, se dedicando a mais de uma atividade, mesmo que não dominassem exatamente todas as que diziam saberem. Um preto de 20 anos, que aparecera à venda no Recife, por exemplo, era, segundo o anunciante, além de oficial de alfaiate, também sapateiro e ótimo cozinheiro.¹⁷

Neste caso, o ofício de alfaiate era certamente sua primeira profissão, ou pelo menos a que mais dominava, a qual se somou o conhecimento de sapateiro talvez pela própria proximidade das duas atividades. Porém, a habilidade como cozinheiro pode ser um indício de que esse indivíduo tenha passado pelo cativo doméstico antes de se especializar.

Negros de diversas nações e etnias desempenhavam essas atividades urbanas, entre os quais estavam os denominados Mina, originários do Congo, que figuraram nos relatos de um viajante francês Couty (1988), que também esteve no Brasil no século XIX. Segundo esse observador estrangeiro, apesar do belo porte físico e de serem bastante ativos, eles eram tidos como “péssimos escravos” na fazenda, pois resistiam aos feitores e os matavam eventualmente, o que os levavam a serem mantidos nas cidades para servir de criados, carregadores, cocheiros, pedreiros, etc. Geralmente pagavam uma renda mensal a seus senhores e vendiam o seu trabalho como bem entendessem, podendo, inclusive, conseguir condições de comprar a própria alforria.

O mesmo observador francês chegou a dizer depois – e exageradamente – que não existiam mais negros Minas em cativo e que lhe foram mostrados alguns deles que, tendo vindo da África, chegavam a possuir 40.000 ou 50.000 francos e ocupavam quase todas as barracas de legumes dos mercados ou as pequenas lojas do comércio varejista, especialmente na Bahia ou no Rio de Janeiro (COUTY, 1988).

16 Idem, 23 jan. 1843.

17 Idem, 01 dez. 1843.

A própria sobrevivência de um escravo na cidade estava ligada à sua qualificação individual, que representaria para o seu proprietário maior possibilidade de obtenção de renda imediata e ao escravo a garantia de manutenção de sua atividade. Isso foi observado por Silva (1988), principalmente entre os escravos ao ganho, cuja concorrência muitas vezes gerou conflitos violentos que exigiram a presença da polícia.

Para regular as vendas e diminuir um pouco os conflitos, surge entre esses escravos ao ganho, uma espécie de instituição sem caráter legal, porém de aceitação de fato, como uma regra interna de convivência: os Cantos. Reunindo os trabalhadores libertos e escravos por etnias ou ocupações, esses agrupamentos tinham o nome do local da cidade onde se reuniam seus ganhadores, possuindo também uma importante função no auxílio mútuo para a alforria de seus membros.

Espécie de figura central desse universo do escravismo urbano, o escravo de ganho já era por si só uma grande provocação ao sistema pelo seu modo de se mover, seu modo de ser escravo. Se não quisermos tomá-lo por esse aspecto, pelo menos não podemos negar que o sistema demonstrava nessa categoria de cativo sua grande contradição. Segundo a definição de Silva (1988), estudiosa do escravo ao ganho – termo mais utilizado por ela - no Rio de Janeiro:

era um “autônomo”, pois esse escravo deveria com seu trabalho prover o próprio sustento e ainda levar para o proprietário parte do rendimento de sua jornada. Alugando o seu serviço a outrem, esse escravo deveria retornar ao fim do dia ou da semana levando uma quantia predeterminada. Ao senhor não importava como o escravo conseguia aquele dinheiro, nem se havia ultrapassado o limite determinado. Esta atitude estimulava atos ilegais, pois os escravos ao ganho, quando não conseguiam completar o valor da jornada, apelavam para os furtos ou a prostituição. Todo o excedente pertencia ao escravo e o senhor respeitava essa regra, embora não existisse nenhuma lei que a garantisse (SILVA, 1988, pp. 87-88).

O ganho de escravos pode ser interpretado então, como uma

forma de variável de salário, como uma brecha no sistema, como uma contradição nas relações escravistas tradicionais, enfim, um acordo não revelado entre senhores e escravos como uma forma de sobrevivência na estrutura urbana. Entretanto, esclarece a mesma Silva que o escravo ao ganho não definia o sistema, nem fora o seu ponto de sustentação. Muito pelo contrário, ele traz novos elementos que, embora não tenham contribuído a curto prazo para a derrocada do sistema pela forma revolucionária, a longo prazo vai evidenciando a sua fragilidade (SILVA, 1988).

Esse sistema, no entanto, não pode ser visto como um presente do senhor, uma dádiva ao escravo, pois não se pode esquecer que, para poder continuar ao ganho, o escravo deveria, sob pena de castigo, não faltar com o pagamento da quantia imposta pelo senhor. Assim como variava a função do negro de ganho, variava também a cota devida aos seus proprietários de acordo com a ocupação, idade, sexo, saúde. Quantia esta considerada pelo próprio escravo um direito do proprietário.

Enquanto isso, o escravo de aluguel tinha seus serviços oferecidos pelo proprietário, que estabelecia o tipo de trabalho e as condições de pagamento. Era comum entre os proprietários ensinar ao escravo alguma arte ou ofício, aumentando assim a jornada recebida pelo seu aluguel. É importante ressaltar que, tanto o escravo ao ganho quanto o escravo de aluguel, continuavam a pertencer a alguém, que ditava qual deveria ser a sua sorte. Desta forma, o tipo de trabalho destinado ao escravo oscilava de acordo com a demanda de mão-de-obra. A qualquer momento, atendendo aos interesses do mercado, os seus senhores poderiam retirá-los do ganho, vendê-los para o campo ou alugá-los para fins domésticos ou industriais.

A forma do ganho, no entanto, acabava vindo de encontro tanto aos interesses dos escravos que viam aí uma perspectiva mesmo que longínqua de liberdade, quanto dos senhores, que se livraram do custo do sustento do escravo, dos gastos que impunha a tarefa da fiscalização, além da possibilidade

de conseguir uma renda líquida. Todas essas circunstâncias garantiam grande lucratividade, tornando-se bom negócio colocar um ou mais escravos ao ganho pela cidade.

Recuperando o capital investido num escravo após três anos de trabalho produtivo o sistema de ganho apresentava-se então como um bom investimento em época de prosperidade econômica, quando aumentava o mercado de trabalho dos ganhadores e mesmo em época de crise, continuava a compensar, na medida em que os proprietários se eximiam do sustento dos seus escravos com a alimentação, vestimentas, tratamentos médicos, enfim, com a própria fiscalização. Na cidade esse escravo era uma responsabilidade do governo (SILVA, 1988, p.109).

Muitos pequenos senhores de escravos mandavam que seus cativos achassem lugar para morar. Segundo relato de Karasch (2000), em muitos casos, isso significava que acabavam dormindo nas ruas, praças, parques e praias. Os escravos que conseguiam moradia melhor o faziam por iniciativa própria e com seu próprio trabalho, mas os que não conseguiam viver separados dos seus senhores estavam fadados às esteiras nos porões escuros e úmidos ou em cubículos minúsculos. A prática de alugar casas para escravos já era tão comum no Rio, por exemplo, que em 1842 que se baixou um regulamento proibindo escravos de alugar, mesmo com permissão de seus senhores. Em parte, a polícia temia que escravos morando sozinhos pudessem esconder fugitivos e criminosos em seus cômodos alugados, como de fato o faziam para proteger parentes e amigos.

Dentro dessa estrutura que se transformava, mas que não deixava de se sustentar na exploração, perseguição e ameaça, a sobrevivência de um indivíduo nessa condição dependia de sua habilidade individual de lidar com o sistema, tirando proveito de todas as situações. Acreditamos que tenha sido também por isso que os negros tiveram ampla e brilhante participação nas atividades de todos os ofícios mecânicos exercidos no país, quer como escravos, ora como libertos, ora como oficiais ou simplesmente ajudantes, e até mesmo como mestres. Tal como os escravos marinheiros e remadores

que não são comumente associados à escravidão brasileira, Karasch (2000) ressalta que os cativos operários, artífices e artesãos especializados também têm sido negligenciados nos estudos sobre escravidão.

Em cada setor da economia, as ocupações braçais sem especialização ou semi-especializadas eram exercidas pela maioria. Mas a variedade de ocupações braçais especializadas abertas então aos escravos é peculiar ao período, e uma minoria deles ocupava posições de responsabilidade em artes e ofícios, ao mesmo tempo em que alguns exerciam cargos de supervisores, capatazes e feitores, mesmo essa classificação não sendo formalmente definida para eles. Em geral, os senhores descreviam seus escravos como aprendiz, meio-oficial, oficial e mestre. Os mais comuns eram os oficiais, aprendizes ou alguma outra indicação de que o escravo ainda estava aprendendo sua profissão. À medida que aprendia sua profissão e melhorava suas habilidades, o escravo ficava conhecido como “muito bom oficial” e, por fim, como mestre-artesão.

Muitos trabalhavam por salários, uma fatia dos quais tinham de entregar aos seus donos. A demanda por libertos e escravos peritos era tanta que eles encontravam pleno emprego e bom pagamento. Nas fábricas que empregavam tanoeiros, carpinteiros e metalurgistas, talvez houvesse condições de trabalho melhores, mas a maioria desses escravos especializados trabalhava mesmo era em oficinas pequenas ou como negros de ganho.

Uma das ocupações mais comuns dos escravos e libertos especializados era a carpintaria, ou de modo mais geral, todos os ofícios relacionados com a construção, inclusive o de pedreiro. Como observou Horner no Rio de Janeiro (*apud*. KARASCH, 2000), a maioria dos construtores era negra, livre ou escravizada. Eles faziam de tudo: cortavam troncos e serravam madeira, colocavam tijolos e telhas, decoravam com entalhes madeiras e terraços, faziam móveis e coches. Outros cativos trabalhavam com todos os metais – ferro, estanho, cobre, ouro e prata, alcançando muitas vezes os

preços mais altos e recebendo bons salários. De menor valor eram os funileiros, que faziam lanternas, cornetas, trompetes, ornamentos militares, e funis, amplamente usados durante o carnaval. Os caldeireiros eram essenciais na manufatura de painéis, caldeiras e outros objetos usados nas casas e engenhos de açúcar.

Além de atuarem nas profissões especializadas ligadas ao vestuário, alguns escravos também manipulavam metais preciosos como prata e ouro, ou cortavam e davam formas à ametistas, topázios, esmeraldas e diamantes. Tendo em vista que os escravos e seus senhores usavam jóias de todo tipo de metal, a demanda por esses símbolos de status dava emprego a muitos artesãos habilidosos.

Uma profissão incomum do século XIX em que os escravos e libertos tinham importância era de barbeiro-cirurgião. Para ser barbeiro como esses libertos era preciso uma série de habilidades além de cortar e pentear cabelos, pois trabalhavam também como cirurgiões, sangradores, dentistas e músicos, tocando violino ou clarinete para seus clientes. Outros além de pintarem imagens de santos e trabalharem em todas as artes decorativas, atuavam até mesmo na difícil arte da litografia e impressão.

Sem dúvida, o registro desse vasto universo de profissionais negros em atividade na cidade chega a ser surpreendente, diante do modo distanciado e preconceituoso que nos acostumamos a conceber o mundo do trabalho escravo. Mas essa imagem distorcida também acometia seus contemporâneos, principalmente os estrangeiros que aqui chegavam. Sobre isso, diz Karasch:

A lista de atividades e profissões especializadas que os escravos e libertos exerciam nos primórdios do século XIX era surpreendente para os estrangeiros que chegavam com preconceitos estereotipados de que os escravos africanos eram músicos, pintores e escultores habilidosos e que os artistas de renome não eram brancos, mas negros ou mulatos (KARASCH, 2000, p.281).

O exercício destas atividades de caráter eminentemente

urbano possibilitava aos escravos uma substancial ampliação do seu campo de ação dentro do escravismo. Tanto que Couty (1988), com base em suas observações isoladas e nos pressupostos bem particulares – ou poderíamos dizer, tendenciosos - achava que não podia considerar escravos os pedreiros, os carpinteiros, os diversos trabalhadores que tinham a liberdade para alugar seus serviços como bem entendessem; ou ainda os empregados domésticos, os pagens, que teoricamente tinham mais liberdade, mais alegrias e menos trabalho do que empregados domésticos assalariados da Europa. Para ele, os únicos negros que continuavam a ser verdadeiramente escravos eram os negros da roça, das fazendas, os negros que trabalhavam na agricultura, e mesmo esses também eram bem tratados e bem alimentados.

Mesmo não se tratando de uma situação que possa ser generalizada a todos os escravos urbanos, essa capacidade de mover-se, segundo Castro (1995), estava referida a um sentido específico de liberdade. Significava, fundamentalmente, liberdade para escolher e estabelecer novos laços de amizade, família ou patronagem. Ou seja, significava ao escravo a possibilidade de aproximar-se quase à indiferenciação do mundo dos livres. Mais uma vez, a experiência de liberdade com que conviviam servia de referencial, sempre contrastada com o modelo conhecido de cativo. Por isso, ainda segundo a autora:

Cabe reafirmar as possibilidades abertas ao exercício da liberdade pela mobilidade espacial e o marcado sentido de temporalidade que trazia, bem como a crescente indiferenciação prática que se estabelecia entre negros e mestiços livres- “pardos”-, brancos empobrecidos e mesmo alguns cativos que logravam ampliar seu espaço de autonomia dentro do cativo. Numa sociedade marcada pelas relações pessoais, estabelecer laços era essencial para a obtenção de um lugar, por mais obscuro que fosse, no mundo dos livres. Os reiterados processos de desenraizamento faziam, entretanto, parte estrutural deste mundo e seus indivíduos possuíam recursos suficientes para conviverem com esta realidade e se reinserirem na ordem social sem que se tornassem

socialmente anômicos ou desclassificados. E os cativos, que buscavam aproximar-se da liberdade, sabiam disto (CASTRO, 1995, pp.51-52).

Tal mobilidade proporcionada pelo sistema de ganho apresentava-se como sendo um fenômeno característico da cidade, um momento de transição dentro da estrutura escravista tradicional em que se abria uma brecha através da própria ideologia dominante, fomentando assim outras noções de liberdade que materializavam-se no caminho do trabalho.

Mestres de todas as artes

Tanto nos tempos da Colônia quanto do Império, era comum a existência de algumas atividades que se agregavam sob a denominação de “ofícios mecânicos” - a arte ou ofício que se não aprende por princípios científicos, mas depende principalmente do trabalho manual ou mecânico. De acordo com Fonseca (1986), em determinada fase da vida colonial brasileira, aqueles que se dedicavam a essas atividades gozavam de certas prerrogativas sociais, pois constituíam uma classe que se situava entre os senhores rurais e os escravos. Uma vez que a fazenda, naquela época, era um centro de produção e um centro de consumo, e como economicamente ela devia bastar-se a si própria e deles, em parte, dependia para produzir os artigos que os escravos não podiam fazer, era natural, na opinião do autor, que desfrutassem de certo status e privilégios.

Segundo Hobsbawn (2000), esses trabalhadores qualificados, normalmente conhecidos no século XIX como “artífices”, teriam certamente se considerado como uma camada privilegiada ou uma aristocracia do trabalho entre os grupos ou setores organizados. Dentro do universo do artífice, conforme a etiqueta da oficina – e em nenhuma parte se insiste com tanta seriedade na etiqueta profissional quanto nos ofícios qualificados – todos os que não eram artífices eram operários. Isso se explicaria porque:

O trabalho manual coletivo é, por tradição, uma atividade basicamente ritualizada, profundamente entrelaçada com a estruturação ritual das vidas dos indivíduos e das coletividades sociais, os ciclos das estações do ano, início e fim, os ritos de passagem e tudo o mais. Tanto os lugares de trabalho quanto os grupos de trabalho são estruturados e, com frequência, coesos (HOBSBAWN, 2000, p.102).

Dessa forma, diz o autor, as corporações de ofício pré-industriais, geralmente de artífices especializados, desenvolveram todo um universo dessas práticas rituais sobre as quais estudiosos escreveram extensamente. As dos aprendizes de ofício e dos artífices naturalmente incluíam um grande elemento do que poderiam chamar-se de proto-sindicalismo. Na medida em que o sindicalismo do século XIX se originou diretamente de tal tradição ou organização de ofício, é provável que tal ritual tenha nele penetrado.

Em Portugal, desde o século XVI, de acordo com Menezes (2005), esses profissionais já se encontravam regulamentados, tendo uma organização rígida com juízes e escrivães eleitos anualmente por assembleia geral da classe convocadas pela Câmara Municipal, havendo ainda um órgão maior que se constituía da reunião dos diversos juizes dos ofícios que se designava por “Casa dos Vinte e Quatro”. Criada em Lisboa, nela tomavam assento os 24 homens ou Juizes, representando os doze ofícios da cidade e cada uma das classes de profissionais elegia o seu juiz que, para ter assento, precisava ser maior de 40 anos e obter duas partes dos votos dos eleitores. Como o número exato de ofícios mecânicos existentes em Portugal quando da criação desta entidade é desconhecido, passou-se a tomar como base os santos protetores das confrarias.

Ainda segundo o autor, com a transferência do sistema administrativo para o Brasil junto com a Corte, os ofícios passaram a ser regidos apenas pelos juízes, sob controle da Câmara. Entretanto, as cartas de habilitação eram raras, sendo necessário “ser patrão”, isto é, ter tenda aberta para ser habilitado; mais difícil, portanto, para a maioria dos oficiais, sem possibilidades econômicas que lhes permitissem abrir

oficinas, de acordo com as exigências da Câmara e dos juízes. Os pintores, os escultores ou entalhadores estavam excluídos da tal carta de habilitação, talvez porque suas atividades fossem consideradas mais uma arte do que um ofício “mecânico”, isto é, uma técnica que em princípio dispensava a taxa profissional (MENEZES, 2005).

Por sua vez, Holanda (1995) aponta que no Brasil, a organização dos ofícios, segundo moldes trazidos do Reino, teve seus efeitos perturbados pelas condições dominantes: preponderância absorvente do trabalho escravo, indústria caseira, capaz de garantir relativa independência aos ricos, entrando, por outro lado, o comércio, e, finalmente, escassez de artífices livres na maior parte das vilas e cidades.

Como relata o autor, eram freqüentes em velhos documentos municipais, as queixas contra mecânicos que, ou transgrediam impunemente regimentos de seu ofício, ou se esquivavam aos exames prescritos, contando para isso com a proteção de juízes benévolos. Uma simples licença com fiador era, em tais casos, o bastante para o exercício de qualquer profissão e, desse modo, se abriam malhas numerosas na disciplina só aparentemente rígida das posturas. Os que conseguiam algum cabedal, esses tratavam logo de abandonar seus ofícios para poderem desfrutar das regalias ordinariamente negadas a mecânico (HOLANDA, 1995).

Às vezes, nem tal cautela se torna imprescindível: muitos eram os casos de pessoas consideradas nobres que se dedicavam, como meio de vida, a serviços mecânicos, sem perderem as prerrogativas pertinentes à sua classe. Contudo, não seria essa a lei geral: é plausível admitir que constituísse antes um absurdo reconhecido como tal, embora largamente tolerado. Conclui o mesmo autor, então, que:

Nos ofícios urbanos reinavam o mesmo amor ao ganho fácil e a infixidez que tanto caracterizam, no Brasil, os trabalhos rurais. Espelhava bem essas condições o fato, notado por alguém, em fins da era colonial, de que nas tendas de comerciantes se distribuía as coisas mais disparatadas deste mundo, e era tão fácil comprarem-se ferraduras a um boticário como vomitórios a um

ferreiro. Poucos indivíduos sabiam dedicar-se a vida inteira a um só mister sem se deixarem atrair por outro negócio aparentemente lucrativo. E ainda mais raros seriam os casos em que um mesmo ofício perdura na mesma família por mais de uma geração, como acontecia normalmente em terras onde a estratificação social alcançara maior grau de estabilidade (HOLANDA, 1995, pp. 58-59).

Era esse, completa o autor, um dos sérios empecilhos à constituição, entre nós, não só de um verdadeiro artesanato, mas ainda de oficiais suficientemente habilitados para trabalhos que requeriam vocação decidida e longo tirocínio. Outro empecilho vinha, sem dúvida, do recurso muito ordinário aos chamados “negros de ganho” ou “moços de ganho”, que trabalhavam mediante simples licenças obtidas pelos senhores em benefício exclusivo destes. Assim, qualquer pessoa com fumaças de nobreza podia alcançar proveitos derivados dos trabalhos mais humildes sem degradar-se e sem calejar as mãos.

No século XIX, como já discutido neste trabalho, os ofícios de carpinteiros, marceneiros, ourives, ferreiros, sapateiros, alfaiates e outros, eram geralmente exercidos por homens pretos e pardos, em sua maior parte escravos. Além da iniciativa dos senhores e da busca por aprendizado dos próprios negros no meio urbano, e o ensino desses ofícios a esses indivíduos também é atribuído ao trabalho dos jesuítas, juntamente com os mestres de obras vindos para os engenhos, no início da colonização. Naquelas oficinas, padres e mestres em ofícios transmitiam os primeiros conhecimentos aos escravizados. Os oficiais formados a partir de então, cuidaram de transmitir aos outros o conhecimento da profissão, assumindo nas oficinas as tarefas que antes eram conventuais. Esses profissionais, segundo as afinidades do ofício, se agrupavam em irmandades religiosas.

No entanto, desde meados do século XVIII, juízes de ofícios e seus escrevães do Recife já se opunham à atuação desses escravos nos ofícios, negando-se não só a submeterem-nos ao exame profissional, como se opondo que a Câmara lhes dessem

licença para livremente trabalharem. De acordo com Menezes (2005), as reclamações dos senhores desses escravos foram diversas, pois se sentiam prejudicados nos seus interesses, ao que a Câmara acabou estabelecendo, em 13 de novembro de 1756, que os oficiais escravos, pardos, índios ou pretos, que se quisessem examinar, dirigissem os seus requerimentos por si próprios ou por seus senhores, solicitando a competente carta, e dando logo as providências necessárias, se porventura os juízes se negassem a tais exames.

Ainda segundo o autor, naquele ato a Câmara discutiu os prejuízos que a oposição dos juízes acarretava aos senhores de escravos artistas, bem como ao público, porquanto as obras produzidas por esses oficiais eram mais baratas, notando-se ainda que, se eles trabalhassem nas oficinas dos forros, tiravam esses para si uma terça ou quarta parte dos seus jornais, ou seja, dos pagamentos que recebiam, com grave prejuízo não só para os senhores como para os consumidores. Tomando por base tais considerações, a Câmara acabou decidindo em favor dos senhores de escravos, concluindo que de tudo se extraísse certidão autêntica para ser publicada em pregão, e fixar-se nos lugares públicos não só da povoação do Recife como nas demais do termo da vila. Na análise do autor, depreende-se desta questão que:

de um lado a defesa do oficial, realizada pelos juízes de ofício, talvez alguns mulatos, se contrapõe, por não ser política, à defesa dos proprietários. A Câmara, como de resto era de se esperar, não poderia legislar contra a estrutura do trabalho vigente, vez que representava o interesse de boa maioria dominante (MENEZES, 2005, p.313).

Nas várias partes do Brasil, os viajantes, artistas e estrangeiros, ao lado dos fotógrafos, documentaram os negros, escravos ou livres no exercício dos ofícios mecânicos. Em Pernambuco, as descrições de viajantes fazem referência à função urbana e rural dos negros e por elas é possível se ver o quanto estes foram fundamentais na organização da cidade do Recife e naqueles ofícios onde não eram muitos os europeus. Lá pelos anos de 1810, o inglês Henry Koster já observara que

os negros crioulos do Recife eram geralmente os oficiais de todas as artes.

De fato, com a carência de mão-de-obra especializada europeia, a presença dos negros e pardos nas tendas de trabalho representaram um sustentáculo para o exercício dos ofícios. A tal ponto que a maioria dos mestres, mesmo os pardos e negros, detinham escravos a seu serviço e a eles transmitiam o seu *métier* por força da própria estrutura de funcionamento dos ateliês.

Mas, para além da lucratividade dos seus donos e do modo muitas vezes compulsório como se dava o aprendizado dos ofícios, esses conhecimentos profissionais que os negros iam adquirindo, acabavam proporcionando mais do que unicamente a possibilidade de sair das vistas do senhor, ou de ir e vir nas ruas da cidade. A mobilidade associada à própria especificidade do ofício que exerciam lhes abria a possibilidade maior de acessarem certos espaços e conhecimentos, podendo utilizá-los como instrumentos que, em outra situação, dificilmente seria possível.

Por meio dessa ampliação do seu campo de ação, através do exercício de um ofício especializado, alguns negros acabavam estabelecendo uma relação simultânea com a cultura da escrita, mesmo quando na condição de escravos. Uma relação que podia se tornar ainda mais estreita dentro do espaço urbano, pois, como lembra Roche (2001), a cidade constitui um universo cultural original, onde a escrita representa algum papel mesmo para aqueles que não a decifram.

Essa articulação com o mundo letrado seria um instrumento fundamental na luta cotidiana pela sobrevivência ou, podemos dizer, nas vivências de liberdade dentro do sistema escravista. Por isso, era significativa para os negros, mesmo quando acontecia no seu nível mais elementar, como no caso deste escravo de ofício fugido:

No dia vinte e dous de Dezembro do anno passado fugio da caza de Rodolfo João Barata de Almeida um bom mulato por nome Innocencio, official de sapateiro com signaes seguintes:

cor trigueira, estatura alto, cheio do corpo, cabeça grande, pouca barba, representando ter 24 anos de idade, e tem escrito em hum dos braços o seu nome por inteiro Innocencio de Santa Anna e Mello, e uma figura de mulher tudo feito com tinta azul; quem o aprehender leuem em caza do mesmo Barata, na rua de traz do Palacete que será generosamente gratificado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO – 19 jan. 1836 - pág. 14 - grifos nossos).

Especificamente no caso dos sapateiros, a exemplo do personagem deste anúncio, essa relação com as letras torna-se ainda mais enigmática, o que sugere uma discussão mais específica e aprofundada - e que não temos a pretensão de fazê-lo neste trabalho -. Isso porque, na Europa, esses profissionais já eram vistos, ou se faziam ver, com certa aura de “intelectualidade”, sendo associados muitas vezes à revoluções operárias justamente pela relação que supostamente mantinham com os livros e a leitura, embora as aspirações iniciais dos artífices de modo geral, parecessem não ir muito além de manter ou restaurar uma ordem social que respeitasse seu ofício, e os direitos e expectativas dos trabalhadores honrados e especializados dentro dele.

Embora os sapateiros ingleses dessa época, por exemplo, pareçam ter sido mais alfabetizados do que a média, Hobsbawn (2000) salienta que, uma percentagem razoável de maus leitores não seria de estranhar num ofício tão numeroso e contendo tantos homens notoriamente pobres. O sapateiro menos letrado pode até se ter tornado mais comum à medida que o ofício se expandiu e se diluiu o século XIX. No entanto, para ele, a existência extraordinária, talvez única, de um grande número de intelectuais sapateiros não pode ser negada, mesmo se pudermos supor que estas pessoas atrairiam atenção especial para si mesmas em uma sociedade cuja maioria não era letrada.

Tanto a questão da instrução quanto da notória preferência dos sapateiros por livros e pela leitura são difíceis de explicar, na opinião do autor, visto que não há nada na natureza do ofício que possa sugerir qualquer ligação ocupacional com a palavra impressa – como entre os tipógrafos.

As suposições extremas de que sua habilidade com o couro os levasse a ser chamados para encadernar ou conservar os livros, e de que ocasionalmente suas bancas fossem adjacentes às dos vendedores de livros, parecem não ter base em nenhuma comprovação real. E mais, pelo que pudemos observar, não existe nada nos costumes e tradições dos artífices do ofício que acentue ou mesmo que implique um interesse especial pela leitura (HOBSBAWN, 2000, p.158)

O laço entre os sapateiros e os livros não podia sido estabelecido antes da invenção e da popularização da imprensa, diz Hobsbawn (2000), visto que até então os pobres praticamente não tinham acesso direto à palavra escrita. O caráter geral dos costumes dos artífices sapateiros sugere que estes costumes já se encontravam formados nesta época. Naturalmente, pode argumentar-se que, com a disponibilidade de livros, estes obviamente viriam a atrair uma profissão cujos membros se inclinavam à especulação e à discussão. Contudo, a questão permanece em aberto.

Retornando aos artífices negros e sua realidade brasileira, entre os aspectos necessitam ser considerados na abordagem do tema estão o sentido e a simbologia quase mágicos que a habilidade de escrever, ou ainda a simples posse de “papel e de caneta de pena”, assumiu entre escravos e libertos no processo de afirmação de sua identidade social. Assim, na opinião de Wissenbach (2002), considerar processos de letramento em seus múltiplos significados entre escravos e forros é uma vez mais penetrar no campo das evidências inesperadas que a pesquisa histórica teima em nos oferecer.

Isso porque o domínio da escrita estaria ligado não só às regalias, como também às exigências decorrentes do desempenho autônomo de escravos que, como seus ofícios especializados, eram obrigados a participar de um mercado de trabalho competitivo e agenciar por conta própria seus serviços. Não foi por acaso então que ao analisar alguns processos criminais, Wissenbach (2002) constatou que eles associavam ao escravo de ganho, tipo de trabalhador caracteristicamente urbano, não só a habilidade de ler e

escrever, a posse de papel, lápis e canetas, como também uma destreza em contabilizar a administrar ganhos monetários.

A alfabetização, implicando a aquisição e o uso de um código até então prerrogativa dos brancos, adequava-se a valores e necessidades dos cativos e às circunstâncias do ser escravo e transformava-se em elemento de afirmação social, não só nas relações com a sociedade mais ampla, mas também naquelas estabelecidas intragrupos sociais; no contexto dos relacionamentos existentes entre os dominados e como forma de afirmar as hierarquias existentes entre eles (WISSENBACH, 2002, p.112).

Ainda segundo relata a autora, tratava-se de uma habilidade a ser exibida com bastante orgulho entre parceiros, homens e mulheres, escravos e forros, da mesma maneira que faziam questão de ostentar suas armas, suas posses monetárias, o usufruto de condições de relativa autonomia, tais como morar só, agenciar seus trabalhos, ter suas amantes, gozar da liberdade de ir e vir. Como decorrência ainda desse atrelamento à autonomia, a escrita aparece como instrumento capaz de legitimar posses, numa sociedade que, de fato, não reconhecia as propriedades dos escravos, até pelo menos a lei de 1871.

Embora possa ter sido uma qualidade individual exercida por poucos, a arte da escrita ligava-se direta ou indiretamente às sociabilidades existentes no mundo das cidades, entretidas entre escravos, forros, negros nascidos livres, brancos pobres. Assim, podendo aparecer atrelada a comportamentos solidários, ou transvestida em mercadoria passível de ser comprada e vendida, a arte da leitura e da escrita, de alguma forma, espreadava-se em direção a grupos mais amplos. Ou, no dizer de Wissenbach (2002, p.113), “nas condições da escravidão urbana, em que se intensificavam as trocas e os contatos entre setores despossuídos da sociedade, homens e mulheres de diversas procedências, ofícios e condições, o código da escrita poderia ser ampliado para além dos segmentos alfabetizados.

Na perspectiva dos novos estudos, bem como na produção sobre história da cultura e da leitura, a tendência é que sejam

diluídas, cada vez mais, as distâncias entre cultura oral e cultura escrita, entre a literatura erudita e o universo de tradições populares, fronteiras estas que, no geral, haviam sido maximizadas pelas vertentes mais tradicionais da etnologia e da antropologia. À luz dessa linha de interpretação:

...expressões da cultura escrita que circulavam entre escravos e livres pobres, habitantes da cidade, devem ser entendidas em suas intersecções a outros aspectos da sociabilidade urbana, entre eles a maneira pela qual as notícias se espalhavam entre essas populações, os hábitos de leitura em voz alta, o diz-que-diz, o ouvir falar, as novidades que iam e vinham das cidades em direção às fazendas do interior vice-versa, propagandas nos novos ritmos trazidos pela estrada de ferro (WISSENBACH, 2002, p.119).

Fazendo ampliar a percepção dos direitos que os escravos tinham na época, para serem compreendidas, tais dimensões devem ser inseridas numa conjuntura particularmente agitada, marcada, por exemplo, pelas leis emancipacionistas, das quais os escravos certamente tomavam rápido conhecimento, pelo aumento das agitações, em revoltas que tendiam a se espalhar, sobretudo nas últimas décadas da escravidão, e pelo crescente comprometimento de largas parcelas da sociedade urbana com o movimento abolicionista.

Se, nos tempos do Brasil colonial e no Império, a relação entre cultura oral e cultura escrita era mediatizada pelos bancos e pregões lidos nas praças públicas, a partir da segunda metade do século XIX, as informações espalhavam-se através das linhas de trem e da imprensa que ampliava o conhecimento e a interpretação das notícias. São aspectos que devem estar referidos nos esforços de historicizar hábitos de leitura e de escrita entre escravos e escravas, crioulos e africanos que viveram nessa época (WISSENBACH, 2002, p.119).

Nessa direção, dilui-se cada vez mais a idéia de escravos apartados do contexto político e dos movimentos que resultaram na derrocada final do regime da escravidão. A reintegração dos escravos à história, como agentes, o reconhecimento dos níveis de consciência e atuação que tiveram e nos quais agiram, os pressupostos de que, em certo

sentido, eles eram senhores de si, implica ao final uma revisão profunda dos chamados efeitos negativos ou maléficos da escravidão – e que vinham se convertendo em limitações à interpretação, sobretudo quando observados à luz dos comportamentos dos ex-escravos na vivência da liberdade.

Mais especificamente no que diz respeito à história da educação, o que deve ser ressaltado é que a Abolição, mesmo significando um corte profundo com a situação pregressa, não significou a ruptura total com as experiências vividas nos limites e nas possibilidades do ser escravo. A simples idéia de ruptura que por tanto tempo impregnou os estudos sobre a modernidade, numa sociedade formada exclusivamente por homens livres, cidadãos em potencial, trazia implícito o anseio em escamotear escravos e forros como grupos socialmente ativos, transformando-os em seres destituídos de experiências historicamente constituídas.

a busca em organizar famílias e parentelas, a procura por territórios sociais onde preexistem coletividades de forros, e **principalmente o pertencimento a associações culturais, educacionais e religiosas**, demarcam linhas de continuidade entre vivências concebidas, no geral, opostas. É claro que a idéia da liberdade e os meios de concretizá-la passavam necessariamente por aquilo a que haviam sido impedidos como escravos, mas era referenciada também por aprendizados sociais anteriormente adquiridos (WISSENBACH, 2002, pp.119-120- grifo nosso).

Mesmo diante de todas as limitações que se impunham quando na condição de escravos, ou mesmo dos estigmas sociais que enfrentavam quando livres, os negros não só eram capazes, como efetivamente estabeleciam seus usos com as letras no mundo escravista do século XIX, num processo que muitas vezes iam além de apropriações ou usos superficiais da leitura e da escrita. Não é raro encontrar nas fontes sobre o Recife, registros de escravos que, de alguma maneira, acabaram se alfabetizando, como o pardo escuro Luiz, que fugiu da casa de um tal José Alexandre Ferreira, e que era sapateiro e sabia ler e escrever (DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 05 jan. 1831).

Um número surpreendente de escravos e libertos

alfabetizados, inclusive mulheres, que assinavam seus nomes nos documentos e registros notariais da época, também foi constatado por Karasch (2000) no Rio de Janeiro da mesma época. Embora a maioria tivesse de assinar com uma cruz, uma minoria era capaz de escrever seu próprio nome com uma letra tão boa quanto a dos escribas. É difícil de saber exatamente como aprendiam a ler e escrever, especialmente as mulheres, numa sociedade em larga medida analfabeta. Mas, o fato é que eles não só sabiam, como também utilizavam ordinariamente tais conhecimentos.

Como alguns escravos do sexo masculino eram mandados a uma “escola” privada vocacional ou de aprendizado de uma profissão, é possível que alguns deles fossem instruídos por aqueles que os tinham treinado numa profissão, embora não haja provas de que essas escolas também ensinassem a ler e escrever. Pode ser também que os próprios senhores os ensinassem, na perspectiva de garantir uma lucratividade maior com seus cativos alfabetizados, considerando que havia um público consumidor, como os comerciantes que precisavam de gente que soubesse pelo menos contar, senão ler e escrever. Por isso, esses senhores chegavam a anunciar orgulhosamente tais habilidades dos seus escravos nos jornais da época, como no caso desse mulato de 20 anos que, segundo anúncio no jornal recifense, além de não ter vícios nem defeitos, era alfaiate e também sabia ler, escrever e contar (DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 10 jan. 1831).

Karasch (2000) salienta, porém, que alguns africanos que chegavam ao Rio já haviam aprendido a falar, ler e escrever português na África. Outros eram crioulos que aprenderam a língua em alguma das colônias portuguesas, mas havia também escravos que vinham de regiões da África onde o vocabulário português ou a própria língua tinham sido assimilados graças ao longo contato com os portugueses ou com mercadores que usavam o português. Assim, é perfeitamente possível que alguns dos escravos alfabetizados do Rio tivessem aprendido a ler e escrever português na África, ou com outros escravos da cidade que continuavam a transmitir a língua de “pai para filho”. Apesar da dinâmica

muito particular que essa cidade possuía, uma vez que, entre outras coisas, era a capital do Império, consideramos que o mesmo raciocínio pode ser aplicado ao Recife, pois assim como a sede da Corte brasileira e das cidades de Salvador, na Bahia, e São Luís, no Maranhão, foi um dos principais pontos de aportagem de navios negreiros desde o período colonial.

Nesse contexto do Brasil escravista imperial, onde as práticas dos ofícios se misturam aos usos diversos da leitura e da escrita, o campo educacional tende a se afirmar, embora ainda um tanto discretamente, dentro do interesse geral. No plano oficial, ampliam-se os discursos e políticas para a difusão da instrução do povo com vistas a sua suposta “emancipação”, para o próprio desenvolvimento da nação, o que significará grande impulso no processo de institucionalização da escola. No plano cotidiano, mesmo não sendo muito interessante para as elites, intensificam-se, além das reivindicações, também as demandas e as iniciativas por parte dos segmentos populares com vistas à alfabetização para seu uso autônomo e ordinário. Entre esses segmentos, destacamos o das “pessoas de cor” que por aqui viviam e que, apesar dos obstáculos sociais, dariam seu tom especial, seu jeito de fazer nesse processo.

O ensino oficial

As condições precárias da alfabetização geral no Brasil do século XIX o tornavam um país de analfabetos na sua maioria. Além dos escravos, a maioria das mulheres não tinha direito à alfabetização, o que fazia com que ler e escrever fosse um privilégio de poucos. Os limites políticos e culturais relacionados ao sistema escravista, que tornavam a sociedade imperial autoritária e desigual, sempre se impunham a um ordenamento legal da educação escolar que se estendesse à maioria da população, mesmo já havendo em algumas províncias, inclusive, uma intensa discussão nas Assembléias Provinciais acerca da necessidade de escolarização da população, sobretudo das chamadas “camadas inferiores da sociedade”, como por exemplo, a pertinência ou não da instrução dos negros (livres, libertos ou escravos), índios e mulheres (FARIA FILHO, 2000).

Em 15 de outubro de 1827, o governo estabelece uma lei autorizando a criação de escolas de primeiras letras nas províncias do Império, determinando que elas deveriam existir “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos que forem necessárias”, o que colocaria a rede oficial de ensino num gradativo processo de institucionalização (BRASIL, 1827, pp. 71-73).

Para Faria Filho (1999), medidas como estas tratavam-se mais, de uma perspectiva de parte das elites de construir uma

nação tendo a instrução como uma das principais estratégias desse projeto civilizatório para que o povo, teoricamente, viesse a participar da definição dos destinos do país, sendo o Estado o grande agente promotor dessa “emancipação”. Na verdade, buscava-se constituir, entre nós, as condições de possibilidade de governabilidade, ou seja:

A criação das condições não apenas para a existência de um Estado independente mas, também, dotar esse Estado de condições de governo. Dentre essas condições, uma das mais fundamentais seria, sem dúvida, dotar o Estado de mecanismos de atuação sobre a população. Nessa perspectiva, a instrução como um mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre mas também evitaria que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado (FARIA FILHO, 1999, p.137).

Tendo variado desde o início do período colonial, conforme os grupos sociais, os espaços e tempos, e crescido no século XVIII favorecida pelo florescimento de uma civilização urbana, a instrução acabou se tornando um apanágio dos privilegiados ou dos que podiam e almejavam ascender, servindo como elemento de reforço do status ou de sua melhoria, o que lhe conferia uma natureza pública inscrita na civilidade das aparências.

Agora, boa parte dessas discussões sobre sua importância, sobretudo nas duas décadas posteriores à independência, estava relacionada, segundo o autor, à necessidade de se estabelecer, no Brasil, o Império das leis. Isso significa, por um lado, instituir o arcabouço jurídico-institucional de sustentação legal do Estado imperial nas suas mais diversas manifestações e funções e, por outro lado, fazer com que os mais diversos estratos sociais existentes no país ou mesmo que exerciam funções de governo viessem a obedecer às determinações legais.

A própria expressão “escolas de primeiras letras” como forma de se entender e identificar o primeiro nível da educação escolar neste período tratava-se de uma definição que, segundo o autor, correspondia ao momento inicial de

estruturação do Estado imperial e, nesse sentido, às tentativas de se legislar sobre o tema. Essa forma de referir-se à escola que se queria generalizar para todo o povo, possibilita perceber, por outro lado, que se queria generalizar os rudimentos do saber *ler, escrever e contar*, não se imaginando uma relação muito estreita dessa escola com outros níveis de instrução: o secundário e o superior. Sendo assim, para a elite brasileira da época interessava que a escola para os pobres, mesmo em se tratando dos brancos e livres, não deveria ultrapassar o aprendizado das primeiras letras.

As próprias discussões em torno do método mútuo aparecem, sobretudo, a partir da independência, no interior do debate sobre a necessidade de expansão da escolarização. De acordo com Almeida (2000), que foi contemporâneo a pelo menos uma parte desse processo no século XIX, foi por um decreto de 1º de março do mesmo ano de 1821 que o governo criou uma Escola de Ensino Mútuo que deveria ser instalada no Rio de Janeiro e, para propagar este sistema de instrução, uma ordem ministerial de 29 de abril seguinte exigiu de cada província do império o envio de um soldado que seguiria as lições desta escola a fim de nela aprender o método para, em seguida, propagá-lo na província de origem.

Ao lado destas medidas, oficialmente decretadas e encaminhadas, é de se notar, no entanto, que não havia sido preparado um edifício, um espaço físico adequado para a realização desse ensino. A primeira escola, ao que parece, foi criada na Paróquia de Sacramento, nas dependências da Escola Militar. Sua fundação deve-se ao Ministro da Guerra e os salários do institutor, termo utilizado na época para se referir aos professores -, foram fixados em 500.000 réis anuais, quantia elevada para o seu tempo e para o emprego, o que leva a crer que a pessoa nomeada apresentava-se como especialista neste gênero de ensino e talvez seu introdutor no Brasil. O fato desta criação ser feita pelo Ministro da Guerra, o que mostra que a instrução pública não dependia de um único ministério, e que os diversos ministros e a Câmara Municipal podiam tomar medidas a respeito deste assunto (ALMEIDA, 2000).

Atribuído a Joseph Lancaster, segundo o mesmo autor, o sistema de ensino mútuo tinha sido trazido da Índia para a Inglaterra pelo Dr. André Bell. Este método era conhecido na Europa desde o século XVI e a aplicação dele foi feita com grande sucesso em São Ciro pela Sr^a Maintenon. No século XVIII, a cidade de Orleans e as escolas anexadas ao Hospício da Piedade também o adotaram. A partir de 1814, o ensino mútuo se estendeu rapidamente na França, Suíça, Rússia e Estados Unidos, onde o próprio Lancaster o propagou.

Na época em que o governo brasileiro introduziu - ou quis introduzir -, este sistema de instrução primária, o país procurava imitar mais a Inglaterra que a França, o que se compreende facilmente, uma vez que a influência inglesa havia poderosamente contribuído para tonar possível a realização da Independência e os ingleses, tais como Lord Cochrane, Taylor e outros, haviam combatido à frente das forças do novo império. Achava-se também que o clero inglês, inimigo de Lancaster, o levou ao descrédito juntamente com seu sistema, a ponto de obrigá-lo a expatriar-se. No entanto:

Apesar do eclipse da grande voga do ensino mútuo na Inglaterra, os liberais brasileiros, propugnadores do método, pensaram então que a liberdade de abrir escolas, sem exames prévios e sem autorização, unida a um novo sistema de instrução, difundiria rapidamente, até aos mais distantes pontos do império, a necessária instrução primária à massas (ALMEIDA, 2000, p.58).

Compreende-se essa preferência pelo método de ensino mútuo, pois, ainda segundo Almeida (2000), sabe-se que por este sistema, duzentas, trezentas crianças ou mais podem receber a instrução primária suficiente, sem que haja necessidade de mais que dois ou três professores. Durante as horas de aula para as crianças, o papel do professor limitava-se à supervisão ativa de círculo em círculo, de mesa em mesa, cada círculo e cada mesa tendo a sua frente um **monitor**, aluno mais avançado, que ficava dirigindo as atividades dos demais. Fora destas horas, os monitores recebiam diretamente dos professores, a instrução primária superior, uma espécie de formação mais avançada. Quando

convenientemente instalado, esse ensino ainda trazia como vantagem a possibilidade de exercitar a emulação dos alunos e ter pessoal de ensino bem restrito, além de fazer com que nenhuma criança ficasse desocupada durante as aulas, o que era muito freqüente no ensino simultâneo.

Para Faria Filho (1999), a verdade é que o sistema do método mútuo aparecia como uma poderosa arma na luta para fazer com que a escola atingisse um número maior de pessoas, isto porque teria três grandes vantagens: primeiro, abreviar o tempo necessário para a educação das crianças; segundo, diminuir as despesas das escolas; e em terceiro, generalizar a instrução necessária às classes inferiores da sociedade.

O problema é que os entraves ao sucesso do método e como conseqüência, da rápida difusão sistematizada da instrução, eram muitos. Um deles era que o próprio Estado, juntamente com municipalidades, não poderia - ou não queria - fazer grandes sacrifícios orçamentários no início da organização do império, o que acarretava em falta de pessoal, mal remuneração, estabelecimentos e materiais adequados para a aplicação do sistema, além da própria realidade social do Brasil nesse tempo.

A população do Brasil na época em que o imperador assumiu, efetivamente, a direção do governo, de acordo com Almeida (2000), que foi testemunha ocular desse processo, podia ser avaliada em 6.000.000 indivíduos, dos quais seria preciso deduzir ao menos 2.500.000 indígenas e escravos, que não forneciam alunos à população escolar; sobravam, pois, 3.500.000 pessoas livres. A média da população escolar era, na Europa, na mesma época, cerca de 65 alunos por cem habitantes, o que deu para o Brasil um número de 227.500 alunos; deveria haver pois, uma escola para cada 520 alunos. Vê-se que o número de escolas primárias era insuficiente. A partir de 1840, os relatórios ministeriais consideraram como uma necessidade da instalação da instrução obrigatória, o que o regulamento de 1854 chegou a estabelecer, mas de um modo tão impreciso que se pode dizer que o ensino não era obrigatório no Brasil.

Particularmente em Pernambuco, conforme nos informa Moacyr (1939), os dados do presidente da província, Francisco do Rego Barros, do ano de 1838, revelam que havia 63 escolas de primeiras letras, de ensino mútuo, ignorando-se o número de alunos nelas matriculados, segundo ele, por deficiência de dados, e o Liceu Provincial era freqüentado por 203 estudantes. No geral, a instrução pública consumia, neste período, mais de 52 contos em um orçamento de despesa de 563:292\$000. Em 1859, a província chegaria a 72 escolas de primeiras letras e 3240 alunos matriculados, além das 28 particulares com 1714 alunos. O mesmo Rego Barros também chegou a sugerir à Assembléia Provincial a instituição da instrução obrigatória, pois achava

que se deveria obrigar a quaisquer pessoas, pais, tutores, curadores, ou amos a dar nas escolas públicas, particulares ou em casas uma instrução suficiente a seus filhos, pupilos ou creados desde a idade de 7 anos até 14 completos, sob pena de pagarem certa multa para os gastos da instrução primária, e bem assim a não retirar-los da escola senão em certos casos, depois de terem feito exame em que saíssem aprovados (MOACYR, 1939, p. 490).

Isso mostra que tanto o governo central, quanto os governos provinciais, não ficavam exatamente imóveis diante da situação da instrução primária. Afinal, era do seu interesse – ou das elites que o dirigiam – que a instrução se difundisse entre as massas para instrumentalizá-las de acordo com o que deveria ser um povo “emancipado” de uma nova nação rumo ao desenvolvimento. A própria Constituição de 1824 também já trazia no seu parágrafo 32, a garantia de gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos, como um princípio inviolável dos direitos civis e políticos dos brasileiros (BRASIL, 1824, art.179). Depois de outorgada esta Constituição pelo Imperador Pedro I, os políticos de orientação liberal apressaram-se em propor a reformá-la e desse processo viria o Ato Adicional de 1834, que estabelecia às províncias o dever de garantir a instrução primária gratuita a todos os brasileiros.

Ao analisar as conseqüências dessa descentralização da

educação promovida pelo Ato Adicional de 1834, Sucupira (1996) chama atenção para o perigo de se atribuir de modo simplista toda a responsabilidade pelo fracasso e descalabro da instrução primária no Império à essa descentralização, e conclui que, na verdade, que houve foi omissão das classes dirigentes com relação à educação para o povo. De modo mais contundente, ele afirma:

Numa sociedade patriarcal, escravista como a brasileira do Império, num estado patrimonialista dominado pelas grandes oligarquias do patriarcado rural, as classes dirigentes não se sensibilizavam com o imperativo democrático da universalização da educação básica. Para elas, o mais importante era uma escola superior destinada a preparar as elites políticas e quadros profissionais de nível superior em estreita consonância com a ideologia política e social do Estado, de modo a garantir a “construção da ordem”, a estabilidade das instituições monárquicas e a preservação do regime oligárquico (SUCUPIRA, 1996, p.67).

O fato é que as medidas tomadas, os decretos emitidos, as leis promulgadas normalmente não garantiam, por si só, o bom funcionamento da educação no Império, permanecendo esta deficitária na maior parte do país. Uma prova disso pode ser tomada do relatório do Ministério do Império, em 1836, isto 13 anos depois da proclamação da Independência. Nele, lê-se que o estado das coisas era deplorável e que o legislador quis remediar o abandono no qual estavam estas escolas, mas que, reconhecendo a gravidade do mal, não aplicou os remédios necessários.

Em 1849, o governo imperial chegou a encarregar um dos mais ilustres poetas brasileiros, Dr. Antônio Gonçalves Dias, originário da Província do Maranhão, de visitar os estabelecimentos de instrução pública das províncias do Norte do Brasil. Ele percorreu as províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, e apesar de nunca terem sido publicados, nos registros

de suas observações mostrou Gonçalves Dias o tamanho da confusão causada, segundo ele, pela diversidade de legislação, de província a província, a respeito da instrução pública. Numas, as matérias ensinadas eram insuficientes; noutras, a multiplicidade e a má escolha dos livros escolares prejudicavam os estudos; já em outra parte, os programas estavam mal organizados; e no geral, havia insuficiência de inspeção que, às vezes, chegava a faltar inteiramente. Concluindo, afirmou o poeta que, em quase todos os lugares, as escolas eram freqüentadas de modo irregular (ALMEIDA, 2000).

Além de toda essa falta de interesse real ou incapacidade por parte dos governos provinciais e do governo central de melhor estruturar e fazer funcionar as aulas públicas, a própria escola não ocupava um lugar social de grande destaque nessa época, sendo de legitimidade contestável para boa parte da sociedade, o que havia freava esse projeto vertical de instrução do povo pensado junto com a nova nação. Uma das expressões disso era o reduzido número de alunos aprovados nos exames do governo provincial, pelo ato dos pais retirá-los das aulas antes de estarem “prontos” para tal. Isso trazia ao professor a necessidade de convencer os pais e mães a manterem seus filhos na escola e a os levarem à prestação dos exames.

Um outro dado fundamental é que, na realidade, existiam aulas de primeiras letras e não propriamente escolas, pois, fossem públicas ou particulares, elas não aconteciam em ambientes pensados e projetados especificamente para isso, como eram os Liceus Provinciais, por exemplo, que eram uma espécie de “centros de excelência” nas Províncias.¹⁸ As outras “escolas” do período Imperial na verdade funcionavam em espaços improvisados, com os professores recebendo uma pequena ajuda do governo para o pagamento do aluguel, só que, na maioria das vezes acabavam sendo ministradas mesmo na própria casa do mestre, o que, de acordo com Faria Filho (1999), ainda seria uma herança das escolas régias ou das cadeiras públicas de primeiras letras do período colonial. É a partir de toda essa precariedade estrutural, somadas a fatores de outras ordens, que Silva nos convida a vislumbrar o cenário:

¹⁸ A mudança desse modelo pulverizado de aulas públicas para outros espaços educacionais mais definidos e permanentes só viria acontecer a partir do final do século XIX com a instalação dos grupos escolares, relata Pinheiro (2002), ao tratar do contexto paraibano.

Imaginemos então que, naquele tempo, no qual eram poucos os prédios públicos especificamente construídos para abrigar, tanto as atividades do Estado, quanto a maioria das atividades destinadas ao público, as aulas e escolas das cidades mais populosas – como era o caso do Recife e do Rio de Janeiro – deveriam ocorrer nas ruas mais acessíveis, nas quais circulavam gentes, serviços e mercadorias de todo o tipo. Imaginemos também que as aulas, talvez, funcionassem conjuntamente, e mesmo embaladas pelos variados ruídos característicos das ruas principais destas cidades: os sons dos carregadores, ambulantes, mercadorias, cavalos, charretes, carros de boi, etc (SILVA, 2005, pp. 150-151).

Mesmo que a ajuda do governo para pagamento de aluguel normalmente não fosse suficiente, as exigências com relação aos ambientes de instrução se mantinham cada vez mais rigorosas, ao ponto de não bastar apenas que o próprio professor arranjasse lugar para a realização das aulas, sendo também obrigado que esse espaço atendesse a demanda do bairro onde se localizava, como pode ser constatado nesse trecho de um ofício da Diretoria de Instrução Pública da Província de Pernambuco: “Os professores das aulas públicas desta cidade que não forem do Liceu serão obrigados a ter casa suficiente para receberem aluno, jamais desculpando-se com pequinhos de casa para aqueles do seu bairro que se lhe apresentarem (I. P. 1- 1825/1838, artigo: 17).

Nesses espaços, o método de ensino mais utilizado ainda era o individual, da instrução doméstica por excelência, já que o método Lancaster demandava uma adequação de estrutura, materiais e formação para que funcionasse efetivamente, o que, como vimos, o governo não estava conseguindo, ou querendo atender. Por sua vez, apesar dos professores precisarem oficialmente ser reconhecidos ou nomeados pelos órgãos do governo responsáveis pela instrução para exercerem esse ofício, acabava podendo ensinar sem grandes impedimentos qualquer pessoa que soubesse ler e escrever e se dispusesse. Na Assembléia Constituinte de 20 de outubro de 1823, segundo lembra Almeida (2000), já se havia adotado uma lei semelhante àquela que fora votada em 28 de junho de 1821, pelas Cortes Constituintes de Portugal e em virtude

dessa lei, todo cidadão poderia abrir uma escola elementar, sem obrigação de exame, nem licença ou autorização.

Já Chizzotti (1996) salienta que essa liberdade para ensinar desobrigava o ensino de complexos artifícios regulamentares que inibiam as iniciativas de educação, centralizadas em autorizações, favorecimentos e exclusões que a tradição colonial mantivera. A nova lei fez surgirem escolas particulares, principalmente no Rio de Janeiro e, apesar do ensino mútuo ter funcionado como se esperava, os liberais brasileiros defensores do método acreditavam que a liberdade de abrir escolas, sem exames prévios e nem autorização, quando unida ao novo sistema de instrução, difundiria rapidamente instrução primária necessária às massas nos mais distantes pontos do Império.

Com tanta “flexibilidade” assim, ficava difícil estabelecer e garantir algumas normas de funcionamento do sistema de aulas públicas, como por exemplo, o princípio da dedicação exclusiva dos professores à atividade de ensino. Em certos casos, estes chegavam a desempenhar todo tipo de atividades além do ofício de ensinar - como acontece até hoje no Brasil -, indo desde o exercício de cargos políticos (oficiais ou não), passando por profissões liberais em outras áreas e pelo comércio, atuavam como professores particulares em outros espaços ou de outro modo. Segundo Silva (2005), para alguns era justamente o prestígio advindo público que lhes possibilitava darem aulas nas casas de particulares, inclusive para ambos os sexos, além de lhes permitir receber em suas casas, onde majoritariamente funcionavam as próprias aulas públicas, alguns desses alunos particulares, como residentes.

Nestes casos, à ambígua situação das aulas públicas – que não funcionavam em espaços públicos, mas também não deviam ser totalmente gerenciadas segundo as preferências particulares de cada um dos professores públicos – somava-se uma potencial dificuldade, com relação ao trato de alunos públicos e particulares dentro do mesmo espaço físico, disputando os serviços (e o afeto, talvez) do mesmo professor (SILVA, 2005, pp.175-176).

Claro que havia aqueles que unicamente ensinavam e o faziam

por diferentes motivos: falta de tempo, de conhecimento ou de habilidade em outra atividade, e a própria mentalidade senhorial que havia instituído o repúdio, o embaraço, o distanciamento com relação às atividades manuais, como as artes mecânicas

Mas não se pode dizer que, ao menos legalmente, as exigências com relação aos profissionais do ensino não existiam, uma vez que os governos provinciais as estabeleciam e, inclusive, com certa firmeza, mesmo que não conseguissem ser cumpridas à risca. Aos professores públicos de primeiras letras, por exemplo, os critérios de avaliação se baseavam em: assiduidade, desempenho dos alunos, tempo de aprendizagem e até as opiniões gerais, testemunhos dos pais e moradores da vizinhança das escolas. Como o público atendido nessas aulas era fundamentalmente aquele sem posses e que, além de desleixado, também era tido pelas elites como ignorante, acabava sendo por esse público, ou mais especificamente por esses pais de alunos, que os professores eram em grande medida, avaliados.

Portanto, era da representação destes pais sobre esse modo específico, oficial, formal e sistemático de se fazer educação que estava em curso, que dependia a sua consolidação ou que sabe até sua extinção e com ela, o futuro dos professores públicos. Situação problemática uma vez que eles tinham muitos motivos para reclamar desse serviço e, para piorar, não costumavam esperar só por ele e acabavam tomando suas iniciativas, promovendo seus próprios processos alternativos de atendimento dessas demandas por instrução e mesmo por profissionalização.

Outros processos de instrução

Se a escola até inícios do século XIX no Brasil foi uma instituição ausente da vida da maioria da população, é preciso que se considere que a sua crescente afirmação, desde então continuou não tendo o mesmo significado ou sendo vivida da mesma maneira pelo conjunto desta mesma população.

Como bem lembra Faria Filho (1999) trata-se de uma cultura escolar que se constrói e que guarda uma íntima relação com o alfabetismo, com tal movimento se dando no interior de uma relação de tensão com a cultura oral da população, no que se refere aos modos de pensamento, de conhecimento e de expressão característicos dessas diferentes esferas culturais.

Como acabamos de ver na seção anterior deste trabalho, a própria presença do Estado junto à instrução não só ainda acontecia de forma muito pequena e pulverizada, como algumas vezes chegava a ser considerada perniciosa, apesar do esforço de alguns governantes em ampliar e consolidar a malha escolar no país. De acordo com Silva (2006), até, no mínimo, a década de 60 do século XIX, as autoridades políticas da Corte e de Pernambuco sempre reclamaram, com relação à instrução pública, do fato das escolas públicas serem pouco procuradas pela população (pelo *povo*). Junto a isso, havia também o problema da irregularidade da frequência dos alunos já matriculados e do ilimitado poder dos pais em tirá-los das aulas quando lhes conviesse, o que fez com que o Estado começasse a apelar para o desencadeamento de um processo de obrigatoriedade do ensino.

Apesar do crescente interesse pela expansão da instrução no Brasil oitocentista, desde o período colonial que prevalecia aos pobres de um modo geral, uma lógica do aprender-fazendo, pela aquisição de rudimentos necessários para garantir a subsistência e para reproduzir os papéis que lhes eram reservados na sociedade. Segundo Villalta (1997), as perspectivas educacionais acabavam se tornando limitadas pela precariedade da existência da maioria dos indivíduos: a luta para subsistir, reduzindo-se quase literalmente ao sobreviver e, conseqüentemente, negando-lhes o direito de alimentar maiores expectativas em relação à escola, que já lhes era inacessível pelos múltiplos obstáculos sociais colocados. Nessa situação, “alargava-se o campo educacional, mas se empobrecia a instrução escolar: mais do que polir, cabia, na perspectiva das autoridades, cultivar a obediência, e, aos olhos das camadas mais humildes, garantir a sobrevivência” (VILLALTA, 1997, p.333).

Ou seja, enquanto foram múltiplos os lugares da educação, inversamente estreitos foram os espaços da instrução escolar e dos livros para esse povo. Como analisa o mesmo autor, esses indivíduos não podiam alimentar expectativas em relação à escola, quanto mais que esta, prisioneira de uma visão retórica e eloqüente de saber representava a negação da cultura e da experiência de vida da maioria das gentes, levando à repressão cultural e à exclusão social.

Por outro lado, essa falta de permanência dos populares na escola oficial que tanto incomodava o Estado, e desse conflito cultural que ela representava e que se desenrolava no seu interior, como afirma o autor, isso não significava necessariamente que o esse povo não tivesse a menor consciência da importância do aprendizado das primeiras letras. Pelo contrário, à medida que esses conhecimentos de alguma maneira cada vez mais passavam a fazer parte da vida cotidiana de todos, via-se a necessidade em adquiri-los efetivamente e para isso, não estariam pelo Estado, o que levava os outros espaços não-oficiais de ensino, ou outros processos de instrução a figurar no Brasil Imperial como importantes referências àquele público que as aulas estatais tanto queriam para si. Segundo Faria Filho:

A rede de escolarização doméstica, ou seja, de ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas, sobretudo, da leitura, atendia a um número de pessoas bem superior ao da rede pública estatal. Essas escolas, às vezes chamadas de particulares outras vezes domésticas, ao que tudo indica, superavam em número, até bem avançado no século XIX, aquelas cujos professores mantinham um vínculo direto com o Estado (FARIA FILHO, 1999, pp.144-145).

Desses espaços educacionais e dos professores que neles atuavam, definidos como professores particulares, não se têm muitos registros, salvo aqueles que foram produzidos pelas autoridades ou órgãos públicos dessa época. Sobre esses professores, Silva (2006) sugere que, além da precaução ao tipo de avaliação que se pudesse fazer ao seu trabalho, certamente tal ocultamento dos documentos educacionais,

se deu dentro das estratégias de resistência por eles adotadas diante do crescente enquadramento imposto pelas autoridades governamentais desde o século XVIII, que ia desde a determinação dos atributos pessoais e profissionais ao magistério, até a definição dos conteúdos a serem ministrados e do público para o qual poderiam ou não lecionar, além de definidos também as “taxas” a serem pagas para o exercício autônomo desse ofício.

Via de regra, aqueles profissionais, principalmente os mais modestos, resistiram às crescentes tentativas de controle, regulamentação e taxação por parte das autoridades governamentais encarregadas de dirigir e fiscalizar a instrução pública em ambas as cidades (Recife e Rio de Janeiro). Na medida em que a imensa maioria dos registros atualmente preservados e disponíveis sobre a instrução pública até a primeira metade do século XIX, tanto para Pernambuco quanto para a Corte, foram produzidos por aquelas autoridades (das quais aqueles profissionais, via de regra, queriam distância), é comum a ausência de informações acerca de inúmeros aspectos relacionados às práticas privadas de educação e instrução nestas cidades. E muito embora, do ponto de vista das regulamentações, o exercício do magistério público ou privado contasse com um conjunto de regras dependentes de comprovações documentais acerca da vida pessoal dos professores, são raríssimos os registros destas comprovações nos acervos... (SILVA, 2006, p.197).

Após analisar a dinâmica que envolvia do cotidiano dessa categoria profissional, com base da documentação que conseguiu encontrar, a autora conclui que, da mesma forma que ocorria com os professores públicos primários, também eram inúmeros os universos nos quais os professores e professoras particulares, principalmente os de primeiras letras, circularam e assim como inúmeras foram as suas práticas. E a despeito do desejo e das ações das autoridades públicas e das elites, durante a primeira metade do século XIX, estes universos e práticas foram bastante diferenciados dos modelos de aulas e de professores que acostumamos na atualidade, a nos referir, principalmente com relação àquilo que chamamos de “passado” (SILVA, 2006).

Quanto às aulas ministradas por esses professores, poderiam funcionar tanto nas suas próprias casas ou outro imóvel por eles alugados, como ironicamente também acontecia com algumas aulas públicas, quanto em espaços cedidos e organizados pelos pais das crianças e jovens aos quais os professores deveriam ensinar, sendo comum essas aulas algumas vezes agregarem os vizinhos e parentes dos contratantes. Nos lugares mais afastados dos centros urbanos, onde o modo de vida patriarcal parecia se impor mais soberano, o pagamento do professor era de responsabilidade do chefe de família que o contratava, geralmente um fazendeiro, e era muitas vezes a estes que, talvez pela possibilidade de remuneração maior, alguns os professores particulares se dirigiam, como no caso deste anúncio:

Offerece-se para ensinar aos filhos de qualquer senhor de engenho, ou pessoa do mato um rapaz bem educado, que sabe muito escrever, ler, gramatica portuguesa, latim, francez, e geometria: a pessoa, que quiser annuncie o lugar de sua moradia para ser procurado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 01 fev. 1836).

Um outro modo particular de se promover educação escolar no século XIX, era quando os pais, em conjunto, resolviam criar uma escola e para ela, contratavam um professor ou uma professora. Bastante parecido com o anterior, este modelo traz a característica fundamental de ter uma proporção maior, só que preservando, tanto no caso da escola, quanto do professor, a desvinculação com o Estado, apesar dos crescentes esforços deste para influenciar tais experiências.

Mesmo esse dito aprendizado para a sobrevivência tradicionalmente pensado pelo Estado e pelas elites para o povo, em alguns casos, chegava a se processar em vínculos menos informais, envolvendo uma relação claramente contratada entre mestres e aprendizes, em particular para o aprendizado de habilidades, ofícios e primeiras letras. Segundo Villalta (1997), muitos letrados na época do Brasil colônia, formaram-se nesse sistema de mestre e aprendiz, tais como os “mestres de risco”, que praticavam a arquitetura e a engenharia, os boticários e os cirurgiões, os quais, depois

de aprenderem na prática, prestavam um exame para serem autorizados a exercer a profissão.¹⁹

Outros letrados dessa época, todavia, não enfrentaram nem as escolas nem os mestres-escolas: foram autodidatas, retirando dos livros que encontravam nas bibliotecas os elementos para sua formação intelectual. Claro que, se tornar autodidata por esse meio não era para todos, pois a própria difusão dos livros, juntamente com a língua e a instrução pública, sempre foi alvo de controle por parte da Coroa portuguesa durante a época colonial. A posse dos chamados “livros proibidos”, ou seja, aqueles considerados de conteúdo subversivo ou inadequado pelo governo metropolitano, eram um privilégio alcançado legalmente por concessão régia, obtida com envio de solicitações de licenças concedidas por el-rei, entre 1768 e 1822. Posse e leitura são, então, apreendidas ao mesmo tempo, como uma benesse e um privilégio: de m lado, uma mercê da Coroa, e, de outro, um direito inerente à condição social ou categoria profissional dos requerentes, o que justificavam seus pedidos de várias formas (VILLALTA, 1997).

Na perspectiva dos consumidores em geral, pode-se dizer que a reputação dos livros reforçava-se pela desigualdade da distribuição de sua posse, pela sua inacessibilidade aos humildes e, em certos casos, apoiava-se no caráter estratégico que assumiam para as autoridades. Isso também foi outro fator que ajudou a disseminar socialmente, desde o período colonial, uma educação voltada fundamentalmente para a sobrevivência em detrimento da instrução escolar. É preciso salientar, porém, que ambas não simplesmente se difundiram de modo desigual, mas que também possuíram significados variados para os diferentes grupos sociais, a depender da própria inserção diferenciada desses grupos numa hierarquia social escravista e estamental.

19 O mesmo Villalta (1997) ressalta que até mesmo alguns membros das academias literárias setecentistas passaram por esse tipo de formação, sendo poucos entre eles os que estudaram nas universidades.

Chegava-se mesmo ao ponto de algumas autoridades resistirem a obedecer ao que se determinava nas leis e instâncias superiores. Villalta (1997) relata que, em fins do século XVII, os clérigos jesuíticos recusaram-se a admitir pardos entre seus alunos, vindo a fazê-lo apenas após firme

determinação do rei. Já nas próprias *Ordenações Filipinas*, as normas diferenciavam a instrução de órfãos conforme o seu grupo social e seu sexo. Aos homens, devia-se ensinar a ler, escrever e contar – até certo tempo, apenas aos homens de classes abastadas e, mais tarde, a todos. Às mulheres, a coser, a lavar, a fazer rendas e todos os misteres femininos. Diferentes condições sociais, diferentes aprendizagens:

os filhos de pessoas de “menor qualidade” – portanto, não-brancos - poderiam ser dados a outrem para trabalhar e aprender em troca do sustento e criação, sendo os filhos de lavradores entregues a lavradores, e os filhos dos oficiais mecânicos, a oficiais. Às pessoas de “maior qualidade”, porém, como um neto de nobre da terra, não se podia obrigar a aprender um ofício mecânico (VILLALTA, 1997, pp.351-352).

Quando na condição de escravos, esses obstáculos tornavam-se ainda maiores. Enfrentava-se, inclusive, proibição explícita para a matrícula nas “escolas”, como na Lei nº 43, sancionada por Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, Presidente da Província de Pernambuco em 1837, em cujo artigo 4º se estabelecia só poderem freqüentar as aulas públicas, as pessoas livres (PERNAMBUCO, 1837).

Restava aos escravos se alfabetizarem por outros meios. Além do que já foi discutido sobre a possibilidade da apropriação da leitura e da escrita no mundo do trabalho, aliadas ao aprendizado do próprio ofício, poderiam também fazê-lo ao acompanharem as crianças à escola e aprendiam ouvindo as lições. Os que não tinham essa oportunidade talvez procurassem tutores particulares que alugavam comumente seus serviços, pois para essa imensa população de cativos, na opinião de Villalta (1997), educar-se significava, no mínimo, passar de *boçal* – isto é, de um estado de trânsito limitado à própria cultura, sem ter domínio da língua portuguesa, sendo capaz apenas de comunicar-se primariamente com outrem – para *ladino* – uma situação de maior integração na sociedade e na nova cultura.

Mesmo com esse tipo de bloqueio ao acesso aos que se impunha a condição de cativos, a população negra como um

todo não parava. Procurando ocupar os espaços possíveis, ela movia-se sutilmente entre a iniciativa governamental e as ações particulares por instrução. Com relação às escolas oficiais, havia a possibilidade de freqüentá-las na condição de pessoas livres, pois, teoricamente, as escolas estavam abertas aos filhos dos libertos. Essa estratégia, apesar de funcional, porém, não garantia amplo acesso, pois, com o a falta de investimento no ensino público da época, a educação elementar para os pobres estava “em maré baixa”, havendo escolas boas mesmo para os ricos. Disso traduz-se que, as crianças de cor podiam freqüentar a escola elementar, mas tinham de vir de famílias de algum recurso, o que, evidentemente, excluía a maioria delas. Diante desse quadro,

com tão poucos alunos no nível primário, não parece ser realista sugerir que os escravos e libertos alfabetizados utilizassem comumente o sistema educacional formal para aprender a ler e escrever. Na sociedade da época, eram principalmente as crianças brancas que freqüentavam a escola (KARASCH, 2000, p.296).

Aos que não conseguiam ou não queriam acessar tais aulas, havia também a possibilidade de criarem seus próprios espaços de instrução, a exemplo da escola primária particular na freguesia de Sacramento, no ano de 1853, que, de acordo com o que investigou Silva (2002), era desvinculada do aprendizado de ofícios específicos e urbanos, e destinada aos meninos “pretos e pardos”, em plena Corte, conforme descrição do seu fundador e professor, Pretextato dos Passos e Silva, que também se designava “preto”.

A existência dessas redes de escolas sem nenhuma ligação com o Estado em várias províncias do Império mostra que o processo de difusão da leitura e da escrita no Brasil, não contou simplesmente com os tradicionais agentes e políticas governamentais, mas também com as iniciativas, isoladas ou organizadas, de alguns segmentos sociais no sentido de atender as suas próprias demandas por educação. Diferentemente do que se possa imaginar, diante das determinações sociais em contrário, os negros - como vimos na escola do Pretextato - também articularam-se,

de uma forma ou de outra, no sentido de se apropriarem da leitura e da escrita como um conhecimento cada vez mais necessário a sua mobilidade e sobrevivência dentro da ordem escravista. Mobilidade que, no dia-a-dia do contexto urbano, normalmente exerciam através das atividades que desempenhavam e dos ofícios que aprendiam.

Novos espaços de profissionalização

Juntamente ao progressivo processo de expansão pelo qual passava a instrução no Brasil da primeira metade do século XIX, acabaria vindo à pauta das discussões governamentais a questão da profissional. Até então, a transmissão desse tipo de conhecimento ainda muito sob os moldes do que era praticado no período colonial, onde, segundo Fonseca (1986a), o ensino profissional acontecia normalmente nas próprias fazendas, em rudimentares oficinas situadas ao lado das casas-grandes e feito sem caráter sistemático, de acordo com os imperativos da realidade e do momento, e em decorrência direta da necessidade que se apresentava. A segregação social, a economia da época e a incipiente cultura reinante não permitiam, nem estavam a exigir outra forma de aprendizagem de ofícios.

Como havia poucos artífices nessa época, entre os mestres de ofícios também estavam os missionários, como os padres da Companhia de Jesus que, diante das necessidades de ordem material que o meio impunha, ou simplesmente aquelas que faziam parte dos seus projetos, como a construção de capelas, por exemplo, procuravam formar certo número de discípulos, primeiramente os índios, em artes como a da tecelagem, da carpintaria, da ferraria ou da sapataria, alcançando tanto sucesso nisso, que chegaram mesmo a montar oficinas de certo vulto, destinadas a fornecer os elementos de que necessitavam os engenhos e a lavoura, ministrando nelas, que se achavam a muitas léguas, sertão a dentro, os rudimentos das profissões manuais (FONSECA, 1986a).

Com o enorme aumento das fortunas dos senhores rurais após haverem instalado seus engenhos de açúcar, veio não só o distanciamento deste em relação aos artífices que viviam a sua sombra e proteção, como a aprendizagem de ofícios passou a ser ministrada também aos escravos, o que aos olhos dos brancos era um fator de diminuição dessas profissões, os quais, por isso, começaram a desprezá-la. Assim, o relativo prestígio de que gozavam os ofícios nas fazendas tenderia a desaparecer por completo e seu ensino se abastardaria.

Esse pensamento generalizado de que os ofícios eram destinados a gente inferior, agravado depois entrega dos trabalhos pesados e das profissões manuais aos escravos, dado seu estatuto social, impediu aos trabalhadores livres exercerem certas profissões pela feição econômica de que se revestia. Segundo análise de Fonseca (1986a, p.22):

De fato, a abundância de mão-de-obra escrava, assim como a obrigatoriedade de comparecimento ao trabalho, eram causas que refletiam no custo mínimo de execução das tarefas. Era impossível aos pouquíssimos trabalhadores livres, emigrados da Europa, alugar seus serviços por preços semelhantes aos que ofereciam os senhores de escravos aos empreiteiros de obras. O fato tinha, pois, dupla influência; tirava às classes médias do país qualquer idéia de abraçar uma profissão manual e tornava quase impossível a vinda de profissionais estrangeiros.

Além disso, aqueles ensinamentos oferecidos pelos Jesuítas não constituíam uma preocupação civilizadora e nem faziam parte das suas diretrizes educacionais previamente traçadas e seguidas com rigor. A educação eminentemente intelectual que estes, desde o início de suas atividades no Brasil, ministraram aos filhos dos colonos, também serviram para afastar os extratos socialmente mais altos de qualquer trabalho físico ou profissão manual, a tal ponto que, como registrar Fonseca (1986a), chegou mesmo a ser condição para desempenhar funções públicas o fato de o candidato não haver nunca trabalhado manualmente.

Um exemplo desse formato livresco e intelectualista da formação jesuítica, era o que entendia-se por “curso de artes”.

Na verdade, uma formação em Filosofia e em Ciências que, em 1599, passava a ter no currículo o estudo da Lógica, Metafísica Geral, Matemáticas Elementares, e Superiores, Ética, Teodicéia e Ciências Físicas e Naturais. Esse tipo de formação fazia parte da “Ratio Studiorum”, vasto plano pedagógico promulgado em 1586, e traçado pelo Padre Geral Aquaviva, segundo as normas indicadas por Santo Inácio de Loyola, e do qual constavam também os estudos da teologia e ciências sagradas, assim como o de letras humanas, o que era considerado o básico (FONSECA, 1986a).

No período regencial, o decreto de 21 de janeiro de 1832 instituiu o regulamento aos Arsenais de Guerra da Corte e das Províncias. Segundo Fonseca (1986b), por aquele ato apareciam as primeiras normas reguladoras da aprendizagem de ofícios em terras pernambucanas, apesar de, no seu bojo, reafirmar o estigma de abastardamento e de miséria tão associado ao ensino de ofícios nessa época, na medida em que restringia as aulas dos Arsenais de Guerra aos expostos, órfãos indigentes e filhos de pais muito pobres.

Pedagogicamente, porém, esse regulamento dava um passo à frente ao incluir o desenho no currículo escolar, fazendo com que, daí por diante, já não se ensinasse mais no Exército, o ofício acompanhado apenas das aulas de primeiras letras. O desenho estaria sempre presente onde quer que se aprendesse a manejar ferramentas e a transformar a matéria bruta em peças industriais (FONSECA, 1986b).

Como vemos, o legado deixado ao período Imperial com relação ao campo profissional não era nada animador. Em alguns momentos, na verdade, isso chegou a ser algo desesperador. Tomemos como exemplo, o caso de Pernambuco na década de 1830, quando as autoridades se encontravam às voltas do que chamavam de falta de trabalhadores para atuar nas obras, o que tendia a afetar o desenvolvimento da Província ou, pelo menos, o avanço do processo de urbanização do Recife. A situação chegou a tal ponto que o Administrador das Obras Públicas, Amaro Francisco de Moura, na tentativa de contornar a situação,

enviou o seguinte comunicado ao presidente da Província:

Attendendo a falta de officiaes que sofre a repartição das obras publicas, falta que V. S. tem por vezes representado, inculcando por cauza o recrutamento, a que ora se procede, ordem no que V. S. faça constar pela imprensa que estarão isemptos do recrutamento os officiaes que estiverem empregados nas obras publicas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 16 jan. 1836).

Ou seja, entendia-se que o recrutamento para as tropas militares estivesse atingindo diretamente o contingente de trabalhadores especializados da província, ao ponto de ocorrer um esvaziamento destes profissionais nas obras públicas. Era preciso voltar a atrair operários, caso contrário, as obras em andamento acabariam paralisadas e os projetos existentes ficariam inviabilizados pela falta de quem os executasse. Diante de tal situação, a proposta de isenção do recrutamento não só foi aprovada, como a ela foram adicionadas outras vantagens no sentido de atrair aos trabalhadores locais:

Os carpinteiros, carpinas, canteiros, pedreiros e serventes, que quizerem trabalhar nas Obras Públicas ficando izentos do recrutamento para a tropa de 1ª linha, do serviço activo das Guardas Nacionais, e ganhando, os carpinteiros tanto quanto se paga no Arsenal de Marinha, e todos os mais o mesmo que se paga nas obras particulares: dirija-se á caza da repartição das mesmas obras na rua do collegio das 9 horas, até as duas da tarde para fazer os ajustes (DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 01 jun. 1836, p.71).

Mas, a medida parece não ter dado resultado, e se por acaso deu, não satisfiz o Presidente da Província, Francisco do Rego Barros. Por isso, no dia 10 de maio de 1838, argumentando estar autorizado pela Lei n.9, de 10 de Junho de 1835, ele baixa uma determinação nomeando o Sr. Dr. Luiz de Carvalho Paes de Andrade como encarregado de engajar companhias de artífices e trabalhadores estrangeiros. Ainda de acordo com a determinação do Presidente da Província, Paes de Andrade deveria viajar à Suíça, França, Bélgica, Holanda, ou Alemanha para fazer tais contratações, dentro de dezoito meses, contados do dia em que partisse do Recife, uma vez que Rego Barros alegava haver uma “.. impossibilidade de

organizar ditas companhias dentro do Império, pela falta sentida de obreiros...” (APEJE: P 01. – 10 mai. 1838, p.56).

Estranho essa alegação de falta de trabalhadores, pois, como sabemos, a posse de escravos para execução de diversos tipos de trabalho existia não apenas entre particulares, mas também dentro das outras instituições sociais, como a Igreja e o Estado, distribuída nos seus diversos órgãos. Havia ainda os profissionais negros livres e libertos, os brancos e até mesmo alguns estrangeiros já residentes na província, que sobreviviam do seu trabalho e que, portanto, engrossavam a oferta de mão-de-obra local.

Aparentemente, a população livre de cor crescera muito depressa no Brasil do século XIX. Nos dados trazidos por Skidmore (1989), em 1819, de uma população total de aproximadamente 3.600 mil habitantes, menos de um terço era constituído de escravos, e os homens livres, de cor, representavam 10% a 15% da população total. Já no caso de Pernambuco, algumas áreas que até então serviam para o plantio de cana começaram a ser incorporadas à cidade, juntamente com o aumento da população, em certa medida pela vinda de gente do interior, possivelmente atraída pelas oportunidades de emprego, o que causou um crescimento do espaço urbano nesse período e, com isso, mudanças na mão-de-obra disponível na cidade.²⁰

Portanto, trabalhadores locais suficientes para atuarem nas obras públicas, ao menos no caso do Recife, não parecia ser um problema. Então, por que a determinação de Rêgo Barros em contratar estrangeiros, trazendo-os da Europa para um lugar onde poderiam ter dificuldades de adaptação sob diversos aspectos, com o risco de afetar, inclusive, o rendimento do trabalho?

Segundo Ribeiro (1997), em meio aos aprendizes das corporações de ofício nacionais havia muitos escravos e, inicialmente, tal presença acarretou uma concorrência entre escravos de ganho, libertos, africanos livres e lusos recém-imigrados do norte português, todos em idade de aprendizado de profissão. Por conta destes conflitos houve

20 Segundo Evaldo Cabral de Mello, os preços do açúcar na virada do século XVIII para o XIX levaram os proprietários de antigos engenhos próximos do Recife, a lotearem suas terras para moradias (*apud*. CARVALHO, 2001).

uma espécie de segmentação do mercado de trabalho, que foi também gradativamente hierarquizado e, com isso, as disputas pelos melhores empregos teriam se tornado questões raciais e de classe. Na opinião da autora, isso ocorreu possivelmente pelo fato de os portugueses reservarem para si as melhores oportunidades de trabalho, uma vez que, além de serem brancos, possuíam algum verniz de alfabetização, marginalizando, dessa forma, os libertos e escravos, nessa ordem.

Por sua vez, ao analisar as transformações na sociedade patriarcal pernambucana, Freyre (1951) ressalta que, com a abertura dos portos ao comércio europeu veio um novo estilo de vida, de conforto, de arquitetura para os quais o artífice de engenho, o mulato livre, o operário da terra não estavam sendo considerados aptos para satisfazer. Ao contrário, só o estrangeiro, do tipo dos que o Barão de Boa Vista mandou vir para a Província de Pernambuco, e que fizeram a glória do seu nome na política da época, era visto como o mais “adequado” para cumprir esse papel. E, completando, o autor afirma:

Com a europeização do trabalho, os estrangeiros passaram a ganhar importância como operário, construtor, pedreiro, marceneiro, carpinteiro, pequeno agricultor, trabalhador de fazenda, como operário ou artífice, que substituísse o negro e a indústria doméstica e, ao mesmo tempo, viesse satisfazer a ânsia, cada vez maior, da parte do mais adiantado burguês brasileiro, de europeização dos estilos de casa, de móvel, de cozinha, de confeitaria, de transporte (FREYRE, 1951, p.622).

O argumento do Presidente da Província, no entanto, era de que faltava aos trabalhadores locais uma instrução profissional adequada. No ano seguinte à contratação dos estrangeiros, num de seus relatórios apresentados à Assembléia Provincial, ele chegaria a apresentar, inclusive, um projeto de reorganização do Liceu Provincial sob a denominação de *Liceu das Ciências Industriais*, idéia que só viria a se tornar lei em 1848, ou seja, nove anos depois (MOACYR, 1939).

Essa Escola Industrial do Recife, de acordo com Bello (1978), teria um curso de três anos completos, com estágio de mais

quatro anos em um ofício mecânico qualquer. Cumprindo esse estágio, deveriam os alunos submeter-se a exame prático do ofício escolhido e, também, da língua francesa, ficando assim, habilitado à recepção do diploma de mestres conferido pelo presidente da província, com a prerrogativa de funcionarem como peritos consultores e de exercerem funções oficiais da sua especialidade nas repartições públicas provinciais.

A lei também estabelecia que o governo mandasse a cada ano à Europa um dos alunos que mais se distinguissem nos estudos para ali se aperfeiçoar na arte em que se houvesse diplomado, o que certamente era uma das causas da exigência do exame de francês para os alunos concluintes.²¹ O estágio desses “alunos em comissão”, como era designado pela lei, deveria durar três anos. Segundo Moacyr (1939, p. 495), ao aluno em comissão era determinado pelo Presidente da Província: “1º: o tempo de sua estada na Europa o qual não passará de três anos; 2º: a respectiva mesada, que não excederá de 300 francos, além da despesa de ida e volta; 3º: condições da concessão do favor e as garantias do cumprimento das mesmas condições”.

Mas, como completa o mesmo autor, em 1848 a Província de Pernambuco esteve convulsionada pela Revolução Praieira, sendo que, de 1847 a 1850, o orçamento da despesa foi de 1.486 contos, e a verba de instrução de cerca de 250 contos de réis. Com isso, a lei que criara a Escola Industrial ficaria só no papel, pois o projeto tornou-se pouco exequível diante da falta de estrutura do ensino profissional local.

Ações – ou intenções – como esta de Pernambuco, no entanto, eram uma espécie de tendência nacional. Entre 1845 e 1856, segundo Cunha (2000), dez governos provinciais chegaram a criar as Casas de Educandos Artífices, que adotaram o modelo de aprendizagem de ofícios vigente no âmbito militar, inclusive os padrões de hierarquia e disciplina. Alguns anos mais tarde, 1875, o mais importante estabelecimento desse tipo, o Asilo dos Meninos Desvalidos, foi criado no Rio de Janeiro. Os “meninos desvalidos” eram os que, de idade entre

21 É importante ressaltar que, nos países da Europa, a aprendizagem de ofícios também havia passado por problemas de afirmação nos séculos anteriores e só em 1694, de acordo com mesmo Fonseca (1986a), é que apareceria pela primeira vez naquele continente uma escola destinada a ensinar ofícios manuais. Fundada num subúrbio de Halle, na Alemanha, por August Hermann Francke, destinava-se aos órfãos de sua paróquia, o qual sem recursos para manter a escola, imaginara ensinar a seus pupilos o manejo das ferramentas e a técnica das profissões, a fim de que eles próprios mantivessem com seu trabalho, a continuidade da obra de assistência que havia sido iniciada.

6 a 12 anos, fossem encontrados em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa adequada para frequentar escolas comuns, vivessem na mendicância.

Esses meninos eram encaminhados pela autoridade policial a esse asilo, onde recebiam instrução primária, seguida de disciplinas especiais (álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes; escultura e desenho; música vocal e instrumental) e aprendiam um dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhe, funilaria, ferraria, serralheria, courearia ou sapataria. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com o duplo fim de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio, que lhe era entregue ao fim do triênio (CUNHA, 2000, p.91).

O próprio D. Pedro II cuidaria de fundar, em 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje, Instituto Benjamim Constant, depois que, segundo relato de Fonseca (1986a), um cego, José Alves de Azevedo, educado na “Institution Impériale des Jeunes Aveugles”, de Paris, tendo tido muito sucesso na educação de uma filha cega do Dr. José F. Xavier Sigaud, médico do paço, conseguiu, com isso, entusiasmar o Ministro do Império, Conselheiro Couto Ferraz, depois Visconde do Bom Retiro, e a influência de Couto Ferraz junto ao Imperador, o que fez criar o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, através do decreto de 12 de setembro de 1854.

A inauguração do estabelecimento deu-se cinco dias depois, isto é, a 17 de setembro, tendo sido nomeado seu primeiro Diretor o Dr. Xavier Sigaud. Entre os anos de 1869 a 1889, o Instituto foi dirigido por Benjamim Constant Botelho de Magalhães, e sua gestão deve ter realmente agradado, pois o Governo Republicano, em 1891, pelo decreto 1.320 de 24 de janeiro deu ao estabelecimento o nome que ficou até hoje: Instituto Benjamim Constant. Dois anos mais tarde, em 1856, também seria fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, e algum tempo depois da inauguração, passariam a funcionar nos dois institutos, oficinas para aprendizagem de ofícios, nas quais os cegos aprenderiam tipografia e

encadernação, e os surdos-mudos, sapataria, encadernação, pautação e douração (FONSECA, 1986a).

Na perspectiva de Cunha (2000), instituições como estas, criadas, mantidas e administradas pelo Estado, no período imperial, tinham como característica predominante a formação compulsória da força de trabalho manufatureira a partir dos miseráveis. Já as iniciativas de particulares, por sua vez, eram destinadas principalmente ao aperfeiçoamento dos trabalhadores livres, os que tinham disposição favorável para receber o ensino oferecido. Por isso, na opinião desse autor, tanto as iniciativas do Estado voltadas para o ensino de ofícios, quanto as das sociedades civis nesse período, eram legitimadas por ideologias que pretendiam:

- a) imprimir a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política, de modo a não se repetirem no Brasil as agitações que ocorriam na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados, na medida dos ganhos de qualificação (CUNHA, 2000, p.92).

As sociedades civis a que se refere o autor estavam destinadas a amparar órfãos e/ou ministrar ensino de artes e ofícios. Seus recursos provinham, primeiramente, das cotas pagas pelos sócios ou das doações de benfeitores. Sócios e benfeitores eram membros da burocracia do Estado (civil, militar e eclesiástico), nobres, fazendeiros e comerciantes. O entrecruzamento dos quadros de sócios com os quadros da burocracia estatal permitia a essas sociedades se beneficiarem de doações governamentais, as quais assumiam importante papel na manutenção das escolas de ofícios.

Uma das primeiras e principais entidade desse tipo no Brasil, foi a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, instalada no Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 1828, fruto de um velho sonho de Inácio Pinto d'Almeida e que vinha tentando colocar em há quase dez anos. Segundo Fonseca (1986b), naquele ano, a concretização começaria com uma subscrição,

de caráter anual, para compra e exposição ao público, de modelos e máquinas destinadas ao aperfeiçoamento da indústria. Já tinha conseguido duzentas assinaturas quando os sucessos políticos que levaram à independência o obrigaram a paralisar as atividades. Mas, com o estabelecimento do Império, voltou Pinto d'Almeida a pedir auxílio e, dessa vez, a solicitar, também a fundação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. O caso, submetido ao parecer da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, teve, em 1825, despacho favorável, sendo o funcionamento da Sociedade considerado como podendo servir “ao adiantamento da Agricultura e das Artes do atraso e imperfeição em que elas se acham no Império...” (FONSECA, 1986b, p. 09).

Tendo realizado sua primeira sessão a 28 de fevereiro de 1828, a Sociedade, logo depois, transformou-se em verdadeiro órgão técnico que o Governo Imperial consultava com frequência a respeito de questões de maquinário e de Tecnologia Industrial. A 10 de abril de 1830, o governo, por um decreto, aprovava o estabelecimento de escolas normais de diferentes disciplinas, projetadas pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Naquelas escolas seriam lecionadas Geometria e mecânica Aplicada às Artes, Química Aplicada, Física e Astronomia, Aritmética, Álgebra e Geometria Aplicada às questões de Comércio e Agrimensura e, por fim, Botânica Aplicada à Agricultura. Além dessa, outras ações no campo educacional e profissional também seriam implementadas pela entidade, reafirmando para Fonseca (1986b, p.10), sua importância nesse movimento:

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – cujo nome é quase a tradução da “Société d’encouragement pour l’industrie nationale” que se fundara em Paris, em 1801, - com o programa que desfraldava, não poderia deixar de influenciar direta e indiretamente o ensino de ofícios. Diretamente, pela criação de uma Escola Noturna de Adultos, para alfabetização de operários, e de uma Escola Profissional. E indiretamente pelo apoio que deu à criação da Sociedade Propagadora das Belas Artes, sonho de Bethencourt da Silva e de onde surgiu o Liceu de Artes e Ofícios, do Rio de Janeiro.

Tanto a Escola Noturna de Adultos, destinada a ministrar instrução elementar, quanto a Escola Profissional foram inauguradas em 1871. Nesta última o movimento de alunos, nos quinze primeiros anos, atingiu a soma de 1.106. As matérias nela estudadas eram Aritmética e Metrologia Elementar, Álgebra, Geometria e Estereotomia, Desenho Linear e de Ornatos, Contabilidade e Escrituração Industrial, Legislação Industrial, Higiene Industrial, Tecnologia Elementar e Música. Embora fossem anunciados como cursos teórico-práticos, podemos observar nas disciplinas estudadas que, basicamente, não havia prática de oficinas. Esse mesmo princípio foi adotado pela Associação Propagadora da Instrução de Operários da Lagoa, nos seus cursos inaugurados também em 1871 e destinados aos trabalhadores da indústria.

Uma outra associação nos mesmos moldes também apareceria já em 1840 no Rio de Janeiro: a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência. Sua fundação é atribuída à iniciativa oficial de Joaquim Cesar Figante Mourão, ministro de Portugal acreditado junto ao governo da Regência. A 17 de maio daquele ano, em Assembléia Geral, eram aprovados os estatutos que traziam em seu texto como uma das finalidades sociais facilitar a educação, tanto moral quanto industrial de menores desvalidos. Logo que as finanças o permitissem e as circunstâncias o reclamassem deveriam ser estabelecidos uma escola e asilo, assim como oficinas industriais. Antes dessas iniciativas, porém, a Sociedade, em 1849, instalava um hospital, tido como um dos melhores. Só em 30 de novembro de 1884 é que seria inaugurado o Asilo de Ensino Profissional, começando com 40 alunos. A partir de 1890, por economia, foram sendo diminuídos os 52 alunos a que haviam atingido as matrículas, até que em 1895, fechou-se o Asilo de Ensino Profissional.

Apesar da Constituição de 25 de março de 1824 ter abolido as corporações de ofício no Brasil para incentivar a vinda de artesãos que poderiam assim, montar seus negócios com independência, e a existência da escravidão dificultar a consolidação de associações cooperativas no Brasil análogas às que estavam aparecendo e se multiplicando na Europa

no começo do século XIX, uma vez que os artesãos mais hábeis terminavam virando donos de escravos, não deixavam de surgir práticas organizacionais que, mesmo parecendo tímidas para os padrões europeus da época, eram alternativas locais que correspondiam ao contexto brasileiro, sendo suficientemente vivas para congregar trabalhadores.

No dia 1º de abril de 1838, por exemplo, fundava-se, no Rio de Janeiro, a Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives, com a finalidade de congregar todas as pessoas pertencentes à profissão, tais como joalheiros, importadores, vendedores, corretores, douradores e polidores de metais preciosos, relojoeiros, gravadores, cravadores, lapidadores, etc. A Sociedade, que trazia como programa o socorro aos associados, sob múltiplas formas, também inscrevia entre suas finalidades fazer funcionar aulas de Desenho, assim como a criação do ensino da profissão de Ourives, logo que o capital permitisse e a Assembléia aprovasse. Entretanto, a instalação dessa aprendizagem nunca foi posta a funcionar, talvez por falta de recursos da própria Sociedade.

Na análise de Cunha (2000), algumas dessas sociedades formadas por pelos trabalhadores especializados, só subsistiram mesmo quando conseguiram organizar um quadro de sócios beneméritos que as dirigiam e mantinham com seus próprios recursos ou com subsídios governamentais que atraíam. As mais importantes sociedades desse tipo foram as que criaram e mantiveram liceus de artes e ofícios, tendo o primeiro deles surgido no Rio de Janeiro, em 1858. A partir daí, o ensino de ofícios iniciava a etapa de seu desenvolvimento em que aparece sempre ligado ao das artes.

Ofícios e artes passariam a continuar uma combinação ideal para a preparação do pessoal destinado à indústria, e o ensino de desenho assumiria caráter de grande importância e tornar-se-ia indispensável, daí por diante, no currículo de todas as escolas onde se ensinassem profissões manuais (FONSECA, 1986b, p.13).

Principais responsáveis pela criação e difusão dos liceus profissionalizantes no Brasil, algumas dessas sociedades auto-gestoras e auto-mantenedoras possuíam, senão na

maioria, mas ao menos em parte da sua composição, mestres e oficiais das artes mecânicas que, não coincidentemente, eram pessoas de cor, ou seja, pretos, mulatos e pardos, descendentes de escravos e até ex-escravos. É tomando esse pertencimento étnico como base que procuraremos discutir então tais sociedades de ofícios, olhando na perspectiva da própria necessidade de existência coletiva dos negros dentro do escravismo do século XIX, expressa na sua capacidade associativa ou organizacional.

Laços da diáspora

O apoio social dos seus pares era muito importante, senão fundamental, na luta dos negros pela sobrevivência dentro do escravismo. Mesmo na condição de escravos, reuniam-se em grupos para celebrar e recriar o que Karasch (2000) chama de “a boa vida” na cidade, pois eram poucos os africanos que faziam alguma coisa sozinhos. Embora em alguns casos fossem apenas de natureza ritual, estabeleciam novas famílias e laços de parentesco tão forte quanto o que os ligavam à terra natal, voltando-se também para protetores, líderes políticos e principalmente para novos amigos, o que acontecia já com africanos que vinham nos mesmos navios negreiros, os *malungos*. Assim, construía redes sociais que aliviavam o fardo da solidão, davam alguma medida de segurança a suas vidas e elevavam seu *status*, mesmo que um pouco. Nesse processo, colocavam em harmonia tradições culturais díspares em “um bando” – daí uma provável origem do termo umbanda -, tal como os africanos tinham feito durante séculos no Centro-Oeste do seu continente de origem.

Sem seus parentes, vizinhos e comunidades africanas, os estrangeiros que se reuniam na cidade encaravam o desafio de criar suas próprias comunidades em meio as senhores hostis que queriam isolá-los uns dos outros ou incorporá-los a suas famílias, ou, ao menos, a suas estruturas religiosas e sociais. Porém, os africanos resistiam, pois essas estruturas não satisfiziam suas

necessidades nem correspondiam aos seus sistemas de valores. Alguns, é claro, sucumbiam à influência dos donos e se convertiam ao catolicismo, enquanto outros tomavam emprestadas certas crenças e imagens religiosas católicas. Mas na primeira metade do século XIX, a maioria associava-se a seus próprios grupos religiosos e sociais, alguns tradicionais, mas muitos surgidos na cidade (KARASCH, 2000, p.341).

Um dos grandes exemplos dessa articulação no meio urbano é, sem dúvida, o dos *malês*, termo pelo qual eram conhecidos na Bahia oitocentista os africanos muçulmanos. Na noite do dia 24 para 25 de janeiro de 1835, africanos escravos e libertos pertencentes a este grupo étnico ocuparam as ruas de Salvador e, durante mais de três horas, enfrentaram soldados e civis armados. Embora durasse pouco tempo, apenas algumas horas, foi o levante de escravos urbanos mais sério ocorrido nas Américas e teve efeitos duradouros para o conjunto do Brasil escravista. Ao analisar as bases do levante baiano, Reis conclui que:

O ambiente urbano facilitou de muitas maneiras o crescimento do islamismo na Bahia. A relativa independência dos escravos de Salvador, a presença de um segmento numeroso de libertos e a interação entre os dois grupos ajudaram a criar uma rede dinâmica de convívio, proselitismo, recrutamento e mobilização. A essa rede rebelde, os documentos da devassa se referiram como “sociedade malê” (REIS, 2003, p.215).

Além de grupos familiares, religiosos e de dança, os escravos formavam outras associações que os ajudavam, protegiam-nos ou simplesmente lhes deviam algum grau de recreação longe de seus senhores. Suas opções iam de tavernas e bordéis a associações econômicas para assegurar a compra da liberdade. De modo geral, a maioria das referências à participação de escravos em associações diferentes de grupos étnicos, religiosos ou de dança inclui apenas homens, o que explica-se, em parte, pela própria porcentagem mais alta de escravos do sexo masculino na população e também à natureza escondida das atividades das escravas.

Mas, ao mesmo tempo que podiam expressar abertamente

suas lealdades ao laço étnico e nacional, dois tipos de associação tinham de permanecer em segredo: as sociedades secretas e as capoeiras. Em alguns casos, as duas estavam relacionadas, pois os grupos de capoeira poderiam participar de conspirações contra os senhores. No Rio de Janeiro da Segunda metade do século XIX, segundo Karasch (2000), os capoeiristas profissionais ou líderes das maltas eram amiúde libertos ou escravos fugitivos, mas mulatos e brancos também participavam e, às vezes, assumiam até a liderança, pois, além da cor, outros fatores como qualidades de liderança e habilidade de luta, pareciam determinar quem seria o chefe da malta.

ao preencher uma necessidade institucional – a da proteção de sua gente – as maltas – que ao que tudo indica tinham muitas características até de sociedades secretas religiosas -, serviam para estabelecer organizações fraternais paramilitares que defendiam os escravos em seus bairros. Elas se tornaram tão fortes que até as elites políticas da cidade utilizavam seus serviços, e poderiam até planejar rebeliões escravas, sendo talvez as sociedades secretas acusadas por senhores nervosos. Ademais, sendo seu estilo de luta também uma forma de dança, constituíam um grupo cultural que preservava uma tradição artística dinâmica (KARASCH, 2000, p.394).

Existiam também as associações econômicas dos escravos que, em geral, se organizavam em grupos de trabalho e associações de poupança, compostos freqüentemente pelos mesmos indivíduos. No primeiro caso, o que unia muitas vezes os escravos era o fato de que trabalhavam para o mesmo dono e moravam na mesma casa. Ao mesmo tempo, quem não podia escolher seus colegas de trabalho, quem trabalhava nas ruas reunia-se muitas vezes com base na ocupação comum, ou seus donos os forçavam a entrar em determinado grupo de trabalho.

Os grupos sociais e associações que os escravos se inseriam ocupavam, em grande medida, o lugar das famílias que os africanos haviam sido forçados a deixar para trás e serviam para substituir as várias funções que uma família nuclear

desempenhava comumente no século XIX, seja mitigar a solidão ou mesmo proporcionar o retorno a suas famílias de origem na África por meio da alforria. Por isso, qualquer que fosse a “vida familiar” que os escravos conseguissem construir independentemente de seus senhores, ela tinha de se enquadrar dentro de um dos numerosos grupos sociais que constituíam na cidade.

Em si tratando dos negros artífices, livres e escravos, eram as irmandades que se constituíam como o reduto no qual esses profissionais exercitavam sua sociabilidade muito particular, no sentido de avançarem e se afirmarem social e politicamente, sempre tomando como princípios a valorização do ofício e a fé professada no santo padroeiro. Diante dos recursos que utilizavam e da forma como se organizavam e funcionavam dentro do escravismo, essas organizações acabam sendo enxergadas apenas como expressão da contradição dos negros, ou da própria contradição humana, na luta pela sobrevivência. Sem dúvida, trata-se de um assunto bastante polêmico e do qual não poderemos, nem queremos escapar. Por isso, sem desconsiderar as ditas contradições apontadas por alguns sobre as irmandades, deixamos clara nossa perspectiva positiva com relação a essas instituições, na medida em que, como Reis e Silva (1989), elas são, claramente, frutos de uma enorme negociação política por autonomia e reconhecimento social. E através dessa micropolítica, nossos sujeitos tentando fazer a vida e, portanto, a história.

Entendidas como um todo, as irmandades religiosas formadas por leigos no Brasil são, sem dúvida, uma das grandes expressões das relações sociais. Seu caráter orgânico e local lhes conferia, além de força política, a característica de serem um canal privilegiado de manifestações do povo desde o período colonial. No século XIX, tão marcado por conflitos políticos e sociais e, por conseguinte, por embates e transformações culturais, essas entidades representaram não apenas espaços para a prática da religiosidade ou de ações meramente assistencialistas, mas também instâncias significativas para o agrupamento e organização de classes ou das mais variadas categorias profissionais.

Segundo Assis (1988), o processo migratório por portugueses, que conhece períodos de maior e menor intensidade, introduz no Brasil o catolicismo, cujos agentes principais são os leigos, instituindo assim o chamado “catolicismo do povo”. As irmandades passaram a ser, ao mesmo tempo, força auxiliar, complementar e substituta da Igreja, se propondo a facilitar a vida social, desenvolvendo inúmeras tarefas que, pelo menos a princípio, seriam da alçada do poder público, intermediando assim, o contato Igreja-Estado.

A autora salienta, no entanto, que é preciso fazer a distinção entre estas confrarias de assistência mútua e os grupos de artesãos que se multiplicaram nos séculos XII e XIII na Europa. No caso destes últimos, também denominados Corporações de Ofício, o objetivo era, basicamente, a proteção dos interesses de determinado grupo profissional, tendo como importante característica a observância religiosa. Porém, eram os serviços prestados aos seus membros que tomavam a forma de doações ou esmolas propriamente ditas, que constituíam sua principal característica. Já com relação às confrarias religiosas, a arregimentação dos seus membros não provinha de um determinado grupo econômico, uma vez que eram compostas por homens e mulheres leigos, cujo desejo consistia apenas em realizar obras de caridade cristã. Comum a todas as Irmandades era a vontade de prover o bem-estar social dos irmãos e de suas famílias, cumprindo, assim, uma função social que o aparelho político-administrativo não tem meios de realizar (ASSIS, 1988).

Segundo observou o viajante Koster, o número de igrejas, capelas, nichos e santos nas ruas do Recife era grande – o que ele achava um perfeito absurdo. Essas igrejas se ligavam a uma multidão de confrarias religiosas leigas, das quais os membros eram negociantes ou pertencentes ao comércio, e também mulatos e negros livres, que continuamente estavam mendigando para círios e outros artigos consumidos em louvor do patrono (KOSTER, 1978).

É preciso salientar que, em geral, cada templo acomodava diversas confrarias que veneravam seus santos patronos

em altares laterais. De acordo com Reis (1991), existiam irmandades com a mesma denominação espalhadas pelas igrejas do Brasil e mesmo de cada província ou cidade. Os templos que ocupavam, representavam um marco fundamental de identidade, pois neles não funcionava, em princípio, mais de uma confraria com o mesmo nome. Muitas irmandades que iniciaram sua carreira de maneira tímida, em altares laterais, com o tempo levantaram recursos para a construção de seus próprios templos.

Quanto a alguns irmãos passarem tanto tempo levantando fundos, também é algo compreensível. Afinal, além das celebrações, também precisavam construir capelas e igrejas, e realizar funerais e enterros. Ao tratar dos escravos do Rio de Janeiro nessa época, Karasch (2000) relata que, também por lá, os irmãos mendigavam sozinhos pelas ruas da cidade, ou organizavam grupos que tocavam instrumentos e coletavam esmola, ou, ainda, faziam leilões e loterias em dias de festa. Uma vez que seus membros eram pobres e carentes, as atividades caritativas e a doação de esmolas estavam entre as expressões mais visíveis dos princípios cristãos e, no tocante aos negros, bem próximos dos valores comunais africanos.

Conforme relata Cunha (1986), no período colonial, certas irmandades particulares tinham alguns privilégios concedidos pelo rei de Portugal. Mas eram irmandades de determinada Igreja, em determinada cidade, e o privilégio aplicava-se exclusivamente a seus membros. Ao que parece, isso continuou a acontecer no século XIX, ao menos em Portugal, pois lá, em 1866, a confraria de pretos de N. S. dos Rosários da Igreja de São Salvador de Lisboa havia obtido o privilégio de poder resgatar seus membros se os senhores os quisessem vender para fora do reino.

É bom lembrar que o Estado normalmente não intercedia nas relações entre senhores e escravos, nem tampouco a Igreja como instituição. Por isso, não só as ordens religiosas tinham seus escravos, até quase às vésperas da abolição, mas algumas se especializaram, e parecem ter sido as únicas empresas do gênero no Brasil, na reprodução de escravos. Todavia, na

opinião da mesma autora, o que houve foi o papel importante das irmandades religiosas, associações de leigos à sombra da Igreja, de organização local e sem nenhuma centralização, que defendiam os interesses corporativos de seus membros, a exemplo das irmandades de escravos e libertos negros ou pardos que adiantavam dinheiro a seus associados para sua alforria (CUNHA,1986).

Em Portugal, de acordo com Reis (1991), as confrarias, divididas principalmente em irmandades e ordens terceiras, já existiam pelo menos desde o século XIII, dedicando-se a obras de caridade voltadas para seus próprios membros ou para pessoas carentes não associadas. Tanto as irmandades quanto as ordens terceiras, embora recebessem religiosos, eram formadas, sobretudo, por leigos, mas as últimas se associavam a ordens religiosas conventuais (franciscana, dominicana, carmelita), daí se originando seu maior prestígio. As irmandades comuns foram bem mais numerosas. Da metrópole acabou se espalhando para o Império Ultramarino, inclusive o Brasil, o modelo básico dessas organizações.

Em suas viagens, ou em mudanças de domicílio, os “terceiros” (membros das ordens terceiras), como eram assim chamados esses primeiros membros da sociedade, tinham seus direitos de associados protegidos por convênios entre ordens da mesma denominação estabelecidas em diferentes vilas, cidades, capitânicas, províncias, países e continentes. Bastava o viajante ou imigrante apresentar sua carta patente para receber os serviços da ordem local ou ser nela admitido, pagando apenas parte da jóia e evitando os rituais de iniciação a que estavam obrigados os noviços.

Segundo a análise de Reis (1991), para o imigrante português, essas associações certamente foram fator de integração no Novo Mundo. Numa festa ou reunião de confrades, o recém-chegado, ávido por fazer-se na vida, conhecia aquele irmão e negociante estabelecido que o iniciaria nos segredos econômicos da Colônia. Frequentemente, os negociantes portugueses encorajavam caixeiros a se filiarem a suas irmandades, como acontecia na Ordem Terceira de São

Domingos. Nesses casos, as ordens, além de congregarem a elite, também serviam como canais de ascensão social. Muitas confrarias agregavam, principalmente, indivíduos da mesma profissão, como no caso de Salvador, onde os oficiais mecânicos organizavam-se, durante a Colônia, em torno das “confrarias dos mesteres”, dedicadas aos santos patronos de cada ofício.

No Recife, uma dessas importantes confrarias que reuniam os profissionais das artes mecânicas foi a Irmandade de São José do Ribamar.²² Segundo Guerra (1978), sua igreja, localizada no centro da cidade, foi fundada por carpinteiros em 1653, mas que só teve suas obras definitivamente concluídas apenas em 1787, por ordem do governador D. Tomáz José de Melo.

Litografia aquarelada de Guesdon. Panorama da freguesia de São José por Frederick Hagedorn (1856). Diretoria de Documentação/CEHIBRA, Acervo da Fundação Joaquim Nabuco-Recife. Detalhe da obra que destaca a Igreja de São José do Ribamar.



Com o desmembramento da freguesia de Santo Antônio e a criação da freguesia de São José, a irmandade desta igreja passou a exigir que a ela fosse concedido o título de matriz da nova freguesia, o que se colocou pelo Bispo Diocesano da Província:

22 Ainda sobre a igreja de São José do Ribamar, conferir: Lins e Coelho (1955).

parece lhe que a Igreja de S. José de Riba-Mar não he apta p^a se designar Matriz, por q^{to}, seguindo esta informação, carece de

grandes reparos e principalmente d'uma Capella novamente construída para nesta existir o Santíssimo Sacramento, q^{do} a Irmandade não preste seo consentimento para o mesmo Senhor ser collocado na capella Mor, lugar proprio, q' já mais lhe pode ser negado. E como a Igreja do Terço, posto que menor que a de S. José seja mais central(o que muito que se deve attender) e a Irmandade d'aquella Igreja prestasse com louvavel prestesa o seu assenso p^a faser causa comum com a Irmandade do Santissimo Sacramento da Igreja de S. José recentemente instituida satisfeita de que em sua Igreja se administrassem os sacramentos, e se celebrasse a Missa Conventual, estas as rasões porque o Prelado Diocesano he diparecer, que a Igreja do Terço seja designada Matriz da Freguesia de S. José do Reciffe se a Irmandade daquela Igreja convier de que o mesmo Prelado não duvida enquanto em logar proprio se não edificar huma nova Matriz, cuja empresa não será difficil, attenta a piedade Christã, que se divisa nos Pernambucanos, coaprovando a Thesouraria Prov^a pela parte que lhe pertence, quando assim o determine a Asmblea Legislativa. ²³

Não se pode negar que era uma reivindicação um tanto pertinente a que fazia a Igreja de São José do Ribamar, uma vez que, além de sua localização central, como salientou o próprio Bispo, era o seu padroeiro que dava nome a “nova” freguesia. Apesar disso, sua pretensão esbarrou na questão da estrutura dita necessária para acomodar uma igreja matriz. Mesmo assim, as celebrações corriqueiras não deixaram de ser realizadas nas suas dependências, tanto que passaria a dividir algumas dessas atividades com outra igreja no pátio do Terço, também localizada no bairro de S. José e freqüentada basicamente por negros e que passara a ser, provisoriamente, a nova matriz da freguesia.

23 AALEPE – OR (ofícios)
Ofício do Bispo Diocesano
da Freguesia de São José à
Assembléia Legislativa da
Província de Pernambuco. 15
mar. 1845

Pátio do Terço – L.
Krauss – Carl, 1885.



Quanto aos problemas estruturais que acabaram impedindo a Igreja de S. José de se tornar efetivamente a matriz dessa freguesia quando ela foi criada, estes não só continuaram a existir, como aparentemente se multiplicaram com o passar do tempo e a falta de manutenção do templo, a julgar pelo teor de outra solicitação encaminhada novamente à Assembléia Legislativa, dessa vez em 1857:

Imemorial antiguidade, já pelo respeitoso titulo de S. Jose, por que é conhecido, e já finalmente porque é este mesmo Templo, que da o nome a freguesia a que pertence? Não certamente, como prevenir a peticionaria este tão perigoso acontecimento a mingoa de seus coffres, e a fraquesa de seus membros, que na sua mor parte são artistas, a classe mais pobre nesta provincia, por certo não lhe proporcionão meios sufficientes de que possa despôr para fazer desaparecer todos estes inconvenientes. É verdade Exmos. Senrs. Que esta Irmandade tem um pequeno patrimonio; mas o producto deste, e o auxilia d'algumas esmolos dos fieis, apenas chegão para as despesas daquelles actos, q são inteiramente indispensáveis (AALEPE - RELIGIÃO, 1857).

Colocada a situação, questionava a irmandade sobre o que fazer, pois, de um lado, estava o dever e a necessidade de evitar a obra chegasse às ruínas, o que implicava também num eminente perigo para aqueles que a freqüentavam. Do outro, estava a falta absoluta de meios para realizar os reparos

necessários. Por isso, recorria ao socorro da Assembléia para que pudesse lhe conceder ao menos algumas loterias, cujo produto resultado gerasse um valor suficiente para se fazerem os reparos e consertos mencionados. Nas palavras da solicitante, era mesmo desnecessário demonstrar que a sua súplica era justa, e então confiando minimamente no senso de justiça e imparcialidade da Assembléia, ficava tranqüila na esperança de ser benignamente deferida, visto para o mesmo fim e pelos mesmos motivos, outras Irmandades que recorreram a esta instituição terem sido atendidas. E a Irmandade de São José do Ribamar estava claramente nas mesmas circunstâncias.

Essa feição essencialmente religiosa das irmandades leigas no Brasil era encarada com seriedade e relevância apesar do seu aspecto sócio-econômico. Como destaca Assis (1988), sua finalidade específica e formal é a devoção a um santo, o que vai significar a unidade dos irmãos na proteção e salvaguarda dos interesses comuns. Nessa irmandade, ao menos inicialmente, esses interesses giravam em torno de quatro tipos de profissionais: carpinteiros, marceneiros, pedreiros e tanoeiros.

Essa restrição pode ser entendida pelo fato desses ofícios seguirem um princípio comum, ou seja, o trabalho com formas e medidas. Esse fator era considerado tão importante, que servia mesmo para denominá-los como “artistas do compasso”, numa referência a um dos instrumentos de trabalho mais utilizados por esses profissionais. Além disso, tratava-se de uma irmandade cujo padroeiro era um santo carpinteiro, e como tal, deveria ser integrada pelos devotos “naturais” do santo, ou seja, por profissionais que exerciam a mesma atividade ou que pelo menos fossem do mesmo círculo das artes mecânicas. Essa relação de identificação divina e também entre os pares, era celebrada de forma mais explícita com a chegada de um dos momentos mais importantes para todas as confrarias: Festa do Santo.

No caso da igreja de São José do Ribamar só se fazia no dia 19 de março, dia oficial do padroeiro e se por algum empecilho

não se pudesse realizar nesta data, a Mesa Regedora deliberava outro dia, o que não seria com menos pompa e magnificência possível. Cabia à Mesa determinar em tempo os detalhes da festa, de modo que se pudessem recolher as “jóias” não só de todos os membros da Mesa, mas também dos juizes, escrivão e mais os mordomos que serviam por devoção. Ainda tinham as esmolas de devotos particulares e o dinheiro de algumas multas que era reservado para este fim (IRMANDADE, 1838, cap. 22).

Numa visão barroca do catolicismo, de acordo com Reis (1991), o santo não se contenta com a prece individual. Sua intercessão será tão mais eficaz quanto maior for a capacidade dos indivíduos de se unirem para homenageá-lo de maneira espetacular. Para receber força do santo, deve o devoto fortalecê-lo com as festas em seu louvor, festas que representavam exatamente um ritual de intercâmbio de energias entre homens e divindades. Como ideologia, a religião era, então, coisa dos doutores da Igreja, cabia aos irmãos o lado “emblemático” e mágico da religião.

Nessas celebrações das confrarias negras, o sagrado e o profano freqüentemente se justapunham e às vezes se entrelaçavam. Além de procissões e missas, a festa se fazia de comilanças, mascaradas e elaboradas cerimônias, não mencionadas nos compromissos, em que se entronizavam reis e rainhas negros devidamente aparatados com vestes e insígnias reais. Esses monarcas fictícios ocupavam cargos meramente cerimoniais, como se as irmandades fossem uma espécie de monarquia parlamentar (REIS, 1991, p.62).

A aceitação da Igreja com relação à celebração de festas religiosas por escravos talvez fosse por considerá-las provas vivas de almas conquistadas. Mas, obviamente, havia limites à tolerância clerical quanto à africanização da religião dominante. Já entre as irmandades, parecia haver uma espécie de esforço para superar umas às outras nas homenagens a seus santos de devoção. O prestígio delas, a capacidade de recrutar novos membros e a possibilidade de estes se destacarem socialmente dependiam da competência lúdica de cada uma.

Infelizmente, não há mais referências sobre as festas do santo padroeiro dessa irmandade. Sem dúvida, seria bastante interessante saber mais detalhes de como uma festa em homenagem a uma divindade, e, ao mesmo tempo festa popular, acontecia bem no meio de uma das freguesias mais movimentadas e mais africanizadas do Recife oitocentista. Essas intenções religiosas aparentemente simples chegavam a ser, de um modo geral, ressaltadas pelas irmandades inclusive nos seus compromissos, havendo uma parte introdutória, além das cláusulas diretamente ligadas à exaltação do santo padroeiro.

No caso da Irmandade de S. José do Ribamar isso não era diferente. Mas, além de se salientar o caráter religioso e a exaltação ao santo padroeiro, esse tipo de documento importava por regulamentar e dispor sobre o funcionamento interno da confraria, assim como para sua legalização junto às autoridades e instâncias competentes. Por isso, seu processo de aprovação, assim como acontece de um modo geral com as entidades de certa estrutura organizacional, com era encarado com seriedade, como mostra esta convocatória:

A Meza regedora da Irmandade do patriarca S. José do Riba-mar desta cidade de Pernambuco participa aos seus irmãos; dos quatro ofícios, como bem carpina; pedreiro; marceneiro e tanoeiro, que no dia Domingo 17 do corrente pelas 10 horas da manhã queirão comparecer os ditos irmãos, no Consistório da mesma Igreja para aprovação geral do novo compromisso para o melhoramento, e bom regimen da mesma confraria (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13 abr. 1836).

Tudo indica, no entanto, que não foi dessa vez que esse compromisso foi aprovado. Se foi, não durou muito tempo em vigor, além de não constar nos acervos por nós consultados, o que não foram poucos. O documento mais antigo e completo sobre a irmandade por nós encontrado, e que, inclusive, havia sido dado como perdido ainda no século XIX pela própria irmandade²⁴, foi o compromisso do ano de 1838, o qual estabelecia as novas disposições sobre o funcionamento da confraria a partir daquela data (anexo 1).

24 Conforme consta no artigo 59 de um outro compromisso desta mesma irmandade, aprovado em 1872, o estatuto que a regia anteriormente, por negligência ou mesmo malícia, havia desaparecido (grifo nosso). Como não há indícios de que a irmandade aprovou mais algum estatuto depois de 1838, provavelmente estivesse se referindo a este documento.

Tendo o fim ultimo do homem a manifestação da Glória divina, e um dos melhores meios á chegar-se á este mesmo fim é a devoção para com os Santos; nós, os Mestres, e officiaes dos quatro officios, Carpinas, Pedreiros, Marcineiros, e Tanoeiros, em onra, e louvor do Patriarcha São José, nosso natural Padroeiro, queremos, para o nosso bom governo, e direção da Igreja, tanto no interno, como no externo, que se fassa, e organize hum novo compromisso, em reforma ao actual; de modo que, addoptando novas máximas, fique em harmonia com a legislação moderna do Imperio, cuja constituição e leis administrativas, se achão em opposição com este mesmo Compromiso, que pello presente temos derrogado, em todas as suas disposições, caso mereça, esta nossa vontade a approvação da Legislação Provincial, (e a sanção do Exmo. Presidente da Província) por q'assim temos deliberado em Meza Geral, pedimos, e rogamos em nome de nosso santo Patriarcha, ás Autoridades constituidas, que sobre nós e nossa Irmandade tem de velar, e administrar justiça, que fassão respeitar tudo, quanto neste compromisso se contiver, bem como as mesmas leis do Imperio, para com todos aquelles, á quem suas disposições obrigar, seja qual for sua pozicão social, uma vez q "todos nos officiaes mecanicos acima declarados os presente assinados, e mesmo os auzentes que forem nossos Irmãos, somos juramentados neste acordo, e unanimemente contentes, que assim seja aprovado (IRMANDADE, 1838 – IAHG, ESTANTE A, GAVETA 15).

De acordo com o enunciado, o novo compromisso se fazia necessário em vista da nova legislação do Império, definida pela constituição e pelas leis administrativas que já estavam em vigor, e para as quais o compromisso anterior não só estava defasado, mas em oposição. Era preciso, portanto, adequar a irmandade às novas determinações legais do Império no que se referia às organizações de profissionais, que era, em grande medida, o que caracterizava as confrarias religiosas. Por isso, ao que parece, depois de ser aprovado pelos membros da irmandade, o mesmo documento foi enviado às autoridades competentes para ser confirmado, como sugere um ofício enviado pelo Procurador Geral da confraria à Assembléa Legislativa em 1840:

Diz Antonio Batista Clemente, Procurador Geral da Irmandade

de S. José do Riba-Mar que se lhe faz necessário q. V. Exa mande pelo seu respeitável Disp^o que o Official respectivo da Secretaria da Assembleia Provincial, lhe entregue o Compromisso da mesma Irmandade a fim de ser confirmado plo Exmo. Presidente da Provincia, na conformidade da Lei p. tto ²⁵.

Segundo Reis (1991), além de regularem a administração das irmandades, como, por exemplo, a renovação a cada ano dos integrantes de sua mesa por meio de votação, sendo expressamente proibidas pelas *Constituições Primeiras* a reeleição - o que nem sempre era respeitado -, os compromissos estabeleciam a condição social ou racial exigida dos sócios, seus deveres e direitos. Entre os deveres estavam:

(...) o bom comportamento e a devoção católica, o pagamento de anuidades, a participação nas cerimônias civis e religiosas da irmandade. Em troca, os irmãos tinham direito à assistência médica e jurídica, ao socorro em momento de crise financeira, em alguns casos ajuda para a compra de alforria e, muito especialmente, direito a enterro decente para si e membros da família, com acompanhamento de irmãos e irmãs de confraria, e sepultamento na capela da irmandade (REIS, 1991, p.50).

Em termos de organização administrativa, além de serem presididas por juizes, presidentes, provedores ou priores – a denominação variava -, a Mesa dessas confrarias também era composta por escrivães, tesoureiros procuradores, consultores, mordomos, que desenvolviam diversas tarefas: convocação e direção de reuniões, arrecadação de fundos, guarda dos livros e bens da confraria, visitas de assistência aos irmãos necessitados, organização de funerais, festas, loterias e outras atividades. Por isso que, na definição de Reis (1991, p.51):

As irmandades eram associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais. Havia irmandades poderosíssimas, cujos membros pertenciam à nata da elite branca colonial. No topo estavam as Santas Casas de Misericórdia que, no caso da Bahia e de algumas outras regiões do Brasil, controlavam vasta rede filantrópica de hospitais, recolhimentos, orfanatos e cemitérios. Desenvolvi-

uma caridade principalmente para fora, para os destituídos da sociedade, uma vez que seus irmãos eram os socialmente privilegiados.

A Mesa da Irmandade de S. José do Ribamar era composta de um juiz, um escrivão, um tesoureiro e um procurador geral, que era também responsável pelo patrimônio, quatro procuradores parciais, um zelador e doze definidores. Para todos estes empregos haveria anualmente uma eleição a ser efetuada no primeiro domingo do mês de março ou, em caso de algum impedimento, se realizaria no domingo seguinte, mas preferencialmente num dia santo (IRMANDADE, 1838, cap.3).

Para ocupar os principais cargos da irmandade se exigia que o candidato fosse examinado no seu ofício. Segundo dirigentes da irmandade, isto era necessário porque, desde a extinção das Corporações de Ofício, muitos dos profissionais dos quatro ofícios que compunham a irmandade, aproveitaram-se para exercer indevidamente algumas funções, excluindo-se o de zelador. Para se obter este título, o candidato deveria fazer um requerimento à Mesa em que comprovasse que era mestre e que, como tal, era geralmente reconhecido por obras de sua autoria, poder ter Tenda aberta, e já ter servido em algum cargo na irmandade. Quando o parecer era favorável, o juiz despachava o requerimento e o pretendente depositava na mão do tesoureiro a quantia de 10\$000 para o santo padroeiro e recebia o título de profissional examinado.

O exame exigido pela irmandade consistia no seguinte: o oficial de qualquer dos quatro ofícios que fosse reconhecido pelos mestres como tal, deveria dirigir-se ao Juiz da Irmandade e pedir-lhe verbalmente que marcasse o dia e o lugar em que o teste se realizaria, o que comumente era no consistório da Igreja. Chegada a data, o candidato comparecia para ser interrogado por três Mestres do mesmo ofício no qual seria avaliado, nomeados pela Mesa Regedora da irmandade, entre os quais, um iria presidir o ato. Feito o exame, ou seja, os interrogatórios saíam da sala o examinado e todos os assistentes, ficando unicamente os examinadores,

que votavam cada um com uma cédula se o candidato estava aprovado ou reprovado.

Caso todas as cédulas da urna estivessem com aprovação, o examinando era declarado aprovado plenamente, e se só aparecesse aprovação em duas cédulas, seria declarado aprovado simplesmente. Se aparecesse outro resultado diferente desse, o candidato seria declarado reprovado. O resultado da decisão era escrito pelo presidente do ato e uma cópia deste mesmo termo era escrita no livro, registrando-se o título do indivíduo examinado, que ainda pagava 10\$000 reis, segundo a irmandade, quantia destinada ao Santo Patriarca. Sem este título de examinado, ficava proibido aos mestres de ofícios daquela data em diante abrir edifício ou tenda, e aqueles que o fizessem seriam multados em 16\$000 réis o que se cobraria quantas vezes fossem as reincidências cometidas.

Mas não bastava só procurar regular o exercício da profissão, instituindo o exame de habilitação nos ofícios e a cobrança de multas para aqueles trabalhadores que insistiam em não respeitá-lo. Também no que se refere aos aprendizes, a irmandade tentava intervir, determinando como deveriam ser tratados e de maneira seus serviços deveriam ser utilizados enquanto estivessem sob a responsabilidade dos mestres:

Sendo evidente que sem o Emprego dos meios não obter os fins desejados, Mestres tomarão seos aprendizes de baixo das seguintes regras: hum papel (...) entre o Mestre, e a pessoa, que sendo autorizado, não possa contratar acerca do Aprendiz: se marcará neste mesmo papel num tempo certo em que o Mestre deverá insinar o officio ao Aprendiz; Enquanto o Aprendiz estiver de baixo da sugeição de seo Mestre nem hum outro Mestre o poderá aceitar, para continuar a incinallo: ao menos que Pay, ou quem governar o Aprendiz primeiro que o Mestre, que o incinava, por algum se acha empedido de continuar no seu officio: segundo que o Mestre o castigou excessivamente: O Mestre, que não observar este plano, acerca de não aceitarem Discipulos de outros Mestres, serão multados em 16\$000 reis, e na reincidência em 32\$000 reis para o santo (IRMANDADE, 1838, cap. 20).

Dessa forma, a responsabilidade dos mestres sobre a formação

do aprendiz aumentava, na medida em que não era permitido a outros mestres contratá-lo, salvo em situações extremas como abandono ou agressão do discípulo. Interessante notar que a aceitação do aprendiz a partir de então seria feita por escrito, onde se registraria até o tempo médio que duraria a formação, o que dava a este aprendizado um caráter bem contratual. Daquilo que ganhava o aprendiz, cabia ainda ao mestre separar um parte para a irmandade, com o objetivo de o assentar como Irmão, logo que ele completado um ano de aprendizado do ofício. A entrada seria paga pelo mesmo Mestre, e caso neste aspecto os mesmos se omitissem, a multa recebida seria de 2\$000 réis.

Alegando que a imagem dos carpinas e pedreiros, particularmente, estavam sendo atingidas quando oficiais inexperientes indevidamente ingressavam em obras de grande porte, o novo compromisso estabelecia que somente os mestres examinados poderiam ser contratados nessas obras, pois os outros acabavam abandonando o serviço no início ou terminado-o com imperfeições por falta de capacidade. Os oficiais que desobedecessem esta determinação seriam multados em 16\$000 réis, que se repetiria quantas vezes fossem as reincidências.

Como podemos ver, para além dos cuidados com o culto religioso do seu padroeiro, a Irmandade de São José do Ribamar também exercia rigidamente seu papel de organizar e controlar as atividades das categorias profissionais que representava. Para Reis (1991), as irmandades, de um modo geral, tinham a função implícita de representar socialmente, se não politicamente, os diversos grupos sociais e ocupacionais. Na ausência de associações propriamente de classe, elas ajudavam a tecer solidariedades fundamentadas na estrutura econômica, e algumas não faziam segredo disso em seus compromissos quando exigiam, por exemplo, que seus membros possuíssem, além de adequada devoção religiosa, muitos bens materiais.

No estatuto da Irmandade de S. José consta que, para ingressar na confraria, era necessário o pagamento de uma taxa de

entrada, no valor de 4\$000, independentemente de sexo e “qualidade” – termo da época para se referir aos significantes definidos socialmente a partir da cor da pele. Com isto, fica claro que poderiam entrar na irmandade pessoas negras, mulatas e pardas, contanto que fossem livres, e que pagassem as taxas estabelecidas.²⁶

Além de agregar os profissionais dos quatro ofícios, no seu capítulo primeiro, ficava estabelecido que a Irmandade de São José continuava a ser uma reunião de todos os homens livres, e mesmo de qualquer pessoa livre de ambos os sexos, contanto que não votassem e que não fossem lotados para os cargos existentes na irmandade. Ou seja, a condição de pessoa livre era um critério bem mais fundamental do que o pertencimento à categoria profissional que simbolizava a irmandade e até mesmo à exclusão das mulheres do quadro de integrantes da confraria. A justificativa para tal critério se expressa no seu segundo capítulo, da seguinte forma:

O pequeno numero antigamente de Mestres, e officiaes dos quatro Officios, de que se compoem essa nossa Irmandade deu cauza, para que os nossos antepassados admitissem o grande abuzo de se acceitarem escravos, como Irmãos, sem atenderem essa gente, não tendo ação própria, não podião cumprir as obrigações, a que estão ligados como Irmãos, e nem gozar de suas regalias: portanto, sem se excluir os que já se achão alistados, não se admittão mais, como Irmão escravo algum: assim como que não sirvão nenhum cargo na Irmandade esses, que continuão a ser Irmãos.

Havia também uma taxa anual de 320 réis, que deveria ser paga por todos os irmãos, novatos ou antigos, e que, no caso de atrasarem o pagamento por três anos ou mais, poderiam ser executivamente obrigados a pagar, caso não estivessem em dificuldades financeiras. Neste caso, a irmandade deveria socorrer o sócio com uma esmola mensal, ao que tal requerimento era arbitrado pela Mesa Regedora, considerando-se seus serviços prestados à irmandade.

Sobre essa presença das pessoas de cor nas irmandades, Koster relata que no Recife, apesar das situações em que um

26 Nos casos dos menores de 14 anos, o valor ficava reduzido para 2\$000, e para os maiores de 60 anos, ficava estipulado o valor de 8\$000. Nos casos de “remissão”, os valores a serem pagos eram alterados conforme a idade dos sócios e o momento em que era realizada (IRMANDADE, 1838, cap. 3).

mulato só entrava para as ordens religiosas ou era nomeado para a magistratura desde que seus papéis dissessem que ele era branco, mesmo que seu todo demonstrasse plenamente o contrário, não era difícil encontrar pessoas de cor em posição de destaque nessas entidades. Como exemplo, ele cita o caso de um sacerdote seu amigo, cujo aspecto e cor dos cabelos denunciavam sua origem. Segundo o viajante inglês, “era um homem inteligente e bem educado, segundo a observação do viajante, e fora deste exemplo pessoal, poderia indicar muitos outros em condições idênticas” (KOSTER, 1978, p.382).

Embora casos como esse relatado pelo viajante inglês não fossem raros no Brasil do século XIX e que as irmandades cada vez mais parecessem priorizar o pagamento de taxas para a entrada de novos irmãos, como vistas a se manterem...

o critério que mais freqüentemente regulava a entrada de membros nas confrarias não era ocupacional ou econômico, mas étnico-racial. Havia irmandades de brancos, de pretos e de pardos. As confrarias de brancos podiam se dividir entre aquelas cujos membros eram predominantemente portugueses e aquelas, mais numerosas, nas quais predominavam brasileiros natos. As mais prestigiosas exigiam em geral de seus membros, além de sucesso material, que pertencessem à raça dominante (REIS, 1991, p.53).

A partir da Independência, brancos de todas as origens passaram a freqüentar as mesmas confrarias. Os brancos barravam negros e mulatos em suas irmandades, em especial em suas ordens terceiras, mas eram aceitos pelas irmandades de cor. Mais numerosas, as confrarias de “homens de cor” tradicionalmente se dividiam entre as de crioulos (pretos nascidos no Brasil), mulatos e africanos. Todas as irmandades exigiam que o cargo máximo de juiz ou presidente – ou prior, como no caso das ordens terceiras – fosse ocupado por alguém “da raça”. As confrarias de brancos eram presididas por brancos, as de mulatos por mulatos, e as de pretos por pretos.

As irmandades de africanos se subdividiam de acordo com as etnias de origem, havendo, por exemplo, as de angolanos, jejes e nagôs. Imaginadas como veículo de acomodação

e domesticação do espírito africano, elas na verdade funcionaram como meios de afirmação cultural.

Do ponto de vista das classes dirigentes, isso foi interessante no sentido de manter as rivalidades étnicas entre os negros, prevenindo alianças perigosas. Ao mesmo tempo, do ponto de vista dos negros, impediu-lhes a uniformização ideológica, que poderia levar a um controle social mais rígido. Com o passar do tempo as Irmandades serviram até como espaço de alianças interétnicas, ou pelo menos como canal de “administração” das diferenças étnicas na comunidade negra (REIS, 1991, p.55).

Esse sistema de representatividade étnica, comum nas Irmandades de cor, de acordo com Reis (1991), permitia aos grupos hegemônicos uma melhor administração de suas diferenças, e melhor controle dos irmãos de outras etnias. A democracia dos irmãos tinha seus limites. A investigação da origem étnica dos membros de Irmandades de cor revela interessantes estratégias de alianças, ao lado de fortes hostilidades étnicas.

Ao analisar essa dificuldade de formar famílias, no caso dos africanos escravos, e mesmo os libertos, da Bahia, o autor diz que isso pode explicar porque eles redefiniram a abrangência semântica da palavra *parente* para incluir todos da mesma etnia: o nagô se dizia parente de outro nagô, jêje de jêje etc. O africano inventou aqui o conceito de “parente de nação”. Aliás, a intensidade com que os escravos produziram parentescos simbólicos ou fictícios revela como era grande o impacto do cativo sobre homens e mulheres vindos de sociedades baseadas em estruturas de parentesco complexas, nas quais o culto aos ancestrais era uma parte importantíssima. Já na travessia do Atlântico, a bordo de fétidos navios, morria a família africana e nasciam os primeiros laços da fictícia família escrava, na relação profunda entre os companheiros de viagem, que dali em diante tornavam-se *malungos* uns dos outros (REIS, 1991).

Da mesma forma, a “família-de-santo” dos candomblés substituiria importantes funções e significações da família consanguínea desbaratada pela escravidão e, dificilmente,

reconstruída na diáspora. Foi na mesma brecha institucional que a irmandade penetrou. Os irmãos de confraria formavam outra alternativa de parentesco ritual. Cabia à “família” de irmãos oferecer a seus membros, além de um espaço de comunhão e identidade, socorro nas horas de necessidade, apoio para conquista da alforria, meios de protesto contra os abusos senhoriais e, sobretudo, rituais fúnebres dignos.

Esses e outros aspectos sobre as irmandades de um modo geral, foram discutidos no sentido de melhor entender essas instituições enquanto uma das muitas expressões da capacidade de organização e ação coletiva dos negros no Brasil do século XIX. Entre elas, uma em particular foi ressaltada, a Irmandade de São José do Ribamar, não apenas pela sua importância dentro do universo das irmandades que existiam no Recife dessa época, mas também por seu lugar de destaque entre os negros profissionais das artes mecânicas. Dessa forma, conhecê-la “um pouco mais de perto”, torna-se fator fundamental para discutir uma outra entidade que lhe foi contemporânea, e que logo a seguir também será analisada dentro de um contexto mais amplo de transformações na Província de Pernambuco e no Brasil como um todo, na busca de compreender seu surgimento e sua iniciativa educacional junto à população pobre, mais especificamente, à população negra.

A sociedade dos artistas mecânicos e liberais de Pernambuco

Num relatório enviado à Assembléia Provincial, em 1839, propondo a criação do Liceu das Ciências Industriais, Francisco do Rego Barros chega a fazer menção a certas aulas profissionalizantes que estavam acontecendo no Recife, independentemente da iniciativa do governo. Segundo suas palavras: “Pelo esforço espontâneo de alguns artistas, estabeleceu-se ali uma aula de Mecânica Aplicada às Artes pelo sistema do Barão de Dupin.”²⁷

Eis que, no dia 21 de outubro de 1841, era anunciada

27 Entre outros autores que também registraram essa menção feita pelo Presidente da Província a tal iniciativa no Recife, conferir Moacyr (1939) e Bello (1978).

oficialmente no Recife a fundação da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco²⁸, associação de artífices que tinha como principal objetivo promover a qualificação profissional junto aos trabalhadores locais. Apesar de não desconsiderarmos que outros artistas mecânicos espalhados pela cidade pudessem ter tido a mesma idéia, a semelhança da iniciativa mencionada pelo Presidente da Província com o tipo de trabalho educacional e com o próprio perfil da Sociedade dos Artistas, além da época em comum, nos permite pensar que talvez se tratasse, ao menos em parte, dos mesmos profissionais da associação que surgiria em 1841 e que, não-oficialmente, já teriam se organizado para viabilizar esse tipo de formação na cidade.

Curiosamente, aquilo que parece ter sido já na década de 1830, os primeiros passos das aulas profissionalizantes da Associação dos Artistas, e que teria se adiantado à iniciativa do Estado Provincial no ensino de ofícios, só apareceria divulgado ao grande público dois anos depois de sua fundação oficial, como mostra este anúncio:

A Sociedade das artes mecanicas desta cidade tem a honra de participar ao respeitável público, que tem de breve abrir o curso de geometria e mecanica aplicada as artes, no consistório de S. Jose, aquelle que pretender seguir ao dito curso haja quanto antes de comparecer a mesma sociedade para ser contemplado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 09 jun. 1843).

É de estranhar que a divulgação das aulas de mecânica e geometria aplicada às artes tenham sido divulgadas ao grande público tempos depois até mesmo da fundação oficial da associação. Mas, talvez a explicação dessa divulgação mais tardia esteja no local de sua realização. Apesar de supostamente já existir antes de 1841, não se sabe realmente se, na sua origem, a associação já tinha lugar permanente, ou pelo menos adequando, para realizar suas atividades, o que demandava encontrar um espaço melhor que, aparentemente, só teria acontecido dois anos depois desta data, com a concessão de um dos consistórios da Igreja de São José do Ribamar. Em 1845, no entanto, a Sociedade dos

28 Segundo Pereira da Costa (1985), o nome inicial da entidade era *Sociedade Auxiliadora da Indústria em Pernambuco*, só depois de organizar seu primeiro estatuto, em meados da década de 1840, que passaria a se chamar Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco.

Artistas expediu um ofício assinado por seu então diretor Geraldo de Amarante dos Santos, com uma outra solicitação à irmandade desta igreja, a saber:

Dizem o Diretor e Secretário da Sociedade das Artes desta cidade, que não podendo continuar a fazer suas reuniões onde costuma e tendo já obtido dessa Irmandade o consentimento de permanecer com o seu curso de mecânico no consistório da Igreja desta mesma Irmandade vem de novo pedir a V. S. licença para em um dos consistórios dessa Irmandade poder a dita Sociedade fazer as suas reuniões. Ilmos Srs. o desenvolvimento das Artes servem para esplendor desta Irmandade e como esta Sociedade tem por fim o desenvolvimento das Artes e é composta quando não seja no todo (...) parte dos Artistas pertencentes a sobredita Irmandade, assim julgão estarem no cazo de estar o que pedem huma vez que (...) da mesma Sociedade em um dos consistórios não complicam os trabalhos da Vas. Sras. e nem das Irmandades erectas nessa mesma Igreja portanto a vista do expedido os supp.²⁹

Do local que servia anteriormente para sediar as reuniões da Associação, não sabemos muita coisa. Quase nada, na verdade, a não ser o que relata o Pereira da Costa (1985) sobre seu funcionamento, quando da criação da entidade, na própria casa do seu primeiro diretor, Izidio de Santa Clara, um dos seus principais fundadores. Talvez o local tenha se tornado pequeno para a quantidade de sócios que iam se integrando à associação, o que trazia a necessidade de encontrar um espaço maior. Espaço este que a Igreja tinha para oferecer, uma vez que já havia amparado as aulas profissionalizantes sem prejuízo das atividades das irmandades que nela existiam.

Determinado em ver sua solicitação ser atendida, o diretor da Sociedade dos Artistas procurava destacar outros aspectos além deste já mencionado, como, por exemplo, o interesse comum das duas entidades pelo desenvolvimento das artes mecânicas. Como o trabalho da Associação se destinava a qualificar trabalhadores para este desenvolvimento, nada mais natural que a irmandade colaborasse com o que fosse

preciso para que esta iniciativa tivesse sucesso. Mas é no final da sua argumentação que encontramos um detalhe crucial para entendermos não apenas o sentido das aulas nesta Igreja, mas também sobre a própria Sociedade dos Artistas na sua origem.

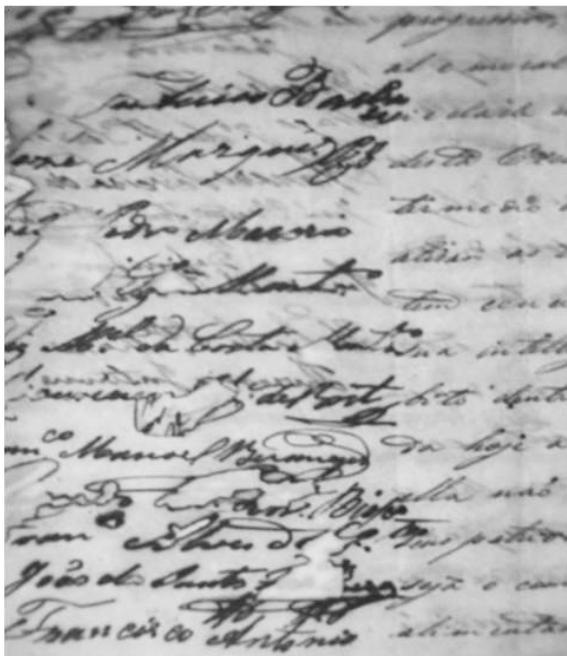
De acordo com Geraldo de Amarante dos Santos, os integrantes da Associação, pelo menos em parte, também pertenciam à Irmandade de São José do Ribamar, e isso já seria um bom motivo para o atendimento das solicitações que, porventura, fossem feitas para esta confraria religiosa, pois como tal, não atentariam contra as atividades desta ou de qualquer outra Irmandade. Temos então duas entidades que tinham, além de interesses, também membros comuns. Por isso, nos propomos a dar um pequeno mergulho no que era a própria Irmandade de S. José do Ribamar e o universo das confrarias religiosas que existiam no Brasil deste o período colonial, como um dos caminhos para melhor entender a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco e a própria dinâmica do seu surgimento.

Surgida no particular contexto da primeira metade do século XIX, onde a recente independência política do Brasil se fizera sobre os moldes de uma economia agrícola que, mais do que nunca, viabilizava-se sobre a mão-de-obra escrava, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco representou um importante avanço para o desenvolvimento do campo da educação profissional tanto na província de Pernambuco, quanto no Império como um todo, principalmente se lembrarmos que as iniciativas e os espaços porventura existentes para esse tipo de formação estavam comumente relacionados à capacitação de escravos-deganho por parte dos seus senhores para ampliar seu próprio o rendimento, através da oferta dos serviços desses cativos a quem precisasse e pudesse pagar.

Mas, para além deste importante aspecto de promotora de formação profissional, nos importa fundamentalmente uma outra dimensão do que representou o surgimento e a ação educativa da SAMLP, ou seja, seu papel enquanto instância

de circulação e de difusão da leitura e da escrita entre os trabalhadores da época, constituídos, principalmente, por negros livres ou escravos.

Ata de reunião da
SAMLPL, 1841



Deste modo, nos deteremos mais especificamente sobre como se expressava nos seus diversos níveis, essa relação entre seus integrantes e cultura escrita difundida no Recife durante o período aqui delimitado, ou seja, entre as décadas de 1840 e 1860, período este em que ainda se caracterizava como uma entidade de caráter não-institucional. Procuraremos articular tais expressões com os perfis destes mesmos integrantes - dos diretores aos sócios mais jovens, dos professores aos alunos - e através deles, talvez identificar elementos que ajudem a entender esses usos das letras, considerando as dificuldades ou impedimentos que se impunham à população negra para sua aquisição dentro de um sistema escravista.

Para isso, será necessário aplicar de um saber que permite ao investigador descrever um fato não presenciado ou algo não

conhecido a partir da leitura e interpretação dos diferentes sinais por ele deixados. Segundo Ginzburg (1989, p.152), o que caracteriza este “saber venatório”

... é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma seqüência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser “*alguém passou por lá.*” (grifo do autor).

A própria idéia de narração, ainda de acordo com Ginzburg (1989), talvez tenha nascido pela primeira vez numa sociedade de caçadores, a partir da experiência da decifração das pistas. O caçador teria sido o primeiro a “narrar a história” porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos. “Decifrar” ou “ler” as pistas dos animais são metáforas. Nos sentimos tentados a tomá-las ao pé da letra, como a condensação verbal de um processo histórico que levou, num espaço de tempo talvez longuíssimo, à invenção da escrita.

Nessa perspectiva, seguiremos o rastro dessa relação da SAMLP com as letras desde o seu surgimento tomando como indícios os documentos que emitia às diferentes instituições políticas e organizações sociais da época (ofícios, relatórios, livros de matrículas, etc.). Neles importarão desde uma aparentemente simples assinatura, ou uma tentativa dela, até a expressão mais formal e sistemática desse processo de aquisição da leitura e da escrita através da participação em aulas de primeiras letras. Em suma, todos os sinais e os eventuais sentidos que eles enunciam, poderão nos ajudar a entender melhor o universo das práticas de leitura e escrita desses indivíduos, assim como a importância de tal entidade nesse processo.

Um círculo de operários

De acordo com alguns relatos existentes sobre a história do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, os primeiros passos da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais teriam sido dados com um pequeno grupo de operários, carpinteiros que trabalhavam numa obra do bairro da Madalena, nas proximidades do centro da cidade, na década de 1830. Até aí uma história perfeitamente verossímil, uma vez que as obras em execução no Recife até essa época ainda contavam com um grande contingente de trabalhadores locais, apesar da crescente concorrência estrangeira que se acirraria ainda mais nos anos seguintes, como já foi discutido. O que surpreende, porém, são as circunstâncias que teriam levado este grupo a se organizar em uma associação de ajuda mútua e a mobilizar-se por um objetivo educacional, principalmente se atentarmos para seus detalhes. Por isso, sigamos com o relato.

Nas folgas para as refeições, um desses trabalhadores, chamado Izidio de Santa Clara, supostamente tinha o hábito de ler em voz alta algum escrito que lhe era acessível na época. Impressionados com a habilidade de seu companheiro e certamente interessados com as informações que partiam de sua leitura, os outros trabalhadores passaram a se reunir em torno do “carpina letrado” para ouvi-lo mais atentamente. Ao perceber que aquilo causava interesse nos seus companheiros, este carpina letrado teria resolvido convidá-los para participarem das aulas de ler, escrever e contar todas as

noites na sua casa. Só depois de terem se “alfabetizado”, estes operários teriam resolvido, em 1836, organizar a Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, uma associação que atendesse aos interesses dos profissionais dos ofícios mecânicos que atuavam na cidade do Recife, fundamentalmente tomando como caminho o campo educacional, tendo o carpina Izidio como seu primeiro diretor.³⁰

A primeira reação que tivemos diante de uma história surpreendente como essa foi olhá-la com desconfiança, ou, mais honestamente, considerá-la improvável. Isto porque, além de não identificamos nenhum registro específico de tal acontecido entre a documentação existente sobre a SAMLP nesse período, as limitações do nosso próprio entendimento sobre esses trabalhadores e sua “relação” com as letras dentro daquele contexto, parecia se constituir numa distância aparentemente insuperável. No entanto, como bem lembra Darnton (1986, p.106):

A percepção dessa distância pode servir como ponto de partida para uma investigação, porque os antropólogos descobriram que as melhores vias de acesso, numa tentativa para penetrar uma cultura estranha, podem ser aquelas em que ela parece mais opaca. Quando se percebe que não se está entendendo alguma coisa – uma piada, um provérbio, uma cerimônia – particularmente significativa para os nativos, existe a possibilidade de se descobrir onde captar um sistema estranho de significação, a fim de decifrá-lo.

Nessa perspectiva, passamos a observar tal história com um outro olhar, identificando no interior de sua narrativa elementos possíveis de correspondência com a realidade do Brasil oitocentista do qual estes trabalhadores faziam parte. Trabalhadores que eram geralmente “pessoas de cor”, filhos de escravos ou mesmo escravos alforriados que haviam se tornado exímios especialistas em diversos ofícios, alguns chegando, inclusive, à condição de mestres, mas que, devido fortemente ao estatuto social referendado na cor da pele, acabavam encontrando dificuldades em acessar as

30 Além do que conta o historiador Pereira da Costa nos seus *Anais Pernambucanos* sobre a origem do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, a maior parte dos relatos com essa versão foi produzida no século XX por jornalistas e pesquisadores numa tentativa de resgatar a importância desta instituição que passava por grandes dificuldades financeiras nesta época. Nestes, apesar de não existir um consenso sobre o número exato desses trabalhadores, a figura do carpina Santa Clara é ponto comum. Dentre estes relatos, conferir: *Diário de Pernambuco* (29 jul. 1953); *Jornal do Comércio* (11 out. 1944); (02 ago. 1951); (30 out. 1951); (31 out. 1951); (01 nov. 1951); (04 nov. 1951) e *Diário da Noite* (11 jan. 1958).

letras através da instrução formal. Se considerarmos que a Associação dos Artistas era formada, no período a que nos remetemos, basicamente por homens negros, podemos deduzir que seus componentes tinham atravessado as mesmas dificuldades e que era para superá-las que decidiram se organizar.

Na falta de um registro da Associação dos Artistas do ano de 1836, supostamente o ano não-oficial de sua fundação, para nos confirmar esse seu início na obra da Madalena, assim como a existência dessas pessoas, partimos então de um dos documentos mais antigos que encontramos, ou seja, o livro de matrículas de sócios, aberto em 1841, na ocasião da fundação oficial da entidade (anexo 2). Nele, como citado anteriormente, já constavam os registros de 155 sócios, e não mais o pequeno grupo de mais ou menos nove pessoas, o que nos permitiria conhecer uma quantidade bem maior de perfis dos integrantes da associação neste período, inclusive daqueles que são apontados como seus principais fundadores. A análise destes perfis significava nos aproximar um pouco mais dos indivíduos, identificando seus “rostos” neste universo dos trabalhadores de ofícios específicos que circulavam nas ruas do Recife escravista do começo do século XIX.

A começar por aquele que é tido como seu principal nome: Izídio de Santa Clara. O carpina letrado que teria servido de inspiração aos seus colegas operários por gostar de ler nos horários de folga do trabalho. Segundo seus dados no livro de matrículas, tratava-se de um pernambucano de cor parda, carpina de profissão e morador da Rua do Padre, no bairro de Santo Antônio e como taxa de ingresso na entidade pagou 5\$000 no dia 1º de Outubro de 1841 (LIVRO DE MATRÍCULAS DOS SÓCIOS, pp.68-69). Ou seja, o tal carpina citado como grande iniciador da SAMLP tinha um típico perfil de um trabalhador local de ofício específico assim como seus colegas de associação. Características gerais de um trabalhador negro do espaço urbano não só da cidade do Recife, mas das principais capitais de províncias onde esse tipo de mão-de-obra foi largamente difundido.

O mesmo livro de matrículas, porém, nos traz na sua página inicial um outro registro importante, que nos aproxima um pouco mais desse personagem e da “concretude” a existência, o que o torna ainda mais curioso e instigante. Trata-se de um termo de abertura escrito pelo próprio Santa Clara, no qual escreve: “Tem este livro noventa e cinco folhas inclusive esta e a do termo de abertura numeradas e rubricadas com rubricas St^a Clara de que uso. Sala de Administração da Sociedade das Artes Mecânicas desta cidade. 30 de Outubro de 1841. Izidio de St^a Clara – Derector.”³¹

Como podemos observar, o autor assina como ocupante do cargo de diretor da associação, algo já mencionado no relato acima citado sobre o processo inicial de formação da entidade. Isso sugere que Izidio tenha sido algum tipo de referência entre seus pares, a tal ponto de ser eleito ou indicado para esse cargo. Se considerarmos que já tinha 52 anos de idade nessa época e, portanto, um dos sócios mais experientes no exercício do ofício, poderíamos inferir, que sua posição de destaque dentro da entidade era justamente consequência do reconhecimento dessa experiência profissional que detinha, conforme a própria lógica que regia esse tipo de confraria. Mas, como veremos mais adiante, a associação também contava com outros sócios idosos e experientes no ofício, e por isso, acreditamos que esse não era o principal motivo de sua importância junto aos seus companheiros.

Então qual seria esse algo mais que destacava Izidio dos demais trabalhadores do seu grupo? A partir do que pudemos observar em alguns documentos, concluímos que seu diferencial estava mesmo no seu nível de relação com a cultura letrada, conforme já se relatava anteriormente. Um olhar mais atento sobre o termo de abertura acima citado, por exemplo, nos revela indícios de um homem que não só dominava muito bem a escrita, utilizando inclusive uma linguagem rebuscada, mas também uma pessoa minimamente informada quanto às formalidades administrativas ou mesmo jurídicas da época, aplicadas a esse tipo de registro. Um outro documento que reitera esta impressão é o livro de mensalidades dos sócios da SAMLP, produzido na mesma data e também com abertura

feita por Santa Clara. Nela, pode ser percebida mais uma vez a desenvoltura do carpina não só ao redigir, mas na forma como organiza as palavras: “Este livro há de servir para nelle se lançar as mensalidades dos sócios da Sociedade das Artes Mecanicas desta Cidade do Reciffe. Sala da Administração da Sociedade das Artes Mecanicas desta Cidade. 30 de Outubro de 1841. Izidio de Santa Clara – Deretor.”³²

Estaríamos falando então de um carpina negro que teve uma formação humanística? Isso é algo que não podemos afirmar com precisão. Pelo menos não no sentido estrito do termo, uma vez que não encontramos registros sobre a vida do Izidio além destes aqui analisados, registros que antecedessem sua participação na SAMLPL. A possibilidade de que tenha adquirido tais conhecimentos nos espaços e processos formais de instrução, inclusive com um mestre-escola que o conduziu no caminho das letras pode ser cogitada.

O problema é que, como vimos, Izidio já era um homem de idade avançada quando foi fundada a associação e como não encontramos registro de nenhuma aula pública para adultos no Recife dessa época, e também nenhum indício de que tenha freqüentado alguma das aulas particulares legalmente existentes na cidade, há uma grande possibilidade de que seu processo de instrução tenha acontecido ainda na infância ou juventude. Se realmente foi assim, então também antecedeu a certas mudanças sociais que passaram a acontecer naquela época, e com elas, ao surgimento de certas regulamentações que poderiam utilizadas pela população negra como dispositivo a seu favor, a exemplo da já mencionada Lei Provincial de 1837 que, ao estabelecer a matrícula só para “pessoas” livres (artigo 4º), não podia legalmente ser utilizada como uma barreira aos negros não-escravos.

Mesmo que Izidio tenha sido um homem livre antes da promulgação dessa lei – o que não podemos afirmar -, sabemos que ainda teria que enfrentar, por ser negro, o racismo provavelmente nada sutil, também reproduzido nessas aulas públicas e particulares do seu tempo, proveniente do nível de difusão da mentalidade escravista. Isto dificulta, apesar de

não eliminar, a possibilidade do Santa Clara ter sido instruído nos espaços formais e sob os processos tradicionais, o que nos leva cogitar que sua desenvoltura no mundo das letras tenha sido resultado de um processo não-formal de aprendizagem, ou, pelo menos de uma mistura dessas duas formas, uma vez que, dentro da dinâmica do meio urbano, onde a circulação da informação e as expressões da cultura letrada acabavam atingindo a todos de alguma maneira, esses processos não-formais tendiam a ser potencializados, levando alguma carga de conhecimento para os diferentes tipos de gente, entre os quais, os artistas mecânicos.

De uma forma ou de outra, estamos diante de um homem negro do Recife oitocentista que, de acordo com os indícios até aqui encontrados, tivera uma formação para além do puro aprendizado do ofício, diferentemente do que se preconizava à população negra, principalmente escrava, naquela época. Isto significava minimamente ter que superar algum tipo de obstáculo ou restrição no exercício destes conhecimentos, pois mesmo no meio urbano - nunca é demais lembrar - o sistema escravista procurava estabelecer um espaço social e cultural por onde esta população negra deveria se mover e, de um modo geral, a instrução formal e o uso das letras não faziam parte disso, salvo em casos muito particulares, como quando se queria uma mão-de-obra mais qualificada para oferecer ao mercado.

Essa relação de forma transgressora com as letras e, na interpretação de alguns, até subversiva, também foi detectada por Ginzburg (1989), ao pesquisar a história de Menocchio, um moleiro italiano autodidata que foi perseguido e queimado pela Inquisição entre o final do século XVI e início do XVII, sob o argumento de estar propagando idéias anti-religiosas, mas que, na verdade, eram fruto de leituras e interpretações muito particulares fizera de alguns livros que leu ao longo de sua vida. Para o autor:

Na “agressiva” originalidade da leitura de Menocchio havia uma chave que ele interpunha entre si e a página impressa. Um filtro que fazia enfatizar certas páginas enquanto ocultava outras,

exagerando o significado de uma palavra, isolando-a do conteúdo. Essa rede ou chave de leitura remeteria a uma cultura diversa da registrada na página impressa. Remeteria a uma cultura oral (GINZBURG, 1989, p.80).

Mesmo sem deixar de considerar as diferenças contextuais entre este personagem do Recife escravista do começo do século XIX e o moleiro da Europa camponesa do século XVI pesquisado por Ginzburg, sem dúvida de que Izidio também carregava influências dessa cultura oral, e a expressava nas sessões de leitura que supostamente promovia junto aos seus companheiros de trabalho, e que também era uma prática de leitura ainda comum na época. Não havia muito como fugir a esse traço cultural, pois tanto na sua cor quanto o ofício que exercia e o local onde morava, denunciavam seu pertencimento ao meio popular e, apesar da palavra impressa não deixar de representar uma forma de controle aos que dela se incorporam, isso não significava, necessariamente, uma anulação total de suas outras referências, pois como destaca Zemon-Davis (1990, p.176)

A leitura dos livros impressos não silenciou a cultura oral. Talvez ela oferecesse às pessoas algo novo sobre o que falar. O aprendizado através do livro impresso não substituiu, de repente, o fazer pelo aprender. Talvez ele oferecesse às pessoas novas maneiras de relacionar o que faziam com o conhecimento, novo ou velho.

Tais aspectos também foram destacados com relação a outro curioso personagem popular da história brasileira oitocentista. Cândido da Fonseca Galvão, ou Príncipe Dom Obá II D'África, como era popularmente conhecido esse ex-oficial negro do exercito brasileiro, aprendeu a ler e escrever provavelmente com seu pai, um africano forro, no interior da Bahia. Aproxima-se efetivamente dos livros ao mudar-se para o Rio de Janeiro, depois de voltar da guerra do Paraguai. Os escritos que publicava nos jornais sobre temas diversos e sua própria postura nas ruas da cidade, movendo-se entre os diferentes extratos sociais, acabaram tornando-o uma figura de destaque na sociedade carioca da segunda metade

do século XIX, escarnecido pela elite branca, mas respeitado pela população negra.

Ao procurar analisar a vida e o pensamento desse homem dentro da dinâmica sua época, Silva (1997) concluiu que, mesmo tomados seus livros e suas leituras em toda sua extensão máxima, eles pareciam insuficientes para explicar, no todo, seu pensamento e sua visão de mundo. Embora tenha deixado uma documentação escrita relativamente vasta, o autor salienta o fato do “príncipe” ter vivido e testemunhado um mundo basicamente oral; o mundo pré-literário de escravos, libertos e homens livres da capital do Império.

Muito mais que qualquer fonte escrita, o Príncipe inspirava-se num fundo comum de tradições e experiências do povo negro e miscigenado do Novo Mundo. Seus escritos revelam a existência de uma memória histórica do Brasil, rudimentar que fosse, transmitida de geração a geração entre escravos, libertos e homens livres de cor (SILVA, 1997, p.160).

Voltando ao Izídio de Santa Clara, o que podemos afirmar é que ele sabia escrever muito bem e muito provavelmente suas leituras em voz alta também ocorriam. E uma vez de posse do conhecimento letrado, esse carpina também tinha consciência do quanto isso poderia ser utilizado estrategicamente para favorecer seu grupo social, mesmo que fosse a partir de uma ação mais direcionada ao seu segmento profissional. Vale lembrar mais uma vez que haviam perdido espaço significativo nos postos de trabalho para os estrangeiros, principalmente depois que o Presidente da Província de Pernambuco, Francisco do Rêgo Barros, e seu projeto de modernização e adequação da capital pernambucana à nova ordem de um país independente, resolveu que os trabalhadores locais não eram suficientes - para não dizer, qualificados. Os serviços desses operários estrangeiros eram, inclusive, regulados por uma tabela de preços estabelecida pela própria Presidência da Província, como consta nessa tabela de 1840:

Pedreiros	Mestre	2\$900
	Contra-mestre	2\$000
	Mandador	1\$810
	Pedreiros ou Cabuqueiros	1\$700
Carpinteiros	Mestre	2\$500
	Contra-mestre	2\$000
	Mandador	1\$810
	Carpinteiro	1\$700
	Marcineiro	1\$920
Ferreiros	Mestre	2\$500
	Contra-mestre	2\$000
	Officiaes	1\$700
Trabalhadores	Mandador	1\$000
	Trabalhador	\$720

Fonte: Diário de Pernambuco (1840)

Outras vantagens ainda eram oferecidas a esses trabalhadores estrangeiros em termos de remuneração a depender do tipo de função que exerciam nas obras públicas, o que ia desde o salário bruto calculado no valor dos seus países de origem, até gentis gratificações sobre esses valores, como estabeleceu o Presidente da Província:

Os trabalhadores que forem empregados em officiaes de officios serão contemplados com os jornais correspondentes aos de seos officios pelos preços correntes do Paiz, e dar-se-lhes há a gratificação de cem mil reis nos dias uteis sobre o que vencem conforme o contrato. Francisco do Rego Barros.³³

Diante desse cenário adverso, nada mais coerente da parte do Izidio do que oferecer aulas de primeiras letras para seus companheiros de trabalho e de associação na sua casa e no horário noturno. Resta saber se havia efetivamente condições para que isso pudesse ter acontecido considerando as possibilidades existentes para tal iniciativa dentro da dinâmica educacional da época. Quanto a isto, basta lembrarmos que,

Tabela I. Preços dos serviços dos operários engajados (1837-1840)

além de ser bastante comum a realização de aulas, inclusive as públicas, na casa dos professores, as próprias exigências para se ensinar as primeiras letras não eram tão rigorosas, muito menos incontornáveis. No caso específico do ensino noturno, que estava voltado basicamente para a população mais pobre, a situação não só não era diferente, como tendia a ser ainda mais “flexível”, o que pode tê-lo levado a se difundir ainda mais, como mostra este ofício enviado no ano de 1867, pela Diretoria Geral de Instrução Pública ao Presidente da Província de Pernambuco:

Ilmo e Exmo Sr. Informando a petição junta dos professores das escolas noturnas desta capital, que solicitam da Assembléa Provincial quota para expediente de suas aulas, tenho a dizer que me parece justo tudo quanto alegam os signatários da petição. É o que tenho a informar a V. Exa., acrescentando que são notórios os serviços que as escolas noturnas vão prestando à classe menos favorecida desta cidade, a cujo bom ensino corresponde essa econômica instituição. Deus guarde a V. Exa. Ilmo. E Exmo. Sr. Dr. Abílio José Tavares da Silva – Vice-Presidente da Província. João Franklin da Silveira Távora.³⁴

Ressaltamos que tal documento se refere às aulas noturnas públicas e, portanto, sujeitas a um maior controle e dependência do governo da Província para serem realizadas. Mesmo assim, ao destacar a notoriedade dos serviços prestados por tais aulas à classe “menos favorecida” da cidade e declarar apoio à reivindicação dos professores, o Diretor de Instrução Pública estava confirmando que elas conseguiam dar conta daquilo a que se propunham, mesmo sem um estímulo efetivo por parte do governo local.

Isso acabava conferindo mais legitimidade também às iniciativas particulares que porventura existissem na cidade, e com elas, a atuação de professores dos mais diversos perfis e formações, como era o caso do nosso carpinteiro-letrado.

Em suma, esses são alguns aspectos sutis que gostaríamos de destacar sobre a figura de Izidio de Santa Clara e sua relação com as letras. Isso não quer dizer que o consideremos o principal, menos ainda o único caminho para respondermos

nossa questão maior. Na verdade ele é apenas um dos ângulos possíveis de serem observados nessa tentativa de um melhor entendimento do que foi esse fenômeno educacional chamado Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco. Fenômeno este que pode ser inscrito entre os diferentes processos de aquisição e de exercício da cultura escrita por parte da população negra no período em que estamos tratando. Justamente por considerar esse caráter coletivo e dinâmico de tal ação educativa, procuraremos aqui apreciar aqueles outros também apontados como pioneiros da associação.³⁵

O primeiro deles é Francisco da Cunha dos Prazeres, preto, carpina de ofício e morador do Pocinho, no bairro de Santo Antônio. Tinha 51 anos de idade quando a Sociedade dos Artistas foi oficializada em Outubro de 1841 e, assim como a maioria dos seus colegas, também era pernambucano e teve que pagar uma entrada para se filiar à associação, o que fez no dia 1º deste mesmo mês de fundação a um valor de 5\$000. Morreu no dia 16 de Maio de 1845 (LMS, p. 42-43).

Francisco Martins dos Anjos também era um carpina pernambucano. Pardo, no início do movimento tinha 42 anos de idade e era casado, morando na Rua Camboa do Carmo, em Santo Antônio. Pagou uma entrada de 5\$000, no dia 1º de Outubro para ingressar na associação.³⁶

Outro pardo carpina que também tinha 51 anos de idade nessa mesma ocasião era o João Romão de Moura. Casado e morador da Rua da Roda, em Santo Antônio, para se associar pagou 5\$000 no dia 1º de Outubro de 1841, tendo falecido no dia 23 de Julho de 1850.³⁷

Preto, casado e morador da Rua da Guia, no bairro do Recife, Bernardo Henrique Timóteo da Silva também era um carpina natural de Pernambuco e quando pagou 5\$000 como taxa de filiação à associação, em 1º de Outubro deste mesmo ano, tinha 56 anos de idade.³⁸

Antônio Batista Clemente também era carpina, pardo e pernambucano. Tinha 58 anos e era casado, sendo morador

35 A sugestão de tais nomes vem de uma pesquisa sobre o Liceu de Artes e Ofícios, realizada nos anos de 1970, sob a coordenação do Prof. José Ernani, do Departamento de História da Universidade Católica de Pernambuco. Os dados aqui analisados foram extraídos do Livro de Matrículas dos Sócios - LMS, aberto em 1841.

36 Idem, p. 42-43.

37 Idem, p. 76-77.

38 Idem, p. 12-13.

da Rua da Roda, no bairro de Santo Antônio. Não há informações de quanto pagou de entrada na associação, mas, de acordo com os registros, sabe-se que também foi no dia 1º de Outubro. Consta ainda que morreu no mês de Janeiro de 1850.³⁹

Manoel Gomes de Oliveira era um pernambucano pardo também casado e com 48 anos de idade nessa época. Sobre ele não existe registro de profissão ou onde morava, além de também não haver nenhuma informação sobre a data de sua morte.⁴⁰

Já Eleutério Pereira da Silva, carpina de 32 anos de idade, também era pardo, pernambucano e casado. Morador da Rua da Roda, no bairro de Santo Antônio, pagou 5\$000 em 1º de Outubro de 1841. Mas faleceu no mês de dezembro desse mesmo ano.⁴¹

Por fim, José Vicente Ferreira Barros, o mais velho do grupo. Tinha 63 anos e era preto. Pernambucano, carpina, também era casado e morava na Rua d'Assunção, bairro de São José e, assim como seus companheiros, pagou 5\$000 em 1º de Outubro de 1841. Faleceu no dia 30 de Maio de 1846.⁴²

Definidos os perfis desses homens, ditos “pioneiros” da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, é interessante que passemos a refletir sobre alguns aspectos das informações que cada um nos traz, estabelecendo, se possível, relações entre si e com o contexto do qual estamos tratando, como a relativa “homogeneidade” que existia entre os integrantes desse grupo, considerando principalmente a cor – ou a “qualidade”, como se definia na época -, a profissão e o local de moradia. No se refere à cor da pele, observa-se que há uma predominância de pardos, não esquecendo de contar com o próprio Izídio de Santa Clara. Apenas três componentes eram pretos: Francisco da Cunha dos Prazeres, Bernardo Henrique Timóteo da Silva e José Vicente Ferreira Barros. Estes apesar de minoritários dentro do grupo, aparentemente não tiveram seu qualificativo de “preto” com um determinante de estatuto social inferior.

39 Idem, sp.

40 Idem, p. 92.

41 Idem, p. 36-37.

42 Idem, p. 76-77.

A justificativa para isso talvez esteja nos outros aspectos que os aproximavam e que, articulados entre si, acabavam produzindo uma identificação entre eles capaz de superar ou amenizar alguma diferença mais específica. Nos referimos aqui ao ofício e ao local de moradia. Como podemos ver, todos eram carpinas e esse ponto em comum já constituía um forte fator de identificação e de aproximação entre os profissionais nesta época. Basta lembrarmos que este foi fator o principal fundamento de surgimento das corporações de ofício e das confrarias religiosas desde a Antigüidade, fazendo com que tais entidades alcançassem, inclusive, prestígio político e social graças a sua capacidade de organização, mobilização e assistência.

No caso específico do Brasil, essas confrarias acabaram servindo como mais um espaço de agregação e organização para a população negra livre ou escrava, na medida em que, sob a justificativa de preservação do ofício e de devoção ao santo padroeiro, promoviam todo um conjunto de ações voltadas principalmente para seus membros e familiares. Ações que podiam ir desde a realização de funerais à compra de alforrias. Como já mencionado antes num ofício emitido pela própria Associação dos Artistas, alguns dos seus membros faziam parte de uma destas confrarias religiosas que tinham o ofício como elemento de agregação: a Irmandade de São José do Ribamar. E a julgar pela proximidade dos indivíduos que estamos analisando, talvez eles mesmos tenham sido os pertencentes a esta irmandade, sendo por ela influenciados no momento em que resolveram criar entre si uma associação com fins educacionais, afinal:

As irmandades eram associações que integravam e liberavam os indivíduos, liberando seus anseios, funcionando como um canal de suas queixas, palco de suas discussões. Por tudo isso, podiam interferir no comportamento de seus membros, educando-os para a vida associativa no mundo urbano (GONÇALVES, 2000, p.71).

Mas esse fator religioso também poderia se constituir num importante meio de aquisição da leitura e da escrita para a população negra, nos casos em que tais conhecimentos

representavam um elemento de mediação fundamental para a incorporação da própria doutrina, para o qual podemos tomar como ilustração o clássico exemplo do protestantismo negro nos Estados Unidos.⁴³

No caso dos Malês da Bahia, que sabiam ler e escrever o árabe, de acordo com Reis (2003), fossem escravos ou libertos, eles passavam seus conhecimentos para os iniciantes. Os que trabalhavam no ganho reuniam-se nas esquinas, ruas, no cais do porto para oferecer seus serviços e enquanto esperavam fregueses ocupavam-se de religião e rebelião. Além de aprender a ler e escrever, além de conversar e rezar, também costumavam abadá e barretes africanos. Ainda de acordo com o autor

eles estavam organizados em grupos de prece e estudo, espécie de modestas casas de oração e escolas corânicas que em geral funcionavam com regularidade nas residências de africanos e locais de trabalho, sob a orientação de um mestre ou discípulo mais adiantado. Os documentos escritos inteira ou parcialmente em árabe que sobreviveram indicam que havia iniciantes e entendidos na arte de escrever, sinais de proselitismo islâmico de um lado, e movimento de conversão de outro (REIS, 2003, p.223).

Casos como este, sem dúvida, reafirmam a importância que alguns elementos como o pertencimento étnico e a religiosidade, tiveram no processo de mobilização e organização dos negros no Brasil escravista. Considerando, no entanto, o caráter da entidade a que nos referimos e o contexto em que estava inserida, reiteramos o papel fundamental da atividade profissional como mais um elemento de coesão entre seus membros, na medida em que compartilhavam, além de instrumentos, linguagens e códigos específicos a cada ofício, mas o próprio ambiente de trabalho. Necessário então, é ampliar o campo de observação para identificar junto a este, outros fatores para que favoreciam essa aproximação e articulação dos operários negros da cidade do Recife.

O terceiro aspecto que também consideramos fator de identificação entre os primeiros integrantes da associação é o local de moradia. De acordo com Carvalho (2001), é preciso

43 Sobre isso Genovese (1988) relata que, por sua própria característica, os cultos e rituais protestantes naquele país acabaram servindo como canal de acesso às letras para a população não-escolarizada, inclusive para os escravos, apesar dos riscos que isso poderia trazer ao sistema.

atentar principalmente para as mudanças políticas ocorridas entre os anos de 1828 e 1856, pois elas acarretaram numa variação do tamanho de várias freguesias, principalmente na década de 1840, quando houve uma série de reformas no sistema eleitoral do Império.⁴⁴ Todavia, o fato das águas separarem os bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista entre si, e dos demais subúrbios, possibilitou uma unidade geográfica no centro da cidade. Nesse período, nem toda a ilha de Santo Antônio estava edificada, e quando da contagem de 1855, já havia sido desmembrada em duas freguesias, Santo Antônio e São José, seguindo a lógica de interesses políticos locais, mas que o espaço ainda era o mesmo, ao mesmo tempo em que, ao sul, foi consolidado o chamado “aterro dos Afogados”.

Na contagem de 1828, moravam no centro da cidade mais ou menos 25. 678 pessoas, parte de um todo que calculava a população da Província inteira em torno de 287.140, e que Figueira de Mello veio a concluir depois se tratar de, no mínimo, 450 mil o número de habitantes. O fato é que, com base nesse censo de 1828, a maioria da população da cidade era composta por pessoas livres e libertas (quase 70%, segundo Figueira de Mello, 1979), e entre os cativos, havia uma predominância de mulheres, favorecendo as funções domésticas e suntuárias. De acordo com Carvalho (2001), pode-se dizer, com relativa segurança que a população da cidade deve ter começado a aumentar mais rapidamente depois de 1808. Para ele,

A independência foi outro marco da história demográfica brasileira. Depois que terminou a guerra de 1824, não é irrealista supor que tenha começado um constante e significativo deslocamento de gente do interior para o Recife. A emancipação do país quebrou os últimos vestígios das restrições coloniais ao capital mercantil, abrindo oportunidades para a expansão do comércio a retalho na cidade – a maior fonte dos empregos urbanos, depois do próprio trabalho doméstico. Para completar, surgia ainda toda uma série de novas ocupações vinculadas aos aparelhos do emergente Estado Nacional (CARVALHO, 2001, p.47).

44 Segundo o autor, a partir de 1844 o partido liberal foi chamado por Pedro II para assumir o poder iniciando aquilo que os contemporâneos chamavam “gangorra política”, ou seja, havia uma alternância no poder, mas quem subia trocava todos os nomes da administração e refazia tudo o que havia sido feito em termos institucionais.

Segundo Lacerda de Melo (*apud.* BARROSO FILHO, 1985), entre 1808 e 1849, a população recifense se compunha basicamente de naturais da própria cidade (que abrangia então um espaço diverso do atual), variando entre 71 e 72% do total. A partir do período de 1853 a 1880 anota-se a maior participação dos não-naturais da própria na composição da população recifense, variando entre 32 e 39%. Evidentemente, a mão-de-obra escrava continuava sendo a base da vida econômica e social local, e por isso, mesmo que não viessem a ser maioria em números absolutos, faziam diferença no conjunto da população ativa, pois, como já sabemos, este contingente podia ser colocado para exercer os serviços mais diversos, a depender das necessidades e interesses dos senhores. Um exemplo disso são os dados sobre condição e ocupação da população do Recife do ano de 1827, que dizem registram 12.757 cativos na cidade.

Tabela 2. População do Recife segundo a condição e ocupação (1827)

CONDIÇÃO E OCUPAÇÃO	Nº ABSOLUTOS
Escravos	12.757
Comerciantes	178
Jornaleiros	437
Mendigos	237
Indivíduos que unem um trabalho qualquer as suas rendas	3.097
Do clero	133
Proprietários	1.399
Vivem de renda	13
Empregados Públicos	189
Liberais	132
Criados	7
Outros	1.541
Total*	20.120

FONTE: Figueira de Mello (1979)

* na fonte original não inclui as mulheres, excetuando-se: freiras, pedintes e escravas.

Se considerarmos que essa mesma estatística contabiliza as ocupações mais comuns entre a população local, indo desde membros do clero e empregados públicos a jornaleiros, comerciantes e até mendigos, num conjunto de 20.120, veremos que realmente os escravos eram o sustentáculo da sociedade. Mas mesmo sob a égide do escravismo, é inegável

que o crescimento da cidade influenciou e foi influenciado por certas transformações que ocorreram no perfil ocupacional da população. Em 1841, ano em que foi fundada oficialmente a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, o número de escravos por ocupação teve uma pequena redução para 12.379.

CONDIÇÃO E OCUPAÇÃO	N° ABSOLUTOS
Membros do clero	80
Proprietários de Prédios urbanos	2.797
Empregados Públicos Desembargadores, Juizes, Delegados,	312
Inspetores de quarteirão	43
Liberais	227
Estudantes	1.138
Oficiais Mecânicos	1.500
Escravos	12.379
Total*	18.468

FONTE: Figueira de Mello (1979)

* não inclui mulheres nem população sem ocupação definida.

Tabela 3. População do Recife segundo a condição e ocupação (1841)

Ao mesmo tempo, algumas atividades aparentam ter mais expressão dentro da dinâmica que movia a capital pernambucana. E uma delas foi justamente a dos oficiais mecânicos, que neste ano foram calculados em 1500 atuando no Recife. Obviamente que estes números não são precisos e muito menos imparciais, pois, além de ser comum alguns homens terem mais de um ofício sem que o assumisse, também entre os escravos haviam artistas mecânicos e outros tipos de profissionais, o que modificaria em muito esses dados.

Ainda tentando entender essa dinâmica do lugar onde moravam e por onde circulavam esses carpins negros que fundaram a SAMLP, focalizamos um pouco mais nossa atenção para os bairros centrais da cidade. De acordo com os registros no livro de matrículas dos sócios, dos nove integrantes, seis moravam no bairro de Santo Antônio, com exceção de Bernardo Henrique Timóteo da Silva e José Vicente Ferreira Barros, que residiam respectivamente nas “ilhas” do Recife e de São José. Além destes, existe também o Manoel Gomes de Oliveira, que por não trazer nos seus registros essa informação - e nem qual era sua profissão -, pode ter residido

em qualquer um desses três lugares, ou mesmo na Boa Vista, que completava o conjunto de ilhas do centro da cidade.

A começar por aquele que deu origem à cidade: o bairro do Recife. Área mais urbanizada de todas e também o local onde mais se concentravam escravos em relação à população total do bairro. Quase a metade. Ali se acomodava muitos estabelecimentos de compra e venda de escravos e enquanto o tráfico atlântico foi legal, os recém chegados eram vendidos nas ruas mesmo. A maioria desses cativos era do sexo masculino, pois, além dos serviços domésticos utilizados nas casas mais ricas, as atividades portuárias demandavam muito trabalho braçal. Dentre os serviços bastante procurados estavam o de carpintaria e trabalhos artesanais, além do conserto de avarias marítimas em geral e, obviamente, aqueles feitos por escravos domésticos. Era nesse cenário que morava o preto Bernardo Henrique Timóteo da Silva.

Ponte do Recife (atual Ponte Maurício de Nassau) – Augusto Stahl, 1855.



Local de moradia da maioria dos carpinteiros aos quais investigamos, o bairro de Santo Antônio era tido por alguns como o mais importante da cidade, principalmente depois da construção do palácio do governo e do teatro Santa Isabel no extremo norte da ilha. Segundo Carvalho (2001), considerando as populações das três freguesias centrais, também era o lugar onde havia mais escravos, apesar de, em

termos relativos, eles representarem apenas uma pequena parcela. Por isso, deduz-se que boa parte dos habitantes dessa freguesia não eram donos de escravos, ou então possuíam poucos. Por ser mais espaçoso do que o bairro do Recife, permitia uma existência maior de contraste entre a riqueza e a pobreza. Os escravos que ali viviam desempenhavam várias funções nos estabelecimentos comerciais.

Mas esse mesmo comércio também empregava jornaleiros, artesãos, aprendizes livres e libertos, sem falar dos muitos ambulantes que vendiam de tudo, competindo até com os escravos. Na ilha de Santo Antônio, inclusive, havia uma certa divisão geográfica. A parte mais rica era ao norte e ao sul a mais pobre, que posteriormente viraria a freguesia de São José. Mas, além do comércio, era nas casas que a maioria dos cativos trabalhava mesmo. Tratava-se do único bairro que da cidade onde havia mais cativas do que cativos, o que sugere uma relativa intensidade de atividades femininas no bairro (CARVALHO, 2001).



Pátio do Carmo: L. Krauss – Carl, 1885.

Diante de um crescimento desordenado da cidade, cujos alguns fatores já assinalamos, Santo Antônio, tido como o palco central dessa dinâmica urbana acabava sendo o centro das preocupações, pois, entre outras coisas, concentrava mais da metade da população da capital, segundo o senso de 1828. Nesse debate sobre como facilitar a administração e o

controle da ilha cada vez mais inchada e que tendia a ficar ainda pior, surgiria a idéia de dividi-la em duas freguesias, como mostra este ofício enviado pela Assembléia Provincial no ano de 1836:

Expediente D'Assembleia. Illm. Snr. A Assembleia Legislativa Provincial resolveo, que por intermedio do Exm. Snr. Presidente da Província pedisse ao Exm. Bispo desta Diocese a informação sobre a divisão da Freguesia de Santo Antônio do Recife, exigida por esta Assembleia em 15 de Maio do anno p. p.; a qual exigência acompanhou o requerimento da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, no qual pedião a divisão da referida Freguesia: cumpre communicar á V. S. a dita Resolução, para levar ao conhecimento do mesmo Exm. Srn., que se servirá officiar à respeito à S. Exc. Revm. Deos Guarde a V. S. Secretaria da Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, 2 de Maio de 1836. Illm. Sns. Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, secretário da Província – Laurentino Antônio Moreira de Carvalho, I secretario (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06 maio 1836, n: 99, p. 1).

É como resultado desse processo que surge o bairro - ou freguesia - de São José, local de moradia do preto José Vicente Ferreira Barros, o carpina mais velho do grupo. Se a propriedade escrava for tomada como um índice de riqueza, nenhuma outra freguesia do centro do Recife tinha a população tão pobre, uma vez que apenas 10% dela, conforme dados de Figueira de Mello (1979), era constituída de cativos. Relativamente poucos moradores dali eram donos de gente, e nem o subúrbio de Afogados, historicamente um local de fronteira entre os engenhos e a cidade, e moradia de muita gente modesta, tinha uma proporção tão pequena de cativos em relação à população livre. Mas esse diferencial acabou contribuindo para dar ao bairro uma dinâmica muito particular.

Lá surgiriam, por exemplo, alguns dos primeiros grêmios de artesãos do Recife e clubes carnavalescos populares, atestando a ligação do bairro com a história social da cidade. Pode-se especular ainda que aquela parte da ilha já era moradia de libertos e livres

de posses modestas bem antes da contagem de 1856, assim como a possibilidade de, entre os cativos residentes no local, haverem negros de ganho que vivessem com uma certa independência, pagando um jornal semanal ou diário aos seus senhores, mas morando num barraco próprio, o que, como discutimos em outra sessão deste mesmo trabalho, significava uma conquista importante na busca da autonomia individual (CARVALHO, 2001, p.86)

Mas, da perspectiva das autoridades, essa “flexibilidade” no cativeiro era vista como um problema. Os batuques e terreiros que lá existiam eram pontos de encontro, nos seus vários sentidos, para os negros do Recife, mesmo quando divididos por nação, pois nesses espaços tinham a oportunidade de reconstruir os laços culturais e religiosos que foram esgarçados pelo desenraizamento violento do tráfico atlântico de escravos. Ao sul, a freguesia ainda se ligava a Afogados, um bairro popular que era povoado por negros, pardos e toda a sorte de despossuídos.

Era em São José, portanto, que residia grande parte da tal “população” da cidade que tanto incomodava não só as autoridades, mas também os outros extratos sociais mais abastados – o que dá quase na mesma. Basta observarmos que a freguesia ficava de um lado da ilha, o lado sul, e que o palácio do governo, o teatro e o passeio foram construídos do outro, ao norte. Ou, nas palavras de Carvalho (2001, p.87), “os pobres ficaram longe dos símbolos de progresso da cidade, e perto do porto, onde havia muito trabalho braçal para se fazer”.

Sem dúvida, isso era o que sugeria o desenho do desenvolvimento do Recife. O que existia era um processo de definição de lugares no qual o trabalho no porto e em outros espaços da cidade eram enxergados como meios de conter essa população pobre. Mas naquela época – e também hoje -, havia ainda outras instâncias de contenção bem menos sutis e que pesavam sobre aqueles que porventura incomodavam a ordem vigente. Um deles era a prisão. Nos dados existentes sobre condição e profissão dos detentos na prisão do Recife

Tabela 4. Criminosos na prisão do Recife segundo as qualificações (1838)

no ano de 1838, por exemplo, podemos ter uma idéia de para quais grupos étnicos e profissionais se estendia tal punição medida punitiva.

Profissionais	N° Abs.	Condição	N° Abs.	Cor	N° Abs.
Jornaleiros	66	Livres e Libertos	828	Brancos	279
Negociantes	123	Escravos	228	Pardos	366
Artistas	223			Pretos	381
Agricultores	48			Índios	30
Canoeiros, Pescadores, Marinheiros	122				
Sem ofício*	169				
Criados e Escravos	270				
Outros	35				
Total**	1.056		1.056		1.056

FONTE: Figueira de Mello (1979)

* a maioria de prostitutas

** compreende presos de toda a Província

Diferentemente das outras estatísticas citadas anteriormente sobre a relação condição-ocupação da população recifense nessa época, nesse caso é possível perceber uma relativa homogeneidade entre as ocupações dos detentos, sendo, basicamente, atividades exercidas pela parcela mais pobre da população. Ainda considerando o aspecto ocupacional, destaca-se, entre os presos de atividade claramente definida, uma maior incidência de criados e escravos, 270 detentos, seguidos dos artistas, 223. No primeiro caso, só se confirma aquela história de que a justiça no meio urbano funcionava basicamente para atender às questões de foro privado. Mas no que se refere aos artistas, é surpreendente ver tantos deles presos, sendo seguidos não tão de perto, apenas pelas pessoas sem ofício – de um modo geral, as prostitutas -, uma vez que tradicionalmente gozavam de um certo respeito e eram requisitados por seu serviço especializado.

Como a ocupação e condição andam juntas, é interessante observarmos que a grande maioria dos detentos é constituída por pessoas livres e libertas. Supondo, com base nos números do senso anterior a esta época, já que não temos os números deste ano, que a parcela da população escrava da cidade fosse

menor que a de livres e libertos, então este quadro estaria coerente com o seu contexto maior. Mas essa condição majoritária dos detentos não significa, porém, uma mudança no nível sócioeconômico. Basta que retomemos o tipo das profissões dos detentos para confirmar que se tratavam de livres e libertos pobres. Uma situação também bastante coerente com o rumo do desenvolvimento local.

Por fim, um outro detalhe importante sobre esse dados, diz respeito à cor dos detentos. Havia 279 brancos, 366 pardos, 381 pretos e 30 índios na prisão do Recife neste ano. Quando analisamos esses números no seu conjunto, detectamos um relativo equilíbrio entre os quatro qualificativos. A discrepância fica mesmo na comparação destes com o número de índios, mas que pode ser compreendida pela sua menor proporção em relação aos outros grupos étnico-raciais dentro do espaço urbano do Recife nessa época. Porém, se observados isoladamente os três primeiros, podemos ver que não só os pardos e pretos presos são em maior quantidade, como há uma maior proximidade entre esses dois números do que entre eles e o número de presos brancos.

Em resumo, fica claro que existia uma relação direta entre a profissão, a condição e a cor dos detentos na prisão do Recife no ano de 1838. Se entendemos que a prisão é, de um modo geral, um dos lugares para onde são conduzidos aqueles que não quiseram, não conseguiram, ou não foram incorporados pelo sistema, então podemos concluir que essa relação também acontecia fora da prisão, e que, conseqüentemente, o perfil por ela definido, era certamente o mais atingido e o mais exigido diante da realidade cotidiana. Particularmente no que tange aos indivíduos que estamos investigando, isso ajuda não só a imaginar um pouco como foram suas trajetórias, mas também a entender no que o fato de se organizarem entre si em torno de um objetivo educacional poderia contribuir para criarem novas possibilidades.

Ainda sobre esse processo de redistribuição espacial, Carvalho (2001) aponta como seu maior sintoma o surgimento na margem do rio, perto do coração do bairro de São José, da

Casa de Detenção do Recife. Inaugurado em 1856, esse que foi o maior prédio público da Província levou seis anos para ser concluído e representava as novas idéias de prevenção e controle que eram sobrepostas a repressão pura e simples. Se enxergada por uma lógica linear, essa edificação passaria a ser uma grande incoerência diante de um modelo social, político e jurídico que parecia já consolidado. Mas, como ressalta o autor:

A cidade, como ponto de encontro entre a sociedade escravista patriarcal e um mundo em franca revolução industrial, não podia deixar de ter essas contradições, esses contrastes entre idéias e edificações apontando para o futuro, e pessoas vivendo num mundo ainda antigo (CARVALHO, 2001, p.88).

Embora a população escrava do Recife tenha permanecido mais ou menos constante entre as contagens de 1828 e 1856, a presença africana ainda era muito forte na cidade. Por isso, mesmo não tendo sido possível avaliar a procedência exata dos escravos do Recife nessa época, é provável que, assim como nos outros meios urbanos em geral, havia uma preferência por crioulos ou, quando muito, por ladinos. O motivo mais evidente é que a maioria das atividades ali desempenhadas requeria um conhecimento pelo menos razoável da língua portuguesa. Não tinha muita serventia um negro de ganho que não soubesse se comunicar, discutir valores, entender com clareza as ordens que lhe fossem dadas. Todavia, na primeira metade do dezenove, a renovação da população escrava ainda se fazia basicamente através do tráfico atlântico, que teve assim um impacto significativo na configuração dessa camada da população recifense.

Daí o caldeirão cultural em plena ebulição que era o Recife. Segundo Carvalho (2001), até as pessoas que nasciam em Pernambuco eram de culturas diversas. Havia desde indígenas, a descendentes de africanos e portugueses. Os imigrantes eram portugueses, alguns outros europeus, e muita gente de diferentes etnias africanas, embora houvesse uma predominância dos povos do sudoeste da África – basicamente Angola e Congo hoje em dia. Quando o tráfico

estava no apogeu na década de 1810, os africanos deviam ser a imensa maioria da população escrava de Pernambuco, e depois essa proporção foi declinando, acompanhando o ritmo do comércio atlântico para a Província.

Entre instrução e ofício

Nesse cenário de contrastes, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco não só iria se consolidar como uma entidade de caráter educativo formada por profissionais locais, como também caminharia no sentido de estender seu trabalho para um público maior. Do pequeno grupo de carpinas que se reunira na sua fase inicial, a associação passaria rapidamente a um número de 155 sócios logo na sua oficialização em 1841. Mas aquela que consideramos sua principal característica não mudou. Como 143 destes sócios eram pretos, mulatos e pardos, continuava sendo um reduto de negros, mesmo que pareça não ter sido um critério formalmente estabelecido para que se ingressasse como sócio.

As aulas profissionalizantes de Geometria e Mecânica Aplicada às Artes foram as primeiras a serem oficialmente oferecidas pela associação, ambas no mesmo dia e ano, no consistório da Igreja de S. José do Ribamar.⁴⁵ À primeira vista, essa preocupação com os conhecimentos voltados às artes mecânicas e a realização das aulas justamente nas dependências dessa igreja, pode ser interpretado como conseqüência da ligação de alguns dos seus integrantes, talvez até seus próprios fundadores, com esta irmandade, fazendo com que se estendesse para a associação um dos princípios básicos dessa confraria religiosa, ou seja, a exaltação aos ofícios mecânicos.

Apesar dessa provável e compreensível influência da irmandade na perspectiva educacional da associação, é preciso considerar, no entanto, que havia um outro fator que impulsionava uma maior qualificação desses trabalhadores nacionais nessa época: o aumento do desemprego devido à

⁴⁵ Como foi anunciado no Diário de Pernambuco do dia 09 de janeiro de 1843.

paralisação das reformas na cidade iniciadas no governo do barão da Boa Vista. Entre 1837 e 1844 foram abertas novas ruas, construídos prédios públicos e instalado um novo sistema de abastecimento de água, melhorando assim, o aspecto geral da cidade e gerando empregos à população urbana. Como se não bastasse isso, também já havia um descontentamento dos trabalhadores locais em relação aos estrangeiros pela perda de espaço nas principais frentes de trabalho da cidade, o que gerou algumas manifestações violentas pelas ruas do Recife, nas quais se reivindicava a nacionalização do comércio a retalho através da expulsão dos portugueses que iam chegando e ocupando esses espaços.⁴⁶

Dentro dos horizontes da economia política popular, a nacionalização do comércio a retalho corrigiria a exclusão dos brasileiros desse ramo que mais empregava nos povoados, vilas e cidades. Esta reivindicação nativista congregou os grupos subalternos, articulando-os a um partido com representação nacional, o partido praieiro⁴⁷, num processo alterou a cultura política na província e a vida organizacional das camadas subalternas. Nascido nas Américas como um instrumento ideológico a serviço das elites crioulas, o nativismo aglutinava em um nível ideal grupos sociais em condições distintas ou mesmo opostas, construindo uma noção não implicava apenas excluir estrangeiros, mas sim, como os demais ideais eram assimilados. No entanto,

46 Entre os estudos que tratam desse acirramento da disputa por emprego e a perseguição aos trabalhadores portugueses que atuavam no chamado "comércio a retalho" do Recife, conferir Câmara (2005).

47 Uma dissidência do Partido Liberal que, depois de governar a Província de Pernambuco de 1845 a 1848, lidera uma insurreição contra o governo dos conservadores, com significativa adesão popular: a conhecida Revolução Praieira. Entre os textos que tratam desta importante página da história política e social de Pernambuco ver: Carvalho (2003), e Marson (1980), (1981) e (1987).

Ao amalgamar brancos, negros e mestiços livres nascidos no Brasil num bloco só, em oposição aos portugueses, o nativismo encobria diferenças mais profundas de raça, classe e condição legal. Isso sem falar no abismo cultural que separava os negros livres e libertos nascidos no Brasil, dos brancos das camadas dominantes. O discurso nativista dissolvia identidades profundamente enraizadas, colando os desiguais em face da utopia do Estado-nação provedor de direitos (CARVALHO, 2003, p.22).

Os principais excluídos, os *portugueses solteiros*, embora brancos, geralmente eram pobres e nem sempre europeus, mas imigrantes das ilhas atlânticas do vasto império ultramarino lusitano, atraídos por parentes e conterrâneos

que formavam uma ampla rede de contatos, repassando informações sobre oportunidades de emprego. Mesmo sendo dura a vida desses adolescentes e poucas as oportunidades de mobilidade social, ao menos arrumavam trabalho e iam conseguindo sobreviver, para incômodo de muitos brasileiros espremidos entre a escravidão e o inerte bolor do desemprego, já que as camadas superiores não os consideravam brancos e preferiam imigrantes europeus para qualquer serviço que não fosse próprio de escravos.

Olhando através do prisma do século XXI, é fácil imputar ao sistema escravista, ao latifúndio, à monocultura, a culpa pela falta de oportunidades para os homens livres pobres. E isso até alguns intelectuais coevos, como Antônio Pedro de Figueredo e Borges da Fonseca, entendiam bem. Mas seria anacrônico pensar que estas elaborações teóricas eram compartilhadas pelo *povo* do Recife nos anos 1840. Nem sempre os grupos dominantes eram o primeiro alvo do descontentamento dos trabalhadores urbanos. Para os contemporâneos devia ser praticamente impossível abstrair a situação imediata: o desemprego, os embaraços da moeda falsa sobre o comércio a retalho, a carestia que sempre atingiu as inchadas cidades brasileiras. Imerso nesses problemas, devia ser duro para alguém endividado com algum seu Manoel do armazém, ver um adolescente recém-chegado arrumar trabalho na padaria da esquina. Bastava surgir uma oportunidade para que a catarse popular estourasse (CARVALHO, 2003, p.23).

Os impactos dessa concorrência e a necessidade de organização dos trabalhadores locais para enfrentá-la através da qualificação, também esteve presente entre os argumentos utilizados pela direção da Associação dos Artistas para justificar sua iniciativa, num dos ofícios enviados à Assembléia Legislativa de Pernambuco em 1846:

Os artistas desta cidade conhecendo a necessidade de se darem mutuamente força, e procurarem adiantar seus conhecimentos, a fim de poderem suportar a concorrência estrangeira, reunirão-se em Sociedade sob a denominação de Associação das Artes Mecânicas, e esta sociedade para alcançar hum dos seus fins tem sustentado até hoje em exercício as cadeiras de Desenho Linear,

e de Geometria aplicada ás Artes, nas quaes, tem, com prazer visto os progressos de alguns de seus adeptos...

Além da revolta que houve em 1844, pelo menos mais cinco *mata-marinheiros* aconteceram no Recife entre os anos de 1845 e 1848, com muitos espancamentos, roubos, alaridos e mortes. Nas duas *marchas* que fez em direção à Assembléia Provincial, uma em 1844 e outra em 1848, a multidão, em torno de duas mil pessoas, um número significativo em relação ao conjunto da população na época, levou abaixo-assinados exigindo a expulsão dos portugueses solteiros e a nacionalização do comércio a retalho. Ambos os abaixo-assinados foram promovidos também pela Associação dos Artistas. Essa mobilização dos artistas mecânicos, homens livres em busca de oportunidades, segundo Carvalho (2003) foi facilitada pela conjuntura que dividiu as elites, criando um espaço no cenário político maior onde esses agentes podiam expressar ao menos uma parte dos seus anseios. Todavia, essas lideranças não dependiam completamente dos chefes praieiros.

Pode-se especular que havia um certo grau de autonomia corporativista entre os trabalhadores livres da cidade. As comunidades negras, apesar das restrições que lhes eram impostas, criaram hierarquias internas, organizaram-se em irmandades, cantos, nações, e eram regidas por reis do Congo e governadores de pretos. Não se pode estranhar as tentativas dos trabalhadores livres de se articularem de alguma forma. No seu cotidiano, vivenciavam as adaptações locais das tradições associativas importadas de Portugal durante o período colonial (CARVALHO, 2003, p.24).

Na realidade, o que havia entre as lideranças partidárias e as lideranças das camadas subalternas era uma convergência de interesses conjunturais, levando mediadores entre o mundo do trabalho livre e uma facção das elites locais a agirem em conjunto, mas sem perderem o vínculo com suas respectivas bases. O próprio Geraldo Amarante dos Santos, funileiro que aparece como diretor da Associação dos Artistas em alguns dos documentos aqui já citados foi acusado nos autos do

processo da Revolução Praieira, conforme relata Carvalho (2003), de promover reuniões sediciosas na sua casa, levando a crer que deve ter sido, provavelmente, de alguma dessas reuniões que saíram as representações à Assembléia Provincial a favor da nacionalização do comércio a retalho. Não era só um artifício retórico das fontes chamar de *sedutores dos povos* esses acusados, pois nesses encontros, como era comum na época, devia haver leitura em voz alta de textos panfletários, permitindo a transposição do discurso político-partidário para os presentes, e deles para o resto da população. De um contexto relacional diverso, esse tipo de liderança

É quase o inverso da relação patronal, porquanto o seu cerne é a aquiescência do liderado, que no caso age como membro de um grupo. É esta adesão voluntária que permite que o líder e o grupo façam algo juntos. As pessoas escolhem seus líderes com muito mais liberdade do que seus chefes e patrões. A liderança é uma relação entre o líder e o grupo, baseada na anuência dos liderados. Enganados ou não, eles seguem o líder, seja porque compartilham valores com ele, acreditam que a implementação de suas idéias irão beneficiá-los, seja apenas por causa dos laços afetivos com ele. Quanto mais carismático é o líder, mais ele se beneficia desses sentimentos do grupo (CARVALHO, 2003, p.26).

Já que estamos falando de líder carismático e tomando como cenário as terras pernambucanas, não podemos deixar de mencionar a figura do denominado “Divino Mestre”, Agostinho José Pereira, foi um liberto letrado que esteve no centro de um complicado processo criminal na Província, lá pelos idos de 1846, no qual fora acusado de insurgir escravos contra senhores, a partir do uso de citações bíblicas sobre escravidão e documentos que faziam referência ao Haiti, materiais com os quais ele próprio alfabetizava seus seguidores, os *agostinhos*.⁴⁸Só a existência dos *versos* sobre o Haiti os objetos pertencentes ao Divino Mestre já era motivo de muita preocupação, senão de desespero, para a classe senhorial, uma vez que esta já andava amedrontada fazia tempo, pois foi nessa pequena possessão francesa no mar do Caribe, que os escravos haviam se rebelado contra

48 Ainda sobre esse processo movido contra o Divino Mestre, conferir também: Carvalho (2000).

a opressão dos seus senhores em 1794 e, sob a liderança de Toussaint l'Ouverture, promoveram um revolução sangrenta e conseguiram proclamar a independência em 1804.⁴⁹

Além disso, também lhe recaía a acusação de ter criado um cisma religioso, cuja prova, segundo a polícia da época, seriam as imagens de santos católicos e mesmo da Virgem Maria que, junto com seu grupo, Agostinho teria quebrado e atirado no viveiro de Afogados, uma das freguesias próximas ao centro do Recife. Na perspectiva de Jesus (2003), no entanto, bem mais do que aquilo que aquilo que o conteúdo específico dessas acusações anunciava, o caso do Divino Mestre significou todo um jogo de representações e construções identitárias, no qual indivíduos e grupos, como Agostinho e seus seguidores, acabavam sendo definidos como subversivos e, portanto, nocivos à ordem, na medida em que expressavam sua forma muito particular de entenderem e tratarem algumas questões. Ao mesmo tempo, tal jogo de representações não deixava de servir como pretexto para o conflito de interesses entre seus acusadores e defensores, cabendo ao Divino Mestre saber dialogar e confrontar dentro deste processo.

Sendo um agente mediador de negociações complexas, o líder popular atuava na fronteira entre a camada social da qual procedia e o estrato superior, podendo transgredi-la ou não, assim como poderia propor alternativas ou transigir, sem perder o vínculo com suas raízes sociais. Mas para sair do anonimato e subir a essa posição, era preciso um mínimo de propriedade, uma profissão, algum meio de vida. Era assim com os reis do Congo, com os provedores das irmandades negras, com os pardos e negros que ascendiam nos escalões militares. Não poderia ser diferente entre brasileiros natos que trabalhavam no comércio urbano, muitos dos quais, embora homens modestos, estavam legalmente habilitados a votar ou mesmo a serem votados.

A mobilização dos artistas mecânicos na Praieira e a presença de sua associação à frente de manifestações de rua demonstram que havia uma representação popular, mestiça, abasileirada, das tradições associativas européias. Para além dos rumos

49 Entre os elementos que teriam servido de motivação para o conflito haitiano, estariam os próprios ideais propugnados pela Revolução Francesa. Sobre essa questão, assim como o papel de Toussaint l'Ouverture na liderança da Revolta de São Domingos, ver: James (2000).

que o país poderia tomar em direção à modernidade, esses habitantes do Recife acreditavam realmente que o trabalhador brasileiro deveria ser protegido, afinal de contas, na ausência de cativos, os empregadores urbanos nunca esconderam a preferência por imigrantes.

Pelos caminhos da cultura popular, que são pouco cartesianos mas não menos reveladores, esta reivindicação denunciava o caráter incompleto da Independência, que trouxe muito pouco para o *povo*, e ainda oferecia uma solução, privilegiando o trabalhador brasileiro não-escravo, garantido-lhe o emprego. Dentro das perspectivas políticas da época, os trabalhadores livres do Recife pensaram o mais avançado que podiam. Alcançaram o limite da consciência possível. Construíram uma proposta utópica, mas certamente baseada em problemas concretos que as elites locais bem que poderiam, mas nunca quiseram resolver (CARVALHO, 2003, p.28).

No próprio surgimento da Associação dos Artistas, esse caráter nacionalista nunca deixou de ser declarado. Como costumavam argumentar, seu trabalho educacional se justificava “pelo desenvolvimento das artes nacionais”. Alia-se a isso, o mutualismo no qual se fundamentava seu funcionamento, de modo que seus membros deveriam procurar prover os recursos necessários para manter as atividades desenvolvidas pela associação, o que significava dar assistência aos seus pares. Mas isso não era algo fácil, pois não se tratavam de homens de muitas posses e seus recursos tendiam cada vez mais a se reduzirem, justamente pela crescente perda de espaço nas frentes de trabalho. Por isso, no mesmo ofício enviado à Assembléia Provincial, em 1846, os solicitantes completam o recado às autoridades salientando a importância de sua iniciativa com a promoção dessas aulas e deixam claras as dificuldades enfrentadas para continuarem com tal trabalho diante da falta de recursos.

Mas não sendo isto bastante, pois que tendo a Associação para maior desenvolvimento de seus trabalhos necessidade de diferentes instrumentos, 46, e não podendo tirar de sua aquisição pela exiguidade de seus meios pecuniários, que a obrigarão

talvez a não continuar a conservação de essas duas cadeiras de tantos benefícios se não tirado; os abaixo assignados como seus órgãos vem mui respeitosamente pedir a V. Ex^a proteção para os Artistas Pernambucanos, e esperão que a eloquente voz de V. Ex^a se fará ouvir em prol delles no meio da Representação Provincial, a fim de que possão elles (...) continuação do favor que em 1841 a Assemblea Provincial na sua primeira reunião lhes conferio na Lei do Orçamento, e de que talvez por fatalidade nas subsequentes ficarão os pobres Artistas esquecidos. Quando, Exm^o. Se^o, toda a Provincia bem diz o Governo de V. Ex^a que lhe tem acarretado os maiores bens, V. Ex^a não quererá que fiquem no silencio os seus Artistas: os baixos assignados pois se comprazem de ter de apresentar a V. Ex^a desde já seus sinceros e respeitosos protestos de dedicação. Deus Guarde a V. Ex^a muitos annos. Salla d' Associação das Artes Mecanicas, 1^a e Março de 1846. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sen^o. Conselheiro Antonio Pinto Chichorro da Gama, Presidente desta Provincia. Geraldo de Amarante dos Santos – Director. José Vicente Ferreira Barros – thezour^o. Fran^{co} Joze Gomes de Santa Rosa – Secretario.⁵⁰

Entendemos esse tipo de diálogo promovido pela associação com as autoridades que estão no poder no momento, como algo bem mais do que uma simples demonstração do clientelismo da época e de como ele enredavam-se entre os demais contextos relacionais, pois, como bem lembra Carvalho (2003), constatar isto é apenas o ponto de partida para se explicar a ação e não o ponto de chegada:

O clientelismo não é um dado auto-evidente, muito menos um sistema com funcionamento regular e uniforme através dos tempos. Ao contrário, trata-se de uma conflituosa relação social e, como tal, dinâmica e em permanente interação com as relações de classe e raça, também condicionadas entre si e inseridas no tempo e no espaço (CARVALHO, 2003, p.11).

Trata-se, na verdade, de uma malha de relações entre partes desiguais, produto de um longo conflito, mesmo que sua essência seja a busca de uma conciliação. Apesar da tensão, há pontos de encontro entre as percepções que as partes envolvidas têm da relação, caso contrário não haveria

nenhuma interação entre elas. Uma vez estabelecido um eixo comum, os feixes de interesses que ali se encontraram tomam direções distintas. Nessa negociação entre partes desiguais, o lado mais fraco busca garantir direitos já adquiridos, e se possível expandi-los. É do conflito dessas percepções opostas que, ainda conforme Carvalho (2003) resulta o clientelismo real, no qual o poder de mando do senhor nem sempre é absoluto e o cliente, apesar de fazê-lo, nem sempre obedece totalmente. Esse contexto relacional contraditório e dinâmico deve ser analisado no momento dos eventos em tela em lugar de ser tomado como um dado atemporal auto-explicativo.

Sobre isso há um dado que precisa ser lembrado. Quando foi fundada oficialmente, o trabalho educacional da associação já era do conhecimento, inclusive, das autoridades locais e como o projeto do Liceu das Ciências Industriais, espécie de centro de excelência que foi proposto em 1839 pelo espírito desenvolvimentista do Presidente da Província, Francisco do Rêgo Barros, demandava algumas mudanças estruturais, e principalmente vontade política, o que acabou levando-o a ficar enalhado por onze anos, pode ser que tenham resolvido apoiar o trabalho da Associação dos Artistas para mostrar que via-se a importância de se difundir o ensino profissional na província e estava-se fazendo, minimamente, estava-se fazendo investimento para isso.

O valor exato desse recurso, infelizmente, não sabemos ao certo, pois, além de não ter sido detalhado no ofício emitido pela associação, no próprio livro de registro de reuniões da Assembléia Provincial não consta nada sobre esse assunto no ano de 1841. No mapa de despesas do governo praieiro, Nabuco de Araújo (1997) chegou mesmo a mencionar a quantia de 500\$000 que estava sendo repassada à Associação dos Artistas. Porém, esse valor pode ter variado durante o tempo que foi concedido tal financiamento, podendo até ter sido maior no governo do Barão da Boa Vista, uma vez que este tinha, ao menos no discurso, a intenção de incentivar o ensino de ofícios na Província.

Da mesma forma, também não sabemos por que veio a ser

cancelado. Uma hipótese é de que tenha sido mais uma consequência das reformas que vinham no bojo das mudanças políticas. Afinal, a associação havia surgido durante o governo de Francisco do Rêgo Barros, começado em 1837, e que, apesar de ter sido o responsável pela contratação de estrangeiros para as obras locais, atingindo diretamente nossos investigados, parecia ver com entusiasmo esse tipo de iniciativa. Com o final do seu governo, em 1844, algumas prioridades também terminariam.

De qualquer forma, a associação se encontrava agora em dificuldades e, ao que parece, a resposta da Assembléia Legislativa à sua reivindicação não foi imediata. Se foi, não chegou do jeito que se esperava, pois os pedidos de desbloqueio do financiamento concedido pelo poder público local continuariam sendo reiterados por bastante tempo. No mesmo mês e ano da solicitação anterior, chegaria à Assembléia Legislativa um outro ofício, dessa vez, enviado pela Presidência da Província, com o seguinte conteúdo:

Tendo a Associação dos Artistas desta cidade dirigido a S. Ex.^a, o Sen^o Presidente da Província, o incluso requerimento, em que pede a continuação da quota que outrora lhe foi marcada por essa Assembléa para coadjuvação de seus trabalhos, e julgando o mesmo Exm^o Sen^o assaz attendíveis as razões allegadas pelos supplicantes, manda remeter a V. S^a a referida apresentação para que seja presente a mesma Assembléa á fim de que se digne de tomala em consideração. Deos Guarde a VS. Secretaria da Província de Pernambuco, 6 de Março de 1846. Ilm^o Sr. 1^o Secretário da Assembleia Legislativa Provincial. No impedimento do Sec^o, o Official Maior, Ant^o V. de Oliveira.⁵¹

Sem deixar de salientar a importância que suas aulas tinham para o próprio desenvolvimento da Província, e sempre reiterando o perigo de terem que interromper as mesmas devido à falta de recursos, os Artistas continuariam insistindo na reclamação do financiamento que um dia lhes havia sido concedido. Inteligentemente, o teor desses pedidos iam se modificando um pouco conforme as circunstâncias. Utilizava-se termos mais brandos e apelava-se para a

sensibilização das autoridades através de outros elementos sociais, como o patriotismo, tão em voga na época devido à recente independência do país

A Sociedade das Artes Mecânicas desta cidade, cheia de confiança no vosso patriotismo vêm pedir-voz a continuação do subsidio que lhe conferistes na Lei do Orçamento vigente, a fim de que por falta de tão poderoso apóio não fiquem paralizados os seus trabalhos, visto que os fracos meios, de que despoem os seus Membros, não chegam para as suas urgentes despezas. Sendo pois, de reconhecida utilidade publica a conservação de tal Associação, a qual existe desde 21 de Outubro de 1841, apesar das difficuldades, com que há lutado para seu aumento e prosperidade, espera a peticionaria ser por V. V. Excellencias benignamente deferida. Recife, 10 de Maio de 1850. Joaquim Pedro Fernandes – Director, João dos Santos Ferreira Barros – Secretario. ⁵²

Finalmente, depois de tanto insistirem, parece que o bendito recurso foi finalmente reconquistado. Ao menos é que sugere um outro ofício, datado do ano seguinte, que a associação enviara para a mesma Assembléa Legislativa. Desta vez, o teor do documento é de gratidão e de homenagem, ressaltando a necessidade de se fazer valer o que nela era investido através do aprendizado e da produção dos seus membros que freqüentavam as ditas aulas:

A Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais desta cidade attendendo aos beneficios, que d'essa Assembléa tem recebido procurará sempre manifestar-lhe quanto é vivo o sentimento de gratidão que a anima, e por isso ella toma a liberdade confiada na indulgência de seus dignos membros, oferecer-lhes uma pequena parte de seus trabalhos. Aceitai Senrs. Benignos, vós que sabia e felismente representaes esta Província, os fructos, que através de tantos sacrificios e ajudados com a vossa proteção, os membros da sobredita Sociedade tem colhido de sua applicação ao Desenho e á Geometria: e quando a Sociedade, para provar-vos, a Província e ao país inteiro, que o seu procedimento não desmente os seus ditos, e os seus membros applicao-se com uma assiduidade espantosa ao Desenho, para faserem exame este anno, o que é causa de vos não serem offerecidos mais planos; quando afinal ella necessita

de vossa proteção; não deixeis, por vosso patriotismo, de auxiliá-la consignando-lhe em vossa lei do orçamento o que entendes justo. Prevalendo-se da oportunidade a referida Sociedade tributa a V. S.^a os seus sinceros protestos de estima e gratidão. Deus guarde a V. S.^a p. infinitos annos como é mister. Salla das sessões da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais desta cidade. 2 de Maio de 1851. Illm^o Senr. Presidente e mais Membros da Assembléa Provincial de Pernamb^o. Francisco Xavier Soares – Director, J. Vicente Ferreira Barros Jr. – 1^o Secretario, Francisco Jose Gomes de Sta Rosa – 2^o Secretario.⁵³.

O que fez exatamente com que a Associação conseguisse reconquistar o tal financiamento, não sabemos. Talvez o fato de terem recorrido às outras instâncias, como a Presidência da Província, tenha ajudado a alcançar esse objetivo. Ou talvez a própria Assembléa tenha ficado com certo constrangimento de diante da sociedade recifense por ignorar tal solicitação durante tanto tempo. Não temos dúvida, porém, de que os argumentos apresentados pelos artistas tiveram papel fundamental nesse processo de convencimento - ou pressão mesmo - das autoridades sobre a importância do seu trabalho não só no aspecto profissional, mas também educacional.

Um outro questionamento que nos fazemos é até onde esse financiamento era essencial para a associação, ou até onde ela seria capaz de seguir sem ele. Apesar de não termos encontrado nenhum documento específico desse período sobre as aulas profissionalizantes que ofertava, supomos que o número de alunos que as freqüentavam não eram poucos. Basta lembrarmos que em 1841, ano em que foi oficialmente fundada e também quando foi contemplada na Lei de Orçamento da Assembléa Provincial, ela já contabilizava 155 membros. Isso já representava um grande contingente de pessoas que estariam envolvidas as aulas, seja como professores, seja como alunos.

Claro que não esquecemos de que se tratava de uma entidade que, além de não ser composta por homens de muitas posses, também tinha um caráter mutualista e por isso, eventualmente poderia ser procurada pelos muitos trabalhadores que haviam

na cidade em busca de assistência. Consequentemente, o trabalho educacional da Associação dos Artistas não podia parar, pois precisava formar novos profissionais e requalificar os já existentes, e isso demandava recursos.

As dificuldades, porém, não faziam com que desviasse dos seus objetivos. Os saberes nela compartilhados tinham como objetivo ampliar a percepção dos profissionais locais quanto às potencialidades dos seus ofícios, melhorando ou aprofundando a técnica para que se pudesse ir além da pura prática. Por isso, aqueles que passavam pela formação não deixavam de ser submetidos a um exame qualificatório junto ao governo provincial, de modo a atestarem seus conhecimentos.

No entanto, o sucesso desse trabalho educacional ainda não estava garantido. À medida que tais aulas iam se consolidando, ficava perceptível que dependia de outros elementos, além de unicamente o repasse de conhecimentos técnicos. Elas demandavam o conhecimento e um exercício permanente de algo que os seus atendidos pareciam não dominar, assim como boa parte da população da época, fossem os mais abastados ou os mais simples. Algo sem o qual, o efetivo aprendizado destes não seria alcançado: a leitura e a escrita. Seria necessário então, difundir o ensino sistemático das primeiras letras junto às aulas já existentes, e por isso, em mais um ofício enviado à Assembléia Legislativa, desta vez no ano de 1854, a diretoria da entidade expõe:

A actual Direção da Sociedade das Artes Mechanicas e Liberaes desta Província, no empenho de continuar na realização do muito nobre e patriotico pensamento, que deu origem á instituição da mesma Sociedade, e destarte cumprir os deveres que lhe são inherentes, tem cuidadosamente estudado as suas necessidades; assim como procurando chegar ao conhecimento de quaes os meios, cujo emprego possa faze-las desaparecer senão todas, ao menos parte dellas; e logo a primeira que atrahio sua attenção foi a creação d'uma aula de instrucção elementar onde os socios possão adquirir esses primeiros rudimentos sem os quaes elles na sua maior parte não poderão faser o menor progresso...

O próprio método de ensino adotado para as aulas era um dos fatores que exigiam essa maior “propriedade” das letras por parte dos seus sócios freqüentadores, uma vez que encontrava-se sistematizado basicamente em forma de livro, o *Curso Normal de Geometria e Mecânica Aplicada às Artes*, do Barão Dupin.⁵⁴ Não se sabe exatamente como essa obra ficou conhecida pela associação e nem quem a introduziu nas suas aulas, mas o fato é que a mesma já circulava entre os livros técnicos disponíveis à venda em alguns locais especializados que haviam espalhados pela Província.⁵⁵ Isso talvez já representasse uma expressão da transformação pela qual passava o universo profissional da época, na medida em que o livro se impunha e era assimilado cada vez mais como um instrumento mediador dos conhecimentos, suporte de informações, mas que também era sentido e resignificado, numa ou noutra medida, por todos os trabalhadores em atuação na cidade.

Sobre isso Chartier (1998) nos lembra que o livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação. No entanto, que essa ordem de múltiplas fisionomias não obteve a onipotência de anular a liberdade dos leitores. Mesmo limitada pelas competências e convenções, essa liberdade sabe como se desviar e reformular as significações que a reduziram.

Na passagem do século XVII para o século XIX no Brasil, a leitura e os livros foram cada vez mais se agasalhando no espaço doméstico. De acordo com o que descreve Villalta (1997), no interior das casas das pessoas das elites, não tanto econômicas, mas, sobretudo, intelectuais, os livros e a leitura foram ganhando mobílias, instrumentos, espaços especialmente reservados: as bibliotecas ou “livrarias”. Foi uma conquista paulatina e típica das elites intelectuais, ocorrendo a partir do final do século XVIII e ainda inconclusa à época da Independência. Os objetos para leitura, escrita e armazenagem de livros existiam nas residências, mesmo naquelas em que faltavam livros.

54 Político, matemático e economista francês nascido em 1784 e falecido em 1873, Charles Dupin foi membro da Academia de Ciências de Paris, segundo Bello (1978), trouxe notável contribuição aos estudos de sua especialidade.

55 Um sobrado da Rua do Bom Sucesso, em Olinda, dizia ter essa e outras publicações do gênero “por um preço muito cômodo” Diário de Pernambuco (01 fev. 1843).

Obviamente, a valorização das aparências não eliminava o papel dos livros enquanto fonte de saber, num mundo de instrução escassa, que fazia do autodidatismo um meio importante de acesso aos conhecimentos. A relação estabelecida com os livros esteve perpassada pela oralidade e pela indistinção entre o público e o privado: a leitura privada e silenciosa, feita em bibliotecas de escolas, conventos ou residências, convivía com a leitura oral, desenvolvida no recôndito dos lares; e, ainda, com a leitura oral pública, realizada principalmente nas igrejas, sociedades literárias e salas de aula. A leitura oral, pública e privada, proliferou na medida em que reinava o analfabetismo.

A oralidade e a publicidade da leitura, embora comuns entre os letrados, representavam, sobretudo, uma alternativa para os analfabetos ou para os que entediavam apenas o português. A relação com os livros marcava-se também, o sucedido na Europa, pela coexistência das leituras extensivas – leitura de textos diversos - e intensiva – leitura repetida dos mesmos escritos (VILLALTA, 1997, pp.373-374).

Mas, ter o livro como elemento de mediação da própria cultura letrada no cotidiano desses trabalhadores locais, significava lidar com as condições estruturais existentes. E nesse aspecto, a escassez de recursos era algo que se impunha à realidade, de tal maneira que viam qualquer tentativa sua de apropriação ou utilização dos instrumentos novos que se apresentavam, enfrentarem dificuldades e limitações. Mais especificamente com relação à associação, esses obstáculos também se materializaram na adoção e aplicação do método de ensino, como se verifica no sobredito ofício:

Outra necessidade é a da tradução e impressão da obra de Geometria pelo Barão Charles Dupin, a mais própria neste genero para o estudo dos Artistas pela immediata applicação de suas regras e preceitos ás Differentes Artes e Officios, a qual por esta razão, tendo a referida Sociedade adotado, e dado principio a sua tradução p. falta de forças, só pôde conseguir a tradução e impressão de três licções. Não menos sensível é a falta de modelos, e de estatuas que facilitem a intelligencia das regras applicaveis aos

variados desenhos conforme á posição dos objectos ou a maneira porque os queira representar o observador; necessidades todas, além d'outras, que se um prompto remedio lhes não for applicado já mais a realização do fim que procura attingir a mencionada Sociedade se poderá conseguir...

Ainda sobre essa ênfase que passou a ter à instrução elementar dos sócios, relembramos que foram justamente tais conhecimentos que teriam motivado surgimento da Associação dos Artistas, a partir da figura de um dos seus fundadores e primeiro diretor, Izidio de Santa Clara, dito um professor de aulas noturnas. Sendo assim, o que estaria sendo proposto a partir de agora talvez fosse uma maior definição quanto à sua aplicação dentro do trabalho educacional da associação, criada para atender a uma demanda mais específica dos operários locais. Leitura e escrita sistemática era o que poderia garantir não só o sucesso do trabalho da associação, mas a esta mesma de continuar existindo. Por isso, a própria entidade mais uma vez resolve agir no sentido de materializar seu projeto de alfabetização, sem deixar de solicitar às autoridades o apoio necessário a essa nova empreitada:

Este remedio, Senr. Deputados, já a Sociedade principiou a applicar creando uma aula de instrução primaria sob a direção d'um de seus membros para isto habilitado; porem ainda assim não estão desfeitas todas as difficuldades, qe tendem a empecer-lhes a mancha de seu progresso, e é certo que nunca o estarão se Vós, cujo zello e dedicação ás Artes, que tantas vezes tendes manifestado, a não auxiliardes com um augmento de cota tal, que possa não só animar a esta recente criação como prever as outras do necessario fim de que ellas possam ser tão uteis e proveitosas quanto são precisas. A sobred^a. Direção pois, confiando no (...) patriotismo q. sempre vos dirige em vossos actos legislativos, vem suplicar-vos em nome da mesma Sociedade que attendendo todas quantas rasões vos ficão expostas, augmenteis a cota que annualmente costumais marcar-lhe, na cifra que para todos os fins julgardes necessaria. E. R. M. Recife, 23 de Março de 1854. João dos Santos Ferreira Barros – Director da Sociedade.⁵⁶

Além de reforçar mais uma vez o caráter autônomo do trabalho educacional que a associação desenvolvia, essa iniciativa de promover as aulas de instrução elementar com recursos próprios representava um passo significativo para a própria entidade. Isto porque ela caminharia no sentido de se tornar um importante canal de difusão da leitura e da escrita na cidade do Recife, paralelamente aos espaços criados e mantidos pelo Estado para esse tipo de ensino. Apesar de não nos informar o número de escolas existentes neste anos, os dados de 1850, portanto, mais ou menos o mesmo período em que estas aulas da associação passaram a ser realizadas, registram que 2.412 pessoas freqüentavam os espaços de instrução oficiais e chegando ao ano de 1863, já com 179 escolas criadas, esse número de freqüentadores sobe para 6.125.

ANOS	Nº DE ESCOLAS	FREQÜÊNCIA
1850	-	2.412
1863	179	6.125

FONTES: Relatório da Presidência da Província.

Tabela 5. Escolas primárias e frequência de alunos (1850/1863)

Claro que esse número não é exato e sim uma estimativa, afinal havia alguns fatores que não eram considerados – ou eram – e que tinham influência direta na contagem, como, por exemplo, a fonte da informação ser, basicamente, os professores da época que, por sua vez, poderiam – e certamente o faziam – manipular os números para garantir a existência das escolas ou das aulas e, por conseguinte, a manutenção dos próprios empregos. Mas apesar dessa inexatidão tão comum às estatísticas, esses números podem ser tomados como referência para que possamos ter uma idéia aproximada do cenário educacional da cidade no seu aspecto quantitativo.

A ação empreendida pelo Estado acabava não contemplando efetivamente segmentos da população que também tinha uma demanda por instrução. Dentre estes, estavam os jovens e adultos negros que constituíam o grande contingente de operários locais, tradicionalmente associados a uma imagem distante do universo das letras por sua ligação ao mundo do trabalho cotidiano teoricamente incompatível com o “tempo escolar”. No entanto, foi deste segmento que

surgiu a Associação dos Artistas e continuou sendo ao seu atendimento que suas atividades eram direcionadas, numa expressão de forte organicidade. Essa característica é mais uma vez confirmada quando consultado o livro de matrículas nas aulas de primeiras que a associação continuou mantendo nesse início da segunda metade do século XIX.

Nas páginas deste livro, constam os registros de vinte e cinco matrículas feitas por profissionais, na sua maioria pretos e pardos, nascidos em Pernambuco, e associados à entidade, ou a ela ligados indiretamente, como no caso dos mais jovens, que eram órfãos tutelados ou apenas aprendizes de algum mestre das artes mecânicas (ver anexo 3). Entre as matrículas registradas, destacamos uma em particular:

Aos trez dias do mez de Julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculouse na aula de primeiras letras Lourenço José de Sant'anna – preto, cazado, com vinte e quatro annos de idade, natural de Pernambuco. Profissão de pedreiro – sócio da Sociedade das Arttes Mechanicas e Liberaes: do que para contar, fiz este termo que assignei com o mesmo alumno. Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga – Secretário. Lourenço José de Santanna (LMS, 1858, p. 2f).⁵⁷

Como em outros momentos desse trabalho, aqui destacamos aqui mais uma vez o componente da cor como um elemento especial, dentro desse conjunto de caracteres que forjavam seus integrantes e definia a própria Associação dos Artistas enquanto uma organização no interior do seu contexto. Afinal, estamos falando de homens negros que estavam em busca de aprender a ler e a escrever de modo autônomo, o que não era algo simples ou corriqueiro mediante uma estrutura social que havia definido para eles o mundo do trabalho como lugar de atuação e, por isso, o aprendizado ao qual eram comumente empurrados era aquele que se voltava a uma profissão e unicamente ela, principalmente no caso dos escravos, muito embora não deixassem de ocorrer exceções a essa regra até mesmo para alguns em cativeiro.

Por isso, as aulas de primeiras letras da Associação dos

57 Apesar desta e das outras matrículas terem sido feitas no ano de 1859, o livro no qual elas foram registradas data do ano anterior, ou seja, 1858. Uma das hipóteses é de que tenha sido arquivado logo após sua abertura e reutilizado no ano seguinte.

Artistas e o público que as procurava, acabam sendo algo tão singular, não só para a história da educação brasileira, mas para a própria história da leitura e da escrita como um todo, na medida em que, assim como em outros fenômenos desse tipo ocorridos ao longo dos tempos, e que ainda estão por serem descobertos, ou melhor investigados, caracteriza-se por apresentar uma face não-linear e não-determinista dos processos de aquisição desse tipo de conhecimento.

Particularmente no caso do Loureço, chama atenção como um homem já aos vinte e quatro anos de idade resolve se matricular numa aula de primeiras letras por conta própria, apesar de todas as dificuldades cotidianas que certamente enfrentaria para isso, considerando que era pedreiro de profissão e isso implicava em trabalho duro e durante boa parte do dia para sobreviver e sustentar sua família, salvo se tivesse quem executasse seus serviços, como acontecia com alguns mestres de ofício e donativos de oficina dessa época, que treinavam seus escravos ou contratavam trabalhadores livres para realizarem essas atividades.

Some-se a isso o fato do personagem em questão ser preto, podendo até ter sido escravo, e estar vivendo numa sociedade que não poupava nem mesmo aos negros nascidos livres e até de tons de pele mais claros, do racismo institucionalizado e ostensivo, apesar das situações não tão comuns em que era dissimulado quando se referia aos negros de algumas posses. A partir da consideração de fatores como estes, podemos então ter uma idéia – mínima que seja - da realidade desse homem e, por isso, do quanto sua iniciativa é preciosa, assim como a de todos os outros que tinham características semelhantes ou próximas a sua, e que procuraram tais aulas para se alfabetizarem, na medida em que representam mais um exemplo dessa ativa participação popular e, especialmente negra, também nos processos formais de alfabetização.

Essa experiência da leitura e da escritura disciplinadas também chamou atenção de Reis (2003) no caso dos Malês baianos. Para ele, é realmente impressionante que isso pudesse interessar tão vivamente a libertos e, sobretudo, a escravos

que, embora cansados do trabalho, sempre arranjavam tempo para se dedicar a elas. No entanto, salienta o próprio autor que esta não foi uma exclusividade dos Malês, uma vez que a dedicação à escrita pode ser encontrada também em outras regiões nas Américas onde africanos muçulmanos foram escravizados, embora sem apresentarem a face guerreira dos que existiram na Bahia.

Apesar do movimento ocorrido na Bahia ter se dado em circunstâncias muito particulares e sido constituído por alguns elementos um tanto diferentes daqueles que fizeram parte da ação educativa da Associação dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, como o idioma no qual se dava a alfabetização dos envolvidos, por exemplo, ambos os movimentos apresentaram um aspecto comum. Trata-se do impacto simbólico que a posse das letras por parte destes indivíduos causou na sociedade da época:

Para uma sociedade cujo grupo dominante, os brancos, continuava predominantemente analfabeto, não deve ter sido fácil aceitar que escravos africanos possuíssem meios sofisticados de comunicação. Escrever, afinal, era um sinal indiscutível de civilização, de acordo com os valores europeus que predominavam entre a elite baiana da época, e que localizavam os africanos no universo da barbárie, da pré-escrita, portanto (REIS, 2003, p.228).

Sem dúvida, essa deve ter sido a sensação que sentiu a sociedade recifense, quando um grupo de homens negros resolveu se reunir em torno de um projeto educacional para atender a seus pares. Mesmo que nesse caso a intenção não fosse promover uma rebelião armada para tomar o poder político e militar ou até o controle religioso, a iniciativa não foi menos ousada uma vez que atingia frontalmente todo um conjunto de representações negativas que havia se instituído no imaginário social da época, principalmente no das elites senhoriais, sobre a população negra naquele contexto e que serviam para justificar a existência, ou a permanência do escravismo.

Fechando o compasso

Desenhar a trajetória da educação no Brasil foi, durante muito tempo, um exercício de traçados e contornos que deveriam terminar na composição de um todo harmônico e homogêneo. Significou, enfim, pensar uma realidade perfeita, porque vista por uma única perspectiva, mesmo que à custa de omissões, silenciamentos ou negações de outros percursos percorridos nesse mesmo conjunto de formas.

Percursos como o do povo negro, que teve de amargar ao longo da nossa história, o estigma de inculto, ignorante, marginal, com base num suposto fechamento no mundo do trabalho, que a sombra do escravismo parecia ter lhe imposto, assim como, por sua dita “ausência” dos espaços formais e oficiais de instrução, mesmo esses espaços ainda não sendo os principais canais de aprendizado das letras nessa época. Assim, acabou-se colocando esse grupo social num lugar de oposição à ilustração e ao prestígio social que o saber ler e escrever e o próprio livro proporcionavam aos que deles se apropriassem e fizessem o uso social devido, por meio de práticas disciplinadas.

Nossa indignação quanto a essa representação histórica do negro iletrado e simples executor de tarefas nos solicitou a olhar e ver de outra perspectiva aquilo que se notabilizou como um indiscutível fato histórico. Importava ir atrás desses outros percursos trilhados pela população negra,

investigando as alternativas criadas por ela de apropriação da leitura e da escrita, assim como os usos diversos que de tais conhecimentos poderia fazer, dentro desse mundo do trabalho no período escravista. Enfim, tratar de dimensões sempre tão colocadas como paradoxais ou difíceis de manifestarem-se de modo articulado num mesmo percurso.

Procuramos então problematizar essa questão trazendo ao centro a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, entidade criada na primeira metade do século XIX no Recife, e que se notabilizou por ter desenvolvido uma ação educacional de caráter significativo junto aos trabalhadores de ofícios específicos que atuavam nesta cidade, através da promoção de aulas profissionalizantes e de primeiras letras. Tomando como marco temporal o período compreendido entre 1840 e 1860, analisamos alguns fatores sociais que poderiam ter favorecido a criação dessa entidade, considerando também os perfis de seus integrantes e a perspectiva educacional expressa nos tipos de aula que promovia, além dos recursos e discursos que utilizava para o funcionamento de suas atividades ou mesmo da ampliação do seu campo de ação.

Consideramos, porém, que isso não poderia ser feito sem uma mínima reflexão sobre o contexto mais amplo do qual emergiu essa associação, discutindo assim, a organização da sociedade da época, com seus lugares a serem ocupados e direitos a serem exercidos, e o papel do Estado imperial nessa ordem, de maneira a identificar alguns elementos constituintes da mentalidade escravista vigente, que estava na base de sustentação e ao mesmo tempo no topo desse novo país chamado Brasil, dando-lhe características bem peculiares em relação ao seu tempo.

Foi nesse cenário controverso até mesmo para alguns dos seus contemporâneos, onde o espectro de estatutos sociais e suas representações iam bem mais além do que ser senhor ou escravo, que acompanhamos negros e negras das mais diferentes origens, matizes, etnias, nações, credos, idades, profissões, com suas histórias e suas trajetórias. Negros,

livres ou escravos, movendo-se das mais diferentes formas através da utilização de diferentes estratégias de resistência e sobrevivência.

Naquilo que muitos identificaram como domínio ou controle, vimos também conflito, capacidade de influenciar nas regras do jogo e, em alguns casos, até mesmo o poder de ditá-las. Estivemos diante de rebeldes e astutos fugitivos, insubordinados domésticos, ousados reivindicadores de direitos e contestadores das leis e da ordem que regia o espaço urbano no qual estavam inseridos, mesmo nos casos em que não eram considerados gente, e muito menos cidadãos, pela sociedade de então.

Criativos o suficiente ao ponto de darem um outro tom ao cotidiano que, à primeira vista, pareciam estar condenados, eles alteravam a dinâmica do seu dia-a-dia e, conseqüentemente, a própria paisagem da cidade, com sua mobilidade, sua arte e seus ofícios. Enfim, afirmavam-se como sujeitos históricos também quando tiravam proveito das mudanças econômicas e políticas, assim como das transformações culturais que ocorriam ao seu redor e das quais acabavam participando de algum modo, isso quando não eram seus principais responsáveis.

Entendida aqui como uma expressão destas tantas estratégias e formas de organização criadas pela população negra do Brasil oitocentista, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco se inscreve entre as entidades coletivas que se constituíram como espaços privilegiados de acolhimento e proteção, ou mesmo instâncias de reivindicação por demandas específicas, as quais essa população poderia contar, de maneira que, assim, exercitavam não apenas a sociabilidade entre seus pares, mas também sua prática política mesmo que parecesse limitar-se a pequenos atos, ou circunscrita ao seu universo social.

Seu papel foi significativo para o desenvolvimento da educação profissional na Província de Pernambuco de um modo geral, uma vez que as iniciativas e os espaços normalmente destinados a um tipo de formação, ainda em grande medida,

relacionados à capacitação de escravos-de-ganho para ampliar o rendimento dos senhores através da oferta dos serviços dos seus cativos a quem precisasse e pudesse pagar. No plano mais específico, tal ação representou o surgimento de mais uma alternativa aos negros existentes no Recife nesse período, uma vez que este era o perfil racial da maioria desse público de operários que a ela se associavam e as quais suas aulas eram destinadas.

Este traço étnico viria a determinar tanto para o seu surgimento, quanto para o rumo de suas ações, também traria bem mais repercussões no particular contexto de disputa por espaço nas frentes de trabalho que os operários “locais”, vinham travando com os operários estrangeiros que cada vez mais foram se instalando na cidade de modo privilegiado, graças à mentalidade racista instalada nas bases da organização da sociedade brasileira, para qual desenvolvimento e modernidade passava a significar embranquecer esse país.

Mas a Associação dos Artistas nos diz bem mais. Através de sua ação educativa, essa entidade acabou também representando uma significativa instância promovida por negros e aberta aos negros para a apropriação da leitura e da escrita, principalmente àqueles que constituíam boa parte do contingente de trabalhadores locais. Uma apropriação que se já se processava junto com os primeiros operários que a iniciaram a partir das sessões de leitura que os aglutinavam nos intervalos do trabalho; nos usos que dela faziam nas atas de reuniões e livros de registros que redigiam ou assinavam; ou mais sistematicamente nas aulas de primeiras letras que a entidade passou a oferecer paralelamente ao ensino das técnicas mecânicas, atraindo assim, todo um contingente de trabalhadores jovens e adultos para o seu aprendizado.

Numa perspectiva mais ampla, ela foi a própria expressão de que a população negra teve uma participação ativa na cultura letrada, ao contrário da oralidade que supostamente as determinações sociais pareciam remetê-la. Mostrou que esse grupo social não deixou de acompanhar o movimento

Conclusões

histórico no qual a linguagem dos sons e gestos passou a dar lugar registro escrito, e a partir do qual se constituiria o fascinante e misterioso universo dos livros. Porém, ao fazê-lo, o fizeram imprimindo suas marcas e estabelecendo suas condições, adequando o conhecimento das letras aos seus interesses específicos, considerando a importância e as possibilidades que tal conhecimento poderia proporcionar para ocuparem determinados espaços e alçarem determinadas posições dentro de uma sociedade vertical e hierárquica, principalmente, o reutilizando como um instrumento a seu favor para melhor se moverem no mundo.

Referências

Fontes citadas

Imagens

Museu da Cidade do Recife - Biblioteca

FERREZ, Gilberto, 1908 – Velhas Cartografias Pernambucanas, 1851-1890. 2. Ed. Rio de Janeiro: Camp Visual, 1988.

MENEZES, José Luiz Mota. Atlas Histórico-Cartográfico do Recife (Org.). Recife, Fundaj – Editora Massangana, 1988.

Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj

Diretoria de Documentação/CEHIBRA. Litografia aquarelada de Guesdon - Panorama da freguesia de São José por Frederick Hagedorn (1856).

Jornais

Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj (Divisão De Microfilmagem)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 05 de Janeiro de 1831. Recife, PE: pág. 12

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 10 de Janeiro de 1831. Recife, PE: pág. 24

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 04 de Março de 1831. Recife, PE: pág. 201

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 11 de Março de 1831. Recife, PE: pág. 226

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 29 de Março de 1831. Recife, PE: pág. 277

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 16 de Janeiro de 1836. Recife, PE: pág. sn

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 19 de Janeiro de 1836. Recife, PE: pág. 14

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 01 de Fevereiro de 1836. Recife, PE: pág. 04

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 13 de Abril de 1836. Recife, PE: pág. sn

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 06 de Maio de 1836. Recife, PE: pág. 01

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 01 de Junho de 1836. Recife, PE: pág. 71

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 09 de Janeiro de 1843. Recife, PE: pág. sn

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 23 de Janeiro de 1843. Recife, PE: pág. 03

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 26 de Janeiro de 1843. Recife, PE: pág. 03

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 10 de Fevereiro de 1843. Recife, PE: pág. 04

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 01 de Julho de 1843. Recife, PE: pág. 04

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 31 de Outubro de 1843. Recife, PE: pág. 04

Referências

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 01 de Dezembro de 1843.
Recife, PE: pág. 04

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 18 de Setembro de 1852.
Recife, PE: pág. sn

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - Hemeroteca

JORNAL DO COMÉRCIO: 11 de Outubro de 1944. Recife,
PE: pág. sn

JORNAL DO COMÉRCIO: 02 de Agosto de 1951. Recife, PE:
pág. sn

JORNAL DO COMÉRCIO: 30 de Outubro de 1951. Recife,
PE: pág. sn

JORNAL DO COMÉRCIO: 31 de Outubro de 1951. Recife,
PE: pág. sn

JORNAL DO COMÉRCIO: 01 de Novembro de 1951. Recife,
PE: pág. sn

JORNAL DO COMÉRCIO: 04 de Novembro de 1951. Recife,
PE: pág. sn

DIÁRIO DA NOITE: 11 de Janeiro de 1958. Recife, PE: pág.
sn

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 29 de Julho de 1953. Recife,
PE: pág. sn

Legislação

BRASIL. Lei Imperial de 15 de outubro de 1827. Typographia Nacional. Rio de Janeiro: fl.86 do livro 10 de cartas leis e alvarás, p.71-73, 31 out.1827.

Coleção das Leis do Império do Brasil. Volume III – Ouro Preto: Typografia da Silva, 1839.

PERNAMBUCO. Lei Provincial n.43 de 10 de junho de 1837. Recife: Typ. de M.F. de Faria. Recife, Fl.63 do 1º livro de Leis Provinciais, p.26-35, 12 jun.1837.

Manuscritos

ALEPE: Arquivo - 117-P/ Religião. Ofício do Procurador da Irmandade de S. José do Ribamar à Assembléia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1840.

ALEPE: Arquivo – OR 41. Ofício da Presidência da Província de Pernambuco à Assembléia Legislativa. Recife, 6 de Março. 1845.

ALEPE: Arquivo – OR. Ofício do Bispo Diocesano da Freguesia de São José à Assembléia Legislativa da Província de Pernambuco. Recife, 15 mar. 1845.

ALEPE: Arquivo – OR. Ofício da Associação das Artes Mecânicas à Assembléia Legislativa da Província de Pernambuco. Recife, 10 mar. 1846.

ALEPE: Arquivo – OR 41. Ofício da Associação das Artes Mecânicas à Assembléia Legislativa da Província de Pernambuco. Recife, 10 de Maio de 1850.

ALEPE: Arquivo - 125 – P/Educação. Ofício da Associação dos Artistas Mecânicos e Liberais à Assembléia Legislativa de Pernambuco. Recife, 23 de Março de 1854.

ALEPE: Arquivo (Religião). Ofício do Procurador da Irmandade de S. José do Ribamar à Assembléia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1857.

Compromisso da Irmandade de São José do Ribamar - 1838. IAHGP – Estante A, Gaveta 15.

Compromisso da Irmandade de São José do Ribamar - 1872. APEJE: Assuntos Eclesiásticos – 07. pp. 652-674.

I. P. 1 - Instrução Pública. Ofício do Diretor da Instrução Pública aos professores particulares da província de Pernambuco. Recife, 1825 - 1838. Artigo: 17.

I. P. 20 – Instrução Pública. Ofício da Diretoria Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província de Pernambuco. Recife, 1867. p. 250f

Referências

Livro de Matrículas dos Sócios da SAMLP. UNICAP/Coleções Especiais. 1841: 04-165.

Livro de Matrículas nas Aulas de Primeiras Letras da SAMLP – Termo de abertura. UNICAP/Coleções Especiais. 1858: 04f

Ofício da Diretoria da SAMLP à Irmandade de S. José do Ribamar - UNICAP/Coleções Especiais. Recife, 25 abr. 1845.

P 01. – Presidência da Província. Autorização do Presidente da Província de Pernambuco à Diretoria de Obras Públicas. Recife, 10 maio. 1838 – p. 56

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). História da vida privada no Brasil: Império - a corte e a modernidade nacional. Vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. O feitor ausente: um estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822). Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação. Trad. Antônio Chizzotti; ed. crítica Maria do Carmo Guedes. 2 ed. ver. São Paulo: EDUC, 2000.

ASSIS, Virgínia Almoêdo de. Pretos e Brancos a serviço de uma ideologia da dominação: o caso das irmandades do Recife. Recife, 1988 (Dissertação de Mestrado) UFPE.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARROSO FILHO, Geraldo. Crescimento urbano, marginalidade e criminalidade: o caso do Recife (1880-1940). Recife, 1985. (Dissertação de Mestrado) UFPE.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes et al. Entrando na cultura

escrita: percursos individuais, familiares e sociais nos séculos XIX e XX. Belo Horizonte, 2002. (Projeto de Pesquisa).

BELLO, Ruy. Subsídios para a história da educação em Pernambuco. Recife: Secretaria da Educação e Cultura de Pernambuco, 1978.

BURKE, Peter (Org.). A Escrita da história: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. (Biblioteca Básica).

_____. Variedades de história cultural. Trad. Alda Porto. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. Trabalho livre no Brasil imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Revolução Praieira. Recife, 2005 (Dissertação de mestrado) UFPE.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da *Revolução*: lideranças populares na Insurreição Praieira. Recife, 1848-1849. In: Revista Brasileira de História. Vol. 23, nº 45. São Paulo: July, 2003. pp.01-33.

_____. *Liberdade*: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

_____. “Que crime é ser cismático?” As transgressões de um pastor negro no Recife Patriarcal, 1846. In: Estudos Afro-asiáticos: Rio de Janeiro, 2000, vol. 36.

_____. Os caminhos do rio: negros canoeiros no Recife na primeira metade do século XIX. In: Revista Afro-Ásia – Centro de Estudos Afro-Orientais, FFCH - UFBA. nº 19-20. Salvador, 1997. pp.75-93.

_____. O Quilombo de Malunginho: o rei das matas de Pernambuco. In: REIS, João José e GOMES, Flávio (Orgs.). *História do Quilombo no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. pp. 407- 432.

CASTRO, Hebe M. de. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Referências

CERTEAU, Michel De. A escrita da história. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

_____. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos

XIV e XVII. Trad. Mary Del Priore – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed., 1998.

CHIZZOTTI, Antônio. A Constituinte de 1823 e a educação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). A educação nas constituições brasileiras, 1823-1988. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. pp.31-54.

COSTA, Robson Pedrosa. Cotidiano e resistência nas últimas décadas da escravidão, Olinda, 1871-1888. Recife, 2007. (Mestrado em História) UFPE.

COUTY, Louis. A escravidão no Brasil. Trad. Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*. nº 14 Mai/Jun/Ago. Campinas: SP, 2000. pp 89-107.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil: mito, história, e etnicidade. São Paulo: Brasiliense. Editora Universidade de São Paulo, 1986.

DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa. Trad. Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEGLER. Carl N. Nem preto, nem branco: escravismo e

relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editorial do Labor. Brasil, 1976.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A Legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.) *Educação, Modernidade e Civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. pp. 89-125

_____. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 135-150

_____. Representações da escola e do alfabetismo no século XIX. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Orgs.). *Leituras, práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. pp. 143-164.

FONSECA, Celso Suckow da. História do ensino industrial no Brasil. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986a vol. 1.

_____. História do ensino industrial no Brasil. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986b, vol. 5.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos II: decadência do patrimônio rural e desenvolvimento do urbano. Dirigida por Octavio Tarquino de Souza. 2ª volume, 66ª edição. São Paulo – SP: José Olympio Editora, 1951.

FONSECA, Flavia de Castro Menezes Silva da. Estratégias da resistência escrava Recife, 1850-1870. Recife, 2000. (Mestrado em História) UFPE.

GAMA, Lopes. O carapuceiro: crônicas de costumes. MELLO, Evaldo Cabral de (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GENOVESE, Eugene Dominick. A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Brasília, 1988.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e

história. Trad. Frederico Carotti – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓMEZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. In: Revista Brasileira de História da Educação. Dossiê “*O público e o Privado na Educação Brasileira*”. Campinas, jan/jun, 2003, nº 5. pp. 93-124.

GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnica-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez (Org.) *Múltiplos Olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. pp. 85-91

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negro e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 325-346

GUERRA, Flávio. Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos. Recife: Ed. Intinerário, 1978.

HOBSBAWN, Eric J. Mundos do Trabalho. Trad. Waldea Barcelos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAMES, C. L. R. Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Editora Bomtempo, 2000.

JESUS, Alexandre Silva de. Identidades e Representações no Brasil Império: o caso do Divino Mestre (1846). Recife, 2003 (Mestrado em História) UFPE.

KARASCH, Mary C., A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1998 (Coleção Pernambucana, volume XVII).

LE GOFF, Jacques. A História Nova. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. Memória e História. 4 ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996.

LINS, João Batista e COELHO, Arnaldo Barbosa (Orgs). Templos Católicos do Recife. Recife: Edições Folha da Manhã, 1955.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da educação. Série: *O que você precisa saber sobre*. Rio de Janeiro: DPeA editora, 2001.

MAIA, Clarissa Nunes. Policiados: controle e disciplina das classes populares e na cidade do Recife, 1865-1915. Recife, 2001. (Doutorado em História) UFPE.

_____. Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888), Recife, 1995 (Mestrado em História) UFPE.

MARSON, Izabel Andrade. O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. A Rebelião Praieira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981 (Coleção Tudo é história n. 25).

_____. Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político. São Paulo: Editora Moderna, 1980 (Coleção Contemporânea).

MARTINS, Angela Maria Souza. Educação e história cultural: algumas reflexões teóricas. In: LOMBARDI, José Claudinei, CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos e MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Orgs.). *História, cultura e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. pp. 109-135.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Acces, 1994.

MATTOSO, Kátia M. de Queiros. Ser escravo no Brasil. Tradução James Amado. -. 3a ed. - São Paulo: Brasiliense, 1990.

McLAREN, Peter. Multiculturalismo Revolucionário:

Referências

pedagogia do dissenso para o novo milênio. Trad. Márcia Moraes e Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MENEZES, José Luiz Mota. A presença dos negros e pardos na arte pernambucana. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Nº 61, 2005. pp.305-338.

MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. Ensaio sobre a estatística civil e política da Província de Pernambuco. Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco. Recife – 2ª edição, 1979.

MOACYR, Primitivo. 1868-1942. A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil /1835-1888. São Paulo: Nacional, 1939.

MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Ática, 1988: (Série Fundamentos).

NABUCO DE ARAÚJO, José Thomaz. Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia. Recife, 1847; reedição: Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1997.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Anais Pernambucanos (1834-1850). Recife: Fundarpe - Diretoria de Assuntos Culturais, 1985. Vol. 10. (Coleção Pernambucana).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____ e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Dumera; Faperj, 2002.

ROCHE, Daniel. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de Leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. pp. 177-200

SCHMITT, Jean-Claude. A História dos Marginais. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. pp. 261-289

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. pp. 39-62 (Biblioteca Básica).

SILVA, Adriana M. P. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVII e primeira metade do século XIX*. Recife, 2006. (Doutorado em História) UFPE.

_____. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Editora Plano, 2002.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: CNPq, 1988.

SILVA, Wellington Barbosa da. *A cidade que escraviza, e a mesma que liberta...: estratégias de resistência escrava no Recife do século XIX, 1840-1850*. Recife, 1996. (Mestrado em História) UFPE.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e Nacionalismo*

Referências

no Pensamento Brasileiro. Trad.: Raul de Sá Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Posturas do Recife Imperial. Recife, 2002. (Doutorado em História) UFPE.

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1934 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). A educação nas constituintes brasileiras, 1823-1988. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. pp.55-68.

TOLLENARE, L. F. Notas Dominicais. Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Educação e Cultura - Departamento de Cultura. Recife, 1978.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In; NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 331-386.

WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. In: Revista Brasileira de História da Educação. Dossiê “*Negros e a Educação*”. Campinas, jul/dez, 2002, nº 4. pp. 103-122.

ZEMON-DAVIS, Natalie. Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: Trad. Maria Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Anexos

Compromisso da Irmandade de São José do Ribamar (1838)

Localização: IAHGP – Estante A, gaveta 15.

Compromisso ou regulamento da Irmandade do Patriarcha, o Senr S. José de Ribamar: anno de 1838.

Motivos que determinarão o presente compromisso

Tendo o fim último do homem manifestação da Glória divina, e um dos melhores meios a chegar-se a este mesmo fim a devoção, para com os santos, nós, os Mestres, e officiaes dos quatro officios, Carpinas, Pedreiros, Marcineiros e Tanoeiros, em onra, e louvôr do patriacha São José, nosso natural Padroeiro, queremos, para o nosso bom govêrno, e direção da Igreja tanto no interno, como no externo, que se tassa, e organize hum novo compromisso, em reforma ao actual, de modo que, addoptando novas maximas, fique em harmonia com a legislação moderna do Imperio, cuja constituição e leis administrativas, se achão em opposição com este mesmo compromisso, que pello presente temos derragado, em todas as suas disposições, e só mereça, esta nossa vontade a approvação da legislação provincial, (e a sanção do Em^o. Presidente da Província) por que assim temos deliberado em Meza Geral, pedimos e rogamos em nome

de nosso Santo Patriarcha, às Autoridades constituídas, que sobre nós e nossa Irmandade tem de velar, e administrar justiça, que fassão respeitar tudo, quanto neste compromisso se contiver, bem como as mesmas leis do Império, para com todos aqueles, á quem suas disposições obrigar, seja qual fôr sua pozição social, uma vêz q” todos nós officiaes mecânicos acima declarados os presete assinados, e mesmo os auzentes que forem nossos Irmaões, somos juramentados neste acordo, e unanimemente contentes, que assim seja aprovado.

Cap.1

Dos Irmãos em geral

A Irmandade de S. José, na sua Igreja na Freguezia de STº Antonio da Cid. Do Reciffe de Pernambuco, continua a sêr a reunião de todos os homens livres, carpinas, pedreiros, marceneiros e tanoeiros; e mesmo de qualquer pessoa livre de ambos os sexos, com tanto que não votem, e nem sejam votados para os cargos da Irmandade, por q” estes devem sêr excluzivamente ocupados por Irmãos dos queatro officios.

Cap.2

O pequeno numero antigamente de mestres e officiaes dos quatro officios, de que se compoem a Irmandade deu cauza, para que nossos antepassados admittissem o grande abuzo de se acceitarem escravos, como Irmãos, sem atenderem essa gente, não tendo ação própria, não podião cumprir as obrigações, a que estavam ligados como Irmãos, e nem gozar de suas regalias; portanto, sem se excluir escravo algum: assim como que não sirvão nenhum cargo na Irmandade esses continuão a ser Irmãos.

Cap.3

Os que se alistarem Irmãos, ou sejam dos quatro officios, que não, pagarão de suas entradas 4\$000, seja qual fôr o sexo, ou qualidade: exceptuão-se porem os menores de 14 annos, que pagarão 2\$000, e os maiores de secenta, q” pagarão 8\$000: e qualquer que se queirão remir, sendo no acto da entrada,

pagarão, por uma e outra coisa 8\$000; e sendo posterior a entrada, pagarão tão somente 4\$000, exceptuando-se os menores de 14 annos, e maiores de 60, que pagarão uns, e outros no acto da entrada 10\$000: se a remissão do menor 14 annos fôr posterior á sua entrada, mais de 80 annos, pagara 4\$000; e se for antes deste tempo, 6\$000; mas a remissão do maior de 60 annos posterior á entrada, em qualquer tempo será 2\$000.

Cap. 4

Os Irmãos, que se alistarem, e os que já se achão alistados, pagarão annualmente para as despezas da Irmandade 320 r^s, sem excepção de pessoa alguma; e que por omissão sua deixar de pagar treis annos, e dahi p^a cima, serão obrigados executivamente: o que com tudo senão entende com que tiver caído em desgraça; por que esse deve ser socorrido p/ a Irmandade com hua esmola mensal, qui fôr arbitrada em Meza o requerimento do Irmão Miseravel: avendo attenção ao ... relativamente aos servissos, que tiver prestado à irmandade.

Cap.5

Dos Empregados da Meza

Para a boa direção da Irmandade, averá hua mesa composta de hum juiz, um escrivão, hum thezoreiro, e hum Procurador Geral, que será também do Patrimônio, quatro procuradores parciaes, hum zelador, e doze Definidores: e para todo estes Empregos deverá annualmente uma eleição, que se effectuará primeira dominga do Mez de março, ou cazo haja algum empedimento, na que se seguir, se por ventura não ouver antes algum dia santo; porque nesta caza deverá ser feita logo no dia santo.

Cap. 6

Nenhum dos Empregos da Irmandade a excepção dos Mezarios e Produradores parciaes, e Zeladores, pode ser ocupado pôr hum mesmo indivíduo dois annos sucessivos: p/ o quanto, sendo a Irmandade composta por Mestres e Officiaes

dos quatro officios já referidos; e devendo-se conservar uma ordem tal, que não aparessa dezigualdade, em cada um anno servirá um dos indivíduos de cada officio: os Empregos de juiz, Escrivão, Thezoureiro, e Procurador Geral: por exemplo no primeiro anno o juiz será hum carpina, Escrivão hum padaria, thezoureiro hum marceneiro, procurador geral hum tanoeiro; no segundo anno, o juiz será hum marceneiro, Escrivão hum marceneiro, thezoureiro hum tanoeiro, e o procurador geral hum carpina. No terceiro anno o juiz será hum marceneiro, Escrivão hum tanoeiro, thezoureiro hum carpina e procurador geral hum pedreiro; no quarto anno o juiz será hum tanoeiro, o escrivão hum carpina, o thezoureiro hum pedreiro , o procurador geral hum marceneiro e assim por diante.

Nesta ordem procederá acerca dos definidores, que serão treis de cada officio; assim como a respeito dos procuradores parciaes, com a differença porem, que para hum, e outro emprego, num mesmo individuo podi ser reeleito tantas vezes, quantas merecer os sufrágios dos eleitores. O zelador também pode ser reeleito.

Cap.7

No dia assimia aprovado, segundo acontecer, reunir-se-ão todos os irmãos que tem voto para o que será hum sinal p^r dobre do sino grande, na véspera das 8 óras da noite, e as 10 óras do referido dia depois de terem ouvido a missa do Espírito Santo, revestidos de sua insignias subirão ao consistorio, onde á portas abertas, tomando acento todos sem excepção sob a presidência do juiz, se principiará o acto.porem os irmãos mezarios terão lugar distintos de hum e outro lado do juiz, junto a huma mesa, cada um segundo a sua dignidade, cuja ordem se acha estabelecida no capítulo 6.

Neste acto deve assinar irremissivelmente o R^{do} Padre Capelão da Irmandade, ou qualquer que (terá acento, o que) suas vezes fizer.

Logo o Juiz nomeara dois executadores de entre os Mezarios, que se encarregarão, hum delês os votos, e outro de escrever

os mesmos sobre a meza deve estar colocada huã urna, onde o juiz depositará os votos, logo o que os for recebendo, Os irmãos presentes, seja qual for o seu numero, tanto mezarios, como não, cada hum dará huma sedula assinada de seo punho, ou de outro arrego em que se contenha hum nome de individuo que deve servir no anno seguinte o empregado de juiz, este individuo deve ter a condição seguintes: 1º como todos os mais empregados que seja brasileiro, 2º Que seja reconhecido por mestre examinado no seo officio; 3º que já tenha servido algum dos cargos de Escrivão, thezoureiro, ou Procurador geral. O juiz explicará os capítulos 6º e 7º deste compromisso. ao Irmão que os ignorar: de modo que se alguma sedula se achar errada, o Irmão a quem ella pertenser tornará a votar, segundo a explicação, que lhe der sobre os referidos capítulos.

Cap.8

Apurados os votos, que se debatem na urna, que deverão ser contados na presença de todos os indivíduos, sobre que recair a maioria velativa, será declarado Juiz. Em segundo se votará no Escrivão, que seguindo-se a mesma ordem, acerca do juiz, somente tem a differença, qui o individuo votado deve ter a condição: 1º de ser Mestre examinado; 2º q” já tenha servido algum dos Empregos, exclusive o de Zelador. Logo que se apurarem os voctos do Escrivão, e o Juiz declarar quem elle seja, seguirá imediatamente a votação do Thezoureiro, que será em tudo, como a de Escrivão, e o mesmo se praticará para a eleição do Procurador Geral, cuja condição individual he a mesma, que a respeito do Escrivão, e Thezoureiro.

Cap.9

Finda a votação do Juiz, do Escrivão, do Thezoureiro, e do Procurador Geral, os Escrutadores reduzirão todo este acto á hum termo no livro, que deve se ter para as eleições exclusivamente no qual serão escriptos os nomes de todos os votados, cada hum com a declaração de quantos votos obtiverão, seja qual for seu número, e para que Emprego. Isto feito assinarão, o juiz, o R^{do} Capelão, os Escrutadores e os Empregados, da meza, que se acharem presentes.

Imediatamente o juiz mandará huma participação, ou carta á cada hum dos indivíduos mais votados, ou aquém a sorte designar, caso aja empate, para cada hum dos quatro Empregos; e isto se fara acerca daquelles, que não estiverem presentes, p^r q^o se estiverem, serão logo chamados, e declarados taes pello juiz: e por ventura algum dos eleitos p^a. os referidos empregos, se negarem a acceitação do seu emprego; logo que isto conste a Irmandade será, será multado por este facto em 12\$000^{rs} para o adjuntorio da Festa do Santo Patriarcha, no anno em que deveria servir o regeitante: salvo algum empedimento, tal que não possa absolutamente servir: a cobrança desta multa, sendo que o individuo mutado não pague dentro de treis (ou treze) mezes, a contar-se dôo dia da eleição, se effectuará executivamente. O mais votado, que se seguir ao que regeitar, ocupará o seo lugar, e cazo taõ bem não aceite, se praticará o mesmo, que a respeito do seo antecessôr; e assim por diante, athe que hum dos mais votados, que se for seguindo, aceite. A regra assim estabelecida se entende, para qualquer dos Empregos: e do mesmo modo quando por qualquer impedimento algum dos quatro indivíduos fô, ou estiver empedido: com a diferença, que quando seçar o impedimento tornará para o seo lugar; mas este impedimento deve ser justificado perante a Meza, de cuja aprovação depende.

Cap.10

Logo que em conseqüência do aviso compareção os eleitos, o juiz que servir, e justamente os mais Empregados da Mesa darão posse aos mesmos, do que se tornará hum termo no livro de posse. Estes indivíduos tomando os acentos, em que se achavão os seus antecessores, prestarão hum juramento no livro dos S^{tos} Evangelios, que o R^{do} Capelão lhes apresentar, de bem servirem os seos empregos. Os servos da Igreja anunciarão pôr arripiques essa posse. O R^{do} Capelão fará huma dissertação analogo acto. Todos os Irmãos deverão acompanhar o novo Juiz, e os demais Empregados á capella Mor do Santos Patriarcha, para lhe renderem as graças p^{lo} acerto de sua eleição; a Igreja estará decentemente ornada e

caso possa a Mesa, fará celebrar um (...) uma jaculatoria com musica.

Cap. II

Como os quatro Empregos principais, sejam ocupados cada hum, por hum individuo dos quatro officios, de que se compõem a Irmandade, e sendo estes indivíduos nomeados para os quatro Empregos os responsáveis, do bom governo da Irmandade da Igreja, tanto a respeito da festividade do santo, como da prosperidade dos Irmãos. Cada hum desses Empregados em seos officios, deve nomear quatro indivíduos, que sejam mestres examinados: a saber hum para procurador parcial e treis para definidores, contanto, que nesta nomeação entre sempre aquelles, q' no anno antecessente, sérvio hum dos quatro Empregos principais, caso não sejam eleitos para algum dos referidos Empregos, porque não he admissível, q' hum mesmo individuo ocupe dois Empregos nesta Irmandade; Esta nomeação será effectivada logo no acto da posse do juiz, e mais Escrivão, thesoureiro, e Procurador Geral; cujos nomes serão inceridos em hum termo proprio, que será escrito plo. novo Escrivão, no livro das Eleiçoens, em que se assignarao o juiz eleito, Escrivão, o Thesoureiro, e o Procurador Geral. Destes indivíduos, os que estiverem presentes, tomarão logo posse prestando hum juramento de (...) servir pello mesmo modo que a Juis, Escrivão, Thesoureiro e Procurador geral; e os que não estiverem ahi serão chamados pôr carta do juiz, para no 1º dia da mesa tomar a posse, e prestar o juramento; casoalguns destes indivíduos não queirão aceitar o Emprego, para que forão nomeados, serão multados em 8\$000, para a Festa do Santo Patriarcha, e o mesmo se praticará, com o que em segundo lugar fôr nomeado e não aceitar, até que finalmente se preencha o lugar vago; a cobrança desta multa será feita do mesmo modo, que a do Juis, e dos mais Empregados que não aceitarem, O zelador será da eleição excluziva do juiz; e hum sacristão de votos, cujo ordenado, e conjuntamente o do zeladora , ficará ao arbítrio da mesma Mesa a pluralidade dos votos.

Cap.12

O Juis pagará por seo juisado 18\$000; o Escrivão, o Thezoureiro, e o Procurador Geral 8\$000; os parciais, e Mezarios 6\$000; o que não pagar a sua cota dentro do anno, com que tiver servido o Emprego, que aceitar, será obrigado executivamente pela Mesa que suceder, ou outra qualquer.

Cap.13

Na 1ª Dominga depois do dia da Festa do Santo Patriarcha, ambas as Mesas se reunirão, para que se effectue a entrega dos Bens, moveis imoveis da Irmandade; dando o thesoureiro que acabar hua conta corrente á Mesa nova, sobre a receita, e dispesa de seo anno, cuja conta será aprovada por maioria dos Mesarios presentes da Mesa nova, e assim tão bem o procurador geral dará por escripto hua idea clara dos negocios da Irmandade, suas dividas ativas e passivas, e o estado material de suas propriedades. Caso não compareção algum dos quatro Membros principais da Mesa [...], de modo que se não possa effectuar a referida entrega alem de ser multado em 10\$000^{rs} para o santo a Mesa nova se dará pôr entregue de tudo da Irmandade, quanto a Mesa transata possuía entre seus membros, ficando por esse facto obrigada a referida Mesa a sua restituição executivamente disto se fará termo e sendo falte qualquer coisa da Irmandade por omissão, destruição, e decipação de alguém, este pagará de seus bens do mesmo modo; e para cujo comprimento, logo que uqualquer individuo tome posse de algum cargo desta Irmandade, seos bens se entedêrão tacitamente ypotecados.

Cap. 14

Todas as primeiras domingos do Mez se reunirão os Membros da Mesa sob pena de serem multados em 2\$000 os que faltarem, sem causa justa, para deliberarem sobre os negocios da Irmandade, cujas decisoeñs serão sempre vencidas á pluralidade de votos; e no caso de impate, vencerá a opinião em que tiver votado o juiz; que também tem voto em todas materias, e sempre votará primeiro; todas as votações da

Irmandade serão feitas por escrutínio decreto, isto he cada hum votante dará o seo voto em huma pequena sedula, (...) que lançando-se em huma urna se hirão apurando. O Escrivão e Thesoureiro serão sempre os Escrutadores. Caso se não possa absolutamente reunirem no dia indicado, na outra dominga seguinte, em que se não fês Meza, se reunirão: e neste caso não averá multa: certo de que não passará hum Mes que se não faça a reunião dos Mesarios, para diliberarem; como devem sobre os negocios da Irmandade, de cujo governo depende o bem estar da mesma.

Cap. 15

Como para ocupar os principais cargos dessa Irmandade se exige a condição de q' candidato seja examinado no seo officio respectivo: e sendo certo, que desde a abolição das corporações de officios, seos juises, e Escreviães, muitos dos officiaes, alias, peritos, dos quatro officio, de que se compoem esta nossa Irmandade, abusando desta circumstancia do Exame, que sem duvida sua dependencia excita ao maior aperfeiçoamento possível, se não profissão a Exame o juis, o Escrivão, o Thesoureiro, e o Procurador Geral, todos juntos são autorisados a darem um titulo de aprovação, e exame a todos os mestres dos quatro officios, q' não sendo examinados, servirão nesta Irmandade algum de seos Empregos; excluindo o de Zelador: e p] se obter este titulo, o individuo que estiver no caso de o pretender, fará hum requerimento a Mesa, em q' comprove: que elle he mestre, e que como tal, he gerarmente reconhecido já por obras que tenha feito de seo plano, já por tenda aberta: e que mais já sérvio algum cargo na Irmandadee. Se for vencido a favor do que requer por maioria dos membros presentes da mesa, se mandará pòr despacho do juis no mesmo requerimento, que depositando o pretendente em mão do tesoureiro da Irmandade 10\$000 para o santo Patriarcha, receberá o título de Examinado.

Cap. 16

Outro tanto não praticará a respeito dos que não tiverem em

seo favor as condições do capítulo acima; por que consistindo o Exame no conhecimento, de que o individuo examinado está no caso de ser reconhecido perito no seo officio, o que se verifica a cerca dos Mestres de que falla o cap. Acima, sem a pratica deste exame, e sua aprovação, simples ou plena, nos poderão obter o titulo de Examinados. Neste caos se praticará o Exame do modo seguinte: o Official de qualquer dos quatro officios que (...) tal fôr reconhecido pelos mestres, se quizer examinar-se pode dirigir-se pessoalmente ao juis desta Irmandade, e pedir-lhe verbalmente, que lhe marque o dia, e lugar, em que se deverá effectivar o seo exame; determinado p^{lo} juis o dia, e lugar, que commumente será no consistorio da Igreja. Comparecerá o Examinado, para ser interrogado, por tres mestres serão nomiado pela Mesa inclusivel hum dos quatro Empregados principaes, que será sempre o prizidente do Acto. Feito o Exame, isto he, os interrogatorios, sairão para fora das sallas, o Examinando, e todos os acistentes, ficando unicamente s examinadores, que voltará , cada hum com huma sedula, em que approve, ou reprove, achando-se na urna todas as sedulas com aprovação será declarado, que o Examinado foi aprovado plenamente, se somente duas das sedulas se acharem com aprovação, sera a declaração, de q' fora aprovado simplesmente tudo qto a contiver do contrário disto, se fará a declaração do que fora reprovado. Qualquer que for a decisão, será escripta pello presidente do Acto, e hua copia deste mesmo termo, que escrever-se-á no livro, servirá de titulo ao individuo Examinado p^{lo} qual dará para o Santo Patriarcha 10\$000.

Cap. 17

Para que nossos Irmãos sejam perfeitos, cada hum em o seu officio, e não tenham de sofre as mizerias que acarreta a relaxação em todas as classes nem um official de qualquer dos quatro officio, pode se estabelecer da data desta em diante, Mestre de idifício ou tenda sem que não seja Examinado, e o que o contrario fizer será multado em 16 para o Santo Patriarca, e isto tantas vezes quantas forem as reincidências, que cometer o mesmo individuo acerca do mesmo idifício ou tenda.

Cap.18

Sendo evidente que sem o Emprego dos meios não poderíamos obter os fins desejados: (Mestres tomarão seos aprendizes de baixo das seguinte regras: hum papel (...) entre o Mestre, e a pessoa, que sendo autorizada, possa contratar acerca do Aprendiz; se marcará neste mesmo papel hum ttempo certo em que o Mestre deverá incinar o officio ao Aprendiz; enquanto o Aprendiz estiver de baixo da sujeição de seo Mestre nem hum outro Mestre o poderá aceitar, par acontinuar a incinallo: menos que o pay, ou quem governar o Aprendiz primeiro não mestre, que o mostre que o incinava, por algum se acha empedido de continuar no seo officio: segundo que o Mestre o castigou excessivamente: O Mestre, que não observar este plano, a cerca de não aceitarem discípulos de outros Mestres, serão multados em 16\$000^{rs}, e na reincidencia em 32\$000^{rs} para o Santo.

Cap.19

Da recepção do Aprendiz, os Mestres darão [...] partes a Irmandade, para os assentar de Irmãos, logo que o Aprendiz tiver um anno de officio, cuja entrada deve ser paga pelo mesmo Mestre, e cazo nesta participação os Mestres forem omissos, se lhes imporá a multa de 2\$000^{rs}.

Cap.20

Com grande desdouro das classes dos carpinas e pedreiros em prejuizo dos que mandão fazer edificio tem se visto certos officiaes principiantes, individamente tomarem emprego de grandes obras, que não podendo dar satisfação de seos empenhos, ou as deixão em inicio, ou se as acabão, são imperfeitas; portanto da publicação desta nosso compromisso em diante, somente poderá tomar obras, os mestres examinados, e os que pagarão de multa 16\$000^{rs}, e visto tantas veses quantas forem as reincidencias.

Cap.21

Da Eleição dos Devotos do nosso Santo Patriarcha a Meza

Eleita, no dia, em que for empossados, ou em outros qualquer, contanto que seja anterior ao Dia da Festa do Santo, nomeará algumas pessoas devotas de nosso Santo, que concessão com suas esmolas para a celebração de sua Festa: a saber hum juiz, hua juíza, hum escrivão, hua escrivã, e alguns mordomos, e mordomas. As jóias de cada hum destes ficão a arbítrio dos mesmos: esta será publicada no púlpito, pelo orador, antes [...], e caso por algum incidente não aja sermão, contendo hum irmão nomeado Pe^{lo} Juis a publicará no mesmo lugar. A participação desta Eleição a seos membros, será feita, por cartas assignadas pelo Juis, o Escrivão da Irmandade. Todos os membros desta Eleição, no anno que servirem, gozarão dos predicados de Irmão, cm as rerstrições deste comprmisso. Seos nomes serão lançados no anno, sem que servirem, em hum quadro, que será exposto em lugar conviniente, e publico, para que todos vejão quaes devotos, que devem fazer a Festa do nosso Santo Patriarcha.

Cap. 22

Da Festa do Santo

A festa do Santo Patriarcha será feita no seo dia proprio 19 de março, ou por algum inconveniente em outro dia, que se diliberar em Meza, com a pompa e maguinificancia possível. A mesa determinará em tempo os detalhes da Festa; contanto que aja tempo suficiente, para se recolherem as joias, não só de todos os Membros da Meza, mas dos juizes, Escrivão, e mais Mordomos, que servirem por devoção : e mesmo algumas esmolas dos devotos particulares: porquanto somente com esta importancia acima declarada se fará a festa, inclusive algumas multa determinadas para este fim.

Cap.23

Das Atribuições dos Membros da Mesa

O juis logo que tomar posse, segundo se acha determinado neste compromisso, entrará no gôzo de suas attribuições, que são, alem de outras já estabelecidas, as seguintes: convocar Meza ordinaria, e extraordinariamente, assim, como Meza

Geral, quando o exigir o bem da Irmandade; deregir os trabalhos da Meza, consedendo, ou negando a palavra a fim de manter-se a ordem; velar no aceio da Igreja, em relação ao Thezoureiro, e sacristão assinar as contas dos que as devem, quando essas forem aprovadas; tirar um Mez de esmola de bolço; e, finalmente ter em seo poder uma das chaves do Cofre da Irmandade, q'serão quatro.

Cap.24

Ao escrivão, alem das mais attribuições, que lhe são conferidas neste compromisso, lhe compete fazer toda a escripturação da Irmandade, para o que pode ter em sua casa alguns dos livros, e esta com a aprovação da Mesa, por quanto os livros da Irmandade devem estar archivados no concistorio da Igreja: alem disto o Escrivão suprirá a falta do juis, somente quando esta falta for momentanea; e isto mesmo só terá lugar de juiz em algum acto religioso dentro ou fora da igreja; porque o substituto do juiz e o que nas eleições obteve a maioria abaixo do que a de ser substituído, segundo se acha determinados no Cap. 9º também me compete tirar um mez de esmola de bolça; assim como terá sua guarda uma das chaves do cofre.

Cap.25

Compette ao Tesoureiro: 1º receber dos procuradores todo o dinheiro da Irmandade, que estes tenham por qualquer titulo arrecadado, fazendo – o recolher ao cofre nos dias de Meza ordinaria ou extraordinaria; 2º fazer toda a despesa, que lhe forem ordenadas por escrito pela Meza, dando contas documentadas a mesma, para serem aprovadas; 3º vigiar na conduta do Sacristão sobre o asseio as Igreja; 4º ter todo o cuidado nos sufragios dos Irmãos para cujo fim tem a sua desposição o dinheiro da Irmandade; 5º finalmente ter em seo poder huma das chaves do cofre.

Cap.26

Ao procurador Geral compete: 1º Indagar as faltas dos outros Empregados da Meza e mais Irmãos, para fazer participantes

a Mesa; 2º proceder judicialmente contra os Irmãos, e quaesquer outras pessoas, que deixarem a Irmandade, e não queirão pagar; 3º arrecadas os alugueis; e foros das propriedades, que forem do Patrimonio da Irmandade; 4º Ter em seo poder huma das chaves do cofre.

Cap.27

Os procuradores parciais terão a seo cargo a arrecadação de todo o dinheiro pertencente a Irmandade para entregarem ao Thesoureiro: fazer avisar os Irmãos, para que estes compareção nos actos solennes da Irmandade: e finalmente tirar cada hum hum mes de esmola de Bolça.

Cap.28

Os Mezarios ou Defenidores alem das atribuicoens, de que gozão tiverão cada hum, hum mês de esmola: o Zelador porem deve: 1º apparecer todos os dias na Igreja, e casa do Escrivão para saber dos Proventos da Irmandade; 2º ajudar ao sacristão nos preparos, e arranjos, tanto funebres, como festivos; 3º executar as ordens da Mesa, naquelle de que for encarregado por escrito, tendente a Irmandade.

Cap.29

A Irmandade terá irremissivelmente hum Reverendo Capelão: que se obrigue a celebrar Missa todos os dias Santos e Domingos: A acompanhar a Irmandade em todos os seos atos fúnebres, e futivos, dentro, ou fora da Igreja. O ajuste com o Reverendo Capelão será feito em Mesa, do qual se lavrará hum termo, em que se assignará o Juis, com o mesmo reverendo Capellão.

Cap.30

O Sacristão será sempre hum Irmão, cujas obrigações lhes serão marcadas pela Meza, cuja inspeção fica ao cargo do Thezoureiro.

Cap.31

Dos [...] Sufragios, e Incignias da Irmandade

No oitavo dia depois da Festa do Santo Patriarcha celebrar-se-á um officio solene em grande pompa, com sermão, e muzica em comemoração de todos os Irmãos mortos; e para este fim empregará todo [...] a Mesa q' acabar. O Irmão q' fallecer além dos obzequios de seo enterro, cuja sepultura lhe devem dar seos Irmãos na Igreja para onde o irão buscar de Crus alçada, se lhe mandará dizer oito missas, pela sua alma, e se o Irmão morto já tiver ocupado algum dos quatro Empregos principaes, se lhe mandará dizer dezaceis missas, e sua sepultura lhe será dada das grades para cima; e mesmo na Capella Mor, se além do emprego for reputado bem feitor da Irmandade cujas acções devem ser famosas. As Incignias são as mesmas, de q' até o presente a Irmandade se tem servido, cuja alteração, não sendo objecto excencial, a mesma o pode fazer.

Termo

Aos tantos de tal mes, e anno nesta Freguesia de Santo Antonio da Cidade do Recife, estamos reunidos em Mesa os Membros Empregados no Governo da Irmandade, em o Consistorio da Igreja do Santos Patriarcha, forão convocados os mais Irmãos, de q~ se compõem a dita Irmandade, para que se fisesse este termo, para se lançar no compromisso novo, que instituimos, para o nosso governo, por consecção de todos os Irmãos da Irm^{de} em consequencia dos motivos demonstrados no mesmo compromisso, que é da Irmandade do S^r São José dos Mestres, e Officiaes dos quatro officios de Carpina, Pedreiro, Marcineiro, e tanoeiro desta cidade do Recife de Pernambuco, pois q~ nos os presentes, vindouros, e ausentes nos sujeitamos as regras, e penas impostas em todos os capítulos, q~ nesse compromisso se achão declarado. Faz-se este termo, em que todos da Meza, e mais Irmãos, nos assinamos tudo p^a maior honra, e gloria de Deos, e do nosso Santo Patriarcha.

Eu Irmão Escrivão, o Subescrevi.

Palavra chave: Livro de Registro

R.f ou título: Livro de Matriculas dos sócios da S.A.M.L.P.
(1841)

Localização: UNICAP: BC/Processos técnicos. Pág. 19

Tem este livro noventa e cinco folhas inclusive esta e a do termo de abertura numeradas e rubricadas com rubricas S^{ta} Clara de que uso. Sala de Administração da Sociedade das Artes Mecanicas desta cidade. 30 de outubro de 1841.

Izidio de S^{ta} Clara

Director

Anexos

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Antonio Baptista Clemente	58	Pardo	Casado	Pernambucano	Carpina
2	Amaro Pereira da Cruz	40	Pardo	Casado	Pernambucano	Pedreiro
3	Antonio Pereira do Monte	30	Pardo	Casado	Pernambucano	Pedreiro
4	Antonio Francisco de Santa Anna	35	Pardo	Casado	Pernambucano	Pedreiro
5	Alexandre José de Barros	34	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Carpina
6	Antonio Francisco Paes	42	Pardo	Casado	Pernambucano	Pedreiro
7	Agostinho João Alves	27	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
8	Alexandre Francisco de Santa Anna	30	Preto	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
9	Amaro José Gomes	27	Pardo	Casado	Pernambucano	Serralheiro
10	Antonio Pedro Ramos	30	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Funileiro
11	Antonio Francisco D'Araujo	37	Pardo	Casado	Pernambucano	Pedreiro
12	Antonio Joaquim da Trindade	29	Preto	-	Pernambucano	Carpina
13	Andre Joaquim de Santa Anna	28	Pardo	Casado	Pernambucano	Pedreiro
14	Antonio Joaquim de Lima	17	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Entalhador

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	R. da Roda	S. Antonio	1º de outubro	1841		Falecido em janeiro de 1850
2	R. Da	B. Vista	1º de outubro	1841		Falecido
3	R. da Concórdia	S. Antonio	1º de outubro	1842		Não é mais socio
4	R. da Assumpção	S. José	1º de outubro	1842		-
5	R. das Trinxeiras	S. Antonio	1º de outubro	1842		Falecido
6	R. Imperial	S. José	1º de outubro	1843		-
7	R. de S. José	S. José	21 de julho	1844		Falleceu a 15 de jullio de 1848
8	R. de S. Rita	S. José	1º de outubro	1842		Esta fora
9	R. Imperial	S. José	11 de agosto	1844		Não é mais socio
10	Aterro da B. Vista	B. Vista	29 de junho	1846		O mesmo
11	R. de S.N. Jezus	S. Antonio	15 de agosto	1849		Entrada gratis

Cont.

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
12	R. Capunga	B. Vista	15 de agosto	1849	-	-
13	R. das Trinxeiras	S. Antonio	15 de agosto	1849	-	-
14	R. da Roda	S. Antonio	2 de novembro	1852	-	-

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
15	Antonio Basilio Ferreira Barros	17	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Entalhador
16	Andre Curcino Pereira	19	Branco	Solteiro	Pernambucano	Marceneiro
17	Amaro José do Amaral	19	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Carpinteiro
18	Antonio Ignácio Borges	14	Branco	Solteiro	Pernambucano	Seleiro
19	Antonio Firmino da Silbveira	42	Crioulo	Casado	Pernambucano	Pintor
20	Antonio Bernardino de Lima	23	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Carpina
21	Antonio José Gonçalves	37	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
22	Antonio Francisco Bonfim	38	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Marceneiro
23	Antonioluduzero Maciel Monteiro	34	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
24	Antonio Torres Bandeira	-	-	-	-	-

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
15	R. da Assumpção	S. Antonio	1º de agosto	1852	-	-
16	R. do Carmo	S. Antonio	25 de junho	1854	-	-
17	R. dos Guarapes	S. Antonio	4 de março	1855	-	-
18	R. da Esperança	B. Vista	1º de outubro	1857	-	-
19	Trav. de S. Pedro	S. Antonio	30 de novembro	1858	-	-
20	R. de S. Rita	S. Antonio	25 de novembro	1850	-	-
21	Bonfim	Olinda	26 de novembro	1850	-	Reside na R. Velha
22	R.do Padre	S. Antonio	21 de setembro	1859	-	-
23	R. do Rangel	-	30 de setembro	1858	-	-

Pág. 12-13

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Bernardo Henriques	56	Preto	Cazado	Pernambucano	Carpina
2	Bernardino de Sena	16	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Marcineiro
3	Basílio José da Ora	-	Pardo	Solteiro	Parahibano	Pedreiro
4	Bartholomeo Guedes de Melo	37	Branco	Cazado	Paraíba do Norte	Funileiro
5	Bento José da Silva Nery	19	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Alfaiate
6	Bibiano José Regis	30	Pardo	Cazado	Pernambucano	Tanoeiro

Pág. 12-13

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	R. da Agua	Recife	1º de outubro	1841	5\$000	-
2	R. D'aguas Verdes	S. Antonio	4 de fevereiro	1844	8\$000	Não é mais sócio
3	R. dos Pescadores	S. José	3 de agosto	1851	8\$000	Está fora
4	R. do Manoel	S. Antonio	16 de novembro	1854	5\$000	Deixou de ser sócio
5	R. de S. Rita	S. José	18 de agosto	1854	-	Gratuita
6	Caldereiro	Santa ...	19 de outubro	1859	5\$000	-

Pág. 20-21

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Crispim dos Santos Ferreira	41	Preto	Cazado	Pernambucano	Pedreiro
2	Cosme Damião Ferreira	37	Preto	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
3	Candido Francisco Gomes	31	Preto	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
4	Caetano José da Costa	-	-	-	-	-
5	Clemerio Rufino A. de Santána	26	Pardo	Solteiro	Idem	Torneiro

Pág. 20-21

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	Capunga	B.vista	1º de outubro	1841	5\$000	-
2	R. da Palma	S. Antonio	1 de fevereiro	1843	8\$000	-
3	R. da Viraças	S. Antonio	31 de agosto	1849	8\$000	-
4	-	-	-	-	-	-
5	R. do Manoel	S. Antonio	26 de novembro	1859	5\$000	-

Pág. 28-29

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Domingos Carlos D'araujo	50	Pardo	Cazado	Pernambucano	Carpina
2	Domingos de Sá Peixoto	26	Preto	Cazado	Pernambucano	Carpina

Pág. 28-29

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	R. da Palma	S. Antonio	22 de julho	1842	8\$000	Faleceo em 1845
2	Trav. do Mang°	B.vista	1º de outubro	1843	8\$000	Faleceo em 1853

Pág. 36-37

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Elheuterio Pereira Da Silva	32	Pardo	Cazado	Pernambucano	Carpina
2	Elleotério Da Costa Vanderley	26	Branco	Viuvo	Pernambucano	Pedreiro

Pág. 36-37

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	R. da Roda	S. Antonio	1º de outubro	1841	5\$000	Faleceo em dezembro de 1841
2	R. da Roda	S. Antonio	14 de novembro	1858	5\$000	Não é mais socio

Pág. 42-43

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Francisco Martins dos Ajnos Paula	42	Pardo	Cazado	Pernambucano	Carpina
2	Francisco da Cunha Praseres	51	Pardo	Cazado	Pernambucano	Carpina
3	Faustino Ribeiro	44	Pardo	Cazado	Pernambucano	Pedreiro
4	Francisco José Gomes de Santa Prosa	34	Pardo	Cazado	Pernambucano	Pedreiro
5	Francisco Xavier de Lima	48	Preto	Cazado	Pernambucano	Pedreiro
6	Francisco Xavier Soares	41	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
7	Filipe Ribeiro Lima	18	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
8	Francisco Antonio de Oliveira	20	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
9	Francisco Antonio D'Oliveira	28	Branco	Cazado	Pernambucano	Marcineiro
10	Francisco Manoel Beranger	31	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pintor
11	Francisco Dornelas Mundari	20	Pardo	Cazado	Pernambucano	Pedreiro
12	Feliciano Alves dos Santos	-	Pardo	Cazado	Pernambucano	Carpina
13	Feliz Gomes Coimbra	25	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Marcineiro
14	Francisco Pereira Bastos	26	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Carpina

Pág. 42-43

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	R. Camba do Carmo	S. Antonio	1º de outubro	1841	5\$000	Falleceo a 16 de maio de 1845
2	Pocinho	S. Antonio	1º de outubro	1841	5\$000	Falleceo
3	R. do S. B. Jezus	S. Antonio	1º de outubro	1842	8\$000	Falleceo
4	R. da Glória	B. Vista	19 de maio	1844	8\$000	-
5	Capunga	B. Vista	1º de outubro	1841	5\$000	-
6	R. D'Assumpção	S. José	31 de agosto	1849	8\$000	-
7	R. do S. B. Jesus	S. Antonio	15 de agosto	1849	8\$000	Não é sócio
8	R. D'Assumpção	S. José	31 de agosto	1849	8\$000	Falleceo
9	R. Direita	S. José	31 de agosto	1849	8\$000	Falleceo
10	R. D'águas Verdes	S.josé	16 De Novembro	1851	5\$000	-

Cont.

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
11	R. Dos Assoguim	S.josé	29 De Janeiro	1852	5\$000	-
12	R. Do Veras	B. Vista	-	1821	8\$000	-
13	R. Do Pires	B. Vista	30 De Setembro	1852	5\$000	Não É Sócio
14	R. Dos Pescadores	S.josé	1º De Abril	1853	5\$000	-

Pág. 42-43

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
15	Felipe de S. Tiago Bernabé de Moraes	14	Preto	Solteiro	Pernambucano	-
16	Felix José de Souza	26	Pardo	Cazado	Pernambucano	Marcineiro
17	Firmino José Alexandre	30	Pardo	Cazado	Pernambucano	Marcineiro
18	Francisco Valerio dos Santos	22	Pardo	Cazado	Pernambucano	Pedreiro
19	Francisco José de Prazeres	16	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
20	Francisco Pereira Alvarenga	23	Branco	Solteiro	Pernambucano	Marcineiro
21	Francisco Joaquim Linizino de Paula	23	Branco	Solteiro	Pernambucano	Carpina
22	Francisco Solano da Silva Brandão	13	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Marcineiro
23	José Luis do Paraíso	44	Cor preta	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
24	Fellis de Vellos Correia	2	-	-	Pernambucano	-
25	Francisco Alves da Costa	25	Pardo	Cazado	Pernambucano	Marcineiro
26	Feliz José do Sacramento Barros	-	Pardo	Viuvo	Pernambucano	Alfaiate

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
15	R. Direita	S. José	7 de agosto	1853	10\$000	Onorário – faleceu
16	Rua de S. Rita	S. José	28 de maio	1854	5\$000	Faleceu em 5 janeiro de 1873
17	R. do Rosario	B. Vista	25 de junho	1854	5\$000	Não pagou a entrada 'iliminado'
18	Trav dos Martyrios	S. José	10 de maio	1855	5\$000	-
19	Assoguinho	S. José	6 de julho	1855	5\$000	-
20	Trav. de S. José	S. José	30 de setembro	1855	5\$000	-

Cont.

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
21	R. do Dique	S. José	17 de junho	1855	5\$000	Iluminado
22	R. Do Carmo		18 De Fevereiro	1858	5\$000	-
23	R. Dos Martyrios	S. José	26 De Julho	1855	5\$000	-
24	S. Amaro	S. Antonio	-	-	-	-
25	-	-	25 De Setembro	1821	10\$000	-
26	-	-	1 De Dezembro	1859	10\$000	-

Pág. 52-53

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Geraldo de Amarante dos Santos	54	Pardo	Cazado	Pernambucano	Funileiro
2	Guilhermino Silistino	16	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Sapateiro
3	Geremias de Sena da Porcincula	16	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Alfaiate

Pág. 52-53

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	Aterro	B. Vista	1º de outubro	1842	8\$000	Falleceo
2	R. do Livramento	S. Antonio	25 de janeiro	1844	8\$000	Não é socio
3	R. Direita	S. Antonio	4 de fevereiro	1844	8\$000	Não é socio

Pág. 60-61

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Hilluminati Augusto Henrique da Silva	15	Branco	Solteiro	Pernambucano	Entalhador

Pág. 60-61

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	R. A Florentina	S. Antonio	25 de julho	1852	5\$000	Despedio-se

Pág. 68-69

N°	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Izidio de Santa Clara	52	Pardo	Viuvo	Pernambucano	Carpina
2	Ignacio Pereira Rosa	47	Pardo	Viuvo	Pernambucano	Carpina
3	Ignacio José de Paula	52	Branco	Cazado	Pernambucano	Alfaiate

Pág. 68-69

N°	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	R. do Padre	S. Antonio	1° de outubro	1841	5\$000	Falleceo em maio de 1849
2	Largo da Ribeira	S. José	1° de outubro	1841	5\$000	Falleceo em 23 de setembro de 1848
3	Trav. de S. José	S. José	4 de março	1855	5\$000	-

Pág. 76-77

N°	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	José Vicente Ferreira Barros	63	Preto	Cazado	Pernambucano	Carpina
2	João Romão de Moura	51	Pardo	Cazado	Pernambucano	Carpina
3	José Nazario dos Anjos	49	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Carpina
4	Joaquim Pedro Fernando Macario	45	Pardo	Cazado	Pernambucano	Carpina
5	Joaquim dos Santos Pinto	48	Branco	Cazado	Português	Marcineiro
6	Joaquim Carneiro Dos Santos	25	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
7	João Baptista dos Santos	49	Pardo	Cazado	Pernambucano	Alfaiate
8	José Gomes de Souza	36	Preto	Cazado	Pernambucano	Pedreiro
9	Joaquim Faustino	30	Preto	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
10	João Evangelista Nery	-	-	-	-	-
11	José Francisco da Trindade	-	-	-	-	-
12	José Estanislao Ferreira	-	-	-	-	-
13	José Bibiano Ribeiro	19	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Estudantes
14	João de Brito Correia	42	Pardo	Cazado	Pernambucano	Carpinteiro

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	R. D'assumpção	S. José	1º de outubro	1841	5\$000	Falleceu em 30 de maio de 46
2	R. da Roda	S. Antonio	1º de outubro	1841	5\$000	Falleceu a 23 de julho de 1850
3	R. do Fôgo	S. Antonio	1º de outubro	1841	5\$000	Não é mais socio
4	R. do Aragão	S. Antonio	1º de outubro	1842	5\$000	O mesmo
5	R. Velha	B. Vista	1º de outubro	1842	8\$000	O mesmo
6	R. da Cadeia	B. Vista	1 de janeiro	1843	8\$000	O mesmo
7	Capunga	S. Antonio	1 de abril	1844	8\$000	Falleceu a 30 de maio de 1849
8	R. Sebo	B. Vista	14 de abril	1844	8\$000	Falleceu a 30 de maio de 1849
9	-	B. Vista	14 de abril	1844	8\$000	-
10	-	-	19 de maio	1844	8\$000	Não é socio
11	-	-	14 de julho	1844	8\$000	Não é socio
12	-	-	29 de setembro	1844	8\$000	Não é socio
13	Capunga	B. Vista	21 de julho	1846	9\$000	Não é socio
14	Praia de S. Poito	S. José	21 de março	1849	9\$000	-

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
15	Joaquim Victorino Coelho	27	Branco	Solteiro	Pernambucano	Carpina
16	José Vicente Ferreira Barros Juniro	23	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Carpinteiro
17	João dos Santos Ferreira Barros Junior	21	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Marcineiro
18	Joaquim Manoel Franco	20	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Carpina
19	João Januario	22	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Carpina
20	Joaquim Amancio de Lima	25	Preto	Cazado	Pernambucano	Carpina
21	José Higino dos Santos	26	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Chapeleiro
22	José Francisco Bento	29	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Serralheiro
23	José Luis Redes	28	Pardo	Cazado	Pernambucano	Marseneiro

Cont.

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
24	José Francisco Do Carmo	24	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Canteiro
25	Joaquim Ancelmo Da Motta	24	Preto	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
26	José Felipe Da Rocha	23	Pardo	Cazado	Pernambucano	Pedreiro
27	Joaquim Brito Dos Prazeres	19	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Marceneiro
28	João Clemente De Santa Rosa	22	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro

Pág. 76-77

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
15	R. do Cotovello	B. Vista	21 De Março	1849	8\$000	Está fora
16	R. da Assumpção	S. José	16 De Maio	1847	8\$000	-
17	R. da Assumpção	S. José	16 De Maio	1847	8\$000	-
18	Capunga	B. Vista	31 De Agosto	1849	Gratis	Não é sócio
19	R. D'Hortas	S. José	31 De Agosto	1849	8\$000	O mesmo
20	Trav. Do Peixôto	S. José	31 De Agosto	1849	8\$000	O mesmo
21	R. Dapenha	S. Antonio	16 De Novembro	1851	5\$000	Falleção
22	R. Direita	S. Antonio	16 De Novembro	1851	5\$000	-
23	R. Das Hortas	S. Antonio	18 De Julho	1852	5\$000	-
24	R. Do Livramento	S. Antonio	1º De Maio	1853	5\$000	-
25	R. Dos Martyrios	S. José	15 De Novembro	1853	5\$000	-
26	R. Dos Assoguinhos	S. José	9 De Fevereiro	1855	5\$000	-
27	R. De S.francisco	S. Antonio	4 De Março	1855	5\$000	-
28	Rua De Fora De Portas	-	29 De Julho	1855	5\$000	Illiminado

Pág. 76-77

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
29	João Facundo	27	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
30	Joaquim Borges Carneiro	26	Pardo	Solteiro	Maranhão	Entalhador

Cont.

N°	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
31	Jose Cosme Da Silva	49	Pardo	Cazado	Pernambucano	Carpina
32	Joao Manoel Lino Da Roxa	30	Pardo	Viuvo	Pernambucano	Marcineiro
33	Januario Soares Raposo	23	Pardo	Cazado	Pernambucano	Marcineiro
34	João Francisco Regio De Santa Clara	28	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Carpina
35	João Duarte De Faria	30	Crioulo	Casado	Pernambucano	Pedreiro
36	João Leoncio Teixeira Da Silva	20	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Carpina
37	José André Lôbo	38	Pardo	Casado	Pernambucano	Artista
38	João Manoel De Farias	41	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
39	José Luiz Do Paraíso	-	-	-	-	-

Pág. 76-77

N°	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
29	S. Cleneiro	Várzea	15 de agosto	1855	3\$000	-
30	B. Vista	Pe Camarão	15 de novembro	1855	5\$000	Falleco
31	S. Antonio	R. da Paz	14 de junho	1858	5\$000	-
32	B. Vista	R. da Gloria	20 de dezembro	1858	5\$000	Não É Socio
33	Santa Sicia	S. José	26 de novembro	1858	5\$000	-
34	Patio do Terço	S. José	24 de novembro	1858	5\$000	-
35	Camboa do Carmo	S. Antonio	25 de novembro	1858	5\$000	-
36	R. do S. Amaro	S. Antonio	3 de abril	1859	10\$000	-
37	R. da Flores	S. Antonio	16 de fevereiro	1860	10\$000	-
38	Casa Forte	Pouso	6 de fevereiro	1860	10\$000	-

Pág. 84-85

N°	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Luciano de Magalhaes Ribeiro	32	Pardo	Casado	Pernambucano	Carpina
2	Luis Ferreira Viana	21	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro

Cont.

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
3	Lucas Evangelista		Pardo	Solteiro	Pernambucano	Marcineiro
4	Lorenço José De Santa Anna	20	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Ferreiro

Pág. 84-85

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	R. Do Rosário	S. Antonio	21 de março	1847	8\$000	Não é mais sócio
2	R. De S. José	S. José	15 de agosto	1849	-	O mesmo
3	R. Da Concórdia	S. Antonio	23 de janeiro	1852	-	O mesmo
4	-	Afogados	17 de junho	1855	5\$000	-

Pág. 92

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Manoel Gomes de Oliveira	48	Pardo	Casado	Pernambucano	-
2	Manoel de Olanda Lobo	51	Pardo	Casado	Pernambucano	-
3	Manoel Pereira de Olanda	22	Pardo	Casado	Pernambucano	-
4	Miguel Gomes dos Santos	37	Pardo	Casado	Pernambucano	-
5	Manoel Felix dos Santos	23	Pardo	Solteiro	Pernambucano	-
6	Miguel dos Santos Costa	28	Branco	Casado	Pernambucano	-
7	Mauricio Alves de Brito	35	Pardo	Casado	Pernambucano	-
8	Miguel Joaquim de Santa Anna	29	Preto	Casado	Pernambucano	-
9	Manoel Antonio dos Santos	39	Pardo	Casado	Pernambucano	-
10	Mauricio José da Silva	33	Pardo	Solteiro	Pernambucano	-

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
11	Manoel Francisco do Espirito Santo	20	Pardo	Solteiro	Pernambucano	-
12	Manoel Raimundo dos Praseres Jr.	19	Preto	Solteiro	Pernambucano	-
13	-	-	-	-	-	-

Título

Cont.

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
14	Manoel Tibureis de Paula	27	Pardo	Viuvo	Pernambucano	-
15	Marcelino Pacheco de Mello E Camera	24	Preto	Solteiro	Pernambucano	-
16	Manoel Antonio dos Santos	27	Pardo	Cazado	Pernambucano	-
17	Jose Maria Santos Pinto	21	Pardo	Solteiro	Pernambucano	-
18	Manoel Faustino da Crus	25	Pardo	Solteiro	Alagôa	-
19	Manoel Rodrigues do Passo	48	Branco	Casado	Pernambucano	-
20	Manoel Malaquias Luis D'Almeida	28	Pardo	Solteiro	Pernambucano	-

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
21	Manoel Do Carmo Ribeiro	37	Pardo	Casado	Pernambucano	-
22	Marculino Justiniano Dos Passos	19	Pardo	Solteiro	Pernambucano	-
23	Manoel Clemente De Santa Rosa	49	Pardo	Casado	Pernambucano	-

Pág. 116-117

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Placido do Rosario	64	Preto	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
2	Pedro Alexandrino	68	Pardo	-	-	Alfaiate
3	Pedro Manoel da Conceição		Pardo	Solteiro	Pernambucano	Carpina
4	Pedro Bajes de Borge	15	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Carpina
5	Paulino Baptista Fernande	46	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Pedreiro
6	Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga	56	Pardo	Casado	Pernambucano	Marico

Pág. 116-117

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	Senzalla V.	Recife	19 de outubro	1842	8\$000	Falleceu em 28 de julho de 1845
2	Aterro	B.vista	27 de novembro	1843	8\$000	Faliceo
3	R. De Hortas	S. Antonio	29 de janeiro	1852	8\$000	Não é sócio

Cont.

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
4	R. das Cinco Pontas	S. José	24 de agosto	1854	8\$000	Gratis
5	R. de S. Francisco	S. Antonio	9 de fevereiro	1855	5\$000	Falliceo
6	Calçados	S. José	24 de setembro	1857	5\$000	Riscado

Pág. 132-133

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Ricardo Tavares Ferreira Bispo	25	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Marseneiro
2	Ricardo Soares De Freitas	22	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Sapateiro

Pág. 132-133

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	R. Da Praia	S. Rita	25 de julho	1852	5\$000	-
2	-	S. Antonio	29 de julho	1855	5\$000	Não É Mais Sócio

Pág. 140-141

Nº	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Silvano José de Santa Anna	28	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Funileiro
2	Simão de Souza Monteiro	27	Pardo	Casado	Pernambucano	Pedreiro
3	Severiano Rodrigues dos Santos	16	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Funileiro
4	Sebastião Pereira da Silva	16	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Intalhador

Pág. 140-141

Nº	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	R. Direita.	S. Antonio	-	1852	5\$000	-
2	R. do Rangel	S.antonio	outubro 28	1852	5\$000	-
3	R. Beco do Lobato	S. José	9 de julho	1854	-	Grátis Não É Sócio
4	Beco de Assoguinhos	S. Antonio	8 de março	1858	5\$000	-

Pág. 148-149

N°	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Temoteo da Silva	54	Preto	Casado	Pernambucano	Carpina
2	Trajano Hypolito de Moraes	30	Pardo	Solteiro	Pernambucano	Alfaiate
3	Tarcino Francisco de Mello	26	Branco	Solteiro	Pernambucano	Intalhador

Pág. 148-149

N°	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	R. do Rosario	B.vista	1° de outubro	1841	5\$000	Morto
2	R. Senzala Velha	Bairro do Recife	25 de junho	1851	5\$000	Morto
3	R. das Trinxeiras	S. Antonio	11 de fevereiro	1858	5\$000	-

Pág. 156-157

N°	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Urbano Manoel da Costa	33	Pardo	-	Pernambucano	Carpina

Pág. 156-157

N°	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	R. dos Pescadores	S. José	21 de novembro	1842	8\$000	Não socio

Pág. 164-165

N°	Nomes	Idades	Qualidades	Estados	Naturalidades	Profissões
1	Vicente Ferreira de Lima	-	-	-	-	-
2	Vicente Alves Ribeiro	49	Pardo	Casado	Pernambucano	Alfaiate

Pág. 164-165

N°	Moradias	Bairros	Mezes	Annos	Entradas	Observacoes
1	-	-	1° de janeiro	1843	8\$000	-
2	R. da Laranjeira	S. Antonio	21 de abril	1849	8\$000	Não é sócio

**Livro de matrícula das aulas de 1ª Letras
da S.A.M.L.P. em julho de 1858 (BC/
UNICAP - Obras raras, págs. 2 – 6 F e V)**

Aos trez dias do Mez de julho de mil oitocentos e cinquenta e nove matriculouse na aula de primeiras letras Lourenço Jozé de Sant'Anna preto, cazado, com vinte e quatro annos de idade, natural de Pernambuco. Profissão de pedreiro-sócio da Sociedade das Arttes Mechanicas e liberaes do que para constar, fiz este termo que assignei com o mesmo alumno.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Lourenço José de Santana

Aos trez dias do Mez de julho de mil oitocentos e cinquenta e nove matriculouse na aula de primeiras letras o alumno Francisco Alexandre Cordeiro – Preto, cazado, natural de Pernambuco. Profissão de pedreiro-sócio da Sociedade das Arttes Mechanicas e liberaes do que para constar, fiz este termo que assignei com o mesmo alumno.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Francisco Alexandre Cordeiro

Aos trez dias do Mez de julho de mil oitocentos e cinquenta e nove matriculouse na aula de primeiras letras Candido Francisco Gomes – Preto, solteiro, natural de Pernambuco, idade de trinta annos - Profissão de pedreiro-sócio da Sociedade das Arttes Mechanicas e liberaes do que para constar, fiz este termo que assignei com o mesmo alumno.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Candido Francisco Gomes

Aos trez dias do Mez de julho de mil oitocentos e cinquenta e nove matriculouse na aula de primeiras letras José Luis

do Paraizo - Preto, solteiro de idade de trinta e nove annos, natural de Pernambuco., filho de Caetano Maria de Sant'Anna, pedreiro-sócio da Sociedade das Artes Mechanicas e liberaes do que para constar, fiz este termo que assignou ele e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

José Luis do Paraizo

Aos trez dias do Mez de julho de mil oitocentos e cinquenta e nove matriculouse na aula de primeiras letras o aluno João Fagundo Ferreira - preto, solteiro, de idade de vinte e sete annos, natural de Pernambuco, filho de Francisco Fagundo Ferreira = Profissão de pedreiro e sócio da Sociedade das Artes Mechanicas e liberaes do que para constar, fiz este termo que assignou ele e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

João Fagundo Ferreira

Aos sete dias do mês de julho de mil oitocentos e cinquenta e nove matriculome na aula de primeiras letras João Antonio Ferreira Affonso Branco com dose annos de idade – orfão = pernambucano = profissão de Entalhador assistente em casa de Sebastião Pereira da Silva; do que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

João Antonio Ferr^a Afonso

Aos cinco dias do mez de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove Francisco José dos Prazeres pardo solteiro de idade de vinte e um annos filho de Fernando Alvarez de Amorim – Pernambucano – profissão de Pedreiro, matriculouse na aula de primeiras letras; do que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Francisco José dos Prazeres

Aos cinco dias do mez de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculouse João Leoncio Teixeira da Silva – pardo solteiro de idade de vinte e um annos filho de Ancelmo Teixeira e Silva – profissão de Pedreiro na aula de primeiras letras; do que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

João Lioncio Teixeira e Silva

Aos cinco dias do mez de agosto digo de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculouse na aula de primeiras letras Cyrillo Augusto da Silva pardo solteiro de idade de vinte annos – profissão de Alfaiate filho de José Francisco da Silva – Pernambucano; de que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Cyrillo Augusto da Silva

Aos cinco dias do mez de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculou-se na aula de primeiras letras Angelo Pio Juvencio da Silva pardo solteiro, idade de deszesis annos-pernambucano – filho de José Francisco da Silva – profissao de Alfaiate; do que para constar fiz este termo do que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Angelo Pio Juvencio da Silva

Aos cinco dias do mez de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculouce na aula de primeiras letras Joao de Deos Quintino dos Passos pardo solteiro, idade de desoito annos-pernambucano – profissao de Alfaiate – filho de Antonio Francisco, do que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

João de Deos Quintino da S^a

Aos seis dias do mez de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculou na aula de primeiras letras Frutuoso Liquiliano Ferreira da Silva preto de idade quatorze annos filho de Vicente Ferreira Cornelis – Pernambucano - profissão de Marcineiro, do que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Frutuoso Liquiliano Ferr^a

Aos sete dias do mes de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculou na aula de primeiras letras Francisco Felis Tavares pardo de idade quatorze annos – pernambucano – profissão de Ferreiro filho de Bento Felis Tavares, do que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Francisco Felis das Chagas

Aos sete dias do mes de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculou na aula de primeiras letras Boaventura das Chagas pardo solteiro com desoito annos de idade – Pernambucano – orfão assistente em casa de Manoel Fernandes Chaves - profissão de Carpinteiro; do que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Boa Ventura da Chagas

Aos sete dias do mez de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculou Pedro Dornellas Pardo solteiro com deseis annos de idade - Pernambucano – filho de Manoel Muares dos Santos Junior - profissão de Carpinteiro – na aula de primeiras letras, do que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Pedor Dornella

Itacir Marques da Luz

Aos tres dias de Outubro de mil oitocentos e ceicoenta e nove matroculouce na aula de primeiras letras Luiz Antonio Bellarmino branco solteiro Pernambucano idade de vinte e dous annos, profissão de Escultor Socio da Sociedades das Artes Mechanicas e Liberais do que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Luiz Antº Bellancio

Aos sete dias do mez de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculouce na aula de primeiras letras Criastro Estancio Pardo idade de dose annos Pernambucano - profissão de Pedreiro – filho de Manoel Alvares dos Santos Junior, do que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Criastro Estancio

Aos sete dias do mez de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculouce na aula de primeiras letras Antonio Fradello da Paz preto com idade de doze annos - Pernambucano – profissão de Carpina filho de Manoel Roberto da Paz; do que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Antonio Fradello da Paz

Aos sete dias do mez de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculouce na aula de primeiras letras Francisco Antonio dos Santos branco idade de quinze annos - Pernambucano – profissão de Marcineiro,filho de D. Maria Francisca de Jesus, do que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Franº. Antº. S^{tos}

Aos nove dias do mes de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculou na aula de primeiras letras Alfredo Carlos da Silva pardo de idade onze annos Pernambucano – profissão de carpina, filho de Carlos Frederico Barboza, do que para constar fiz este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Alfredo Carlos da S^a

Aos nove dias do mes de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculou na aula de primeiras letras Antonio de Torres Bandeira pardo cazado idade de trinta e seis annos - Pernambucano – profissão de Pedreiro Sócio da Sociedade das Arthes Mechanicas; do que para constar fis este termo que assignbou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Antonio de Torres Bandeira

Aos nove dias do mes de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculou na aula de primeiras letras Antonio Bernardino de Lima – pardo solteiro idade de vinte e dous annos - Pernambucano – profissão de carpina sócio da Sociedade das Artes Mechanicas; do que para constar fis este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Antonio Bernaldino de Lima

Aos doze dias do mes de julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculou na aula de primeiras letras Valeriano Raphael de Barros preto idade de nove annos - Pernambucano – profissão de Pedreiro, filho de digo órfão assistente em casa de José Luis do Paraizo; do que para constar fis este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Valeriano Raphael de Barros

Aos doze dias do mes de julho de mil oitocentos e cinquenta e nove matriculou Antonio Rodrigues dos Santos na aula de primeiras letras – Índio órfão de idade dez annos - Pernambucano assitente em casa de Candido Francisco Gomes – profissão de pedreiro, do que para constar fis este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Antonio Rodrigues dos Santos

Aos quinze dias do mes de julho de mil oitocentos e cinquenta e nove matriculou na aula de primeiras letras Eleutério da Rocha Vanderlei pardo solteiro idade vinte e cinco annos – Pernambucano, profissão de Pedreiro Sócio da Sociedade das Artes Mechanicas, do que para constar fis este termo que assignou elle e eu.

Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga | Secretário

Eleutério da Rocha Vanderlei

UFPE | PROEXT

Publicação Étnico Racial

Série comemorativa de 10 anos da lei 10.639

- | | | | | | |
|----|---|----|--|----|--|
| 01 | Ação Afirmativa: Um novo ingrediente na luta pela democratização da educação superior: O caso da UFOP | 11 | A etnomatemática baseada nas culturas africanas na formação dos professores de matemática | 22 | A África Fora de Casa: Sociabilidade, trânsito e conexões entre estudantes africanos no Brasil |
| 02 | Etnia negra nos livros didáticos do ensino fundamental: transposição didática e suas implicações para o ensino das ciências | 12 | Educação das relações raciais: Desafios à gestão | 23 | Cadernos de História: história e cultura africana e afro-brasileira |
| 03 | Educação Escolar e Racismo: A lei 10.639/2003 entre práticas e representações | 13 | Compartilhando genes e identidade: orientação genética, raça e políticas de saúde para pessoas com doença e traço falciforme em Pernambuco | 24 | Donos da História: estratégias de ação coletiva e formação da autoridade política entre os Tumbalalá |
| 04 | A implementação da lei 10.639 / 2003 nas escolas municipais do Recife e o papel da gestão escolar | 14 | Viagem e Alteridade: A contrução do “outro” na <i>Rihla</i> de Ibn Battuta - séc. XIV | 25 | Bando de Teatro Olodum: Uma política social <i>in</i> cena |
| 05 | Professoras Negras: Identidade e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar | 15 | Características matemáticas presentes em duas comunidades quilombolas | 26 | Compassos Letrados: Artífices negros entre instrução e ofício no Recife (1840 - 1860) |
| 06 | Educação e relações raciais em escolas públicas: O que indicam as pesquisas? | 16 | Entre as matas de Araucárias: Cultura, e história Xokleng em Santa Catarina (1850 - 1914) | 27 | Migrações interregionais e estratégia doméstica: Nordestinos, mobilidade e a casa até os anos 1980 |
| 07 | Cotidiano e violência simbólica A desconstrução do preconceito étnico racial nas escolas | 17 | Guerreiros do Ororubá O processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru - PE | 28 | Percursos e desafios do uso da transversalidade de raça/etnia nas práticas sociais da organização cáritas brasileira |
| 08 | Lembranças dos caminhos e descaminhos da escola na vida de mulheres negras de Buíque, PE (1980 - 1990) | 18 | Trânsitos, conexões e narrativas de imigração em um contexto transnacional. Uma etnografia em Rio Bonito - PE | 29 | Coleções Etnográficas, Museus Indígenas e Processos Museológicos |
| 09 | Educação, identidade e história de vida de pessoas negras doutoras do Brasil | 19 | Os Calon do município de Sousa/PB: Dinâmicas ciganas e transformações culturais | 30 | Literatura e Racismo: Uma análise intercultural |
| 10 | Trajetória educacional de mulheres quilombolas no quilombo das onze negras do Cabo de Santo Agostinho - PE | 20 | A idade do Santo o lugar da criança no Candomblé | 31 | A lei 10.639/2003 em foco: balanços multidisciplinares sobre uma década de vigência |
| | | 21 | Xangô rezado baixo. Xambá tocando alto: A reprodução da tradição religiosa através da música | 32 | A cultura em prol do Império: A retórica colonial portuguesa em Angola veiculada na revista Cadernos Coloniais (1920 - 1960) |